

# TESSITURAS

Revista de Antropologia e Arqueologia

V9 | N2 | JUL-DEZ 2021

ISSN 2318-9576

Fotografia: Vinicius Mendes

**Dossiê:**

## **Antropologia do Estado: refinamentos teóricos e novas abordagens etnográficas**

Organização:

**Tiago Lemões, Guilherme Aderaldo e Gleicy Mailly Silva**

## EDITORIAL

É com grande satisfação que concluímos o ano de 2021 com o lançamento de mais um número da Revista Tessituras (Vol. 9 N 2).

Apesar do duro momento que vivemos, marcado pela evidente falta de apoio às áreas da ciência e da educação no Brasil, chegamos à conclusão deste trabalho graças ao empenho entusiasmado de uma série de pessoas que colaboraram direta e indiretamente com a revista. E, em nome da comissão editorial, agradecemos profundamente a todos/as (organizadores/as, editores/as, produtores/as de imagens, pareceristas, revisores/as, diagramador, autores/as e leitores/as).

Neste número, contamos com o dossiê “Antropologia do Estado: refinamentos teóricos e novas abordagens etnográficas”, organizado por Guilherme Aderaldo, Tiago Lemões e Gleicy Silva, composto por 9 artigos, além de uma apresentação sobre o tema, cuja importância se destaca, sobretudo, em tempos como os atuais, quando a máquina estatal tem sido, particularmente, utilizada como ferramenta de perseguição e controle de populações vulnerabilizadas, especialmente no Brasil e em outros países da América Latina. Além do referido dossiê, contamos ainda com outros três artigos independentes e uma resenha. A imagem de capa da edição ficou a cargo de Vinícius Mendes.

Desejamos a todos/as uma ótima leitura!

**Comissão Editorial**  
**Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**

## ORGANIZADORES

Tiago Lemões<sup>1</sup>

Guilherme Aderaldo<sup>2</sup>

Gleicy Silva<sup>3</sup>

## Apresentação

# A METAFÍSICA ESTATAL EM DECOMPOSIÇÃO: UMA APRESENTAÇÃO DE NOVOS ESTUDOS EM ANTROPOLOGIA DO ESTADO

---

<sup>1</sup> Universidade Católica de Pelotas/UCPEL

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

*“Como o projeto do Estado é sempre um projeto inacabado, ele é mais bem observado nas margens, mas essas margens não são apenas lugares periféricos – elas correm para o corpo da organização como os rios que atravessam um território”.*

Veena Das ([2006]2020).

Gestado no alvorecer de clássicas incursões etnográficas protagonizadas por nomes como Evans-Pritchard (1940), Max Gluckman (1963) e Pierre Clastres (1974), o campo do que hoje denominamos “Antropologia do Estado” divide sua conformação inicial com os estudos sobre sistemas políticos em sociedades tradicionais, notadamente os realizados por pesquisadores europeus em África e América do Sul. Nestas experiências, o fenômeno estatal aparece como parte de uma reflexão a respeito do grau de presença, formação ou conjuração do poder centralizado em sociedades sem Estado.

Tais indagações não tardaram a produzir estranhamentos analíticos importantes, ao impulsionarem questionamentos sobre a emergência, constituição e influência do próprio Estado moderno para além do mundo ocidental.

Uma compreensão decisiva foi se delineando: o Estado começa a ser apreendido, na percepção de Salvador Schavelzon (2010), como um fenômeno cultural semelhante a qualquer sistema político tribal. O que, à primeira vista, aproxima-se de uma constatação modesta, vai aos poucos revelando a sua potência analítica ao colocar em xeque a superioridade atribuída à racionalidade das normas burocráticas. Assim, desde George Steinmetz (1999), os questionamentos mais profícuos têm sido aqueles que incidem sobre a própria categoria “Estado” e seus efeitos de poder legítimo, tomando-os definitivamente como parte de um fenômeno a ser analisado pela antropologia desde as práticas culturais cotidianas que o produzem e que permitem visualizar, analiticamente, a sua decomposição em complexas relações de poder.

Com efeito, são cada vez mais expressivos os estudos que iluminam a incidência dos artifícios de centralidade, coesão e transcendência estatal sobre a configuração das relações políticas e sociais em diferentes contextos. Ao mesmo tempo, exploram-se os mecanismos de legibilidade, captura, domesticação e produção discursiva de “coletividades selvagens”, “indóceis” e “ameaçadoras” a serem implacavelmente enquadradas nos limites do Estado (LEIRNER, 2012; SCOTT, 2013) e definidas por representantes de “missões civilizadoras” como destituídas de plenos atributos necessários à vida cívica ou possuidoras de um conhecimento imperfeito da realidade social (SOUZA LIMA, 2012). Esse conjunto de abordagens comunga abertamente com as convicções de Timothy Mitchell (2015) sobre a missão da Antropologia do Estado, que seria a de não apenas refutar a metafísica estatal, mas ex-

plicar como se produz o efeito compósito, coeso e estrutural tão característico dos Estados modernos – o que também nos permite olhar com estranhamento para valores, moralidades, condicionalidades, saberes, representações e definições que criam efeitos duradouros não apenas de coesão, mas de legitimidade da gestão de populações historicamente perseguidas e violentadas pelo poder estatal.

Numa avaliação próxima à de Mitchell (2015), Abelès (2012, p. 138) defende que uma das missões contemporâneas da antropologia é, justamente, “dessacralizar o Estado”. Desde esse ponto de inflexão, as abordagens antropológicas sobre o Estado vêm se diversificando, em diálogo constante com as produções no campo da antropologia política, jurídica e documental. Tal pluralidade aglutina-se em etnografias sobre as estratégias pelas quais se produzem condutas e subjetividades a partir de documentos, cartilhas, manuais de formação e capacitação política voltadas aos “novos sujeitos de direitos” (PEIRANO, 2009; TEIXEIRA, 2012; FERREIRA, 2015); as moralidades, os valores e as sensibilidades que perpassam relações entre agentes estatais e populações-alvo de políticas públicas diversas (SHORE, 2010; SOUZA LIMA e CASTRO, 2015); a articulação entre discursos estatais humanitários e engajados com os direitos humanos e as práticas de subjugação e violência contra determinadas populações (AGIER, 2008; FASSIN, 2014; RUI, 2014; FARIAS, 2014; LACERDA, 2015) e de forma predominante nos debates atuais: os estudos sobre processos de produção das margens estatais, suas dinâmicas de colonização normativa e formas de regulação produzidas por relações complexas entre o legal e o ilegal (DAS e POOLE, 2004; DAS, [2006] 2020).

Contudo – e como era de se esperar – reunimos, neste dossiê, um conjunto de etnografias direta e indiretamente situadas em realidades políticas marcadas pela consolidação histórica e pós-colonial das sociedades latino-americanas. Isso significa que, na América Latina, como em outros cenários açambarcados pela produção de múltiplas desigualdades, é impossível acercar-se do fenômeno estatal sem pontuar a continuidade de mecanismos raciais e patriarcais de dominação e de seus reversos: as resistências e enfrentamentos estratégicos. Neste ponto, a orientação de Akhil Gupta é inspiradora: em contexto pós-colonial, uma antropologia do Estado também deve considerar o legado do saber ocidental sobre o Estado e o imperialismo de certas categorias como estado/sociedade civil, questionando o seu impacto na configuração cultural do fenômeno estatal desde os intentos de universalização e naturalização de uma experiência histórica europeia (GUPTA, [1999]2015).

Muito embora esta não seja uma filiação teórica declarada na totalidade dos artigos aqui apresentados, é de forma latente que a discussão se faz presente, quando as autoras e autores nos conduzem aos modos de gestão da diversidade em políticas de reparação da violência estatal, à complexidade de repertórios cosmopolíticos de aproximação/neutralização das forças estatais, à potência estético-política de protestos juvenis, do ativismo em nome da proteção animal, dos debates de gênero em torno da guarda compartilhada e da maternidade em contexto de aprisionamento de vidas periféricas, à ação cotidiana de políticas de redistribuição de renda na vida de mulheres em situação de pobreza extrema e até mesmo à

fugacidade de existências que, pelas mãos do Estado, vivem e morrem nas ruas dos grandes centros urbanos. Assim, ao etnografar as práticas cotidianas de operação do poder estatal, as autoras e autores não ancoram suas reflexões sobre um Estado homogêneo, asséptico e universal, mas o decompõem expondo sombras, brechas e incertezas que o localizam entre as veias abertas do Sul global.

Não por acaso, abrimos este dossiê com um artigo assinado por Juan Pablo Estupiñán, intitulado *La gestión estatal de la diversidad: enfoque diferencial en la política de reparación a las víctimas afrocolombianas*. Atento à implementação de uma política pública de reparação voltada a comunidades negras, vítimas do conflito armado na Colômbia, Estupiñán expõe uma complexa trama de classificações normativas em torno de noções como “diferença cultural” e “enfoque diferencial”, negociadas ao longo de todo o processo nacional e local de discussão, definição de instituições responsáveis e aplicação da política. Um dos pontos altos do texto é a reflexão sobre a gestão estatal do multiculturalismo, com especial atenção ao modo pelo qual a diferença cultural vai sendo lapidada pelo tecnicismo das metas e normas burocráticas, anestesiando demandas, princípios e até subjetividades marcadas, desde a década de 1990, pela disputa territorial entre paramilitares e forças estatais.

Após ser destrinchado em sua dimensão técnica e normativa em contexto de políticas de reparação, o Estado é analiticamente implodido por Ana Letícia Fiori a partir de três momentos de trabalho de campo entre os Sateré-Mawé, povo tupi habitante da região do Baixo Amazonas. Com maestria, a autora percorre conferências nacionais, feiras culturais e secretarias municipais para expor e analisar a complexidade dos processos de morfogênese e captura do Estado e de coletivos indígenas. Em diálogo teórico travado principalmente com Veena Das e Marilyn Strathern, Fiori mostra como os Sateré-Mawé operam modos de captura de forças estatais externas, em curioso processo de canibalização do Estado, traduzido na percepção de que o “Estado também é uma totalidade aberta, ‘um projeto inacabado’ nos termos de Veena Das, que pode ser atraído para devires indígenas” (FIORI, 2021, p54).

A potência estético-política de um levante protagonizado pela juventude peruana é objeto de análise no artigo assinado por Orietta Marquina Veja. As narrativas políticas analisadas pela autora decorrem de protestos ocorridos no interior e na capital peruana em novembro de 2020, quando jovens saíram às ruas contra a destituição do presidente Martín Vizcarra e sua substituição provisória por Manuel Merino. Contra esse redirecionamento estratégico em benefício de certas forças políticas do Congresso, o vertiginoso movimento juvenil, conhecido como a “Geração do Bicentenário”, foi o principal responsável pela queda de Merino. Conforme a autora, os dispositivos estéticos mobilizados pelo protagonismo juvenil potencializaram forças de visibilização que configuram a própria condição juvenil na contemporaneidade e, por isso, não devem ser vistos como acidentais, marginais ou acessórios ao discurso político, mas constituintes deste mesmo discurso.

O movediço território de produção do Estado é explorado por Diego Breno Leal Vilela, em seu artigo sobre ativismo em nome da proteção animal, encabeçado principalmente por interlocutoras de Recife - PE. O autor persegue os processos pelos

quais ativistas inserem suas pautas e reivindicações na agenda do Estado, buscando compreender como as políticas públicas de proteção animal têm sido formuladas e implementadas, quais as estratégias e repertórios de mobilização dos ativistas e como estes sujeitos têm firmado relações com agentes da administração pública. Mais do que isso, o autor ressalta a pertinência dos casos em que ativistas não apenas passam a demandar responsabilização do Estado, mas a adentrar a administração pública e seus espaços decisórios de poder. Com isso, argumenta o autor, é possível “trazer à tona elementos que nos permitam compreender não apenas como o Estado se movimenta e se produz, mas como os próprios ativistas se movimentam para ‘fazer o Estado’ (VIANA, 2013) ou fazer o Estado fazer” (VILELA, 2021, p79).

No próximo artigo, nossa atenção é deslocada para uma discussão sobre gênero, direito e cuidado. Analisando práticas de implementação da guarda compartilhada e da “paternidade responsável” em uma Vara de Família na cidade de Maceió, no estado de Alagoas, as autoras Anabelle Lages, Débora Allebrandt e Raphaela Calheiros identificam a permanência de um modelo nuclear de família em discussões sobre “paternidade responsável”, através do debate sobre concepções como “lugar de mulher”, “essência do feminino” e “sensibilidade”. Considerando a predominância de mulheres no campo de pesquisa, as autoras exploram os desafios colocados por noções hegemônicas de gênero na implementação da guarda compartilhada, destacando a ingerência de estereótipos sobre “competências femininas” e suas “sensibilidades” na definição de um exercício incondicional, pleno e compulsório da maternidade, ao passo que a paternidade se apresenta em constante redefinição conforme as possibilidades negociáveis de papéis e atribuições masculinas – a despeito das formalidades e neutralidades proclamadas pelo Poder Judiciário.

Em outro campo de pesquisa, a maternidade segue em discussão no texto de Luiza Oliveira e Miriam Vieira, por meio de etnografia realizada na Unidade Materno Infantil do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (PEFMP), em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Através de entrevistas e observação participante, as autoras identificam particularidades da maternidade em contexto carcerário, enfocando práticas e relações de hierarquia, desigualdade e afetividade entre detentas (grávidas e com bebês recém-nascidos) e técnicas do presídio. Com observação e escuta, as autoras reúnem biografias e experiências moldadas pelo poder punitivo, por situações de disciplinamento ilegal de corpos e condutas e, de forma ambígua, por resistências discursivas, vínculos de afeto e práticas de acolhimento balizadas por expectativas de gênero. Deste modo, Oliveira e Vieira evidenciam o caráter movediço do Estado, atentando para a dimensão negociada e incerta da hierarquia e da dominação.

Na sequência, nos deparamos com duas etnografias do Estado desde uma perspectiva documental. Na primeira, a virtualização dos processos judiciais no Brasil é discutida por Lucia Sestokas, com especial atenção à justiça criminal e à implementação de audiências por videoconferências. Articulando dados etnográficos e análise de documentos em portais oficiais do sistema judiciário, a autora identifica e discute algumas disputas em torno da virtualização, enfatizan-

do a negociação de noções como neutralidade e eficiência. Perseguindo os modos de operação das tecnologias nas práticas estatais, Sestokas argumenta que os contraditórios mecanismos de atuação estatais se modificam constantemente, produzindo novas formas de documentação, acesso e vigilância. Em seguida, Carmen Janaina Machado e Renata Menasche problematizam o papel dos documentos na vida cotidiana de mulheres camponesas beneficiárias do Programa Bolsa Família, no município de Canguçu, interior do Rio Grande do Sul, ressaltando a ambiguidade de efeitos postos em movimento pelo arsenal documental: inclusão, cidadania, violência, controle e disciplinamentos.

Vida, morte, luto e mobilização social são eixos analíticos que atravessam a discussão promovida no artigo de encerramento deste dossiê. Apresentando três casos de morte entre pessoas em situação de rua, registrados em Porto Alegre durante trabalho de campo, Calvin Furtado analisa as particularidades do morrer nas ruas e a organização da luta política por reconhecimento social propiciada pela experiência do luto coletivo. Em diálogo com Michel Foucault e Achille Mbembe, Furtado explora, ainda, os traços de hierarquia e diferenciação operados pelo racismo de Estado enquanto tecnologia de governo e de exposição de populações ao mundo da morte. Ao destrinchar os traços necropolíticos de uma longa experiência de extermínio marcada pelo poder colonial, o autor reforça o argumento de uma literatura recente sobre o tema, responsável por lançar mão da teoria pós-colonial para analisar vida e morte nas ruas e compreender a população em situação de rua como um contingente historicamente expulso do projeto humanista, condenado ao extermínio, à indiferença e às classificações depreciativas (LEMÕES, 2017; 2018; 2020; SCARANO e LEMÕES, 2021), formuladas e atualizadas pela “racionalização estatal que desumaniza sujeitos e populações e faz do extermínio uma política complexa e permanente que tem a morte como seu principal horizonte” (CASSAL e FERNANDES, 2020, p. 101).

É perceptível aos leitores e leitoras, já nesta breve apresentação, que muito é dito sobre o Estado, de muitas formas e por muitos caminhos neste dossiê. E não esperávamos menos que isso: a consolidada e sempre reiterada metafísica estatal é decomposta, questionada, exposta e analisada em seus múltiplos efeitos de poder. Esse é o resultado extremamente contributivo quando antropólogos e antropólogas competentes acercam-se da vida cotidiana do Estado para mostrar como suas práticas e discursos lapidam a diferença através do tecnicismo e da burocracia, produzem e movimentam o Estado em complexas correlações de forças, reproduzem estruturas patriarcais – camuflando-as em suas formalidades e rituais de neutralidade e universalidade – ou mesmo expõem suas fronteiras sempre abertas, inacabadas e vulneráveis a outros devires igualmente potentes.

Esperamos, assim, que as contribuições formuladas neste dossiê possam inspirar e abrir caminhos a novos horizontes de reflexão sobre a complexidade do fenômeno estatal.

A todas e todos, uma ótima leitura.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉS, Marc. *Anthropologie de la globalization*. Paris, Ed. Petite Bibliothèque Payot, 2012.

AGIER, Michel. *Gerer les indésirables. Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Paris: Flammarion, 2008.

CASSAL, Milena; FERNANDES, Talita. "A população negra em situação de rua e a Covid-19: vidas negras importam"? *Tessituras: revista de antropologia e arqueologia*, v. 8, p. 97-104, 2020.

CLASTRES, Pierre. *La société contre l'État*. Paris: Les Éditions de Minuit, [1974] 2011.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. *State and its Margins*. In: DAS, V. e POOLE, D. (Orgs). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2020.

EVANS-PRITCHARD, Edward. *The Nuer: a description of the Modes of livelihood and political institutions of a nilotic people*. Oxford: Clarendon Press, 1940.

FARIAS, Juliana. *Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2014.

FASSIN, Didier. "Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França". *Ponto Urbe*, n.15, 2014.

FERREIRA, "Letícia. *Formalidades, moralidades e disputas de papel: a administração de casos de crianças desaparecidas no Rio de Janeiro*". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v.8, n.2, 2015.

GUPTA, Akhil. *Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado*. In: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. *Antropologia del estado*. México, FCE, 2015.

GLUCKMAN, Max. *Order and Rebellion in Tribal Africa*. London: Cohen and West, 1963.

LACERDA, Paula. *Meninos de Altamira: violência, luta política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LEMÕES, Tiago. *De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

LEMÕES, Tiago. "O lado brutal da modernidade e a produção histórica da mendicância como argumento para a violência estatal no Brasil". *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, v. 2, p. 126-161, 2018.

LEMÕES, Tiago. "Nos limites da humanidade: necropolítica, direitos humanos e ilegitimidade estatal no Brasil". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.123, p. 27-46, 2020.

LEIRNER, Piero. "O Estado como fazenda de domesticação". *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 4, n.2, p. 38-70, 2012.

MITCHELL, Timothy. Sociedad, economía y el efecto estado. In: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. Antropologia del estado. México, FCE, 2015.

PEIRANO, Marisa. "O paradoxo dos documentos de identidade: relatos de uma experiência nos Estados Unidos". Horizontes Antropológicos, v. 15, n.32. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 53-80.

RUI, Taniele. Nas tramas do crack: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SCARANO, Renan; LEMÕES, Tiago. "Direitos Humanos para quais humanos? Um diálogo transversal entre as noções de biopolítica, tanatopolítica e necropolítica". Revista Direitos, Trabalho e Política Social, v. 7, p. 228-246, 2021.

SHORE, Cris. "La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la formulación de las políticas". Antípoda, n. 10, 2010.

SCHAVELZON, Salvador. "Antropología del Estado, su lugar, algunas problemáticas". PUBLICAR - Año VIII No IX - Junio de 2010.

STEINMETZ, George. Introduction. Culture and the State. In: Steinmetz, G. (Ed), State/Culture. State Formation after the cultural Turn (pp.1-49). London: Cornell University Press, 1999.

SCOTT, James. Zomia. Ou l'art de ne pas être gouverné. Paris: Editions Seuil, 2013.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. "O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo". Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2012, v. 55, n.2.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; CASTRO, João Paulo. "Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s)". Revista Antropológicas, ano 19, 26(2):17-54, 2015.

TEIXEIRA, Carla. "A produção política da repulsa e os manejos da diversidade na saúde indígena brasileira". Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2012, v. 55 n. 2

Juan Pablo Estupiñán<sup>1</sup>

**LA GESTIÓN ESTATAL DE LA DIVERSIDAD.  
ENFOQUE DIFERENCIAL EN LA POLÍTICA  
DE REPARACIÓN A LAS VÍCTIMAS  
AFROCOLOMBIANAS<sup>2</sup>**

**THE STATE MANAGEMENT OF DIVERSITY.  
DIFFERENTIAL APPROACH IN THE POLICY  
OF REPARATION FOR AFRO-COLOMBIAN  
VICTIMS**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

<sup>2</sup> Este artículo es una versión ajustada de uno de los capítulos de la tesis de Doctorado en Antropología Social defendida en 2018 en la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-Brasil). La investigación fue posible gracias a la beca CAPES-PECPG

## RESUMEN

En este artículo analizo aspectos de la implementación de la política de reparación a víctimas afrocolombianas del conflicto armado. Propongo que la noción de *enfoque diferencial* constituye el campo jurídico-semántico en el cual se configura la red de actores, relaciones sociales y sentidos que son disputados en torno a la política. A partir de relatos etnográficos, analizo los actores y tensiones durante la implementación de la política en dos dimensiones: en el diseño institucional en el ámbito nacional, y en la puesta en marcha de la política en el nivel local. Concluyo reflexionado sobre el riesgo del enfoque diferencial de convertirse en un tecnicismo o en una meta institucional, perdiéndose sus fundamentos políticos de reconocimiento de derechos en medio de la burocracia estatal.

**PALABRAS CLAVE:** Políticas públicas, Víctimas, Afrocolombianos.

---

## ABSTRACT

In this article I analyze aspects of the implementation of the reparation policy for Afro-Colombian victims of the armed conflict. I propose that the notion of *differential approach* constitutes the juridical-semantic field in which the network of actors, social relations and meanings that are disputed around politics is configured. Using ethnographic accounts, I analyze the actors and tensions during the implementation of the policy in two dimensions: in the institutional design at the national level, and in the implementation of the policy at the local level. I conclude by reflecting on the risk of the differential approach becoming a technicality or an institutional goal, losing its political foundations for the recognition of rights in the middle of the state bureaucracy.

**KEYWORDS:** Public policy, Victims, Afro-Colombian.

En junio de 2011 fue sancionada la ley 1448, en la cual por primera vez se reconoció la existencia del conflicto armado interno en Colombia, y a las víctimas como el centro de una política estatal. Cuando el texto de la ley fue radicado ante al Congreso para iniciar el trámite necesario, el gobierno se percató de la ausencia de una consulta previa<sup>1</sup> con los grupos étnicos (afrocolombianos, indígenas y gitanos) como lo establece la normatividad multicultural colombiana; rápidamente se realizaron negociaciones con los representantes étnicos y se llegó al acuerdo de incluir un artículo que otorgaba facultades al Presidente para expedir decretos-ley posterior a la consulta previa con cada grupo étnico. Efectivamente el proceso se llevó a cabo en el tiempo previsto y en diciembre de 2011 se sancionaron los decretos para la reparación a las víctimas afrocolombianas, indígenas y gitanas. En este artículo analizó cómo al interior de la *Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas-UARIV*, la institución creada para dar cumplimiento a la ley, se hicieron operativas algunas de las disposiciones establecidas en el decreto para la reparación a las víctimas afrocolombianas (en adelante decreto afro), como un escenario para aproximarme a las dinámicas relacionadas con la gestión estatal del multiculturalismo en Colombia.

Cuando los decretos étnicos fueron sancionados, la ley 1448 ya era una política en ejecución y la nueva institucionalidad ya estaba diseñada, de manera que las disposiciones para la reparación de los grupos étnicos obligaron a negociaciones y adecuaciones entre los diversos actores encargados de desarrollarlos operativamente: los agentes estatales que traducen las normas en programas y proyectos, los representantes de las víctimas y las organizaciones sociales que buscan incidir en las decisiones estatales, y los organismos internacionales que financian y asisten técnicamente a los dos primeros. Propongo que el proceso de implementación del decreto afro permite analizar cómo configura esa red de actores y relaciones sociales en torno a la reparación de las víctimas afrocolombianas, así como las narrativas sobre la diferencia cultural afrocolombiana que emergen desde las prácticas institucionales. Las nociones sobre la víctima afrocolombiana establecidas en el decreto, en convergencia con las narrativas del multiculturalismo y los derechos humanos, dan sentido al concepto de *enfoque diferencial* como el marco semántico-jurídico en el cual se configura y desarrolla esta red de relaciones sociales.

Entiendo la implementación de las políticas públicas como arenas de disputa y cooperación, donde la complejidad estatal cobra un sentido práctico en la actuación de los funcionarios, y los demás actores sociales desarrollan sus estrategias para posicionarse frente al Estado y la sociedad civil (HEVIA, 2008; SHORE, 2010). Estudios antropológicos de la política plantean la importancia de analizar cómo estas son objetivadas, y su utilidad para aproximarse a los principios organizativos más profundos (y menos visibles) que estructuran las sociedades modernas; específica-

<sup>1</sup> La *consulta previa* es un mecanismo establecido en el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT, 1989), a través del cual se busca garantizar el derecho de ellos pueblos indígenas y tribales a participar de manera informada, previa y libre, en los procesos de desarrollo y de formulación de políticas que pueda llegar a afectarlos directamente. El convenio fue ratificado por el Estado colombiano e incorporado al marco normativo a través de la ley 21 de 1991.

mente los regímenes de poder y los códigos culturales que definen la manera como se comportan los individuos y las instituciones (ABÉLÈS, 2004). De esta manera, más que un procedimiento técnico-jurídico, la implementación de políticas públicas se configura como un proceso sociocultural en el que las nociones y clasificaciones establecidas en la norma, se funden y concretan con las de los implementadores y su entorno, configurando realidades sociales, moldeando a los sujetos a quienes está dirigida la política y al mismo Estado multicultural (CHAVES, 2011).

Analizar la implementación de las políticas implica, por un lado, tener en cuenta la manera como se diseñan las instituciones, los programas y se ejerce la toma de decisiones en todos los niveles, pero también debe analizarse la implementación de esos programas, y en ese escenario los funcionarios del nivel local resultan ser los actores claves, ya que al tener bajo su responsabilidad la operación de la política en un lugar específico -una región, un municipio-, son el puente entre el Estado y los beneficiarios, y sus decisiones ejercen un fuerte impacto en la realidad de los sujetos y las comunidades (CHAVES 2011). Los funcionarios estatales se configuran como un grupo privilegiado con agencia para promover, dificultar o hasta impedir la implementación de un determinado modelo de Estado, y de este modo también se tornan en sujetos de investigación como actores situados en contextos de poder específicos, con ideologías, intereses y objetivos concretos e inmersos en sistemas de pensamiento que se reflejan en la manera como se implementan las políticas públicas (ABÉLÈS, 2004; HEVIA, 2008; SHORE, 2010).

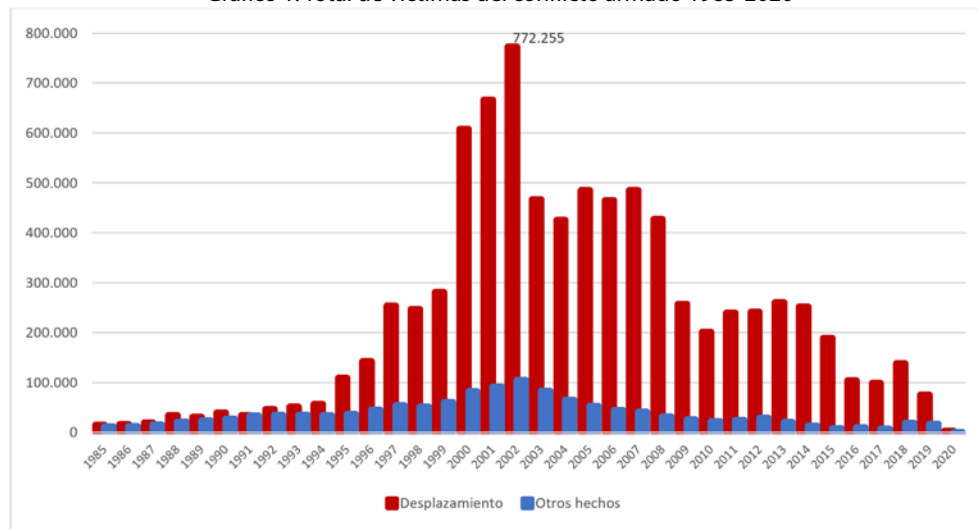
El artículo está organizado de la siguiente manera: en la primera parte profundizo sobre la emergencia del *enfoque diferencial* como el marco semántico-jurídico para el diseño de las políticas y programas estatales para los grupos étnicos –y otras poblaciones. Posteriormente analizo los actores y tensiones en dos niveles de implementación del decreto afro: en el diseño institucional en el ámbito nacional, y en la puesta en marcha de la política en el nivel local. Concluyo reflexionado sobre la gestión estatal del multiculturalismo, cuestionando cómo la diferencia cultural se convierte en un tecnicismo y en una meta a cumplir, muchas perdiéndose sus principios fundamentales en medio de las lógicas de la burocracia estatal.

## ENFOQUE DIFERENCIAL

El incremento de la violencia en Colombia durante las décadas de 1990 y 2000 debido, entre otros, a la disputa territorial entre grupos armados ilegales (guerrillas, paramilitares) y las fuerzas estatales en distintas regiones del país, tuvo en el desplazamiento de millones de personas su efecto más cruel. Los colombianos de mi generación pasamos la adolescencia y juventud en medio de una de las fases más violentas del conflicto en el país, viendo en las noticias, cada noche, secuestros, masacres, desplazamientos de pueblos enteros. Las cifras son realmente dramáticas: para el año 2020 el registro oficial (RUV, 2021) es de más de 9 millones de víctimas del conflicto armado, siendo el desplazamiento forzado

el 85% de casos de victimización reconocidos; entre los años 2000 y 2008 se presentaron el 65% de los desplazamientos forzados, coincidiendo con la época de mayor escalada militar por parte del Estado, con un pico en el año 2002 con más de 770 mil casos. Durante este periodo también se incrementaron otros hechos violentos como el homicidio y el secuestro, los cuales se consideraron asociados al conflicto armado a partir de la promulgación de la ley de reparación a víctimas en 2011. En un escenario de disputas territoriales entre actores armados, los afrocolombianos se encuentran entre las poblaciones más afectadas por el desplazamiento forzado con el 13% del total de casos, lo que representa más un millón de afrocolombianos desplazados de sus territorios.

Gráfico 1. Total de víctimas del conflicto armado 1985-2020



Fuente: Elaboración propia a partir de la información del Registro Único de Víctimas-RUV.  
 Disponible en: <https://cifras.unidadvictimas.gov.co/> Acceso: 08/03/2021

A partir del año 1997 se reconoció la grave situación del desplazamiento forzado en Colombia y se comenzaron a implementar programas estatales en el marco de una política específica (Ley 397). Pero es a partir del año 2004 cuando viene a cambiar el panorama sobre cómo se debe agenciar estatalmente el desplazamiento forzado, y en general, la manera de comprender los efectos sociales y culturales del conflicto armado. Ese año, la Corte Constitucional emitió la *Sentencia T-025* en la cual analizó la situación de las víctimas de desplazamiento forzado y estableció que el Estado no estaba garantizando sus derechos, entre otras razones, porque los programas estatales diseñados para atender esta problemática carecían de un enfoque que reconociera los impactos diferenciados del conflicto armado en las diversas poblaciones. Por primera vez se introducía el concepto *enfoque diferencial* en documentos del peso jurídico como la sentencia en cuestión. En el seguimiento realizado por la Corte Constitucional se emitieron una serie de Autos<sup>2</sup> para cada enfoque diferencial: mujeres (Auto 092 de 2008); niños, niñas y adolescentes (Auto 251 de 2008); indígenas (Auto 004 de 2009); afrocolombianos (Auto 005 de 2009); y personas con discapacidad (Auto 006 de 2009). De esta

<sup>2</sup> Los Autos de seguimiento constituyen providencias emitidas por la Corte Constitucional sobre el cumplimiento por parte del gobierno nacional del proceso del que trata la Sentencia T-025 de 2004.

manera, el gobierno colombiano se vio obligado a formular programas específicos para atender a cada uno de estos grupos poblacionales, los cuales debían ser desarrollados a través de procesos participativos y de consulta previa en el caso de los indígenas y afrocolombianos.

El estado rápidamente tuvo que adecuarse y en diferentes instituciones se crearon equipos de trabajo para dar respuesta a las disposiciones de la Corte. *Acción Social* era la agencia de la Presidencia que venía liderando la atención a la población desplazada, y en esa coyuntura conformó un equipo de “enfoque diferencial” del cual hice parte durante dos años. Varias de las reflexiones que aquí propongo surgen de esa experiencia como funcionario del equipo encargado de dar respuesta a los autos emitidos para grupos étnicos. El asunto que quiero destacar es que se debían adecuar los programas institucionales de acuerdo con lo dispuesto en los autos; al interior del equipo de Acción Social y en las reuniones con los funcionarios de las demás instituciones involucradas -Ministerio del Interior, Ministerio de la Protección Social, Instituto Colombiano de Bienestar Familiar, solo por mencionar algunas-, el debate se desarrollaba en medio de la urgencia de generar “lineamientos” para incluir el “enfoque diferencial” en la gestión institucional a partir de procesos de “consultas previas” con los representantes étnicos y de esa manera “darle respuesta a la Corte”. Una serie de categorías del lenguaje institucional que iba emergiendo asociado a la gestión institucional de la diferencia. La categoría “enfoque diferencial” rápidamente se institucionalizó entre los funcionarios, muchas veces como “un dolor de cabeza” debido a lo abstracto que podía llegar a ser la noción; pero también fue apropiada y demandada por los demás actores sociales involucrados en la política: las víctimas de desplazamiento, representantes étnicos, organizaciones sociales, ong’s y agencias internacionales. Otro actor articulado con la emergencia del enfoque diferencial son los antropólogos (y demás profesionales de las ciencias sociales), pero principalmente desde su vinculación a los equipos institucionales más que desde el debate académico, como veremos más adelante. Uno de los antropólogos del *Centro Nacional de Memoria Histórica* -otra de las instituciones creadas en el marco de la ley de víctimas- explica así la emergencia del concepto enfoque diferencial:

El enfoque intercultural es una discusión académica, desde los medios antropológicos que reflexionan sobre la articulación de la sociedad nacional con los pueblos étnicos desde sus reivindicaciones. En ese tema, Colombia le ha apostado más al enfoque diferencial. La guerra en Colombia ha afectado de manera desproporcionada los derechos de los pueblos étnicos, ya que desafortunadamente los territorios ancestrales en la mayoría de los casos se traslapan con los territorios estratégicos del conflicto, y en ese sentido la Corte Constitucional ha estado tratando de amparar los derechos de los pueblos a través de jurisprudencia enmarcada básicamente en la normativa constitucional (QUISPE, 2004, p. 8-9).

El concepto de enfoque diferencial se configuró inicialmente a partir de los debates sobre multiculturalismo e interculturalidad, y las acciones afirmativas o medidas de discriminación positiva como formas de gestión estatal de la diferencia. En los años recientes se han articulado otros conceptos como el principio



humanitario de “acción sin daño” y los enfoques sensibles a la cultura que complejizan el concepto, pues no sólo los incluye, los adapta al discurso del reconocimiento de la diversidad en la Constitución Política de 1991 y pone de manifiesto que la política pública debe reconocer la diversidad en algo que supera los ejercicios de priorización, los porcentajes de participación, asignación de recursos o el reconocimiento político de sujetos (DURÁN, 2014). Entonces, el enfoque diferencial surge como una noción basada en el reconocimiento político de la diferencia y una metodología de actuación orientada a que las políticas públicas y los programas se construyan desde la diferencia cultural para el caso de las poblaciones étnicas, pero también etaria, de género e identidad sexual, de discapacidad, vinculando a los beneficiarios en el diseño e implementación como una forma de garantizar los derechos de las poblaciones más vulnerables. A partir de 2011, con la emergencia de la política de reparación de víctimas, el concepto de enfoque diferencial gana mayor institucionalización al ser incorporado como un principio de para la implementación de las medidas que establece la ley partiendo del reconocimiento que existen poblaciones más vulnerables frente al conflicto armado y por tanto son sujetos de especial protección constitucional. El texto del decreto afro parte de esta comprensión general del concepto de enfoque diferencial, y profundiza respecto a su especificidad para las víctimas afrocolombianas:

Las medidas de atención, asistencia, reparación y restitución de tierras establecidas en el presente decreto se basan en el principio de tratamiento especial y diferenciado a que tienen derecho las comunidades y sus miembros individualmente considerados. Las normas, procedimientos y mecanismos diseñados para tal efecto, deben interpretarse en función de la pertenencia étnica y cultural y los derechos colectivos de las comunidades (Decreto 4635/2011, artículo 18).

De este modo se concreta la noción de enfoque diferencial en la política de reparación a víctimas, como un principio orientador del diseño e implementación de todas las medidas contempladas (atención, asistencia, reparación y restitución de tierras), y en el caso del decreto afro, destaca la necesidad de adecuarse a la diferencia cultural y a los derechos colectivos de las comunidades, vinculados principalmente con la titulación de los territorios habitados ancestralmente y su autogobierno. Cultura y territorio convergen y se convierten en el centro de la gestión estatal para la reparación a los afrocolombianos víctimas del conflicto armado, sus familias y comunidades. Definida la norma, el reto ahora consistía en hacer operativas todas las disposiciones a través del diseño institucional y los programas y proyectos con enfoque diferencial afro. Es precisamente respecto a la operatividad que surgen las principales críticas del enfoque diferencial como está planteado en el ámbito de la política de reparación a víctimas. Los fundamentos filosóficos del enfoque diferencial en general son reconocidos como válidos y promovidos al interior de las instituciones; también es reconocida la dificultad de hacerlo operativo en medio de los procesos estandarizados propios del funcionamiento estatal, muchas veces siendo más un proceso burocrático que una efectiva acción de garantía de derechos.

## DISEÑO INSTITUCIONAL

Los decretos étnicos fueron sancionados en diciembre de 2011, con una diferencia de seis meses respecto a la ley de víctimas (Ley 1448), de manera que para ese momento ya se encontraba diseñada la *Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas* (UARIV) y se preparaba para comenzar a operar a partir del 1 de enero de 2012. La UARIV se configura como el centro de toda la implementación de la política de reparación a víctimas; es la encargada de definir quiénes son oficialmente víctimas del conflicto armado para incluirlas como beneficiarias de la política, así como de diseñar e implementar los procesos de asistencia<sup>3</sup>, las reparaciones individuales y colectivas<sup>4</sup>, y garantizar la participación de representantes de las víctimas en las decisiones institucionales, entre otros aspectos. La UARIV cuenta con 20 sedes que cubren todo el país y a nivel de cada municipio se establece un enlace de atención a las víctimas, generalmente trabajando desde la Alcaldía.

Uno de los aspectos que fue objeto de negociación durante la consulta previa de los decretos étnicos, fue la creación de una dependencia que se encargaría específicamente de las víctimas étnicas. En este contexto surge la *Dirección de Asuntos Étnicos* (DAE) como la dependencia específica para atender lo establecido en los decretos étnicos. En esta sección analizo algunas de las negociaciones desarrolladas entre funcionarios, organizaciones afrocolombianas y otros actores sociales en el contexto de la creación y puesta en marcha de la DAE, como un escenario para analizar dinámicas y prácticas estatales en torno a la gestión del enfoque diferencial desde el nivel central.<sup>5</sup>

## EXPECTATIVAS VERSUS REALIDAD

¿Qué esperaba la gente y qué hay? Efectivamente se constituyó la DAE, pero con muchas restricciones presupuestales, de equipo y de autonomía. No era lo que los grupos étnicos esperaban. En el diseño institucional quedamos como un equipo de apoyo para transversalizar el enfoque étnico desde la subdirección general. ¿Qué quiere decir eso? Que cada área misional de la institución controla sus competencias frente a las víctimas étnicas; aquí no controlamos la ayuda humanitaria, las indemnizaciones, la participación, etc. (Funcionario DAE(1). Bogotá, 08/03/2016).

Uno de los funcionarios de la DAE desde su creación, en el texto citado reconoce que el diseño institucional para dar respuesta a los decretos étnicos distó de las expectativas creadas frente a esta dependencia. Durante otra conversación, la misma persona me comentó: “los representantes étnicos esperaban una agen-

<sup>3</sup> La asistencia a las víctimas se relaciona fundamentalmente con las ayudas humanitarias y acceso a servicios de salud, educación, alimentación, reunificación familiar, generación de ingresos, entre otras.

<sup>4</sup> La reparación individual y colectiva se orienta a la restitución de tierras despojadas a las víctimas, rehabilitación física y psicológica, indemnizaciones en dinero, y acciones simbólicas y de memoria histórica.

<sup>5</sup> Las personas entrevistadas fueron principalmente funcionarios de la UARIV del orden nacional y de la sede en Quibdó. A lo largo del texto se guarda el anonimato de los entrevistados con la intención de proteger su identidad.

cia con autonomía y capacidad de contratación, algo así como una UARIV paralela para el tema étnico; a cambio quedó una oficina pequeña, con poca gente y poca plata”. La DAE se creó como una instancia de asesoría técnica para que incorporar el enfoque diferencial étnico en los programas que son competencia de cada dependencia de la UARIV, de manera que a nivel interno la DAE se articula con las distintas dependencias a partir de la generación de “lineamientos” –una de esas prácticas institucionales que son bien resumidas por las categorías que las definen. Los lineamientos constituyen una serie de orientaciones técnicas para que determinado procedimiento o programa incorpore acciones que en teoría darían cumplimiento al enfoque diferencial. En el nivel central, el enfoque diferencial generalmente se queda en el ámbito de lineamientos, y en casos excepcionales, en decretos que pueden contar con un grado mayor de institucionalización. Pero es claro para los funcionarios que es en el nivel local, en los lugares destinados para la atención a víctimas, en el trabajo con las comunidades víctimas, donde se debe concretar el enfoque diferencial y es desde esta orientación que se formulan los lineamientos y otros documentos técnicos producidos desde la DAE.

Ahora bien, la construcción de esos lineamientos debe realizarse en el marco de procesos participativos para que de esa manera se incorpore el enfoque diferencial desde la voz de las víctimas. Este sería –en resumen- el principio orientador de la participación de las víctimas y para ello la ley estableció espacios para representantes de las víctimas en mesas a nivel municipal, departamental y nacional. También es tarea de la DAE el diálogo permanentemente con los representantes las víctimas étnicas para que los lineamientos se adecuen a las expectativas de los beneficiarios de la política, pero dado que la mesa de participación de víctimas afrocolombianas solo se constituyó hasta el año 2016-, los primeros años de la política el dialogo se realizó con representantes de organizaciones y comunidades afrocolombianas. Durante las conversaciones que tuve con los distintos funcionarios de la UARIV, y también acompañando a organizaciones afrocolombianas en algunos espacios de interacción con la UARIV, pude identificar algunos de los aspectos que más tensiones y fricciones generan en las negociaciones para hacer operativo lo establecido en el decreto afro.

Mi preocupación es que, muchas veces, la única relación posible entre organizaciones étnicas y el Estado sea una relación contractual. Y que, si no tienes dinero, entonces no hay qué discutir. Ese es un poco el lugar de la DAE. Las organizaciones viven pasando propuestas para que financemos escuelas de derechos humanos, oficinas de derechos humanos, registros paralelos, procesos judiciales, y se molestan porque el relacionamiento no es desde una perspectiva contractual. Eso ha generado malestar a la hora de operativizar los decretos étnicos. Entonces se vuelve muy complicado. Sigue repitiéndose la lógica del plan de salvaguarda indígena: uno llega a la protocolización de la consulta previa y se encuentra con un listado de programas para implementar lo que consideran una medida de salvaguarda, que es prácticamente todas las demandas históricas al Estado; y por el otro lado, hay una oferta estatal reducida, sin enfoque diferencial y con recursos muy limitados para atender todas las demandas. Así se han ejecutado miles de millones de pesos, para que las organizaciones definan programas y proyectos con enfoque diferencial, pero que sólo se podrían implementar a través de una transferencia de recursos para que ellos los desarrollen. Entonces, se vuelve un diálogo de sordos (Funcionario DAE(2). Bogotá, 28/10/2015).

En la última década, desde que se ha fortalecido la institucionalización de la participación de los afrocolombianos en las decisiones estatales, la operación de recursos estatales por parte de organizaciones y comunidades constituye una práctica estatal para “desentrabar” negociaciones, o como un mecanismo de “participación”. En el caso de la DAE, la función institucional como una instancia de asesoría técnica con baja autonomía y capacidad financiera, tuvo efectos en las lógicas de relacionamiento con las organizaciones y comunidades étnicas en este escenario de participación tercerizada. En el texto citado, el funcionario recuerda que el Plan de Salvaguardia indígena, formulado en el marco del auto 004/2009 a través de un proceso de consulta previa desarrollado durante dos años, el cual terminó incorporando demandas que trascendían el objetivo del plan -la atención a la población indígena desplazada-, localizándose muchas de ellas en el campo de las reparaciones históricas. De esta manera, el enfoque diferencial se ha venido configurando como una noción polisémica que sustenta semántica y jurídicamente el campo de interacciones entre comunidades étnicas víctimas e instituciones estatales, las cuales se desarrollan en permanente tensión respecto a la legitimidad de las víctimas étnicas para definir qué es una reparación adecuada, y las expectativas estatales frente a su propia planeación y posibilidades financieras.

## INTERACCIONES

Con baja autonomía para definir aspectos centrales de la política, baja capacidad financiera y operativa, la DAE comenzó a participar en espacios de diálogo con las organizaciones afrocolombianas en función de hacer operativas las disposiciones legales. Desde el proceso de consulta previa, las organizaciones afrocolombianas habían manifestado desacuerdo con el resultado del decreto afro, y el malestar continuó durante la fase de implementación dada las condiciones institucionales de la DAE. Pero más allá de la especificidad de esta política para reparación a víctimas afrocolombianas, en muchos espacios que he podido participar he notado que la referencia del funcionario a la lógica de interacción con las organizaciones y consultivos desde un tono “desafiante” es algo que ha caracterizado el desarrollo de este tipo de negociaciones en el nivel nacional. Una narrativa que se ha venido configurando respecto a una supuesta imposibilidad de dialogar con los representantes afrocolombianos debido a la manera como se desarrollan las relaciones entre los actores y porque sus espacios de representación permanentemente están siendo cuestionados, de manera que las decisiones acordadas siempre son contestadas por algún sector. Desde la otra orilla, los representantes afrocolombianos generalmente argumentan que los funcionarios en Bogotá desconocen la manera como las comunidades dialogan y resuelven sus diferencias, prácticas que son incomprensibles y constituyen un reflejo de la discriminación e invisibilización histórica de los afrocolombianos. A diferencia de los funcionarios que plantean un escenario de agresión, los representantes afrocolombianos lo argumentan como una fractura intercultural. Lo cierto es

que el caso de la DAE, la dificultad del diálogo con las organizaciones fue uno de los motivos para tomar la decisión de enfocar los esfuerzos en el desarrollo de Planes de Reparación Integral Colectiva (PRIC), uno de los temas sobre podían tener mayor grado de autonomía al negociar directamente con las comunidades beneficiadas.

La orientación fue trabajar con los sujetos de reparación colectiva, y uno de los priorizados fue la comunidad de Guacoche. Entonces, lo primero fue solicitar el acompañamiento del Ministerio del Interior para la consulta previa. Ahí sale el tema de los recursos: ¿Quién va a financiar la consulta previa? Hay hubo algunas tensiones, pero al final se decidió que la UARIV asumía los costos y así garantizábamos la consulta previa (Funcionario DAE(1). Bogotá, 08/03/2016).

El Ministerio del Interior es la institución rectora de las políticas para grupos étnicos y una de sus funciones es avalar los procesos de consulta previa entre Estado o privados y las comunidades étnicas, de manera que su acompañamiento es indispensable. La comunidad afrocolombiana de Guacoche<sup>6</sup> fue una las priorizadas para la construcción de su PRIC, el cual se convertiría en el primero formulado a través de una consulta previa. Este caso es interesante para analizar brevemente cómo se desarrolla el proceso de hacer operativa una disposición compleja como un PRIC: los primero es asegurar el mecanismo a través del cual debe ser construido el plan, una consulta previa, y para ello se debe asegurar la participación del Ministerio del Interior. Aunque es función, generalmente no cuenta con los recursos ni la capacidad para acompañar el número cada año mayor de consultas previas, de manera que las interacciones iniciales entre DAE y Ministerio giraron en torno a los recursos para su desarrollo. El segundo momento implicaba poner en marcha el proceso de consulta previa y para ello, además de los recursos, se necesitaba de apoyo político al interior de la UARIV para soportar un proceso que solo daría resultados tres años después, desbordando los tiempos de la lógica de planeación estatal anualizada. En diciembre de 2015 se oficializó el PRIC de la comunidad de Guacoche, y en ese momento la gestión institucional se volcó nuevamente a la gestión de recursos para la implementación de las propuestas definidas por la comunidad. En este caso el gobierno colombiano logró vincular al Banco Mundial para financiar la implementación de este PRIC durante un periodo de tres años. De hecho, este PRIC se convirtió en el de mostrar por parte del Estado colombiano en los múltiples foros internacionales de derechos humanos, en medio de un alto número de sentencias emitidas desde las cortes internacionales que juzgan su inoperancia en la protección de los derechos humanos. Los actores internacionales son protagonistas en la puesta en marcha del decreto afro. No solo la banca multilateral como en el caso del PRIC de Guacoche, también están involucradas agencias internacionales de cooperación, en particular la agencia de Estados Unidos-USAID, que en Colombia tiene una alta inversión en programas sociales

<sup>6</sup> Guacoche es una comunidad afrocolombiana localizada a 15 minutos de Valledupar, capital del departamento del César, en el norte de Colombia. El domingo 6 de abril de 1996 llegaron los paramilitares que desde hacía más de una década delinquían en la zona, liderados por uno de los más sangrientos comandantes conocido como "Jorge 40". Ese día entraron al pueblo, reunieron a todos los guacochoeros en la plaza central del pueblo y asesinaron públicamente al líder de la comunidad. Durante los siguientes 10 años el pueblo estuvo bajo el dominio de los paramilitares y la comunidad prácticamente sitiada. Esta comunidad de 1.800 habitantes en su mayoría afrocolombianos fue priorizada para la construcción de una Plan de Reparación Colectiva oficializado en diciembre de 2015. Relato reconstruido a partir de notas de presa.

relacionados con el conflicto armado y una línea específica de trabajo con afrocolombianos. Todo este flujo de recursos es canalizado principalmente por operadores privados nacionales e internacionales, y en menor medida por organizaciones étnicas y ong's. Las agencias de las Naciones Unidas como ACNUR y PNUD funcionan de forma diferente, operando sus propios recursos y atendiendo directamente a las víctimas.

Otro aspecto que me interesaba conocer era la relación de la DAE con la academia, y en particular con la antropología colombiana. La relevancia que ha adquirido el enfoque diferencial en Colombia permite pensar que la academia estaría en permanente contacto con las instituciones, retroalimentándolas, y de ese modo la producción académica de dinamizaría generando mayor conocimiento sobre el conflicto armado en Colombia. Sin embargo, la realidad es diferente y paradójica: cada vez se gradúan más antropólogos de las universidades colombianas y la mayoría de ellos son vinculados al mercado laboral no académico, muchos trabajando en el campo humanitario, pero son generalmente los antropólogos y científicos sociales vinculados a centros académicos quienes producen el conocimiento científico sobre el conflicto armado, el daño cultural, la reparación colectiva, etc., desde perspectivas críticas que generalmente cuestionan la inoperancia estatal y las dificultades de la reparación a las víctimas. Sobre este último punto, uno de los funcionarios de la DAE mencionó una historia concluyente:

Los académicos están interesados que la realidad cuadre en sus teorías y así poder llenar la hoja de vida de Colciencias<sup>7</sup>. Yo tuve una discusión con un gran académico vinculado con estos temas de reparación a las víctimas—no te voy a decir el nombre (risas). Yo le decía: necesito definir los criterios para la indemnización a los sujetos colectivos étnicos. Me respondió: eso no se puede hacer porque el daño cultural a las víctimas es inconmensurable. Para él era tan profundo el daño en los grupos étnicos por el conflicto armado en Colombia, que simplemente cualquier monto en dinero sería insuficiente. ¿Entonces qué? ¿Me quedó con que el daño es inconmensurable? A nosotros nos toca definir criterios jurídicos y técnicos para indemnizar a una víctima indígena o afrocolombiana, y con el monto que establece el Estado que es poco. Aquí nos toca resolver ese tipo de cosas Funcionario DAE(4). Bogotá, 11/09/2015).

Este ejemplo del daño cultural inconmensurable muestra de manera radical la tensión entre teoría y práctica, algo que no necesariamente se presenta en la cotidianidad de los funcionarios. En el debate público sobre la reparación a víctimas en Colombia, la antropología como disciplina ha jugado un papel relevante principalmente desde la práctica; la mayoría de los antropólogos están trabajando con las instituciones, las organizaciones étnicas, las ong's, agencias internacionales, empresas privadas, y en muchas ocasiones, debates como el del enfoque diferencial es justamente enriquecido desde esas antropologías que se desarrollan por fuera del campo académico. Para finalizar esta sección basta decir que en el diseño y puesta en marcha de la DAE como dependencia encargada de hacer operativas las medidas para la reparación a víctimas étnicas, la noción del enfoque diferencial incidió en el diseño institucional, así como en la manera como se desarrollaron las relacio-

<sup>7</sup> Colciencias es la institución nacional de fomento a la investigación. La Hoja de Vida de Colciencias es comparable con el Currículo Lattes en Brasil.

nes entre la DAE, las demás dependencias de la UARIV, con instituciones como el Ministerio del Interior, las organizaciones afrocolombianas, las agencias y la academia. Una noción que trasciende su carácter jurídico-metodológico para constituirse en una categoría émica con sentidos disputados por los diversos actores involucrados, ampliándose permanentemente su carácter abstracto y usos políticos.

## ENFOQUE DIFERENCIAL EN ESCENA

Finalmente ¿cómo se lleva a la práctica el enfoque diferencial? ¿Cómo esto se refleja en la atención a las víctimas afrocolombianas? Con estas preguntas en mente, en noviembre de 2015 viajé a Quibdó, capital del departamento de Chocó, con el objetivo de conocer cómo se pone en práctica el enfoque diferencial en la atención a víctimas en uno de los departamentos con mayor porcentaje de afrocolombiana e indígena. A través de personas que conocí en la UARIV en Bogotá, logré contactar funcionarios del Punto de Atención a Víctimas de Quibdó a quienes informé el objetivo de la investigación y aceptaron recibirme. Antes de realizar el viaje, estudié los procedimientos institucionales para la atención a las víctimas e identifiqué los momentos en que se hacía presente el enfoque diferencial. El objetivo era pasar algunos días en la ciudad, conversar con los funcionarios sobre la manera como se comprende el enfoque diferencial, prestar atención a sus historias y percepciones, y observar cómo funciona el Punto de Atención a Víctimas localizado en la ciudad. En julio de 2016 realicé dos visitas a Quibdó, durante las que pude recolectar información adicional conversando con funcionarios y de agencias como ACNUR y OIM.

Gráfico 2. Mapa de Colombia - Departamento del Chocó



Fuente: <https://es.wikipedia.org> Acceso: 25/03/2021

El Chocó es un departamento localizado en la franja norte de la costa del Pacífico Colombiano. Es una región de selva tropical que registra los mayores índices de pluviosidad del mundo, atravesado por tres ríos principales (Atrato, Baudó y San Juan) que constituyen el principal medio de transporte dada la ausencia de infraestructura en la región; históricamente considerada una región “a colonizar” por el desarrollo debido a su localización estratégica en la costa Pacífica (ESCOBAR, 1997) pero que actualmente cuenta con indicadores más bajos que el promedio del país en temas como pobreza, necesidades básicas insatisfechas, vivienda, servicios públicos y educación. De acuerdo con los datos oficiales (DANE, 2020), el Chocó cuenta con 540 mil habitantes, de los cuales el 60% es población afrocolombiana y el 12% indígena. Quibdó es la capital y principal ciudad del departamento con aproximadamente 130 mil habitantes, constituye el centro económico de la región y polo de atracción de la población de las áreas rurales.

Esta región se torna central en la economía política del conflicto armado colombiano a partir de la década de 1990, como un territorio que se presta para el cultivo, producción y transporte de cocaína dada sus características ambientales, dificultades de acceso y la larga franja costera, selvática y de difícil control estatal. Esta época en que se incrementaron las disputas por el control territorial entre diversos grupos armados ilegales (paramilitares, guerrillas de las FARC y ELN, narcotraficantes) y las fuerzas militares del Estado, coincide con el proceso de titulación de territorios colectivos para afrocolombianos en el marco de las políticas multiculturales derivadas de la Constitución de 1991; si bien hasta el momento se han titulado en el Chocó aproximadamente 3 millones de hectáreas beneficiando a más de 170 mil personas, el conflicto armado ha dejado 150 mil víctimas en todo el departamento, de las cuales 40% son afrocolombianos y 10% indígenas de acuerdo con los registros oficiales (RUV, 2021). Quibdó registra más de 60 mil víctimas (26% del total departamental), sin embargo, el municipio atiende un número mayor de víctimas que las registradas debido a que muchas personas llegan de otros municipios donde la atención resulta menos efectiva.

## LA ATENCIÓN

“Desde las 5 de la mañana ya tenemos personas haciendo fila; a esa hora ya estamos repartiendo las fichas del día”, me comentó uno de los funcionarios encargado de dirigir el Punto de Atención a Víctimas de Quibdó. Cuando fui a la ciudad en noviembre de 2015, la atención se realizaba en el coliseo de la ciudad, una estructura antigua y en mal estado que evidentemente no cumplía con las características básicas para la atención. Sin embargo, todos los funcionarios con quienes pude conversar estaban animados con la proximidad de la inauguración del Centro Regional de Atención a Víctimas, un nuevo edificio localizado en un céntrico lugar de la ciudad que para abril de 2016 ya estaba en funcionamiento. La descripción de la atención a las víctimas la realizo a partir de la información



recolectada durante esta primera visita al Punto de Atención, en la cual pude conocer mejor la manera como se implementa el enfoque diferencial.

Para el ingreso al coliseo se desarrollan dos tipos de filas: una general y una de enfoque diferencial. El enfoque diferencial se busca garantizar desde el inicio del servicio. La fila de enfoque diferencial es para los adultos mayores, los indígenas que generalmente vienen de lejos, personas en situación de discapacidad, y mujeres en embarazo o con niños de brazos, son ellos quienes tienen un trato preferente en el acceso al servicio (Funcionario(1) Punto de Atención a Víctimas. Quibdó, 25/11/2015).

Resulta interesante que en un contexto donde la mayoría de las víctimas son afrocolombianas, el primer contacto del Estado con estas víctimas no se realiza desde los criterios definidos en el decreto afro, sino que otras diferencias son consideradas más vulnerables y por tanto se prioriza su atención; en este grupo están las mujeres, las personas con discapacidad, los adultos mayores, e indígenas. Una vez las personas acceden al punto de atención son dirigidas a las gradearías del coliseo, adaptadas como lugares de espera en los que están claramente definidos los dos grupos de víctimas. Cuando terminan de ingresar las 100 víctimas que en promedio son atendidas diariamente, los funcionarios denominados “orientadores” entran en acción. Inician con una charla a las víctimas explicando los principales derechos definidos en la política de reparación a víctimas. En el caso del enfoque diferencial, dada la demografía étnica del Chocó, en algunos casos los orientadores divulgan los decretos étnicos como marco normativo de para su reparación, apoyándose en las cartillas y otras piezas institucionales que explican las normas y los procedimientos institucionales. Como caso interesante encontré una cartilla con el decreto indígena traducido a lengua Embera -uno de los cinco pueblos indígenas del departamento- e iniciativas para avanzar en la producción de material en las otras lenguas indígenas habladas en el departamento. Este material de divulgación es el tipo de apoyo que frecuentemente se realiza desde las agencias internacionales desde los proyectos de fortalecimiento a las instituciones locales.

En ese momento de la charla inicial existen muchas barreras: primero una resistencia de la gente que quiere ser atendida después de hacer fila desde temprano, entonces ahí toca hacer la charla rápido. Pero hay otras dificultades, sobre todo por el tema de las lenguas indígenas. Ese puede ser una de las debilidades del servicio. Hay algunos compañeros de la UARIV que son Embera y ayudan en casos de víctimas de este pueblo indígena, pero no corresponde a sus funciones y de cualquier modo no se logra dar respuesta a la alta demanda de víctimas indígenas que acuden al Punto. Para las víctimas indígenas que solo hablan lenguas como Wounan y Katío no tenemos como brindar una orientación adecuada (Orientador(1) Punto de Atención a Víctimas. Quibdó, 26/11/2015).

No sólo la barrera idiomática constituye un aspecto de debilidad en el servicio prestado en el Punto con víctimas indígenas, también existe una barrera intercultural relacionada con la comprensión de los conceptos legales y los procesos relacionados con la atención y reparación a las víctimas. Durante una visita a la oficina de la UARIV en Quibdó tuve la oportunidad de conversar con un funciona-

rio indígena y justamente destacaba la dificultad de explicar en una lengua como el Embera, conceptos complejos como la ayuda humanitaria de emergencia o la diferencia con la atención humanitaria, los procedimientos institucionales como la necesidad de un número de registro o la entrevista para el plan de reparación.

## SISTEMAS

Después de la charla de bienvenida, los orientadores se disponen a iniciar el proceso de atención a las víctimas. Cada uno de ellos cuenta con un escritorio y un computador, su principal herramienta de trabajo. De los 6 orientadores que trabajan en el Punto de Atención, 2 se encargan de las víctimas de enfoque diferencial según el turno asignado. En este momento de la atención se busca conocer la situación de la víctima y para ello se implementa la encuesta denominada *Plan de Atención, Asistencia y Reparación Integral-PAARI*, un software que permite conocer la información de la víctima y su familia, en particular su situación socioeconómica y psicosocial, y en consecuencia se establece el tipo de procedimiento institucional a seguir para cada caso. La aplicación de la encuesta puede arrojar tres resultados: i) que la víctima no cuenta con los recursos suficientes para subsistir (alimentación, alojamiento, salud y educación) y en ese caso el funcionario lo direcciona para la entrega de una *ayuda humanitaria de emergencia*; ii) El segundo resultado es que la víctima tiene carencias leves, es decir, cuenta con algunos de los recursos mencionados anteriormente y en ese caso le es asignada una ayuda para cubrir los recursos faltantes, denominada *ayuda humanitaria de transición*; iii) El tercer resultado posible es que la víctima no registra ningún tipo de carencias, y en ese caso el funcionario lo direcciona a la ruta de reparación, que inicia con una indemnización económica.

Llega la víctima y qué pasa: la herramienta dañada. Yo como le digo a alguien que lleva horas esperando, se cayó el sistema regrese después. No hay plan B. A mí me toca garantizar el servicio, entonces, para no hacerle perder la venida, por lo menos busco agendarlo para una atención prioritaria la próxima vez. Y eso es un problema para mí, porque después aparece en el sistema que esa persona está doblemente agendada –claro, porque no se pudo atender esa vez- y viene la llamada de atención desde Bogotá. Eso es un problema. Yo entiendo el esquema de control de la calidad del servicio, pero se vuelve es una forma de control que muchas veces afecta el proceso de atención (Orientador(2) del Punto de Atención a Víctimas. Quibdó, 25/11/2015)

En Quibdó son frecuentes los cortes de energía eléctrica y el servicio de internet es deficiente, de manera que es lógico que los sistemas informáticos fallen, situación que va más allá de las posibilidades de los funcionarios, pero la crítica del funcionario es clara en por lo menos en dos aspectos: i) conociendo el contexto de la ciudad y la deficiencia en los servicios mencionados, no existe un plan b para que la atención que no sea por medio de herramientas informáticas, como entrevistas en sistemas offline o en papel. La explicación desde la UARIV es que la información entregada por las es muy delicada –porque además de

la situación socioeconómica, preguntan a la víctima sobre los hechos violentos que produjeron su victimización, actores, lugares, fechas-, de manera que debe ser objeto de los más rigurosos controles. ii) La inflexibilidad de este esquema operativo incide directamente en la manera como se desarrolla la atención, y se configura como un sistema punitivo cuando el funcionario no actúa dentro de los parámetros establecidos, más allá del cumplimiento del propósito de su tarea que en este caso es una atención digna a la víctima. Esta situación me permitió comprender un poco mejor esa idea de la implementación de la política como un escenario de autorregulación del Estado, donde él mismo planifica, establece sus metas y autoevalúa su cumplimiento mediante un complejo diseño institucional, muchas veces sin importar el real impacto de las acciones estatales en la sociedad, sino buscando asegurar su propio auto funcionamiento.

Otra de las críticas realizadas a esta encuesta es la ausencia de enfoque diferencial durante su construcción. “Vienen aquí desde Bogotá y nos hablan de cómo debemos caracterizar a las víctimas. ¿Cuántas veces vinieron aquí cuando estaban construyendo el PAARI? Ninguna. Entonces, ¿cómo va a caracterizar algo si no lo conocen?”<sup>8</sup>. El PAARI es una encuesta cuya aplicación puede durar en torno a dos horas, eso depende del tamaño del núcleo familiar, de los hechos victimizantes, entre otros aspectos. Es uno de los principales sistemas de información de la política y es implementada a nivel nacional, de manera que muchas veces las variables no se relacionan con el contexto local; entonces la crítica pasa, por un lado, por el tiempo perdido que implica estas preguntas en un Punto de Atención con de alta demanda en la atención como el de Quibdó. “Con el tiempo uno se curte y va a lo práctico del enfoque diferencial que toque atender”, mencionó uno de los orientadores, al tiempo que destacó la ausencia de preguntas que reflejaran la diversidad entre las víctimas del Chocó.

En educación pregunta si la persona tiene primaria, bachillerato, etc., pero en ningún momento se valora otras formas de educación en los pueblos étnicos. Por ejemplo, un Jaibaná es una persona muy respetada en las comunidades indígenas, y no lo es cualquiera. Desde pequeño lo están entrenando, pero cuando llega a la entrevista lo ponen en que no tienen nivel educativo. (...) Cuando les preguntan a los indígenas y los afros que vienen de las zonas rurales si tienen vivienda, ellos van a contestar que sí, pero una va a ver y están a punto de caerse. Entonces en el sistema queda que ya cumplió con subsistencia mínima y lo direccionan a la fase de reparación. Muchas veces todo se queda en un clic y no vemos el impacto que eso tiene (Funcionario(2) de la UARIV-Dirección Territorial Chocó. Quibdó, 26/11/2015).

## MATERIALIDAD

Los impactos que tiene un clic, vinculando una víctima a una categoría específica, se refleja en el tipo de ayudas que son entregadas en los distintos momentos de la atención. El enfoque diferencial se concreta en dimensiones actitudinales en la interacción entre funcionario y víctima, en procedimientos institucionales como

<sup>8</sup> Funcionario (1) de la UARIV-Dirección Territorial Chocó. Quibdó, 26/11/2015.

un acceso diferenciado al servicio y una atención prioritaria, pero uno de los temas fundamentales es la materialidad de las ayudas a las víctimas, es decir, los contenidos de los kits que son definidos –generalmente desde Bogotá– y que no se corresponden con las necesidades y costumbres de determinadas poblaciones. Con relación a la alimentación que es entregada a las víctimas de grupos étnicos existe gran debate tiempo atrás, desde la época en que la Corte Constitucional viene haciendo seguimiento a la política de atención a la población desplazada, y algunas de las ordenes emitidas se relacionaron con la construcción de menús diferenciados para las comunidades étnicas relacionados con sus prácticas alimentarias. En esa época, la institución encargada de implementar la política era Acción Social, y frecuentemente llegaban denuncias y requerimientos judiciales debido a que los alimentos entregados se desperdiciaban porque los beneficiarios no estaban acostumbrados a comerlo, o porque terminaba siendo utilizada para alimentar a los animales. Varios años después parece que la situación no había cambiado mucho.

Llegamos a una comunidad negra en el bajo Atrato víctima de desplazamiento, y nos encontramos que los kits de ayuda humanitaria que les entregaron llevaban cosas como enlatados o harina para arepas. La gente se quejaba por eso. En la ciudad esas cosas, pero en esas ayudas no ves plátano, banano, pescado, lo que consumimos aquí en la región. Tenemos muchas dificultades en ese sentido. Las costumbres de los en las zonas rurales es muy diferente a las de aquí en la ciudad (Funcionario(1) UARIV-Dirección Territorial Chocó. Quibdó, 26/11/2015).

La entrega de la ayuda humanitaria a las personas y comunidades víctimas generalmente se realiza de manera tercerizada, a través de un operador privado que atiende determinadas regiones del país. Es en este punto que muchos de los funcionarios coinciden que el enfoque diferencial se pierde, ya que más allá de los lineamientos, o inclusive de las cláusulas contractuales para incorporar el enfoque diferencial en las ayudas que son entregadas, la lógica de operación estandarizada de este tipo de empresas generalmente impide que esto se cumpla en la práctica, ya que diferenciar los kits saldría más costoso. Otra dimensión del asunto es la manera como los lineamientos que son definidos desde Bogotá deben ser permanentemente resignificados al contexto local, y sobre este punto en particular, durante el trabajo de campo varias veces me mencionaron el caso del *Modelo Ecocultural*, destacándolo como uno de los principales aportes en este proceso de adecuación local del enfoque diferencial.

Llegaron de Bogotá a explicarnos eso del Modelo Ecocultural. ¿Eco qué? Al principio no entendía nada. Hablaban de un montón cosas, criterios ecológicos, ambientales, culturales y así construyeron una solución para la ayuda humanitaria a las víctimas indígenas. Ese es el problema, cuando mandan las cosas así. Primero, esa palabra aquí nadie la entiende, entonces toca empezar por cambiarle de nombre. Pero aquí lo que hacemos para aterrizar esos programas, es sentarnos con las organizaciones indígenas y definirlo con ellos. De Bogotá nos mandan un modelo donde, por ejemplo, aparece una minuta para los indígenas, pero aquí estamos construyendo con ellos mismos como debe ser la minuta (Funcionario (3) de la UARIV-Dirección Territorial Chocó. Quibdó, 26/11/2015).

Este Modelo constituye una de las herramientas diseñadas por la DAE

para incorporar el enfoque diferencial, en este caso para la atención humanitaria a comunidades indígenas. Se trata de una caracterización de las distintas regiones del país a partir de criterios ecológicos y culturales para definir lineamientos para la entrega de ayuda humanitaria en contextos de emergencia –por ejemplo, un desplazamiento masivo- y consiste en proveer alojamiento, alimentación, salud y asistencia psicosocial a las víctimas. En el caso del Chocó, se conformó un espacio de trabajo con las organizaciones que representan los cinco pueblos indígenas del departamento y se definieron diversos aspectos asociados a la participación de éstas y las comunidades indígenas en la implementación de la política de víctimas, denominado por los funcionarios como “el mandato”, un proceso destacado a nivel local y promocionado como un ejemplo a seguir desde el nivel central. Es claro que deben existir mecanismos de participación de las víctimas en la política, pero este caso también permite situar la reflexión sobre la manera como se actualiza la red de actores y relaciones sociales en torno a la implementación de la política, así como la ampliación burocrática del estado multicultural en nombre del enfoque diferencial.

## DERECHOS Y BUROCRACIA

En este artículo analicé aspectos de la implementación del decreto afro en dos niveles institucionales: a nivel central a partir de la creación de la DAE y a nivel local en la manera como se atiende a las víctimas en Quibdó. Argumenté que la noción de enfoque diferencial constituye el campo jurídico-semántico en el cual se (re)configura la red de actores y relaciones sociales en torno a la política, y los sentidos que se disputan respecto a qué es la diferencia cultural que se reconoce y gestiona estatalmente. Para concluir reflexiono respecto a la manera como el enfoque diferencial se convierte a nivel institucional en un tecnicismo y en una meta a cumplir, perdiéndose en muchos casos, en medio de la burocracia y los procesos institucionales, su orientación política de reconocimiento de derechos.

Un primer aspecto que destacar es que, en el nivel conceptual, la noción de enfoque diferencial continúa siendo ambigua y de difícil operacionalización en los programas institucionales. A pesar de que el debate lleva más de una década en el ámbito público colombiano y cada vez más las instituciones cuentan con profesionales dedicados de manera exclusiva a trabajar con las poblaciones vulnerables y víctimas del conflicto armado, la puesta en marcha del enfoque diferencial a nivel institucional se desarrolla más en el nivel discursivo que en la práctica. Desde el ámbito estatal se reivindica permanentemente el marco de derechos existente para poblaciones como las afrocolombianas e indígenas, sin embargo, en la práctica lo que vemos son procesos estatales estandarizados definidos a través de lineamientos desde el nivel central, los cuales se vuelven muchas veces inaplicables a la realidad cultural de los territorios. Si los procesos de actuación son rígidos, la supervisión y los mecanismos de control interno de las

son aún más inflexibles, al punto que se vuelven el fin de la operación estatal y no necesariamente un medio efectivo para garantizar los derechos de las víctimas. En los casos que el funcionario se desmarca de los protocolos establecidos institucionalmente es sancionado, más allá que sean situaciones del sentido común como brindar atención a una víctima así el sistema esté caído, o como en el caso mencionado por Durán (2014) de una funcionaria de la UARIV en el Guaviare – oriente colombiano- investigada por donar a un ancianato los frijoles entregados como ayuda humanitaria a los indígenas Nukak, pues como ellos no los comen, los granos siempre terminaban en manos de las cucarachas.

Si de una parte el enfoque diferencial se pierde en la burocracia de un Estado diseñado en función de metas y procesos estandarizados, de otra parte, la noción gana múltiples sentidos al articular discursivamente a diversos actores, en particular a las víctimas étnicas y las organizaciones que los representan. La definición de la política, el diseño institucional y de los programas para atender y reparar a las víctimas debe incorporar el enfoque diferencial, y para ello se requiere vincular a los representantes étnicos que actúan como interlocutores y legitimadores de los programas y procesos estatales para atender la diferencia cultural. La implementación de la política, entendida como una arena de disputa y cooperación entre los actores (HEVIA, 2008), permitió analizar las tensiones que surgieron en el nivel nacional durante la creación de la DAE, las negociaciones con los representantes étnicos con relación a cómo deben ser operados los programas institucionales, y la articulación con otras instituciones y agencias internacionales, escenarios en los cuales el enfoque diferencial va tomando forma respecto a sus alcances y usos políticos, moldeando a los sujetos a quienes está dirigida la política y al mismo Estado multicultural.

En este proceso de incorporación de sujetos y comunidades afrocolombianas al multiculturalismo a partir de su condición de víctimas del conflicto, identifico en el fondo una lógica un tanto perversa, lo que no significa que deba dejar de atenderse a las víctimas. Una manera de abordar esta lógica es comprendiendo que en la construcción de los Planes de Reparación Colectiva -como el analizado para la comunidad afrocolombiana de Guacoche- surgen tensiones con relación a las reivindicaciones de las comunidades que generalmente están asociadas a demandas históricas al Estado (salud, educación, saneamiento básico), y un Estado que reconoce la imposibilidad de cumplir con estos derechos para todas las comunidades. Al final, sólo aquellas comunidades reconocidas como sujetos de reparación colectiva se van a beneficiar de inversión estatal, enviando un mensaje a la sociedad rural colombiana en el cual sólo pueden contar con escuela o puesto de salud si sufrieron una masacre o un desplazamiento.

Por último, destaco que la riqueza conceptual e importancia del enfoque diferencial como principio de derechos, muchas veces riñe con las lógicas estandarizadas de operación estatal y las posibilidades de traducirlo en programas y procesos institucionales. Pero más allá de constituir una norma para la actuación estatal, como en toda política, el enfoque diferencial requiere del compromiso de

los funcionarios con poder de decisión, de manera que se pueda romper con esta lógica estatal e impacte positivamente a los beneficiarios de la política. El caso estudiado de la atención a las víctimas en Quibdó es relevante para pensar como en su sentido más práctico, el enfoque diferencial funciona como acción afirmativa que más allá del universo de víctimas mayoritariamente afrocolombianas, busca reconocer los grupos de población más vulnerables al interior de ese universo, para brindar una atención prioritaria. Este y otros casos analizados de adecuaciones locales se salen del marco de lo establecido, apelando los funcionarios al sentido común para cumplir con su trabajo, inclusive a riesgo de ser sancionados.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÉLÈS, Marc. La antropología política: nuevos objetivos, nuevos objetos. In: MARQUINA, Aurora (coord.). El ayer y el hoy: lecturas de antropología política (vol. 1). Madrid: UNED, 2004, p. 51-72.

CHAVES, Margarita. Presentación. In: CHAVES, Margarita (comp.). La multiculturalidad estatalizada. Indígenas, Afrodescendientes y configuraciones de estado. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2011, p. 9-24.

DECRETO 4635/2011. Por el cual se dictan medidas de asistencia, atención, reparación integral y de restitución de tierras a las víctimas pertenecientes a comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras. Disponible en: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/enfoques-diferenciales/decreto-4635-de-2011/427> Acceso: 23/03/2021.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). Resultados del Censo Nacional de Población 2018 y proyecciones de población para el año 2020. Disponible en: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivenda-2018> Acceso: 12/03/2021.

DURAN, Carlos. La antropología frente a la institucionalización del concepto “enfoque diferencial”. Ponencia XV Congreso de Antropología en Colombia. Santa Marta, 2015.

ESCOBAR, Arturo. Política cultural y biodiversidad: Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano. In: URIBE, María y RESTREPO, Eduardo (eds.), Antropología en la modernidad. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 1997, p. 173-205.

HEVIA, Felipe. Relaciones sociedad-Estado: análisis interactivo para una antropología del Estado. Espiral - Estudios sobre Estado y Sociedad, vol. XV, n. 45, 2009, p. 43-70.

LEY 1448/2011. Por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones. Disponible en: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/ley-1448-de-2011/13653> Acceso: 13/04/2021.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA EL TRABAJO (OIT). Convenio sobre pueblos indígenas y tribales C169/1989. Disponible en: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312314](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312314) Acceso: 24/04/2021.

QUISPE, A. ¿Perspectiva intercultural o enfoque diferencial? Entrevista a Patrick Morales Thomas. Interculturalidad, 2004, n. 10, p. 8-9.

REGISTRO ÚNICO DE VÍCTIMAS (RUV). Información del total de víctimas registradas para Colombia, Chocó y Quibdó. Disponible en: <https://cifras.unidadvictimas.gov.co/> Acceso: 08/03/2021

SHORE, Cris. La Antropología y los Estudios de la Política Pública: Reflexiones sobre la “formulación” de las políticas. Antípoda, n. 10, 2010, p. 23-49.



Ana Letícia Fiori<sup>1</sup>

**CONEXÕES DA INTERCULTURALIDADE  
PELAS BRECHAS DO ESTADO:  
CENAS ETNOGRÁFICAS SATERÉ-MAWÉ**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Acre/UFAC

## RESUMO

No presente artigo, trago descrições etnográficas de três cenas de campo da pesquisa realizada junto aos Sateré-Mawé, povo tupi habitante da região do Baixo Amazonas, de modo a refletir sobre processos de morfogênese e captura do Estado a partir de suas brechas. Assim, discuto a atuação de alguns interlocutores Sateré-Mawé na Conferência Nacional de Política Indigenista, em Manaus, em novembro de 2015, e a realização de Feiras Culturais pelas escolas da aldeia de Castanhal e de Ponta Alegre, momentos de accountability com a Secretaria Municipal de Educação de Barreirinha-AM – cujo então prefeito era Mecias Sateré – mas também momentos de instanciação de lideranças a partir da cosmopolítica indígena. Dialogando com Veena Das e Marilyn Strathern, bem como com as análises de Renato Sztutman e Beatriz Perrone-Moisés sobre chefia indígena, destaco como a polissemia da noção de “brecha”, com um certo deslizamento semântico e pragmático sobre as margens de Veena Das, como oportunidades, descuidos, imprevistos, indica um modo de morfogênese não apenas do Estado, mas das coletivizações indígenas em modo de canibalização do Estado, fazendo-se a partir de capturas de potências externas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política indígena; Sateré-Mawé; Escola Indígena; Baixo Amazonas.

---

## ABSTRACT

In this article, I present an ethnographic account of three fieldwork scenes observed among the Sateré-Mawé, a Tupi people dwelling in the Lower Amazon River, in order to consider morphogenetic and capture process of the State through its breaches. Thus, a discuss the actions of some Sateré-Mawé interlocutors during the National Conference of Indigenist Policy, in Manaus, in November 2015, and the Cultural Fairs of indigenous schools at Castanhal and Ponta Alegre villages, moments of accountability to the Municipal Education Office of Barreirinha-AM, whose mayor was Mecias Sateré, as well as opportunities of leadership instantiation within indigenous cosmopolitics. In a dialogue with Veenas Das and Marilyn Strathern, as well as with Renato Sztutman and Beatriz Perrone-Moisés analysis of indigenous chiefdoms, I highlight how the polysemic term “breach”, with a certain semantic and pragmatic twist from the notion of margin by Das, as opportunities, oversight, expectations, shows a way of morphogenesis not only of the State, but also of indigenous collectives through the cannibalization of the State, by capturing external potencies.

**KEYWORDS:** Indigenous politics; Sateré-Mawé; indigenous schools; Lower Amazon River.

## INTRODUÇÃO

Em 2020, compomos uma Mesa Redonda no encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) denominada “Pelos brechas do Estado: pesquisas socioantropológicas na interface com agentes estatais e gestores de políticas públicas no Brasil”<sup>1</sup>. Um dos desafios colocados pelo título da mesa é que a ideia de brecha provavelmente evocará a imagem de certa morfologia do Estado. Esta morfologia pode ser concebida de diferentes modos. Uma delas inicia por uma concepção monolítica de Estado. Assim, seriam brechas passagens estreitas abertas entre um dentro e um fora, frestas pelas quais é possível vislumbrar um domínio separado, incógnito? Brechas que se abrem na arquitetura do poder estatal, do governo, e que podem mesmo ser indícios de que a estrutura desse monolito está comprometendo-se. Em uma variação possível, brechas seriam fissuras em que um certo continente deixa vaziar seu conteúdo, espalhando-se e misturando-se, de modo que as brechas do Estado engendram certo hibridismo de modos de interação entre agentes pelas quais o Estado se derramou. Brechas podem também ser pequenos intervalos entre os componentes do Estado, brechas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, brechas entre os governos municipais, estaduais e Federal, brechas entre secretarias e outras engrenagens na máquina do Estado, com seus organogramas esotéricos e suas burocracias. Mas talvez a possibilidade que mais nos interesse nessa mesa seja justamente aquela instanciada na expressão “dar brecha”, no sentido de criar uma ocasião ou oportunidade para o imprevisto, a partir de um descuido ou vulnerabilidade. Sendo assim, uma vez que se propõe um debate sobre “pesquisas socioantropológicas na interface com agentes estatais e gestores de políticas públicas no Brasil”, o subtítulo da mesa, a questão implícita é como, em nossos contextos de pesquisa, os coletivos com quem trabalhamos, nós pesquisadoras e pesquisadores e agentes estatais e gestores de políticas públicas “damos brechas”, e o que advém disso.

Na mesa redonda da ANPOCS, e nesse artigo que dela resulta, eu proponho pensar a partir de algumas cenas etnográficas<sup>2</sup> que derivam do trabalho de campo realizado no meu doutorado em antropologia pela Universidade de São Paulo (FIORI, 2018), em novembro de 2015, entre os Sateré-Mawé, povo do tronco

---

<sup>1</sup> MR18 - Pelos brechas do Estado: pesquisas socioantropológicas na interface com agentes estatais e gestores de políticas públicas no Brasil. Leandro Marques Durazzo (UFRN), Paula Manuella Silva de Santana (UFRPE), Izabel Saenger Nuñez (UFF e INEAC), Felipe Sotto Maior Cruz (UnB) e Ana Letícia de Fiori (Ufac). Realizada no dia 03 de dezembro de 2020. Esta apresentação não consta dos anais do evento, sendo o texto inédito para publicação.

<sup>2</sup> A estratégia expositiva de apresentar cenas é em parte de inspiração stratherniana, e sua discussão sobre “o momento etnográfico” no ensaio *O Efeito Etnográfico*, como um momento que se articula o já compreendido com a necessidade de compreender, o já analisado no momento da observação em articulação com o observado no momento da análise. Este momento irrompe de ligações imprevistas entre pontos dos dois campos, e dá sentido a informações que parecem, à primeira vista, residuais. Em parte, creio eu, vem de toda uma outra imersão teórica no campo da antropologia da performance e de autores como Victor Turner, Michael Taussig e Walter Benjamin, e seu interesse nos efeitos da justaposição de imagens dialéticas, em uma discussão que mereceria um trabalho à parte.

linguístico tupi<sup>3</sup>, que habita entre a capital Manaus, algumas cidades do baixo Amazonas e a Terra Indígena Andirá-Marau, circunvizinha aos municípios de Parintins, Barreirinha e Maués, no Amazonas, e Aveiros e Itaituba, no Pará. A minha pesquisa, que se iniciou refletindo sobre a formação de universitários indígenas no curso de Licenciatura Intercultural oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas entre 2009 e 2014 e acompanhada por mim desde 2012, encontrou nesse curso algumas brechas interessantes pelas quais discutir outras questões, por mim nomeadas de “conexões da interculturalidade”, título da tese defendida em 2018. Brechas, portanto, como as lacunas da poeira de Cantor na imagem invocada por Marilyn Strathern em *Partial Connexions*, capazes de relacionar e multiplicar perspectivas. Em novembro de 2015, o curso já havia sido concluído, mas o professor aposentado da FUNAI, Lúcio Menezes, avisou-me pela rede social Facebook que a Escola Municipal Indígena Professora Rosa Cabral, da aldeia de Ponta Alegre, estaria realizando uma Feira Cultural, e me convidou para acompanhar. As cenas que eu descrevo a seguir, e as reflexões que dela derivam, fazem parte dessa viagem ao Amazonas em seus momentos festivos. Proponho usar a categoria festa em um sentido próximo ao de Beatriz Perrone-Moisés (2011), cuja forma relacional com a guerra é como uma fita de Moebius, em que uma contém e pode vir a ser a outra, e assim considero que mesmo eventos articulados pelo Estado e a política indigenista, como a Conferência Nacional, assumem feições de encontro festivo, com potenciais de luta e guerra, e de alegria e animação.

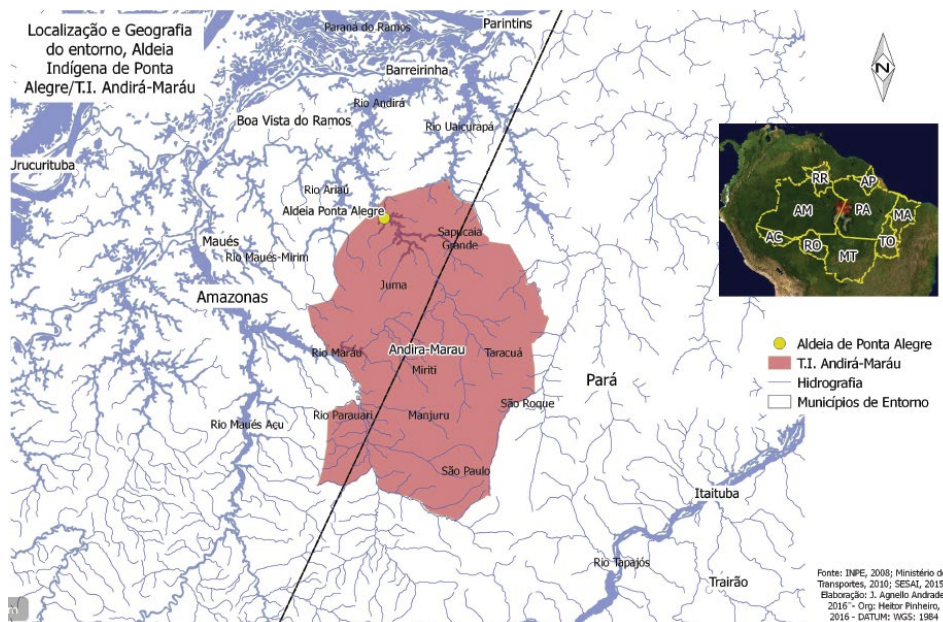


Figura 1: Mapa da Terra Indígena Andirá-Marau

Fonte: Cartilha Paradidática produzida pelo Grupo de Etnologia Urbana do Núcleo de Antropologia Urbana da USP para a escola indígena Professora Rosa Cabral (ANDRADE et al, 2016)

<sup>3</sup> No âmbito do debate etnológico sobre a região do interflúvio Madeira-Tapajós, Figueroa (1997) propõe a tese de que Tupinambás teriam chegado à região da ilha posteriormente chamada Tupinambarana (atualmente Parintins) e se misturado a coletivos de procedência do Brasil Central, em um processo denominado pela autora de tupinização da região. Ver também Menendez (1992).

## CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA

A etapa regional da Conferência Nacional de Política Indigenista foi realizada em Manaus, entre 03 e 05 de novembro de 2015, em um complexo de shopping e centro de eventos. Eu não sabia disso até desembarcar no aeroporto Eduardo Gomes e telefonar para meus amigos Sateré-Mawé de Parintins que, para minha surpresa, também estavam na capital amazonense. Tomei um táxi até lá e, no credenciamento, aproveitei-me de uma pequena brecha, dizendo que não conseguira concluir minha inscrição pela internet. O evento estava um pouco esvaziado, pois delegados de etapas locais não haviam conseguido ir a Manaus, de modo que não houve dificuldade em conseguir um crachá para mim. Segundo me foi dito, os Sateré-Mawé – entre aqueles que moram em Manaus e os que vieram de outras localidades – eram o grupo mais expressivo da Conferência, com 39 participantes. Lá estavam alguns dos acadêmicos indígenas que eu acompanhara em Parintins, Barreirinha e Maués – Josias, Jafé (filhos de João Canarinho), Tito (filho de Lúcio Menezes), Juracy; João Canarinho Sateré, liderança histórica da COIAB; o tuxaua de Ponta Alegre Amado Menezes com sua esposa Maria; o artista plástico Aldamir Sateré, filho do Capitão Zezinho; o tuxaua do rio Marau; o tuxaua da aldeia manauara *Yapyrehyt*, Moisés Sateré, entre outros. A Conferência reuniu pessoas antigas do movimento indígena, que não se viam há bastante tempo. Lá se viram, se reconheceram, trocaram notícias, apresentaram seus filhos, a nova geração. Seu João, como veterano desses processos, comentou várias vezes que não estão brigando mais por eles, mas pelo futuro.

Conversando, fui colocada a par das dinâmicas dos trabalhos, como a divisão dos delegados por grupos de trabalhos para discutir propostas a partir de diferentes eixos: “territorialidade e o direito territorial dos povos indígenas”; “autodeterminação, participação social e o direito à consulta”; “desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas”; “direitos individuais e coletivos dos povos indígenas”; “diversidade cultural e pluralidade étnica no Brasil”; “direito à memória e à verdade”. Estas propostas, vindas das etapas locais, deveriam ser debatidas e consolidadas, para apresentação na plenária. Funcionários da FUNAI, agentes do indigenismo do Estado, organizavam e sistematizavam os trabalhos. No grupo de “desenvolvimento sustentável”, com o qual permaneci, o primeiro funcionário se esforçou para partir de um entendimento comum sobre “desenvolvimento sustentável”, o que disparou depoimentos sobre como roçados, caças e fabrico de produtos da mandioca estão sendo abandonados com a chegada do Bolsa Família, entre outros problemas. Uma brecha da política ou um paradoxo das consequências, em acepção weberiana. Contudo, a discussão conceitual deu lugar à leitura das propostas enviadas, que revelavam outras brechas: a dificuldade de criar e manter associações indígenas com estatuto, CNPJ, e o problema da inatendimento; a questão da compra local da merenda escolar; a questão da certificação de produtos de origem indígena (para a qual, lembraram os funcionários da FUNAI, havia um manual disponível). Aproveitando as brechas por entre essas

propostas, chegaram dos Sateré-Mawé as propostas de criação de um centro cultural em Parintins e de reconhecimento dos jogos tradicionais dos Sateré-Mawé que, ao serem recebidas pelo GT, foram reformuladas para abrangerem todas as etnias. No dia seguinte, 05 de novembro, após a manifestação que seguiu da sede da Associação Waimiri-Atroari até a Assembleia Legislativa do Estado, protestando contra a PEC 215 e a dissolução da Secretaria Estadual Indígena (SEIND), as propostas foram apresentadas pela plenária, debatidas e aprovadas.

Entre as atividades da Conferência, também houve a eleição de delegados para a etapa nacional, que seria realizada em Brasília, a partir de diferentes coletivizações. Alguns Sateré-Mawé acompanharam as deliberações para a eleição de delegados indígenas representando a Conferência Nacional da Juventude Indígena. O mediador disse que queria consensuar, não queria eleições porque isso era coisa “de branco”, mas que achava que tinha que ser um homem e uma mulher, por questão de gênero. Ao final, como houve vários interessados, tentaram sistematizar uma votação. Sugeriram colocar os crachás ao pé do candidato, ou entregar-lhe nas mãos. Optou-se por voto aberto e queriam que eu também votasse, mas eu disse que preferia não votar. O mais votado seria titular e o segundo, suplente. Josias Sateré foi eleito junto com Michele Tukano. Também os Sateré-Mawé do rio Andirá foram chamados por um funcionário da FUNAI para escolher seus delegados. Todavia, o funcionário da FUNAI não quis permanecer ou mediar, apenas propondo que entre os representantes do rio Uaicurapá também se incluíssem delegados da cidade de Parintins.

Como não sou fluente na língua sateré, pouco pude acompanhar do que foi discutido, mas o dissenso se instalou, aparentemente tão indígena quanto o consenso anteriormente almejado pelo mediador anterior. Soube depois que alguns dos possíveis delegados abdicaram da candidatura porque seriam delegados por outros caminhos: a própria Conferência Nacional da Juventude, mas também a prefeitura de Barreirinha e a Secretaria Municipal de Educação. Portanto, seriam delegados indígenas da parte da gestão municipal. Mesmo assim, um mal estar permaneceu, gerado em parte pela confusão na percepção sobre os recursos para os delegados virem da FUNAI ou da prefeitura. Conforme me foi dito “o erro foi do funcionário da FUNAI, que era do governo, mas deixou o problema pros índios. Deixou os indígenas pensando que era Conferência e verba do município, mas era da FUNAI. Então, o funcionário deixou os índios mal com o prefeito”. Prefeito que, à época, era Mecias Sateré, aliado de uns e não de outros, conforme fatores circunstanciais, e também antagonismos na estrutura dos clãs Sateré-Mawé.

Apesar de ser a etapa regional, questões locais do Baixo Amazonas foram tratadas na Conferência. Seu João deu notícias sobre os conflitos referentes à coordenação do DSEI de Parintins (cujo escritório fora ocupado por Sateré-Mawé em agosto) e a moção que seria posteriormente aprovada em plenária. Então, João disse ao funcionário da FUNAI que nem adiantava leva-lo como delegado para Brasília. João e Lúcio avaliavam também que seria preferível levar os jovens

para serem delegados da etapa da Conferência em Brasília, por “tinha que ser inteirado” para ser delegado, saber brigar, e também “saber mexer com computador”. O computador figurava como condição de enunciação (escrita) e de registro e memória, papéis de liderança. Muita gente tinha ido aos grupos de trabalho da Conferência em Manaus, mas não tinha falado nada, só ficado escutando. “Tinha que saber falar”, avaliavam.



Figura 2: João, Josias e Tito Sateré na Conferência Nacional de Política Indigenista.  
Fonte: autoria própria, 2015.

## AS FEIRAS CULTURAIS

As Feiras Culturais nas escolas do interior (rurais e indígenas) do município de Barreirinha despontam como eventos capazes de articular diferentes práticas e interesses. Seu caráter festivo permitia que, em nome da escola, fossem convidadas pessoas de outras comunidades e autoridades internas e externas. Entre as várias formas de circulação desses convites estava a própria circulação dos organizadores das feiras entre a sede do município e as diferentes comunidades, e as redes sociais via internet. Na manhã do dia 11 de novembro de 2015, quando já estávamos na aldeia de Ponta Alegre (rio Andirá, Barreirinha-AM), após a Conferência em Manaus, o professor Lucio Menezes Sateré foi convidado para a Feira Cultural da comunidade Castanhal pelo gestor da escola desta comunidade, Damásio, que foi até a casa de Lucio comprar peixes com seu genro Carlos, para serem servidos na Feira. Seja em termos de lógica de dádiva (como propostas de “parcerias”, termo utilizado para convidar alguém a contribuir com dinheiro, alimentos, objetos rituais, serviços ou outros produtos para um evento ou empreendimento), seja em termos de lógicas de mercadoria (como a compra dos peixes), e mais apropriadamente certos hibridismos entre ambas as lógicas, estes convites derivavam de uma situação de negociação presente como contexto para uma situação futura, em que amizade, aliança e prestígio estavam em jogo. De qualquer

modo, um convite havia de ser feito para que pessoas de fora da comunidade e autoridades viessem. Soubemos, por exemplo, que as pessoas de Praia Dourada, que haviam se apresentado na Feira Cultural da Escola Rosa Cabral em Ponta Alegre de 2014, não haviam sido convidadas em 2015, de modo que não iriam.

A presença de autoridades em uma posição de destaque, por sua vez, conferia uma dimensão cívica e política ao evento escolar. Em Castanhal, o lugar reservado para as autoridades era o palanque diante do campo de futebol onde as barracas da feira foram montadas. De lá falaram ao microfone o tuxaua do Castanhal, o professor Lucio Menezes, Damásio, o gestor da escola, além de um vereador de Barreirinha e o filho do Secretário de Educação. Em Ponta Alegre, uma mesa de autoridades foi composta no Centro Cultural, contando com a presença dos dois tuxauas – Amado Menezes Filho e Helito Barbosa; o capitão Zézinho; o presidente da comunidade; Possidônio, o gestor da escola; a professora aposentada Marcina e as três antropólogas que estavam na área naquele momento (eu, Kalinda Felix, do PPGAS/Ufam, e uma antropóloga francesa, doutoranda em sociologia de Harvard, interessada no comércio do guaraná).

Entre as autoridades externas, esperava-se principalmente pela equipe de funcionários da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, que são os principais mediadores da relação entre os professores indígenas e o Estado, responsáveis pela gestão de recursos, controle das atividades cotidianas da administração escolar. Questões burocráticas, mas profundamente políticas, em especial devido à renovação anual dos contratos que não garantia nenhuma estabilidade para os professores. As Feiras, portanto, serviam como uma espécie de prestação de contas e de oferta aos funcionários da SEMED. Como os quadros do serviço público são grandemente preenchidos por indicação, a fronteira entre servidores e políticos é bastante turva.



Figura 3: Funcionários da SEMED de Barreirinha na Feira Cultural de Castanhal  
Fonte: autoria própria, 2015.



Contudo, havia também entre os professores a postura de que a feira era feita para a comunidade, e não para a SEMED. A festa da escola era também compreendida como um *puxirum*, um momento de trabalho em mutirão acompanhado de refeições em conjunto. Buscavam-se pelas comunidades pessoas para construir as barracas, trançar a palha dos telhados, preparar o tarubá e o vinho de açai, cozinhar a macaxeira e o cará, operar o motor de luz, as caixas de som e microfones. Algumas dessas atividades preparativas seriam reencenadas pelas crianças, durante a apresentação das turmas, sob a direção de professores e professoras.

As escolas buscavam mostrar elementos da “cultura indígena” distribuídos pelas turmas da Educação Infantil ao quinto ano do Ensino Fundamental. As apresentações foram organizadas a partir de temas integradores: “Atividades Econômicas” na escola de Castanhal. Mas o efeito desse ato de mostrar variava. Se para o público de funcionários da SEMED (e para mim enquanto pesquisadora), estabelecia-se uma perspectiva de alteridade em que se positivava uma cultura especificamente indígena e Sateré-Mawé, para o público composto pela própria comunidade era importante que os elementos mostrados fossem reconhecíveis e, sobretudo, bem executados. Uma performance errada daria “brecha” para risadas ou mesmo para o risco de “embranquecimento”.

Para a realização da Feira, havia aspectos econômicos a serem considerados. Cabia aos professores e ao gestor a produção da feira, a obtenção de recursos, seja por cooperação dos comunitários, seja pelo patrocínio (as “parcerias”), seja por contribuições próprias. Os itens a contribuir, além do trabalho na organização e decoração da Feira, incluíam fornecimento de alimentos, gasolina e diesel para os geradores, empréstimo de paneiros, tipitis ou outros itens utilizados na decoração ou nas apresentações, coleta de palha, e dinheiro. Muito embora não indígenas sejam patrocinadores dessas festas, nem por isso são seus donos; seu enquadramento é de convidados e/ou “autoridades”. O dono é quem organiza e obtém com os patrocinadores seus recursos, nesse caso, os professores e gestores da escola. De fato, “Ao longo das festas, observam-se oposições e conjugações entre anfitriões e convidados. A contrariedade que marca sua relação costuma ser refeita em atos e palavras, num vaivém que jamais a abole” (PERRONE-MOISÉS, 2015, p. 29).

## ***A FEIRA CULTURAL DE CASTANHAL***

A II Feira Cultural da comunidade Castanhal foi realizada na manhã do dia 11 de novembro de 2015, uma quarta feira. A comunidade ainda não dispunha de um prédio escolar em funcionamento, embora fosse possível avistar a obra inacabada na frente da comunidade. O lugar escolhido para as apresentações foi um campo de futebol central, sob a sombra de várias mangueiras, cujos frutos caíam a todo momento e por vezes acertavam alguém. Seis barracas com telhado de palha ainda verde, três de cada lado da área central, compunham a Feira Cultural.

Cada barraca sediava uma das turmas a se apresentar, trazendo alguma atividade econômica, modo de relação com o trabalho e, progressivamente, com os comerciantes e produtos não indígenas. Assim, essa disposição cênica estabelecia um jogo sincrônico entre as diferentes atividades encenadas, todas presentificadas no campo de futebol, e ao mesmo tempo a ordem de apresentação instituía uma diacronia em direção à maior inserção dos “brancos” na economia. Constituía assim um vislumbre da historicidade Sateré-Mawé sobre o contato, os seus esforços de “pacificação dos brancos” enquanto potência exógena perigosa, mas com capacidades desejáveis, e os dilemas contemporâneos em relação aos modos atuais em que se produzem ou se obtém por compra alimentos e outros insumos.

A escola, nesse sentido, configura-se de modo ambivalente. Por um lado, é o principal aparato estatal implantado nas comunidades indígenas, pelo meio do qual certos recursos chegam (salários, verba de merenda, patrocínio público e privado para eventos na aldeia), bem como campanhas e outros vetores da capilaridade estatal. Por outro lado, é também – pelos próprios dispositivos constitucionais e legais do Estado – encarregada de preservar a cultura e os modos de vida indígenas, enquanto mantém por horas crianças e jovens longe das atividades desempenhadas por seus parentes e, conseqüentemente, dos métodos *tradicionais* de produção e circulação de conhecimentos e habilidades. Todo este arranjo, e suas brechas, estaria ali dramatizado.

Em Castanhal, assim, após uma fala de abertura do *tuisá* (tuxaua, cacique) e do gestor da escola, as turmas encenaram as atividades econômicas da comunidade. A primeira cena, da qual participaram alunos mais velhos, foi toda falada em língua sateré-mawé, na qual os alunos representavam a organização de um puxirum. O “tuisá” e sua “esposa” recebiam em sua casa um casal que queria abrir uma nova roça. Conversavam, tomavam *çapó*<sup>4</sup>, e combinavam o *puxirum*, acompanhados do capataz. Em seguida a Educação Infantil encenaria o fabrico da farinha. A cena era menos focada no diálogo que na ação. As crianças estavam pintadas e com saias de TNT e cada uma tinha um papel distinto na produção, narrado pela professora ao microfone. Um menino escavava a terra, para que uma menina plantasse as manivas. Em seguida, arrancavam a mandioca, descascavam, ralavam, passavam no tipiti<sup>5</sup> e assavam a farinha. As manivas arrancadas foram replantadas. Ao final, as crianças cantavam em coro uma paródia que narrava o processo.

A turma seguinte, provavelmente de primeiro ano, encenava outros aspectos da alimentação. Em sua barraca estavam sendo servidos mingau de crueira

<sup>4</sup> Çapó, sapó, sak'pó, entre outras grafias, é a bebida feita com o bastão do guaraná (torrado, moído, moldado e secado) ralado em água. Para reuniões, conversas entre lideranças, ocasiões formais, a festa da tucandeira o protocolo exige que seja servido *çapó* aos presentes em sentido horário, tomado em número par de vezes. Tradicionalmente, o *çapó* é ralado pela dona da casa ou outra mulher presente, utilizando uma pedra ou língua de pirarucu. A cuia do *çapó* repousa sobre um suporte em forma de ampulheta chamado *patawi*, que como uma espécie de *axis mundi* representa domínios ontológicos. O guaraná, ou *waranã*, é considerado um mediador de boas palavras, uma liderança. As falas depositadas na cuia pela toma do *çapó* podem atingir entendimento. Para mais detalhes, ver Figueroa (1997), Lorenz (1992) e Fiori (2018).

<sup>5</sup> Prensa de palha trançada para espremer mandioca ralada, extraíndo a farinha e o tucupi.

e banana, tarubá<sup>6</sup>. As meninas, por sua vez, encenavam a preparação do mingau, mexendo-o em panelas, e do *çapó*, ralando-o em uma cuia. Os meninos, sentados em canoas no meio do campo, pescavam peixes de isopor com caniços. A mesma canoa transformou-se no barco do regatão. Crianças traziam alimentos produzidos na comunidade, como peixe e farinha, trocando-os por frangos industrializados. A última turma apresentou a comercialização de pau rosa, madeira extraída na região de modo predatório nos anos 1980, para a confecção de perfumes. As crianças foram até o mato e trouxeram toras de madeira, com cipós amarrados a hastes laterais que permitiam que as toras fossem roladas pelo chão. A barraca era uma quitanda com pacotes de arroz, sal, açúcar, café e outros produtos industrializados, além de uma balança para pesar as toras.

O aluno que representava o regatão fazia ares de comerciante arrogante e inescrupuloso, com um chapéu e um óculos escuro, visivelmente divertido com o processo de dar preço aos produtos e enganar ostensivamente os seus colegas que representavam os indígenas. A encenação despertava comentários misturados a lembranças dos adultos que assistiam, pais de alunos e outros comunitários. É interessante o contraste entre a narrativa apresentada pela escola de Castanhal e a escrita por Sônia Lorenz (1992), a partir do seu trabalho pelo CTI nas comunidades do rio Marau, em que os regatões aparecem em uma relação exploratória severa com os Sateré-Mawé na extração de pau-rosa e outras atividades. Na Feira Cultural do Castanhal, o regatão aparecia *sovinando*, forçando preços, mas de modo algum submetendo os Sateré-Mawé que com ele comercializavam. Era antes uma espécie de duelo de esperteza, quem conseguia enganar ou perceber o engodo. Restava o conselho de que educar-se na escola ajuda a não ser enganado nas contas com os brancos, a não dar brecha. Não diante de um quadro de sujeição, e sim de relações assimétricas e que permitem diferentes formas de ação e estratégias.



Figura 4: encenação do comércio do pau-rosa em Castanhal  
Fonte: autoria própria, 2015.

<sup>6</sup> Bebida fermentada de mandioca.

Encerrando as apresentações, discursos em sateré-mawé e português do gestor da escola Damácio, do *tuisá* de Castanhal; do vereador Lúcio Filho; de Joel, representando o secretário Francinaldo Sateré; e de Lúcio Menezes. Joel ressaltou que em alguns dias os alunos estariam estudando em uma escola com dignidade, referindo-se ao prédio escolar ainda não inaugurado. O representante do secretário responsável pela educação indígena, ao falar em português, despertou comentários de que “não fala a língua”, dando brechas para questionamentos sobre si. Lúcio Menezes, por sua vez, recapitulou a sua trajetória como professor da FUNAI e o estabelecimento das escolas, alertando para as condições atuais com a falta do prédio escolar, ainda que sem críticas diretamente dirigidas à Prefeitura. A Feira abriu uma brecha para tornar-se arena do embate político entre apoiadores dos futuros concorrentes, da situação e da oposição à atual gestão do prefeito Mecias Sateré, aos cargos municipais nas eleições de 2016.

Ao final, a comida que fora exibida na performance das crianças estava sendo servida em cuias que circulavam, com atenção especial aos funcionários da SEMED. Além dos itens apresentados como tradicionais, as crianças comiam também salgadinhos industrializados, balas e as mangas que caíam das árvores ao redor.

## ***A FEIRA CULTURAL DE PONTA ALEGRE***

A data originalmente prevista para a Feira Cultural em Ponta Alegre era 13 de novembro. Postagens da professora Marilucia Menezes (filha de Lúcio Menezes) e do perfil da Escola Municipal Indígena Professora Rosa Cabral no Facebook avisaram que a data fora alterada, primeiro para o dia 11 e em seguida para o dia 20 de novembro. A primeira alteração foi motivada pelas objeções dos professores e alunos adventistas, que não podem desenvolver atividades na sexta-feira após o pôr do sol. Contudo, haveria incompatibilidades de agenda com a Secretaria Municipal de Educação, que estava designando uma equipe para ir nas diversas comunidades do interior que realizavam suas feiras. O dia 20 de novembro, escolhido pelo orientador pedagógico Josias e pelo gestor Possidônio, também caiu em uma sexta-feira e gerou fricções com os adventistas de Ponta Alegre.

O adiamento me permitiu acompanhar parte dos preparativos para a Feira. O tema já havia sido escolhido e enviado em ofício para a SEMED, em um documento com a linguagem acadêmica aprendida por Josias e Possidônio na universidade. O tema escolhido foi “Cultura e Conhecimento”, tendo como delimitação do tema “saúde, alimentação, educação e mitologia Sateré-Mawé, interagindo com outras culturas”. Esta delimitação, de fato, operava como conectivo entre apresentações, que não estavam conectadas em uma única narrativa, como fora em Castanhal. Durante as manhãs, as aulas das turmas geridas pelo município, do Ciclo I do Ensino Fundamental, reservavam espaço para ensaio das apresentações e confecção de materiais.

Possidônio e Josias decidiram estabelecer dois ambientes para a realização da Feira Cultural da Escola Rosa Cabral. O cerimonial com mesa de abertura e encerramento teria lugar no barracão, Centro Cultural Itelvino Miquiles. Na manhã do dia 20 de novembro, os professores Marilucia, Josias e Franciane (não indígena que posteriormente se casou com Josias) dirigiram a arrumação do barracão, auxiliados por mim e por Kalinda Felix, que chegara à Ponta Alegre para sua pesquisa sobre alimentação indígena. Josias havia confeccionado uma grande faixa para ficar ao fundo do barracão, com o tema e um logo da Feira – um círculo contendo um ramo de guaraná, uma luva de tucandeira, o *porantim* (o remo mágico e importante diacrítico identitário Sateré-Mawé) e um arco, com os triângulos característicos do grafismo sateré-mawé como borda. Nas vigas do telhado, penduramos um cocar pertencente ao *tuisá* Welliton Barbosa, paineiros, arcos e estruturas de palha trançada. Na mesa, forrada com um pano branco drapeado, cocares de palha trançada, vassouras em miniatura que seriam ofertadas de brinde para as autoridades e *patawis*, os suportes para as cuias de *çapó*. Diante da mesa, cestos, paineiros, flechas, remos e canoas entalhados em molongó, flechas e cabeças de vassoura, que fazem parte de um acervo de artefatos indígenas da escola. Esta era a área indígena da decoração, disseram-me os professores. Em uma mesa lateral, foi colocada uma grande maquete da escola, confeccionada em isopor. Acima dela, um pano vermelho foi pregado como Mural Interativo. Nele foram afixadas fotos de atividades escolares, ilustrações e textos com objetivo, missão, cronograma e planejamento escolar, além do hino da escola.

A V Feira Cultural da Escola Municipal Professora Rosa Cabral, “saúde, alimentação, educação e mitologia sateré-mawé interagindo com outras culturas” foi iniciada com a composição de uma mesa de autoridades. O cerimonial foi iniciado com alguma hesitação, pois os representantes da SEMED não haviam chegado. Havia uma grande preocupação com o horário, porque os professores adventistas não poderiam participar das atividades da Feira depois que anoitecesse, uma vez que era uma sexta-feira, e os sábados devem ser guardados. O argumento vencedor foi de que a Feira, afinal, não era para a SEMED, e sim para a comunidade.

Assim, inicialmente estavam presentes os dois *tuisás*, Barbosa e Amado Menezes, o coordenador da escola, Possidônio Cabral, Kalinda Félix, eu e a professora Marcina, que cantou o Hino Nacional. Foi cantado também o Hino de Barreirinha e as crianças, ensaiadas por Marilucia, perfilaram-se para cantar o hino da escola. Uma das meninas, reconhecida por cantar bem, puxou o hino em um microfone, acompanhada pelo Professor Amilson “Gato”, que fazia a harmonia em um teclado. À mesa de autoridades era servido *çapó* em uma cuia. Em seguida, quatro meninas trouxeram os símbolos da “cultura sateré-mawé”: um par de luvas de tucandeira, uma réplica do Porantim, um arco-e-flecha e um cacho de guaraná. Configurava-se ali um jogo dialético entre as imagens e emblemas cívicos estatais, cujo aprendizado, reconhecimento e referência é papel da escola ensinar, a título de promover “integração nacional”; e elementos sateré-mawé, deslocados de seus usos originais para cumprir a função de diacríticos marcando a distintivi-

dade de uma escola indígena capaz de apresentar-se de modo intercultural, específico e diferenciado, respeitando “processos próprios de aprendizagem”, como preconizam das diretrizes normativas sobre educação escolar indígena. Todavia, elementos que, ao mesmo tempo, pelas brechas da festa, atualizam modos de liderança indígena, magnificando certos personagens, à maneira descrita por Sztutman (2012) sobre o universo tupi, e colocando a centralidade do guaraná como professor e mediador de mundos e palavras.



Figura 5: Mesa de autoridades da Feira Cultural de Ponta Alegre  
Fonte: autoria própria, 2015.

De modo concreto, para os professores da escola Rosa Cabral, ter o hino e a maquete da escola também era sinal do quanto eles estavam “desenvolvendo a educação na área”, pois afinal são objetos para se fazer a festa da cultura na escola. Era importante que os representantes da SEMED ali estivessem, mas não eram eles os índices de sucesso e os conferidores de prestígio. Em novembro de 2015, já começara o “tempo da política”, nas palavras de Lúcio Menezes, em que alianças se costurariam para as candidaturas a vereador nas eleições municipais de 2016, entre elas a de seu filho Elias, também professor na Terra Indígena, naquele momento na região do rio Uaicurapá, sob jurisdição de Parintins.

Já para as apresentações de cada turma foram demarcadas áreas em frente à escola, delimitadas pelo vão entre os pilares do corredor. Assim como o barracão fora decorado para o cerimonial, as decorações em cada seção compunham um cenário para a apresentação do tema de cada turma. Os temas listados no folder de programação preparado por Josias eram anunciados pelos cartazes. “5º. Ano - A origem do tipiti”, “Preservação do Meio Ambiente”, “Saberes Tradicionais no Mundo Contemporâneo”, “Alimentos presentes na aldeia – 4ª série”, “Plantas Medicinais”.

O maternal apresentou uma encenação de pesca e alimentação, com

mandioca e cará, e uma adaptação de “ciranda, cirandinha” falando de alimentos. A Educação Infantil e os 1º e 2º anos do Ensino Fundamental trataram da “Preservação do Meio Ambiente”, com uma encenação sobre o recolhimento de lixo. O 2º ano, sob comando do professor Amilson, apresentou também a origem das vassouras, em que as crianças personificavam as próprias vassouras. O 4º ano apresentou também “alimentos presentes na aldeia”, dispostos em uma mesa com placas explicando seus benefícios, em um método expositivo. O 5º ano apresentou o mito da “Origem do Tipiti” utilizando cartazes, objetos, uma maquete/ tabuleiro manuseada pelas narradoras com os personagens do mito – o homem, a cobra –, como se elas mesmas fossem professoras ensinando o resto da turma, em um metateatro. O 3º e 4º anos apresentaram “Saberes tradicionais no mundo contemporâneo”, tratando de ervas medicinais.

Rosa Cabral, professora que deu nome à escola, foi personagem de apresentações como parteira e professora. A proposta, uma encenação dividida em “antes” e “depois”, era apresentar a transformação da escola, com o diferente ordenamento das carteiras e o uso da lousa – que indicavam também a construção do prédio escolar, a mudança da língua sateré para o português e o uso de fardas (uniformes). Rosa Cabral surgia como uma das professoras pioneiras da educação em Ponta Alegre, tema presente também no hino composto por Marilucia e Honorato.

A preocupação explícita em recuperar a história da escola de Ponta Alegre como parte da história da escolarização dos Sateré-Mawé ganhava diferentes contornos políticos dependendo do enunciador. O secretário de educação de Barreirinha, em seu discurso durante o encerramento, ressaltou a apresentação que mostrava a transformação da escola ao mesmo tempo em que dizia que a Feira Cultural era um projeto de cinco anos da prefeitura de Barreirinha. Disse ele que na primeira Feira, a exposição parecia “de branco”, mas agora ele a via como verdadeiramente indígena, com as crianças vestindo cocares. Os esforços do prefeito Mecias Sateré foram enfatizados em sua fala, na qual ele chegou mesmo a se dirigir a mim e à Kalinda. Às pesquisadoras, o secretário recomendou que nos preocupássemos em registrar estes esforços de Mecias.

Lúcio Menezes, por sua vez, havia preparado um discurso bastante diferente. Lúcio não chegou a proferir seu discurso por ter retornado para a cidade mais cedo acompanhando seu filho que ficou doente, mas já em Parintins – ao ver as fotos da feira – me relatou o que planejava dizer. Lúcio falaria sobre como foi o primeiro professor indígena da comunidade, contratado pela FUNAI, dando aulas debaixo da grande mangueira que ficava na praça em frente à igreja católica. Contraria como de início haviam chegado os professores missionários da igreja católica e das evangélicas, como conta o livro do [pastor adventista] *Leo na Amazônia*, e depois o SPI e a FUNAI, até que a responsabilidade pela educação passou para a prefeitura. Aí figuravam Rosa Cabral e outras professoras. Falaria então da inauguração da escola na época da prefeita Socorro Dutra e de sua reforma durante a gestão de Gilvan, anterior a Mecias, que não seria mencionado.

Estas memórias da educação são também sustentadas por um conjun-

to de fotos que Lucio, sua esposa Teca e sua filha Marilucia guardam tanto da inauguração da escola com a presença de Socorro Dutra como de um projeto do governo Fernando Henrique Cardoso chamado “Luz do Saber”, ocasião em que FHC havia subido o Amazonas de barco. Talvez estas memórias tenham alimentado à objeção ao ex-presidente Lula que Lúcio sempre deixou explícita em nossas conversas sobre política nacional, ainda não impactadas pelos eventos pós 2016.

Gostaria de chamar a atenção para o modo como cada Feira Cultural foi encenada. Castanhal, como descrito anteriormente, criou as “cenas” das diferentes etapas da economia de uma comunidade sateré-mawé especializando-as em diferentes casinhas que formavam uma aldeia. O público circulava junto com os alunos/atores a observar cada cena, reconhecendo-as em seus próprios cotidianos e lembranças. Ponta Alegre utilizou a rua principal, Pau D’Arco, como eixo entre os dois pontos de apresentação: o Centro Cultural ao lado da casa do *tuisá* Amado Menezes Filho, e a frente da escola Rosa Cabral, ainda sem muro. O público sentou-se nas cadeiras do barracão ou permaneceu encostado em seu peitoril, dirigindo-se para a frente de cada “stand” durante as apresentações, assumindo o papel de expectadores das exposições, que estabeleceram assim uma “quarta parede”. O modo de organização dos temas também assumiu um caráter mais expositivo, explicativo, mesmo quando apresentado sob a forma de encenação. Refletindo, provavelmente, o modo como os professores da Rosa Cabral aprenderam a apresentar seus trabalhos em seus cursos de formação. Havia, em Ponta Alegre, a utilização mais intensiva de materiais de papelaria e decoração obtidos pelos professores na cidade, com seus próprios recursos ou patrocinados pela SEMED. A comida oferecida em Ponta Alegre incluía, além de peixes, farinha, beiju, cará e frutas, frangos inteiros enviados em “cartelas”, assados ou cozidos nos panelões. Não havia, porém, o tarubá servido em Castanhal.



FIGURA 6: Apresentações da Feira Cultural de Ponta Alegre  
Fonte: autoria própria, 2015.



Embora tais diferenças pudessem ser indicadas para mencionar o quanto Ponta Alegre está “perdendo a cultura indígena”, tendo sido desde sempre “misturada”, uma acusação comum feita por pessoas de outras comunidades; no tema escolhido para a Feira Cultural da Rosa Cabral constava “interagindo com outras culturas” de modo positivado. Assim, o hino da escola narra que “do encontro de duas culturas Ponta Alegre foi formada”, enquanto aponta diferenciações internas entre os clãs e afirma que “a cultura deve ser fortalecida porque identifica uma *nação*”, que pode significar tanto cada clã */ywanía/* quanto a noção de cidadania brasileira, que passa pelo fortalecimento da educação e do povo guerreiro que conseguiu a homologação de sua terra. Nesse sentido, os elementos não indígenas afluem para inflacionar a festa, de modo similar à noção de desenvolvigente (*developmen*) de Marshall Sahlins que Perrone-Moisés também identifica em festas ameríndias (PERRONE-MOISÉS, 2015, p. 26).

Em ambas as comunidades, o sucesso das Feiras Culturais era avaliado pelo quanto a comunidade “se interessara” pela festa, quantas pessoas haviam assistido às apresentações e participado das atividades, apreciando-as. Ainda que os professores da Rosa Cabral tivessem tomado a precaução de separar “elementos sateré-mawé” para serem exibidos na mesa das autoridades, enquanto os “elementos não indígenas” da escola ficassem no mural interativo lateral (como me explicou Marilúcia), buscava-se certa beleza abundante, na disposição dos materiais e das habilidades daqueles que os haviam confeccionado ou obtido, que pudesse ser desfrutada pelos participantes.

São festas de que costumam participar gentes de outros planos, mas não é de culto que se trata. Em lugar de “circulação de bens”, nessas “sociedades contra a economia” trata-se mesmo é de gasto e esbanjamento. É nas festas que a generosidade, qualidade mais valorizada por todos os povos indígenas das Américas, tem sua expressão mais plena e espetacular, gerando prestígio para várias pessoas eminentes. E a alegria é de lei. (PERRONE-MOISÉS, 2015, p. 6)

## ÀS MARGENS E PELAS BRECHAS

Em minha tese (FIORI, 2018), dialoguei com as “margens do Estado” que nomeiam a coletânea organizada por Veena Das, de modo a não tomar “indígenas” e “Estado” como unidades distintas e imediatamente discerníveis, entendendo-os não apenas como agentes, mas como vetores, forças que circulam pelo dispositivo da interculturalidade, com suas curvas de visibilidade e enunciação e linhas de subjetivação na produção dos acadêmicos indígenas. Isso considerando que a afirmação de Das de que “as margens são importantes para compreender o funcionamento do Estado, não apenas em sociedades pós-coloniais mas também em centros metropolitanos – pois Estados, como nações, são por definição projetos inacabados em toda parte.” (DAS, 2004, p. 249). Das defende que o Estado não pode ser compreendido como uma organização puramente racional burocrática,

mas oscila entre um modo racional e um modo mágico de ser. E, nesses termos, aborda-se

a lei como um signo de um poder distante, porém irresistível, trazido para o interior do enquadramento da vida cotidiana pela representação e performance de suas regras nas modalidades de rumor, fofoca, deboche, e representação mimética, assim como um recurso para buscar certos direitos, ainda que um recurso cujo uso é carregado de incerteza e perigo. Além de instituir outros modos de ação nos quais os estados reconhecem *uns aos outros*, o estado também adquire um tipo diferente de presença, que eu chamo de mágica, na vida das comunidades por meio dessas práticas locais. (ibid., p. 226)

Esta presença mágica do Estado mobiliza forças que propositadamente não são transparentes, combinando obscuridade e poder, mas tendo efeitos muito tangíveis ao longo da experiência cotidiana do Estado, que ocorre nas chamadas margens muito mais por contatos intermitentes e esporádicos do que por um sistema panóptico efetivo de vigilância (ibid., p. 231).

Esta experiência é marcada por negociações entre funcionários locais e residentes, papéis algo intercambiáveis no contexto da educação indígena entre Sateré-Mawé e que se torna explícita, por exemplo, nas reuniões com a SEMED, as feiras culturais e outros “eventos de educação indígena”. Estes funcionários do Estado por vezes atuam não apenas aplicando regulamentos, mas corporificando a lei e, em meio a um emaranhamento complexo entre Estado e comunidade, agem como se fossem corporificações diretas do Estado, análogo ao descrito por Das (ibid., p. 235).

Marilyn Strathern, por sua vez, na introdução de *Audit Cultures* (2000), relaciona a própria racionalidade burocrática, em termos weberianos, com mecanismos cada vez mais ubíquos de autoavaliação e autopercepção. Diante disso, com frequência as práticas educacionais, de pesquisa, corporativas e governamentais, etc. respondem muito mais a estes instrumentos de aferição, *accountability* e prestação de contas do que às atividades fins. Produz-se assim uma mentalidade de ostentar o desempenho, demonstrar o tempo todo que se faz algo. Estes instrumentos pegam um coletivo heterogêneo de agentes, práticas, protocolos, etc. e quantificam de diferentes formas. Esta quantificação envolta também traduções e lacunas, que geram brechas por um lado, e obscurecimentos, por outro.

Veena Das traz a noção de “assinatura do Estado”:

se um signo escrito rompe com seu contexto por causa dos aspectos contraditórios de sua legibilidade e sua iteratividade, isto pode significar que uma vez que o estado institui formas de governança por meio de tecnologias de escrita, ele simultaneamente institui a possibilidade de falsificação, imitação, e performance miméticas do seu poder. (ibid., p. 227)

As práticas de documentação do Estado, que transcendem seu caráter racional burocrático, e os enunciados que incorpora, imiscuem-se na vida das comunidades por meio de práticas sociais em que a assinatura do Estado é repetida, iterada, e citada, reproduzindo o Estado mesmo quando estão a resistir a ele. Esta

iterabilidade e citabilidade, que na vida humana podem trazer vulnerabilidade, pois podemos ser citados de modo distorcido e irônico<sup>7</sup>, para o Estado é o próprio modo de circulação pelo qual o poder é produzido (ibid., p. 245). O Estado, na análise de Das, assume uma presença espectral – materializada nos documentos e atualizada em um campo de enunciações que adquirem uma aura de legalidade – e ao mesmo tempo ilegível, pois é impossível ler e compreender suas regras e regulações.

Relembro que a fase Constituinte e o período subsequente de democracia brasileira, palco de crescente formalização e articulação das associações e organizações indígenas, intensificou entre os diferentes coletivos indígenas a demanda por formar entre os seus especialistas nos modos enunciativos do Estado, capazes de apresentar demandas eficazes nos meios jurídicos-administrativos de suas instâncias. Esta necessidade pode ser lida menos na chave de uma carência dos indígenas em compreender o governo “dos brancos”, do que uma incapacidade do Estado de compreender a língua e, conseqüentemente, as demandas indígenas.

Assim, vale a pena pensar como esta presença mágica e espectral do Estado é entendida e agenciada a partir das formas ameríndias de política, sobretudo as noções de chefia Tupi que encontram uma atualização particular entre Sateré-Mawé. E nesse ponto interessa-me particularmente como formas de enunciação escrita que presentificam o Estado, como documentos, regulamentos, projetos, passam a agir nos modos como os Sateré-Mawé têm organizado diferentes eventos, como feiras escolares, campeonatos de futebol e até mesmo rituais da tucandeira (ver FIGUEROA, 1997; FIORI, 2018, para descrições do ritual).

Nas análises que faço a partir de minha pesquisa de doutorado, considero a interculturalidade como um dispositivo que oferece e desarruma contextos em que é possível perceber tensões e ressonâncias entre os polos de dicotomias como aldeia/cidade, floresta/cidade, conhecimentos tradicionais/conhecimentos científicos a partir da noção de cultura como um campo de diferenças estruturadas e estruturantes<sup>8</sup>. Assim, busco atentar aos diferentes tipos de discurso sobre interculturalidade, ao mesmo tempo simultâneos e que jogam entre si com suas diferenças dentro das condições de possibilidade de sua emergência, ou seja, de seu campo epistemológico. Estes emergem em diferentes relações de pessoas e coletivos indígenas com e como agentes de políticas culturais e de educação, em que a relação indígena/Estado é ora conjuntiva, ora disjuntiva por meio de diferentes processos de mediação que se tornam particularmente visíveis em contextos como os acima descritos, que considero festivos. A noção de interculturalidade pode iluminar modos de incorporação de elementos exteriores a partir de lógicas ameríndias de reprodução de si por meio do Outro e da captura e domesticação de suas potências, mas sobretudo denotar ligações imprevistas e não-totalizado-

<sup>7</sup> como em parte das críticas que Tito Menezes (2011) faz em seu TCC do bacharelado em história na UEA, ao Festival Folclórico do Boi Bumbá de Parintins que, segundo o autor, folclorizam e estereotipam a cultura indígena.

<sup>8</sup> Ver Durazzo e Fiori (2021) para uma discussão sobre o dispositivo da interculturalidade em contextos etnográficos distintos, em uma mirada Nordeste-Amazônia.

ras de elementos e atores heterogêneos, que eu chamo de conexões [parciais] da interculturalidade. Mais do que o encontro de culturas tomadas como unidades discretas, a pragmática da interculturalidade promove experiências compósitas que integram uma miscelânea de eventos, localidades e pessoas em constante processo de autosubstituição – e, amerindianamente falando, predação (cf. STRATHERN, 1991, pp. 50-55). Idealmente, a interculturalidade poderia prover um mecanismo temporário de suspensão das assimetrias em contextos mais ou menos controlados, como em alguns discursos pedagógicos que circulam, mas de fato trata-se antes de manejar habilmente as assimetrias. Não se trata de um “encontro de culturas” ingênuo, como se critica propostas de multiculturalismo, mas de fazer as hierarquias tropeçarem em si mesmas.

Os cursos de formações de professores destinados aos Sateré-Mawé, assim como as escolas indígenas, buscando cumprir as diretrizes de uma “educação diferenciada” e “intercultural”, atenta aos “processos próprios de aprendizagem”, caminham na corda bamba entre prescrições legais e das políticas públicas que são abrangentes a miríade de coletivos indígenas no Brasil; aquilo que de “específico” para os Sateré-Mawé estes cursos determinam ao longo de sua consecução e incorporam em seus currículos; e as expectativas de que a educação formal torne os educandos proficientes nos conhecimentos e instrumentos dos “brancos”, bem como dotados do direito a certos cargos pelos quais o Estado atua nas questões indígenas. Buscam, nesse jogo de capturas recíprocas, domesticar a educação escolar. Para que isso ocorra, há que se desenvolver uma agência que, tal como Sztutman descreve a atividade xamânica, “passa necessariamente pela ideia de que é possível habitar diferentes mundos – isto é, ocupar diversos pontos de vista, ver em perspectiva” (SZTUTMAN, 2012, p. 120).

Retomo as discussões de Renato Sztutman, que diante de diferentes paisagens históricas e etnográficas ameríndias, propõe pensar a ação política e a constituição do domínio do político a partir das diferentes possibilidades de extensão e contração de pessoas e de coletivos. Diante de uma lógica estrutural de alternância entre forças centrífugas e centrípetas, de concentração e dispersão sociopolíticas, importa pensar certas figuras de destaque: xamãs, profetas, chefes de guerra, morubixaba, como “personagens de multiplicidade” (ibid., p. 297). Ou seja, capazes de conter em si e agenciar outras pessoas, bem como exterioridades (brancos, não humanos) e que são, ao mesmo tempo, seres híbridos, compósitos dessas forças outras, potencialmente perigosas, que essas pessoas magnificadas foram capazes de domesticar. Diz Sztutman:

Não é possível compreender, nessas paisagens, a constituição do domínio político fora do evento, ou seja, fora do fluxo das contingências e das biografias. O domínio político é sempre algo que se constrói no tempo e pelo tempo. Como no caso tupi, há possibilidades de extensão e contração das pessoas e dos coletivos. (SZTUTMAN, 2012, p. 277)

Em sua tese *Festa à Brasileira: os sentidos do festejar no “país que não é sério”*, de 1998, Rita Amaral questiona a asserção comum de que festas servem à

alienação política no Brasil, afirmando justamente que em muitos casos elas engendram a formação de cidadania, seja pelo aprendizado de histórias e formas de relação, seja por demandar diferentes tipos de articulação e negociação com o poder público, ou seja, “aprendizado de participação, seleção e negociação; que ela pode extravasar sentimentos e anseios, com preocupações de ordem social e/ou política” (AMARAL, 1998, p. 90). Beatriz Perrone-Moisés, em sua tese de livre-docência *Festa e Guerra*, cita o comentário de Léry que os indígenas passavam o tempo a contar festas e guerras, na expectativa de que alguém os viesse convidar e preparando recepções. Xamãs e chefes ocupando-se constantemente de convites e batalhas, de modo que talvez não houvesse um tempo “fora” das festas e guerras a que chamaríamos de “quotidiano” (PERRONE-MOISÉS, 2015, p. 16, nota de rodapé 15).

Considerando tudo isso e retomando o início deste texto, considero que as minhas cenas etnográficas ilustram como as brechas do Estado operam, a partir das demandas de accountability do Estado. Accountability, responsividade ou prestação de contas em traduções algo redutoras, oferecidas pelo Estado ao realizar as conferências de política indigenista em que demandas, reivindicações e protestos da parte dos coletivos, representantes e lideranças indígenas são apresentados. Accountability que o Estado se auto demanda ao enviar representantes da SEMED para as Feiras escolares para atestar seus professores indígenas concursados ou contratados anualmente (portanto, associados, remunerados e responsivos ao Estado, sobretudo às prefeituras). Accountability confrontado nas disputas políticas entre agentes alocados em cargos eletivos ou não. Estas operações acionam os lados racionais e mágico do Estado, sua presença espectral e ubíqua, que se presentifica, ou instancia, na circulação, repetição e ilegibilidade de documentos, atos, pessoas, protocolos. Todavia, estas operações acionam também processos de magnificação de pessoas pela chefatura indígena. Dado o inacabamento constitutivo do Estado apontado por Das, proponho pensar “as brechas do Estado” como um modo possível de instanciar processos de morfogênese tanto do Estado, quanto de coletivizações e segmentações ameríndias, em que as brechas, como campo de oportunidades, assumem todas as definições que eu apresentei no início.

As cenas etnográficas apresentadas ilustram como a questão da representatividade, na política ameríndia, desdobra-se em dois sentidos, o de representação como *falar em nome de*, que em diferentes momentos históricos envolveu a formação de uma personagem principal que realiza a mediação entre um coletivo e o plano extra-humano (como os profetas que falam com os deuses) ou entre um coletivo e os outros (brancos); mas também o de representação como *dar forma a*, fazer aparecer um coletivo, produzir certo grau de estabilização ou cristalização. Como Sztutman coloca, um problema de morfogênese. Tanto a Conferência Nacional de Política Indigenista, em Manaus, como as dramatizações, apresentações e composição de autoridades (e alteridades) nas Feiras Escolares descritas aqui, a partir da função e da exigência de *falar em nome de*, função construída a partir

de diferentes processos decisórios – como a busca por consensos, a votação, ou o reconhecimento de posições e saberes distintivos – *dá forma a* coletivos, um problema de chefia.

Afinal, um líder é capaz de iniciar e coordenar ações, é aquele que captura a ação (ou quiçá a imaginação) de outrem, reunindo heterogeneidades na construção de coletivos que podem parecer homogêneos e, portanto, demandam em algum nível de representação política propriamente dita ao menos alguma representatividade (SZTUTMAN, 2012, p. 316).

A escola indígena, no contexto Sateré-Mawé como em outros coletivos e regiões etnográficas, torna-se um vetor importante de coletivização, mais ou menos coincidente com a comunidade onde está sediada, em que professores e coordenadores engajados podem buscar conter em si – em termos melanesistas – a clientela atendida pela escola, seus alunos por assim dizer, mas também as diferentes forças externas que interpenetram a escola ou com ela negociam: recursos e pessoas das secretarias de educação, políticos locais, etc.

Grupioni (2006) cita os professores indígenas como uma nova categoria social das aldeias, aos quais recaem atributos pertinentes às lideranças e aos chefes, e que muitas vezes são aparentados às lideranças tradicionais ou por elas indicados. Não se trata apenas de que os professores são mais aptos a falar com e como os brancos, enquanto lideranças tradicionais conhecem e falam melhor as “tradições”, mas dos diferentes modos de magnificação – de reunião de heterogeneidades em si – que estão envolvidos. Mobilizar a presença mágica e espectral do Estado, por meio do domínio das formas de enunciação a ele próprias, como regimentos, cartas convite, formulários diversos, articula-se com noções ameríndias sobre a palavra que age.

Sztutman descreve a passagem da liderança de guerra para chefia comunitária como uma passagem do devir-inimigo para a domesticação de si e da palavra do inimigo em palavra-para-o-grupo (2012, p. 324). Une-se o prestígio extraído da guerra e a faculdade de estabelecer consensos, por meio da palavra. No contexto Sateré-Mawé, tal passagem é inscrita no Porantim, o remo mágico que pode ser lido para trazer as *sehay pooti* (as boas palavras) mas que tem também palavras de guerra, e que não apenas é apresentado como um diacrítico em eventos escolares, como descrito acima, mas frequentemente estampa impressos sateré-mawé, como cartilhas escolares, produtos do Consórcio de Produtores Sateré-Mawé e mesmo a Bíblia traduzida por missionários do SIL. As boas palavras, *sehay pooti*, lidas no Porantim ou proferidas pela liderança, devem trazer consenso e disposição para trabalhos coletivos, animação da comunidade. Entretanto, nos usos do Estado que estão sendo engendrados pelos professores indígenas, mas não apenas por eles, este consenso ganha formas de enunciação próximas aos modos jurídicos-administrativos da burocracia, sem que isso implique necessariamente coerção ou um poder transcendente. Como me foi dito muitas vezes em campo, “é para deixar organizado”.

O interesse que eu percebo entre os Sateré-Mawé pela burocracia, seus

documentos e certas presenças do Estado parece ser uma atualização do sistema do guaraná como uma “palavra unificada” (*we’entup ehay’yn*), na qual o consumo compartilhado do çapó é o suporte tradicional principal para o trabalho coletivo e a ação política. O guaraná coletiviza não apenas ao se tornar um diacrítico da identidade sateré-mawé nas lógicas da cultura com aspas (como metacategoria autorreflexiva, tal como conceituado por Manuela Carneiro da Cunha) e do Estado, mas porque seu consumo compartilhado constrói corpos reforçados, vigorosos e longevos, dispostos para o trabalho coletivo e concentrados para ouvir as palavras das lideranças. “Ele nos reforça” (*aiwesaika*). A palavra sateré-mawé dirige-se a outros humanos, para regular a vida social. Segundo Figueroa, “é ação política não despojada de sacralidade” (FIGUEROA, 2016, pp. 62-63).

Se, pois, como escreveu Sztutman, “a lição melanésia – e também ameríndia – consiste em apontar que o domínio político, tal como o imaginamos, não é uma necessidade, tampouco algo inerente à socialidade, mas sim a decorrência de certas ações coletivizadoras, que o tornam sempre uma totalidade aberta, recusando formas de transcendência” (2012, p. 295), talvez o interessante seja a percepção sagaz que os Sateré-Mawé tiveram de que o Estado também é uma totalidade aberta, “um projeto inacabado” nos termos de Veena Das, que pode ser atraído para devires indígenas. Isto ajuda a entender ao mesmo tempo seu interesse pelo funcionamento do Estado, de suas burocracias e seu engajamento nas últimas décadas em dinâmicas eleitorais e ao mesmo tempo seu muito justificado ceticismo em relação à política em geral, e à indigenista em particular – ressoando o descrito por Marcio Goldman, em sua teoria etnográfica da política com os movimentos afroculturais em Ilhéus (2006). As brechas do Estado, sejam as margens de Das ou as brechas como oportunidades, descuidos, imprevistos, são um modo de morfogênese não apenas do Estado, mas das coletivizações indígenas em modo de canibalização do Estado, fazendo-se a partir de capturas de potências externas, em que, como defendeu Perrone-Moisés (2015), festa e guerra são o avesso um do outro, instanciadas recursivamente por meio da obviação de imagens, palavras e gestos situacionalmente eficazes e evocativos de agências outras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Gabriel de Oliveira. 2009. Satereria: tradição e política – Sateré-Mawé. Manaus: Editora Valer.

ANDRADE, José Agnello Alves Dias de; FIORI, Ana Letícia de; MAURO, Ana Luísa Sertã de Almada; MAZZOCHI, Marielli Bimbatti; MAGNANI, José Guilherme Cantor. Nossa aldeia, nossa história, nossa gente. Cartilha paradidática Sateré-Mawé. São Paulo: PRCEU/USP, 2016.

DURAZZO, L.; FIORI, A. L. de. Cosmopolíticas interculturais: dispositivos indígenas de tradução e conhecimento do Baixo Amazonas ao Submédio São Francisco. Maloca: Revista de Estudos Indígenas, Campinas, SP, v. 4, n. 00, p. e021012, 2021. DOI: 10.20396/maloca.v4i00.15098. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/maloca/article/view/15098>. Acesso em: 18 out. 2021.

FIORI, Ana Letícia de. Conexões da Interculturalidade: cidades, educação, política e festas entre Sateré-Mawé do Baixo Amazonas. 2018. 489f. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, aprovada em 22 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2012).

DAS, Veena. The signature of the state: the paradox of illegibility. POOLE, D. & DAS, V. (eds.), *Anthropology in the margins of the state*, Santa Fé, School of American Research Press, 2004, pp. 225-252.

FIGUEROA, Alba Lucy Geraldo. Guerriers de l'écriture et commerçants Du monde enchanté: histoire, identité et traitement Du mal chez lês Sateré-Mawé (Amazonie Central, Brésil). Tese de Doutorado. Paris: École de Hautes Etudes em Sciences Sociales. 1997.

GOLDMAN, Marcio. Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política, Rio de Janeiro, Sette Letras, 2006.

GRUPIONI, Luis Donizete B. 2006. "Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil". In: GRUPIONI, L. D. B. (org.), *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Coleção Educação para Todos. Edição MEC/UNESCO. Brasília, fevereiro. 2006.

LORENZ, Sônia da Silva. Sateré Mawé: os filhos do guaraná. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista. 1992.

MENENDEZ, Miguel A. 1992. "A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas". In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

MENEZES, Tito de Souza. A Estilização da Mitologia Sateré-Mawé Apropriada pelo Festival Folclórico de Parintins. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História. Centro de Estudos Superiores de Parintins, Universidade Estadual do Amazonas, 2011.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Bons chefes, maus chefes, chefões: elementos de filosofia política ameríndia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2011, V. 54 Nº 2.

\_\_\_\_\_. Festa e Guerra. Tese (Livre-Docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2015.



STRATHERN, Marilyn. 1991. *Partial Connections*. Savage, MD: Rowman & Littlefield.

\_\_\_\_\_. *Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics and the Academy*. London: Routledge, 2000

\_\_\_\_\_. O efeito etnográfico e outros ensaios. Trad. FERRARI, Florencia. DULLEY, Iracema; PINHEIRO, Jamille; VALENTINI, Luísa. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

STUTZMAN, Renato. *O Profeta e o Principal: A Ação Política Ameríndia e Seus Personagens*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012.

Orietta Marquina Veja<sup>1</sup>

**LAS PROTESTAS JUVENILES EN LA  
LIMA DEL BICENTENARIO: UNA MIRADA  
ESTÉTICO – POLÍTICA<sup>2</sup>**

**YOUTH PROTESTS IN THE BICENTENNIAL  
LIMA: AN AESTHETIC - POLITICAL LOOK**

---

<sup>1</sup> Pontificia Universidad Católica del Perú/PUCP

<sup>2</sup> Quiero agradecer, en especial, a la Dra. Gabriela Núñez Murillo y a todo el grupo de investigación Comunicación, Arte y Cultura de la PUCP por sus comentarios que ayudaron a darle forma final a este texto.

## RESUMEN

En noviembre del 2020, en plena pandemia del COVID19, bajo lemas como ¡Se metieron con la generación equivocada! ¡Merino no me representa! ¡Merino no es mi presidente! los jóvenes limeños y de muchas ciudades del interior del Perú salieron a las calles a expresar su protesta y a defender una institucionalidad que hasta el momento no habían sentido suya. Analizo los dispositivos estéticos intervinientes en los procesos de subjetivación política que configuran el protagonismo juvenil en las acciones colectivas en el espacio público limeño de hoy. Ellos reflejan su dimensión expresiva como espacio de acción convergente de las fuerzas de visibilización y enunciación que configuran su condición juvenil. Las prácticas desplegadas por los jóvenes con los dispositivos estéticos observados durante las protestas han sido relegadas a lo incidental o marginal, como si estas ocurrieran junto a lo político, de modo accesorio, y no como si fueran parte de un discurso político mismo. Busco identificar las narrativas políticas sobre la llamada Generación del Bicentenario que cuentan los dispositivos estéticos utilizados por los jóvenes limeños en las protestas de noviembre 2020.

**PALABRAS CLAVE:** Protestas juveniles, Generación del Bicentenario, juventud peruanas, pandemia Covid 19, dispositivos estéticos.

---

## ABSTRACT

In November 2020, in the middle of the COVID19 pandemic, under slogans such as They messed with the wrong generation! Merino does not represent me! Merino is not my president! young people from Lima and from many cities in the interior of Peru took up the streets to express their protest and to defend an institutionalidad that until now they had not felt theirs. I analyze aesthetic devices involved in the processes of political subjectivation that configure the youth protagonism in collective actions in today's public space in Lima. They reflect their expressive dimension as a space for convergent action of the forces of visibility and enunciation that make up their youthful condition. The practices deployed by young people with the aesthetic devices observed during the protests have been relegated to the incidental or marginal, as if they occurred alongside the political, in an accessory way, and not as if they were part of a political discourse itself. I seek to identify the political narratives about the so-called Bicentennial Generation that are told by the aesthetic devices used by young people from Lima in the protests of November 2020.

**KEYWORDS:** Youth protests, Bicentennial Generation, Peruvian youth, Covid 19 pandemic, aesthetic devices.

## INTRODUCCIÓN

Ad portas de celebrar el Bicentenario de su Independencia política, el Perú vive hoy un periodo histórico marcado por la inestabilidad política, la corrupción y el olvido de las necesidades básicas de las poblaciones más vulnerables del país. El 9 de noviembre del 2020, el Congreso de la República destituyó al presidente peruano Martín Vizcarra y designó a Manuel Merino como presidente interino del Perú. Seis días después, el 15 de noviembre, Merino renuncia al cargo tras cinco días de protestas juveniles en las calles, cientos de heridos y dos jóvenes muertos: Inti Sotelo y Bryan Pintado<sup>1</sup>.

Estas características se agudizaron en los últimos cinco años en los que el Perú fue gobernado por cuatro presidentes. Desde el 28 de julio del 2016, el Congreso de la República del Perú planteó dos mociones para decretar la vacancia presidencial que terminaron con la renuncia del presidente de turno elegido. El nuevo mandatario disolvió ese Congreso y llamó a nuevas elecciones parlamentarias. El nuevo Congreso presentó otras dos mociones de vacancia presidencial, la última de las cuales acabó con la destitución de Manuel Merino como presidente. En paralelo, las investigaciones de los fiscales del Equipo Especial Lava Jato<sup>2</sup> pusieron en evidencia la participación en actos sistemáticos de corrupción y lavado de activos de los principales políticos y empresarios del país. De los cinco expresidentes del Perú vivos en ese momento, tres se encuentran investigados por delitos de corrupción y uno se suicidó para no ser investigado. Mientras tanto, a pesar de la bonanza económica que las cifras macroeconómicas del Perú habían exhibido durante los últimos veinte años, la pandemia del COVID19 mostraba la incapacidad del sistema público de salud peruano para ayudar y evitar la muerte de decenas de miles de peruanos. El Perú ostenta el mayor número de fallecidos por COVID19 por cada cien mil habitantes del mundo<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Mayor información en: <https://elcomercio.pe/somos/historias/generacion-bicentenario-cinco-protestas-lideradas-por-jovenes-que-cambiaron-el-curso-de-la-historia-vacancia-presidencial-congreso-noticia/>, <https://larepublica.pe/sociedad/2020/11/16/la-generacion-del-bicentenario-y-se-burlaban-de-ellos/>, <https://ojo-publico.com/2259/la-generacion-del-bicentenario-se-moviliza-contral-el-status-quo>, <https://www.idl-reporteros.pe/la-semana-mas-larga/>, <https://www.washingtonpost.com/es/post-opinion/2020/11/17/peru-protestas-merino-renuncio-jovenes-generacion-bicentenario/>, <https://elpais.com/internacional/2020-11-28/los-jovenes-de-america-latina-alzan-la-voz.html>, [https://www.abc.es/internacional/abci-jovenes-protestan-peru-espera-constitucional-pronuncie-sobre-salida-vizcarra-202011130138\\_noticia.html](https://www.abc.es/internacional/abci-jovenes-protestan-peru-espera-constitucional-pronuncie-sobre-salida-vizcarra-202011130138_noticia.html).

<sup>2</sup> El Equipo Especial Lava Jato, en el Perú, es un equipo de fiscales que desde julio del 2018 tiene a su cargo las investigaciones relacionadas a delitos de corrupción de funcionarios y lavado de activos vinculados a las empresas constructoras brasileñas y peruanas del caso Lava Jato. Lo conforman los fiscales Geovana Mori Gómez, Germán Juárez Atoche, José Domingo Pérez Gómez, Carlos Puma Quispe y Rafael Ernesto Vela Barba quien lo preside. Según Vásquez (2019:18), es justamente la agencia judicial de, principalmente, los miembros de este “equipo de fiscales disidentes con un actitud contestaria hacia el poder político y hacia su propia institución”, lo que explica más relevantemente el avance en las complejas investigaciones que están afrontando en el Perú. Por el contrario, con el pretexto de la lucha contra la corrupción, la inmoralidad, la impunidad y la ineficiencia de los procedimientos judiciales, la Operación Lava Jato en Brasil, con la venia de las altas instancias del poder judicial brasileño, cometió una serie de violaciones legales que contribuyeron a la destrucción de los cimientos del poder judicial y de las garantías individuales en ese país (PINHEIRO, 2018). Más información sobre este uso político de la lucha contra la corrupción en Brasil en <https://www.nytimes.com/es/2019/02/26/espanol/opinion/sergio-moro-bolsonaro-corruption.html>

<sup>3</sup> Ver datos en <https://www.rtve.es/noticias/20210604/paises-muertos-coronavirus-poblacion/2012350.shtml>

En mi condición de docente universitaria tuve la oportunidad de conversar y acoger a jóvenes estudiantes en su reincorporación a clases luego de las protestas. Dichas conversas inevitablemente despertaron en mí, un interés particular en comprender el significado de uno de los lemas emblemáticos empleados en dichas marchas ¡Se metieron con la generación equivocada! Al respecto, Feixa (2021) hace un reconocimiento y diferenciación de las características generacionales<sup>4</sup> de las juventudes en función de la influencia del internet sobre los mundos de vida juveniles. Señala que dichas características han afectado y afectan las formas de participación juvenil en los movimientos sociales. Tomando como referencia a la juventud europea, Feixa (2021) señala la existencia de una generación transdigital, nacida en el tránsito al nuevo siglo, hiperconectada desde su primera infancia, vio a distancia la emergencia de los movimientos indignados y entra en la juventud hacia el final oficial de la crisis, pero también con el auge de movimientos neoconservadores, xenófobos (y juvenófobos) a escala planetaria. Cabe preguntarse qué características de participación política asume esta generación transdigital juvenil en nuestra región y en el Perú, en particular. Por Es desde allí que me pregunto ¿cuáles son las narrativas políticas sobre la llamada Generación del Bicentenario que cuentan los dispositivos estéticos utilizados por los jóvenes en las protestas de noviembre 2020 en Lima?

Me apoyo en los relatos que cuentan tanto dichos jóvenes estudiantes universitarios como en las imágenes de los medios de comunicación.

Las distintas estrategias desplegadas por los actores son aprehensibles en el plano de la expresión discursiva, proceso que denominaremos aquí narrativas, para hacer referencia a la concreción empírica del discurso. La narrativa es el "relato" a través del cual, los actores articulan instituciones, valores, creencias, objetos, en un tiempo y en un espacio, a través de unos códigos y de unos soportes materiales (REGUILLO, 1999-2000, p. 10).

Más que seguir un orden de exposición cronológico este análisis lo desarrollo en torno a aspectos específicos que permitan comprender las narrativas que sobre la llamada Generación del Bicentenario cuentan los dispositivos estéticos que los representan. Me centro en los dispositivos estéticos utilizados, porque me interesa las maneras de pensar, sentir y resignificar la política, desde lo sensible y los cuerpos, para rescatar la experiencia estética que media los procesos de subjetivación política juveniles y configuran su accionar. Al respecto, Aderaldo (2018) señala que, en las ciudades como São Paulo, Río de Janeiro y Buenos Aires, diversos colectivos de activismo cultural han utilizado, tácticamente, herramientas tecnológicas, gráficas y comunicativas, para producir referencias simbólicas que cuestionen los imaginarios hegemónicos dentro del espacio público y planteen una alternativa epistémica para comprender las relaciones de poder que regulan el uso de dichos espacios por poblaciones marginadas en las ciudades

<sup>4</sup> Feixa (2021) diferencia tres generaciones juveniles digitales: Generación @, aquella de la era digital o *Millennials* referida al impacto de la primera fase del internet; Generación #, aquella de la web social referida al impacto de la segunda fase hiperdigital; y Generación ₿ o *blockchain*, aquella de la web semántica o 3.0 referida al impacto de la tercera fase de la internet personalizada y se configura como una generación transdigital.

sudamericanas contemporáneas. En nuestro caso, estos dispositivos por analizar son los carteles como objetos de apoyo en las protestas; la presentación de los cuerpos de los manifestantes (vestimenta, accesorios, maquillaje) y performances (rituales de celebración, de vivir el dolor, de organización y protección). Analizo lo que muestran y cómo lo muestran, así como también lo que dicen y cómo lo dicen. “Esto es así porque en las técnicas biográficas diversas el sujeto construye un sí mismo, una representación que hace ante sí de su propia identidad como persona, que la hace desde el sentido común” (MOIRAGHI, 2018, p. 39).

Este ensayo consta de cuatro acápite. Uno, donde sitúo el estudio de los jóvenes dentro de una perspectiva teórica e histórica dentro de las investigaciones sobre jóvenes en el Perú que demanda un acercamiento distinto al que se le ha venido dando. Dos, donde desarrollo una conceptualización de los jóvenes y de lo generacional y el capitalismo cultural fragmentado como contexto para su comprensión. Tres, analizo los dispositivos estéticos utilizados por los jóvenes en sus acciones colectivas de protesta. Cuatro, a manera de cierre y conclusión regreso a la frase que despertó mi interés y ensayo algunas ideas básicas de las narrativas políticas que configuran su condición juvenil.

## ANTECEDENTES

Los estudios de juventudes en el Perú surgen, primero, fuera del ámbito académico de las ciencias sociales a comienzos del siglo XX, como parte del proceso modernizador de la sociedad y el rol dirigencial que se le da a las élites estudiantiles, dentro de los intelectuales de la época (MONTROYA, 2016). Tanto en el Perú como en América Latina, los procesos de movilización y organización juveniles contaron con los movimientos estudiantiles como un elemento estructurador y dinamizador importante (VOMMARO, 2013). A pesar de que las primeras protestas estudiantiles en el Perú surgen en Cuzco en 1909, es la Reforma Universitaria de 1919 la que visibiliza a las juventudes como un sector social que cuestionaba directamente el poder oligárquico vigente en la época. Esta visibilización en el Perú tuvo como antecedente, a nivel latinoamericano, al llamado Grito de Córdoba en 1918 en la ciudad del mismo nombre en Argentina (RODRÍGUEZ, 2019; VOMMARO, 2013). Sin embargo, dicha visibilización todavía no las reconocía como un sector social con demandas específicas (MONTROYA, 2016). Algunas reflexiones sobre ellas se pueden encontrar en los registros de los partidos políticos en el Perú como el Partido Aprista Peruano, fundado por Víctor Raúl Haya de la Torre, o el Partido Comunista, que inicialmente fuera el Partido Socialista fundado por José Carlos Mariátegui, entre otros.

A pesar de que en otras partes del mundo los estudios académicos de las juventudes surgen en las primeras décadas del siglo XX (VOMMARO, 2013), Montoya (2016) señala que será, recién, a comienzos de los años sesenta que aparecen las primeras reflexiones de tipo académico sobre juventudes en el Perú.

En esos años se da una radicalización política de los jóvenes que se traduce en una fuerte presencia juvenil en las guerrillas que surgen al sur – este del país y que tiene en Javier Heraud, Hugo Blanco y Luis De la Puente Uceda a sus representantes más conocidos. Sin embargo, según este mismo autor, la perspectiva estructural funcionalista y las interpretaciones del marxismo, que predominaban en esos años, no fueron capaces de incluir en su discurso el liderazgo que, en la conducción práctica de las acciones colectivas, tuvieron las juventudes en el Perú. El discurso que ofrecieron daba el protagonismo a los actores que encajaban mejor dentro de sus cerradas categorías de análisis: obreros, campesinos y migrantes.

Me pregunto si este discurso, fuertemente ideológico, podría además explicar, en parte, las dificultades que tuvo, y todavía tiene, la izquierda en el Perú para el surgimiento de nuevos liderazgos políticos a su interior. Dentro de las organizaciones políticas de izquierda y de centro, como el APRA, en el Perú, los jóvenes tenían que pasar por una instancia previa para concretar una militancia plena con todos los derechos de expresión y decisión dentro de los partidos, dado que los deberes sí los asumían desde el inicio.

Al respecto, Tanaka (1995) señala que hay en el Perú el cierre de un ciclo clasista de análisis de los movimientos sociales con la emergencia de los nuevos movimientos sociales (NMS), el protagonismo popular y la teoría de la movilización de recursos. Este planteamiento lo hace a partir de las ideas de Alain Touraine. Propone tres períodos para analizar las juventudes. Uno, 1965 – 1975, que es el período en que se forman las juventudes como categoría social y que corresponde a un horizonte reformista postoligárquico de la sociedad peruana. Dos, 1975 – 1985, que es el período en que se divide la categoría y surgen los segmentos de jóvenes emprendedores, pasivos y ahorados que corresponden a un horizonte de descubrimiento de los productos importados y de acceso a un consumo de bienes culturales nunca visto en el Perú. Tres, 1985 – 1995, período de expresión de la insatisfacción de los jóvenes en espacios cotidianos y redes sociales y que corresponde a un horizonte en el que la sociedad peruana experimenta su desestructuración social y política. Es en este último período, en el que ocurre todo un gran cambio de época, que para Tanaka (1995) implica que las juventudes, en tanto contingente poblacional, se van configurando como todo un cambio generacional ante su desarticulación como actores y como organizaciones juveniles. Se va abriendo el paso a protagonismos individuales que responden a procesos de socialización específicos. A pesar de que estos protagonismos no manifiestan una expresión política, Tanaka (1995) señala que “no tiene por qué entenderse necesariamente como despolitización o desinterés de los jóvenes respecto de las cuestiones políticas o públicas en general (aunque sí del sistema político y sus actores): la ausencia de participación en los jóvenes se explica, para algunos espacios y actividades, más por los costos que implica la acción colectiva, que por ausencia de interés” (p. 160). A estos períodos señalados por Tanaka (1995), agregaría un cuarto, de 1995 a la fecha, que sería aquel que correspondería a los jóvenes que participaron en las protestas de noviembre del 2020 y que la socióloga Noelia Chávez denominó la Generación del Bicentenario (Ver Figura 1).



Figura 1 – Jóvenes reivindicando su identidad en términos generacionales que rompe los estereotipos anteriores que una generación que no se interesa por la política.

Foto: EFE Portal RPP Noticias [on line] 30 noviembre 2020 <https://rpp.pe/politica/gobierno/la-generacion-del-bicentenario-que-rompio-el-cristal-y-derribo-al-gobierno-de-manuel-merino-noticia-1306984>

Yo creo que la Generación del Bicentenario es la ciudadanía movilizada para poder cambiar un status quo que no responde a sus necesidades. El motor de esta movilización son jóvenes, que según los organismos internacionales que definen la juventud estarían entre los 15 y 29 años. Pero yo considero ese rango como relativo. Depende mucho de los estilos de vida de la gente, de su cultura. Muchas veces ese rango de edad se puede extender a mucho más de los 30. Es algo que tenemos que ir construyendo, no está cerrado. Lo que sí queda claro es que cuando vamos a las movilizaciones hay una mayoría de jóvenes, con sus nuevos repertorios de acción colectiva, con sus nuevos usos, herramientas y recursos para posicionar narrativas y discursos y expresar su malestar (CHÁVEZ, nov.23, 2020: s.n.).

Sin embargo, este planteamiento de Tanaka (1995) de lo generacional es relativamente poco encontrado en la revisión de la literatura académica peruana sobre las juventudes sino hasta entrado el siglo XXI, cuando se comienza a hablar de los millennials (GRANADINO, 1999; MONTOYA, 2001 Y 2006; MACASSI, 2002; MATEUS Y MONARD, 2009; INJ, 2015; NUREÑA, 2015; CHÁVEZ, 2018 Y 2020, entre otros). Desde esta perspectiva, cuando se habla de jóvenes se lo hace muy asociado a un desencanto de la política y una falta de interés por parte de los millennials para participar en ella, dejando de lado, en la práctica, la propuesta de no significación apolítica de Tanaka (1995). Esta parte de su planteamiento recién resurge ahora con fuerza frente a las movilizaciones de noviembre 2020 en Lima. Ello a pesar de las protestas juveniles ocurridas en Lima y en varias ciudades del Perú en contra de la llamada Ley Pulpín<sup>5</sup> que pretendía normar el régimen laboral juvenil ya se hablaba del carácter político de dichas protestas juveniles. Llama la atención aquí la poca

<sup>5</sup> *Ley Pulpín* es el nombre popular con el que se conoce a la Ley N°30288, Ley que promueve el acceso de Jóvenes al Mercado y Campo Laboral y a la Protección Social, promulgada por el gobierno peruano el 16 de diciembre del 2014 y derogada por el Congreso de la República el 26 de enero de 2015. Ver: <https://rpp.pe/peru/actualidad/jovenes-del-interior-del-pais-marchan-en-contra-de-la-ley-pulpin-noticia-760083> , <https://elcomercio.pe/sociedad/lima/daniel-urresti-ley-pulpin-reglas-protesta-hoy-contra-regimen-laboral-juvenil-noticia-1780080/> , <https://actualidad.rt.com/actualidad/161248-protesta-peru-ley-trabajadores-jovenes> , <https://www.idl-reporteros.com>



exploración sobre el impacto del internet sobre la vida ciudadana de los jóvenes y sus formas de participación política (RAMÍREZ, 2015; ACEVEDO, 2015; MURO, 2016; CHÁVEZ, 2020). ¿Será que aquí en Lima todavía nos cuesta entender la dimensión cultural, social y política del impacto de lo tecnológico sobre la vida diaria y la ciudadanía? ¿Será que aquí en Lima nos cuesta entender que la construcción de sentido de la vida diaria y la ciudadanía en la sociedad contemporánea se desarrolla fuertemente mediada por los artefactos tecnológicos y la visualidad? Cabe señalar, sin embargo, que, a nivel latinoamericano, el debate contemporáneo sobre la participación juvenil sí es prolífico en estudios centrados en las nuevas subjetividades de los jóvenes que plantean nuevas formas de participación política, menos vinculadas al sacrificio y más próximas a la celebración, los medios, el uso de herramientas gráficas y comunicativas y lo lúdico (ver Figura 2).



Figura 2 – Jóvenes protestan en la Plaza San Martín en Lima, contra los políticos tradicionales a quienes tildan de dinosaurios

Foto: Óscar García, Revista Somos del Diario El Comercio, 24 noviembre 2020 [on line] <https://elcomercio.pe/somos/historias/generacion-del-bicentenario-el-valor-de-la-protesta-y-la-importancia-de-aprender-a-votar-bien-protestas-nueva-constitucion-noticia/>

## LO GENERACIONAL Y EL CAPITALISMO CULTURAL FRAGMENTADO COMO CONTEXTO

Volviendo a los estudios en el Perú, Montoya (2016) señala que se desarrollan desde tres miradas diferentes: aquellas desde lo social, lo cultural y lo político. La primera se desarrolla en los primeros años de la década de los ochenta; la segunda, durante la década de los noventa; y, la tercera, durante el presente siglo. A pesar de los avances y complementaciones que estas distintas miradas

[pe/verdades-y-falacias-de-la-ley-pulpin/](https://elpais.com/internacional/2015/01/16/actualidad/1421384190_409077.html) , [https://elpais.com/internacional/2015/01/16/actualidad/1421384190\\_409077.html](https://elpais.com/internacional/2015/01/16/actualidad/1421384190_409077.html) ,

plantean, Montoya (2016) señala que las ciencias sociales no realizaron nunca una ruptura epistemológica en el sentido althusseriano frente a la ideología y plantea la necesidad de incluir aquellas perspectivas que por su naturaleza subjetiva han quedado al margen en los procesos de reflexión crítica sobre las juventudes, así como las voces de los jóvenes mismos, a nivel metodológico, a fin de alcanzar un mayor conocimiento de los procesos sociales, en general, y de aquellos ligados a las juventudes, en particular.

Es desde esta situación que me posiciono desde el giro ontológico para acercarme al mundo no solo desde lo racional y la representación, sino incluyendo los procesos de acción – percepción – afectación, para ampliar y profundizar su comprensión en su propio devenir, pero sin sacrificar su complejidad. Parto de comprender al mundo como un todo complejo, en constante producción y reproducción, que vincula seres, objetos, modos de hacer y discursos que se articulan e interconectan íntimamente configurando nuestro habitar (ZEMELMAN, 2009; TURNER, 1974; INGOLD, 2018). En este sentido coincido con aquellos que sostienen que

la perspectiva “móvil” nos ofrece la posibilidad de leer el experiencia de estos interlocutores de manera relacional, es decir, desde referencias irreductibles ni a la lógica sedentaria de las teorías basadas en concepciones binario fijo, centro / periferia, global / local, exclusión / inclusión, legal / ilegal, lugar / no lugar y tampoco al romanticismo de las lecturas posmodernas y / o nómadas, que apuestan por la positivización de los flujos descuidando la importancia de los territorios y los anclajes que producen en el experiencia concreta de los sujetos (ADERALDO, 2018, p. 69)<sup>6</sup>.

Desde esta perspectiva, las juventudes son algunos de estos modos de existir en el mundo. Accionar y relacionarse dentro de él demanda, a las juventudes, hacer uso de todo su ser biológico, afectivo, emocional, sensorial, psicológico; vale decir, de su subjetividad para habitar el mundo. Y es por el uso de dicha subjetividad, que media toda su existencia y otras existencias, que no podemos hablar de una única manera de habitar de los jóvenes. De allí que hablemos en plural de juventudes (BRASLAVSKY, 1986 EN VOMMARO, 2015). En este sentido, por juventud entendemos un constructo complejo, que hace referencia a una diversidad de prácticas y comportamientos articuladas con universos simbólicos y de significación particulares, entrecruzado, “a su vez por variables como clase, género, etnia, cultura, región, contexto sociohistórico, entre otras” (VOMMARO, 2015: s/n.).

Es por ello que, más que hablar de juventudes o jóvenes, siguiendo a Pineda (2014: 8), prefiero hablar de la condición juvenil para remarcar que el ser joven “es una experiencia situada que potencia formas de re-existencia”. Así

<sup>6</sup> Traducción propia. Texto original: “a perspectiva “móvil” oferece-nos a possibilidade de ler a experiência destes interlocutores de maneira relacional, ou seja, a partir de referências não redutíveis nem à lógica sedentária de teorias baseadas em concepções binárias fixas, do tipo centro/periferia, global/local, exclusão/inclusão, legal/ilegal, lugar/não lugar e nem ao romantismo das leituras pós-modernas e/ou nômades, que apostam na positivação dos fluxos ao mesmo tempo que negligenciam a importância dos territórios e das ancoragens que eles produzem na experiência concreta dos sujeitos.”

la condición juvenil es una noción que enmarca a las juventudes dentro del mundo social en relación con un tiempo y espacio determinado, rompiendo con la tendencia a la homogenización con la que muchas veces se acercan a ellas. Se refiere tanto al conjunto de situaciones y narrativas que configuran ser-joven en un contexto social dado, como al conjunto de prácticas discursivas que, de manera compartida, los jóvenes desarrollan frente a las emergencias de dichas situaciones y narrativas que no son otra cosa que el tiempo-espacio histórico que las explica. Es esta característica de las acciones, como respuestas vivas y emergentes, la que nos permite “reconocer la fuerza de las acciones colectivas en condición juvenil como actos de creación y de resistencia” (PINEDA 2014, p. 8). En este sentido, la condición juvenil también es una noción que se relaciona con la propuesta de Alvarado, Martínez y Muñoz Gaviria (2009), en Vommaro (2015), que retoma

a Bajtín (1981), [al] comprender al “sujeto joven” como cronotopo [para] [...] remarcar “la capacidad constructora de espacios vitales de los jóvenes” a la vez que “espacio y tiempo no existen separadamente; no hay tiempo sin espacio y espacio sin tiempo” (Alvarado, Martínez y Muñoz Gaviria, 2009: 98). Esta “inseparabilidad del tiempo y del espacio” que ubica al tiempo “como cuarta dimensión del espacio” (Bajtín, 1981: 84 y 85), se expresa con énfasis en el sujeto juvenil concebido desde sus producciones políticas, [estéticas] y sociales (VOMMARO, 2015: s/n).

En este sentido es pertinente proponer “la noción generacional como modo de abordaje de las producciones y prácticas juveniles, en especial en su dimensión política; y como forma de concebir las formas de participación juveniles como procesos de subjetivación y reconocimiento colectivos” (VOMMARO, 2015: s/n). Ello me permite analizar la condición juvenil tanto desde las relaciones intrageneracionales y las dinámicas de superposición o simultaneidad generacional, como desde la sucesión de generaciones y las relaciones intergeneracionales. En esta dirección, este autor propone complementar esta noción con la de generación política para que, siguiendo a Alvarado, Martínez y Muñoz Gaviria (2009), podamos acercarnos a las formas de subjetivación política de producción de subjetividades políticas configuradas en clave generacional. La condición juvenil, pues, se constituye así en un conjunto de semblantes narrativos de experiencias vitales que, trascendiendo una indicación cronológica o un estadio biológico, se convierte en “un gesto político y a la vez poético ante lo cual solo queda insistir en comprender por qué, pese a todo, ser-joven en Latinoamérica se ha convertido en una práctica de re-existencia” (PINEDA, 2014, p. 9).

De esta manera, la condición juvenil demanda definir el contexto en el que se desarrolla. En este caso, asumo que el mundo contemporáneo dentro del cual lo juvenil se configura está inmerso dentro del capitalismo cultural fragmentado. Este

es un modo de producción y de estructuración de las fuerzas sociales en el que lo cultural es tomado como un recurso productivo base no solo para la generación del valor por sí mismo sino también para crear las condiciones necesarias para que el capital económico y finan-

ciero pueda operar y generar valor también. Este modo de producción funciona dentro de un orden y régimen capitalista globalizado que instrumentaliza las dimensiones estético-imaginario-emocionales de las artes como una estrategia de competencia en el mercado con el fin de obtener un mayor lucro económico y financiero. Se sostiene y articula con una estructuración escindida de las fuerzas sociales, políticas y culturales que ante la ausencia de un meta-relato aglutinador las interconecta con una visión de futuro incierta a través de una serie de microrrelatos que no alcanzan para darle sentido a la existencia de cada una de ellas (MARQUINA, 2020<sup>a</sup>, p. 14).

Así, este capitalismo cultural fragmentado transforma lo cotidiano haciendo uso del ecosistema comunicativo y la cultura visual imperante. Estos últimos se articulan entre sí, con la globalización y con la ausencia de meta-relatos que caracteriza a este modo de producción, propiciando nuevas formas de conocer y de habitar el mundo. Lo cotidiano así, se convierte en el espacio privilegiado para el despliegue de la subjetividad de los jóvenes permitiéndoles transformar su vivencia en existencia. Esto es posible en tanto que, según Zamora (2005), a la ausencia de meta-relatos ya señalada, se le suma la atomización social que caracteriza a las sociedades contemporáneas, produciendo en los jóvenes que las habitan, un sentimiento de desolación que los mueve a utilizar el aquí y ahora que lo cotidiano les brinda para aumentar sus experiencias y encontrarse con la alteridad. Solo así les es posible reconocerse y acercarse mutuamente (ver Figura 3).



Figura 3 – La Generación del Bicentenario: ¡Se metieron con la generación equivocada! Carteles en inglés denotan una consciencia del ecosistema comunicacional dentro del cual se desarrolla su lucha y una intención de usarlo a favor de sus luchas

Foto: John Reyes, Diario La República, 15 noviembre 2020 [on line] <https://larepublica.pe/sociedad/2020/11/14/2da-marcha-nacional-peru-en-vivo-hoy-sabado-14-de-noviembre-sigue-las-protestas-contra-merino-atmp/?ref=lr>

Cabe aquí preguntarme por los efectos de la pandemia del COVID19 sobre la cotidianeidad de la llamada Generación del Bicentenario y su influencia sobre el sentir juvenil. Esta situación sanitaria, que ha afectado y sigue afectando todas las dimensiones de la vida diaria, cobra dimensiones mayores en la condición juvenil. Se trata de jóvenes que no conocían otro sistema político que la democracia. No

habían vivido golpes de estado ni dictaduras militares; menos aún sufrido los estragos emocionales y materiales que generó la guerra interna desatada por el grupo terrorista Sendero Luminoso<sup>7</sup>. Son jóvenes que habían crecido bajo la bonanza urbana del régimen económico neoliberal aplicado desde fines del siglo XX y que se tradujo en el acceso a un gran volumen y variedad de consumo de bienes y servicios. Estos incluyen los aparatos tecnológicos que los hace sentir conectados al mundo cambiando diametralmente sus nociones de tiempo y espacio, dándoles un enorme y sensible sentido de libertad.

Es así que, con el COVID19, de repente, el mundo se hace pequeño para estos jóvenes. El Perú aplicó al inicio de la pandemia uno de los confinamientos sociales obligatorios más estrictos y largos de la región: tres meses y medio. Así, sin mayor explicación, la condición juvenil súbitamente ve coactada su libertad de acción, de pensar y de desear. De sopetón las características de incertidumbre y fragilidad del capitalismo cultural fragmentado se sienten más intensamente generando desesperanza, miedo y rabia dentro de lo cotidiano. El rápido y significativo deterioro del ingreso familiar contribuyó a profundizar estos sentimientos. Este deterioro elevó en diez puntos la tasa de pobreza del país; y, la poca eficacia del sistema público de salud no pudo evitar que el Perú tenga la más alta tasa de mortalidad por cada cien mil habitantes del mundo (FOWKS, JUNIO1, 2021). Todo ello genera en los jóvenes no solo un inusitado malestar y preocupación por este impensado presente que les tocaba vivir, sino una imperiosa necesidad de expresarse para sentirse vivos, capaces de remontar la adversidad, y poder mirar el futuro con esperanza.

## LO ESTÉTICO Y LO POLÍTICO EN LA GENERACIÓN DEL BICENTENARIO

Biehl, Good & Kleiman (2007) señalan que, desde lo cotidiano, la subjetividad se aprecia tanto como expresión de los procesos internos de la vida, como estrategia de existencia desde lo individual; así como expresión de lo social (ver Figura 4). Para Serna (2012), las subjetividades son un saber, un estar y un hacer en el mundo que gravita de manera aleatoria, por lo ontológico, lo epistemológico, lo gnoseológico o lo axiológico. De allí que lo estético, como expresión de lo sensible se configura como la arena privilegiada para estos tránsitos al dar cabida a lo afectivo, lo emocional y lo creativo junto con lo racional. Siguiendo a Rancière, Aderaldo (2018) propone a lo estético como un sistema de formas a priori, que define lo que vemos y lo que no vemos, abriendo la posibilidad de acceder a interpretaciones de la realidad que solíamos naturalizar en la vida

<sup>7</sup> La guerra interna o conflicto armado interno en el Perú se desarrolló de 1980 al 2000 y arrojó cerca de 70,000 muertos. Allí se enfrentó el Partido Comunista del Perú - Sendero Luminoso, más conocido como Sendero Luminoso simplemente; y las fuerzas peruanas del orden, militares y policiales. En medio de este fuego cruzado quedaron atrapados amplios sectores de la población civil. La captura del líder Abimael Guzmán marcó el declive del accionar del grupo terrorista quedando actualmente algunos rezagos aliados al narcotráfico en la zona de la ceja de selva central del Perú.

diaria. Conuerdo con él, la repartición de lo sensible, que señala Rancière, implica que toda acción política es tanto una intervención como una lucha por lo sensible.



Figura 4 – Altar montado por los jóvenes con motivo de la muerte de Inti Sotelo y Bryan Pintado  
Fotos periodistas de la AFPP Diario El Peruano [on line] <https://elperuano.pe/noticia/110137-lugar-de-la-memoria-prepara-exposicion-fotografica-la-generacion-del-bicentenario-en-marcha>

La subjetividad intercambia, trueca o permuta de manera permanente este conjunto de órdenes, constituyendo al mundo social no al margen de cualquier criterio de realidad, de verdad, de moral, de ética o de política ni mucho menos falseándolos, sino en virtud del entrevero de estos criterios provocado, ante todo, por la fuerza de lo inmediato, de lo inminente, del acontecimiento que, como señala Oscar Useche, es la unidad creativa, generativa, de lo social (SERNA, 2012, p. 6).

Así, durante la COVID19, la inmediatez y el evento, que surge del ordenamiento que las fuerzas del presente constituyen en el momento, se convierten en los motores de acción juvenil por la poderosa impronta vivencial que transmiten y la fuerte sensación de conexión y pertenencia que producen al actuar. Todo ello, desde lo afectivo, abona a una subjetividad que busca y se compromete con la necesidad de impulsar el cambio. Porque como bien señalan, les quitaron tanto que les quitaron el miedo (ver Figura 5). En esta dirección, González (2012) señala que



Figura 5 – Los carteles más que arengas reivindicativas en términos del poder central se enfocaban en transmitir un sentir y una forma de ver las cosas que los diferenciaba de los demás actores sociales. Foto: Diana Zileri- Revista Caretas, 9 de noviembre del 2020, en <https://caretas.pe/caretas-tv/la-generacion-del-bicentenario/>

Como toda producción humana, la política aspira a la legitimidad, pero a diferente de la ciencia y otras formas de acción humana que se confrontan, que no reducen su acción a sistemas socialmente generados, las políticas nunca se legitiman por los criterios que avalan las decisiones tomadas, sino por las producciones subjetivas que generan y las opciones de desarrollo que abren a la acción humana (GONZÁLEZ, 2012, p. 28).

En este sentido, Cadahia (2016) parte de la definición propuesta por Judith Revel del dispositivo como un “operador material de poder que produce técnicas, estrategias y formas de sujeción” y subjetivación, añade ella. Rescata la ambigüedad del término y plantea que “el dispositivo vendría a identificarse con el poder mismo, al punto de convertirse en una forma de ordenabilidad del mundo” (p. 269). Es así que

los dispositivos tienen como componentes líneas de visibilidad, de enunciación, líneas de fuerzas, líneas de subjetivación, líneas de censura, de fisura, de fractura, que se entrecruzan y mezclan, yendo unas a parar a otras o suscitando algunas nuevas mediante variaciones o incluso mutaciones [de sentido] por apropiación” (CADAHIA, 2016, p. 273).

Esto nos lleva nuevamente al terreno de lo sensible, específicamente, al terreno del enlace del sentir y del pensar a través de la experiencia estética que estos dispositivos pueden generar. A través de ella se articulan las maneras de ver, decir y pensar. En el caso de la Generación del Bicentenario, los carteles funcionan como dispositivos que reflejan una sensibilidad diferente a la de los jóvenes de antaño. Esta era más vinculada a la participación de los movimientos sociales *clásicos*, basados “en una ideología adultocéntrica, usaban un repertorio

de protesta surgido del movimiento obrero (de la huelga a la marcha) y se comunicaban mediante la galaxia Gutenberg (de la oralidad a la escritura)” (FEIXA, 2021, p. 16). No luchan por su deber ciudadano en busca del bien común, sino por la defensa de su derecho a protestar y a participar en la escena política (ver figura 6). Es una motivación más personalizada con una lógica distinta: la de la expresión. Feixa (2021), siguiendo a Reguillo (2017), señala a esas acciones como se trata de jóvenes que expresan lo personal a través de biografías que se encadenan en bloques para enfrentar el riesgo de morir en el intento de lograr subvertir, con éxito, los imaginarios hegemónicos y los sentidos naturalizados que sienten que los excluyen. Incluso llevan a mostrar textos en inglés evidenciando así un manejo de medios que permita dar a conocer su lucha.

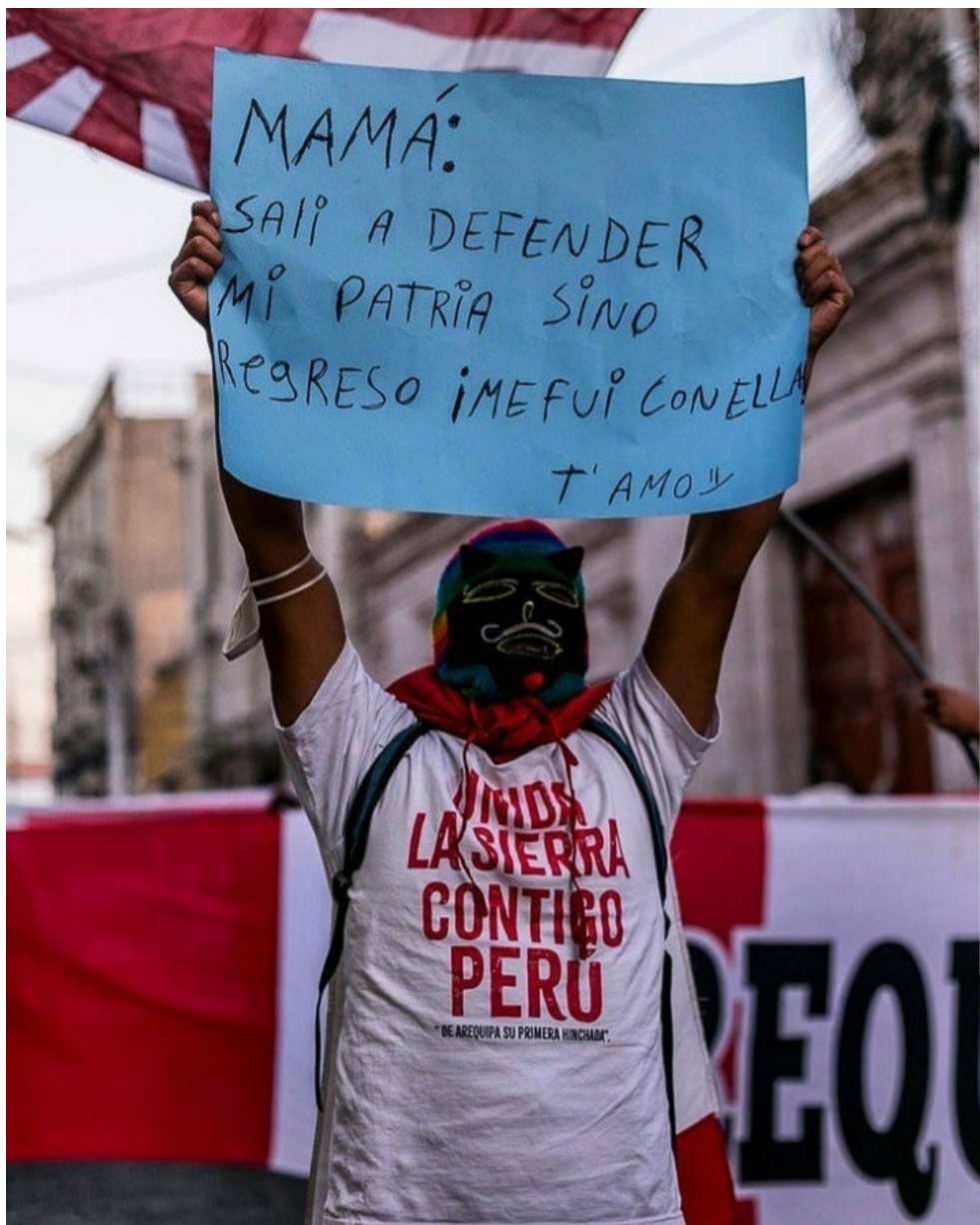


Figura 6 – Jóvenes de las zonas andinas se pliegan a la Protesta.

Foto: The greysman [online] <https://thegreysman.tumblr.com/post/634856638122246144/mom-i-went-out-to-defend-my-country-if-i-dont>



Podríamos decir que se trata de

prácticas que pretenden reorientarnos, cuestionando las fronteras mismas y sus mecanismos (físico y simbólico) de regulación y control de flujos (de imágenes, imaginarios, personas y objetos), buscando resaltar la forma en que los regímenes de visibilidad (e invisibilidad), así como formas de movilidad (e inmovilidad) son, de hecho, constantemente producidos y naturalizados por referencias normas culturales de contenido normativo (ADERALDO, 2018, p. 89)<sup>8</sup>.

Esta capacidad de agencia de los jóvenes se evidenció también en las brigadas de desactivación de bombas lacrimógenas, de auxilio médico y legal y de autoprotección. Asimismo, los carteles, combinados con otros símbolos como la bandera peruana, las velas y las flores, se utilizaron para construir altares en memoria de sus héroes caídos: Inti y Bryan. Solo así, podían encontrar consuelo para su pena y calma para su rabia. “Estas intervenciones escenifican -con compromiso, pero también con desgarró- la pérdida del sentido de “lo común” y el profundo malestar por las actuales condiciones de vida” (VITCH, 2021, p. 12).

En este sentido, el dispositivo estético hace visible las fuerzas en disputa que configura un tiempo presente cuya fragilidad nos revela una realidad dialéctica en su devenir (CADAHIA, 2016) que les permite verse, asumirse y ser. Y desde esa perspectiva, el sentido de lo político se amplía a la cotidianidad de los jóvenes y adquiere una relevancia personal que los partidos políticos del siglo XX, tanto de izquierda como de derecha, no visualizaban.

## A MANERA DE CIERRE

Volviendo al lema que suscitó mi interés inicial, el lema ¡Se metieron con la generación equivocada! creo que resume bastante bien este cambio en la percepción de lo político. Por un lado, habla de una condición juvenil que en plena pandemia asumió en términos personales la defensa de su derecho a expresar su voz y participar dentro de la vida republicana del Perú. Por otro lado, habla de una forma de sentir y participar en la política que se aleja de una visión histórica y prospectiva que le dé continuidad en el mediano y largo plazo para contribuir en la construcción de un proyecto común ciudadano inclusivo. Prioriza una lógica del encuentro, dinámica y flexible, que se concreta en acciones disruptivas que buscan afectar los anclajes de sentido, normalizados y hegemónicos, que rigen el mundo para hacer legibles otras formas de concebirlo y narrarlo (ADERALDO, 2018). La Generación del Bicentenario es una generación empoderada que nació y creció en democracia con la ilusión de un futuro compartido que les permitía dar rienda suelta a su imaginación y a su capacidad de soñar. La pandemia podía quitarles todo, menos a eso.

<sup>8</sup> Traducción propia. Texto original: “práticas que visam reorientar-nos, ao interpelar as próprias fronteiras e seus mecanismos (físicos e simbólicos) de regulação e controle de fluxos (de imagens, imaginários, pessoas e objetos), buscando notabilizar o modo pelo qual regimes de visibilidade (e invisibilidade), assim como formas de mobilidade (e imobilidade) são, na verdade, produzidos e naturalizados constantemente por referências culturais de teor normativo.”

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Jorge. Movimientos sociales y redes de comunicación. Una aproximación a partir de la movilización de jóvenes peruanos en contra de la ley Pulpín. *Comunifé: Revista de Comunicación Social*. Vol. 15, N° XV, 2015, pp. 11 – 18. Disponible en <https://revistas.unife.edu.pe/index.php/comunife/article/view/1789/1796>

ADERALDO, Guilherme. Visualidades urbanas e poéticas da resistência: reflexões a partir de dois itinerários de pesquisa. *Revista Antropolítica*, N° 45, Niterói, pp. 66-93, 2. sem. 2018. Disponible en <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42002/23901>. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2018.0i45>

CADAHIA, María Luciana. Dispositivos estéticos y formas sensibles de la emancipación. *Ideas y Valores*, Bogotá, vol. LXV, N° 161, agosto 2016, pp. 267 – 285. Disponible en <https://revistas.unal.edu.co/index.php/idval/article/view/55200/pdf>

CHÁVEZ, Nohelia. *Movilizaciones sociales en Lima: Redes, identidades y oportunidades en Los Pulpines y Toma el Bypass*. Cuaderno de Trabajo N° 54. Departamento de Ciencias Sociales PUCP. Mayo 2020. Disponible en <https://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/170989/Movilizaciones%20sociales%20en%20Lima.%20Chavez%2c%20Noelia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CHÁVEZ, Rosa. La generación del bicentenario se moviliza para cambiar un status quo que no responde a sus necesidades. *Ojo Público* [on line], Lima, nov. 23, 2020. Disponible en <https://ojo-publico.com/2259/la-generacion-del-bicentenario-se-moviliza-contr-el-status-quo>

FEIXA, C. (2021). Generación *blockchain*: movimientos juveniles en la era de la web semántica. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 19(1), 1-20. <https://dx.doi.org/10.11600/rlcsnj.19.1.4584>

FOWKS, Jacqueline. Perú registra la mayor tasa de mortalidad del mundo por la covid. *El País* [on line], Madrid, junio, 1, 2021. Disponible en <https://elpais.com/internacional/2021-06-01/peru-eleva-de-68000-a-180000-los-muertos-por-la-pandemia-de-la-covid-19.html>

GONZÁLEZ, Fernando. La subjetividad y su significación para el estudio de los procesos políticos: sujeto, sociedad y política. En: Piedrahita, Claudia; Díaz, Álvaro y Vommaro, Pablo (comp.) *Subjetividades políticas: desafíos y debates latinoamericanos*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico – IDEP, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. 2012, pp. 5 - 9. Disponible en [http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4\\_uibd.nsf/568E77F6CB3AF62B05257B57005D78CF/\\$FILE/Subjetividadespoliticas.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/568E77F6CB3AF62B05257B57005D78CF/$FILE/Subjetividadespoliticas.pdf)

INGOLD, Tim. One world anthropology. Toward a new humanism. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, Vol. 8, N° 1 - 2, 2018, pp. 158 – 171. Disponible en <https://journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/698315>

INGOLD, Tim. *The perception of the environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres/Nueva York: Routledge, 2000.

MARQUINA, Orietta. *Cartografía de los procesos creativos en las artes visuales: más allá de la representación artística en la pintura limeña de hoy*. 2020. Tesis. Doctorado en Antropología). Escuela de Posgrado PUCP, Lima, 2020a. Disponible en [http://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/20.500.12404/18024/MARQUINA\\_VEGA\\_ORIETTA\\_MARIADELPIJAR\\_CARTOGRAF%c3%8dA\\_DE\\_LOS\\_PROCESOS\\_CREATIVOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/20.500.12404/18024/MARQUINA_VEGA_ORIETTA_MARIADELPIJAR_CARTOGRAF%c3%8dA_DE_LOS_PROCESOS_CREATIVOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

MARQUINA, Orietta. Jóvenes en Lima Metropolitana: una visión del desarrollo nacional desde los consumos culturales y las representaciones sociales sobre el arte, la educación y la política. Ponencia presentada en el Congreso 2020 de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, Guadalajara, Méjico del 13 al 16 de mayo de 2020b.

MONTOYA, Luis. Juventudes, políticas y poder en el Perú. 2016. Tesis. (Maestría Sociología Mención en Sociología Política). Facultad de Ciencias Sociales, Unidad de Post Grado, Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima: Unidad de Posgrado – UNMSM, 2016. Disponible en [http://cybertesis.unmsm.edu.pe/bitstream/handle/20.500.12672/4666/Montoya\\_cl.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://cybertesis.unmsm.edu.pe/bitstream/handle/20.500.12672/4666/Montoya_cl.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

MURO, Eduardo. Juventud, política y Twitter. Jóvenes politizados en Lima contra la “Ley Pulpín. Trabajo de investigación (Licenciatura en Comunicación). Facultad de Comunicación, Universidad de Lima. Disponible en [https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Muro-Ampuero/publication/305470126\\_Juventud\\_politica\\_y\\_Twitter\\_Jovenes\\_politizados\\_en\\_Lima\\_contra\\_la\\_Ley\\_Pulpin/links/5967d8f2a6fdcc18ea663197/Juventud-politica-y-Twitter-Jovenes-politizados-en-Lima-contra-la-Ley-Pulpin.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Muro-Ampuero/publication/305470126_Juventud_politica_y_Twitter_Jovenes_politizados_en_Lima_contra_la_Ley_Pulpin/links/5967d8f2a6fdcc18ea663197/Juventud-politica-y-Twitter-Jovenes-politizados-en-Lima-contra-la-Ley-Pulpin.pdf)

PINEDA, Jaime. Introducción. En: Alvarado, S. y Vommaro, P. (comp.). En busca de las condiciones juveniles latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, El Colef; Manizales: Universidad de Manizales; Sabaneta: Cinde, 2014, pp. 7 – 9. Disponible en <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20150427013907/condicionesjuveniles.pdf>

PINHEIRO, Samuel. Operación Lava Jato y la destrucción del Estado de derecho. Open Democracy [On line], 12 de abril de 2018. Disponible en <https://www.opendemocracy.net/es/democraciaabierta-es/la-operaci-n-lava-jato-y-la-destrucci-n-del-estado-de-de/>

RAMÍREZ, Christian. Activismo Mediático en el Perú: Estrategias de Comunicación del Movimiento de Protesta Contra la Ley Laboral Juvenil. *Researchgate*, julio 2015. Disponible en [https://www.researchgate.net/publication/341626152\\_Estrategias\\_de\\_Comunicacion\\_del\\_Movimiento\\_de\\_Protesta\\_Juvenil\\_Los\\_Pulpines](https://www.researchgate.net/publication/341626152_Estrategias_de_Comunicacion_del_Movimiento_de_Protesta_Juvenil_Los_Pulpines)

REGUILLO, Rossana. Anclajes y mediaciones del sentido. Lo subjetivo y el orden del discurso: un debate cualitativo. Guadalajara, *Revista Universidad de Guadalajara*, 17, invierno 1999 - 2000. Disponible en [https://www.academia.edu/24781048/ANCLAJES\\_Y\\_MEDIACIONES\\_DEL\\_SENTIDO\\_LO\\_SUBJETIVO\\_Y\\_EL\\_ORDEN\\_DEL\\_DISCURSO\\_UN\\_DEBATE\\_CUALITATIVO](https://www.academia.edu/24781048/ANCLAJES_Y_MEDIACIONES_DEL_SENTIDO_LO_SUBJETIVO_Y_EL_ORDEN_DEL_DISCURSO_UN_DEBATE_CUALITATIVO)

SERNA, Adrián. Prólogo. En: Piedrahita, Claudia; Díaz, Álvaro y Vommaro, Pablo (comp.) Subjetividades políticas: desafíos y debates latinoamericanos. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico – IDEP, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. 2012, pp. 5 – 9. Disponible en [http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4\\_uibd.nsf/568E77F6CB3AF62B05257B57005D78CF/\\$FILE/Subjetividadespoliticas.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/568E77F6CB3AF62B05257B57005D78CF/$FILE/Subjetividadespoliticas.pdf)

TANAKA, Martín. Jóvenes: actores sociales y cambio generacional. De la acción colectiva al protagonismo individual. En: Cotler, J. (ed.). Perú 1964 – 1994, Economía, Sociedad y Política. Serie: Perú Problema 24, Lima: IEP, 1995, pp. 149 – 65. <http://www.lanic.utexas.edu/project/laoap/iep/ddtlibro34.pdf#page=142>

VÁSQUEZ, Ricardo. Cuando el poder político y económico es desafiado: El rol del equipo fiscal especial a cargo de la investigación del mega caso de corrupción “Lava Jato”. Trabajo de investigación. (Bachillerato en Ciencias Sociales con Mención en Ciencia Política y Gobierno). Facultad de Ciencias Sociales, Pontificia

Universidad Católica del Perú. Lima: Facultad de Ciencias Sociales, 2019. Disponible en [https://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/20.500.12404/20131/VASQUEZ\\_PARVINA\\_RICARDO%20ANDRE\\_PODER\\_POLITICO\\_ECONOMICO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/20.500.12404/20131/VASQUEZ_PARVINA_RICARDO%20ANDRE_PODER_POLITICO_ECONOMICO.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

VITCH, Víctor. La necesidad del arte: Políticas culturales para recuperar Lo público y lo común. Pp. 11-18. En: Políticas culturales y ciudadanía: estrategias simbólicas para tomar las calles. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: Instituto de Estudios Peruanos; Rosario: Editorial de la Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario, 2021. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210610112723/Politicass-culturales.pdf>

VOMMARO, Pablo. Movilizaciones juveniles en América Latina actual: hacia las configuraciones generacionales de la política. Controversias y Concurrencias Latinoamericanas, Montevideo: ALAS, Vol. 7, N° 11, junio 2015, pp. 25 – 52. Disponible en <http://ojs.sociologia-alas.org/index.php/CyC/issue/view/12/CyCL%20Vol7%20N11%20%5B2015%5D>

VOMMARO, Pablo. Las relaciones entre juventudes y políticas en la América Latina contemporánea: una aproximación desde los movimientos estudiantiles. Revista Sociedad, Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales UBA, julio 2013, Disponible en [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/9468/CONICET\\_Digital\\_Nro.13424.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/9468/CONICET_Digital_Nro.13424.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

ZAMORA, Itzkuauhtli. La importancia de la vida cotidiana en los estudios antropológicos. Líder, Revista Labor Interdisciplinaria de Desarrollo Regional, Osorno: Centro de Estudios del Desarrollo Local y Regional de la Universidad de Los Lagos, vol. 10, N° 14, julio 2005, pp. 123 – 143. Disponible en <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2054217>

Diego Breno Leal Vilela<sup>1</sup>

**PROTEÇÃO ANIMAL E TRÂNSITO  
INSTITUCIONAL: ATIVISMO, MEDIAÇÃO E  
AGENTES PÚBLICOS**

**ANIMAL PROTECTION AND INSTITUTIONAL  
TRANSIT: ACTIVISM, MEDIATION AND  
PUBLIC AGENTS**

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual da Paraíba/UEPB

## RESUMO

Neste artigo irei me debruçar sobre os processos mediante os quais ativistas da proteção animal têm atuado para inserir suas demandas na esfera do Estado e da Administração pública. Dedicarei especial atenção para o trânsito percorrido em vários níveis e escalas de atuação na estrutura estatal, a fim de compreender como estes atores têm se movimentado para provocar as mudanças que almejam (políticas públicas para animais) e ao mesmo tempo inserir a chamada “causa animal” no debate público. O cenário torna-se mais interessante e complexo quando notamos que alguns desses protetores não estavam apenas demandando do Estado políticas públicas e responsabilização pelos animais: eles próprios passaram a adentrar na estrutura da administração pública via poder legislativo. Com este trabalho, quero trazer à tona elementos que nos permitam compreender não apenas como o Estado se movimenta e se produz, mas como esse dado conjunto de pessoas se movimenta para fazer o Estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** proteção animal, mediação, trânsito institucional.

---

## ABSTRACT

In this article I will focus on the processes through which animal protection activists have acted to place their demands in the sphere of the State and Public Administration. I will pay special attention to the movement of these activists traveled at various levels and scales of action in the state structure, in order to understand how these actors have moved to bring about the changes they want (public policies for animals) and at the same time insert the so-called “animal cause” in the public debate. The scenario becomes more interesting and complex when we notice that some of these protectors were not just demanding public policies and accountability for animals from the State: they themselves began to enter the structure of public administration via the legislative power. With this work, I want to bring to light elements that allow us to understand not only how the State moves and produces itself, but how this given set of people moves to make the State.

**KEYWORDS:** animal protection, mediation, institutional transit.

## INTRODUÇÃO

Muito tem sido discutido no campo da antropologia brasileira sobre certa mudança do estatuto dos animais em nossa sociedade, sobretudo os animais de companhia, que têm sido cada vez mais incorporados ao núcleo familiar e a esfera de preocupação moral humana (SEGATA, 2012; LEWGOY, 2015; LIMA, 2016;). Uma das consequências que esse fenômeno tem trazido para a antropologia é nos permitir pensar, e mesmo relativizar, categorias como a de *humano* e *animal*, que longe de serem algo estanque, a produção etnográfica sobre o tema tem mostrado que são cambiáveis, e, não raro, veem suas fronteiras serem diluídas, ou, no mínimo borradas. O debate gerado pela produção de trabalhos sobre as relações humanos animais também tem dialogado com uma seara mais ampla e antiga dentro do campo antropológico de pesquisa, tais como as discussões que envolvem natureza-cultura, humanidade-animalidade, pessoa, técnica, ciência, indivíduo e sociedade (DESCOLA, 2012; INGOLD, 1995; SALTCHUCK, 2007).

No entanto, é preciso salientar, que para além dos debates que estão sendo e já foram produzidos sobre as categorias mencionadas acima, o fenômeno da mudança de estatuto dos animais de companhia em nossa sociedade, também nos tem permitido adentrar em outros eixos de discussões, que dizem respeito a questões que envolvem o Estado, a administração pública (SEGATA, 2012: 58). E é justamente neste campo que desejo inserir este trabalho.

Seja por meio da mobilização das organizações em defesa dos animais, seja por meio de iniciativas de parlamentares, “a preocupação do poder público em relação à proteção animal é algo que tem aparecido com certa constância nas últimas décadas” (AMORIM, 2014, p.12). Isso pode ser constatado a partir de várias frentes, tais como a criação de Secretarias, equipamentos públicos como hospitais veterinários, ou mesmo através da legislação e da atuação parlamentar, tendo vista que também cresce o número de candidatos às casas legislativas que têm inserido “a causa animal” dentro das suas propostas de mandato. Como assevera Amorim (2014, p. 16),

(...) percebemos que o escopo das políticas não atinge somente a humanos. Nos espaços urbanos os animais parecem passar por uma grade de classificação oriunda do poder público que os classifica e também os organiza no sentido de imputar ações que visam dar conta do modo como suas existências no mundo devem e podem ser.

Nesse sentido, prossegue a autora, afirmando que um olhar etnográfico sobre o assunto implica numa ótica diferente daquela adotada pela Ciência Política Clássica, que vê o Estado como “bloco homogêneo que existe a priori e fora do mundo social” (Amorim, 2014, p. 13). Uma perspectiva antropológica, por outro lado, nos permite analisar a interlocução entre os diferentes agentes que compõem os aparatos estatais. Trata-se, como nos aponta Gregori (2000), de uma verdadeira “trama institucional”, formada por diferentes atores e instituições, permeada por diversos conflitos.

Neste artigo irei me debruçar sobre os processos mediante os quais ati-

vistas da proteção animal têm atuado para inserir suas demandas na esfera do Estado e da Administração pública. Dedicarei especial atenção para o trânsito percorrido por esses ativistas em vários níveis e escalas de atuação na estrutura estatal, a fim de compreender como estes atores têm se movimentado para provocar as mudanças que almejam (políticas públicas para animais) e ao mesmo tempo inserir a chamada “causa animal” no debate público. Este cenário torna-se mais complexo quando notamos que alguns desses protetores não estavam tão somente demandando do Estado políticas públicas e responsabilização pelos animais. Eles próprios passaram a adentrar na estrutura da administração pública via poder legislativo, lançando-se candidatos. Com este trabalho quero trazer à tona elementos que nos permitam compreender não apenas como o Estado se movimenta e se produz, mas como os próprios ativistas se movimentam para “fazer o Estado” (VIANA, 2013) ou “fazer o Estado fazer”.

Diante deste cenário, me interessa responder aqui as seguintes questões: como as demandas por proteção animal estão adentrando na estrutura do Estado? Como tem se dado a formulação e a implementação de políticas públicas para animais neste contexto? Como os ativistas estão se mobilizando para inserir suas pautas na agenda das políticas públicas? Quais as principais questões implicadas nesse processo? Como tem se dado a relação entre ativistas e gestores da administração pública?

Para alcançar meu objetivo e responder às perguntas levantadas irei seguir o seguinte percurso: primeiramente situarei o leitor fazendo um breve apanhado e contextualização dos dados apresentados. Depois, apresentarei a trajetória de engajamento de um interlocutor que atuou nas estruturas do legislativo federal, desenvolvendo um tipo de ativismo voltado exclusivamente para a construção de políticas públicas para animais. Como destacam Eckert & Rocha (2013), a incorporação de narrativas biográficas ao trabalho de pesquisa antropológico tem se tornado cada vez mais recorrente enquanto fonte de dado etnográfico. Por meio delas, as pessoas não apenas reconstroem suas trajetórias e biografias, como também revelam representações, valores e maneiras de enxergar o mundo. Tais narrativas transcendem a experiência estritamente individual e se conectam a processos sociais que são maiores que os próprios indivíduos, em muitos casos, expressando nuances de uma determinada época (GUSSI, 2008).

Em seguida descreverei a atuação de alguns interlocutores em um evento chamado Acampamento Animal, ocorrido na cidade de Brasília-DF, no Congresso Nacional, entre os dias 07 e 10 de agosto de 2017, com o objetivo central de reivindicar junto aos congressistas políticas públicas para animais.

Este evento constitui-se como central para percebermos, de modo prático, como esses ativistas se movem e transitam em vários níveis e escalas da estrutura do Estado na tentativa de materializar suas pautas ou “fazer o Estado fazer”. Aqui, categorias como *vínculo*, *acesso* (AGUIAR, 2014) e, sobretudo, *mediação*, terão um papel chave. Por fim, trarei elementos de uma audiência pública realizada na Câmara de Vereadores do Recife com todos os órgãos da administração públi-



ca com competência para lidar com animais, ocasião que nos permite visualizar os dilemas, questões e impasses entre ativistas, políticos da causa animal e gestores da administração pública.

Todo o material deste artigo está amparado na minha pesquisa de doutorado<sup>1</sup> realizada predominantemente na cidade do Recife-PE, entre os anos de 2016 a 2018. Digo predominantemente, pois como indiquei acima, em 2017 acompanhei um grupo de interlocutoras pernambucanas até Brasília-DF para participar do já referido Acampamento Animal, ocasião em que tive contato com ativistas de várias regiões do Brasil, alguns deles eleitos vereadores em seus respectivos municípios, aos quais também tive a oportunidade de entrevistá-los, e que naquele momento também se tornaram importantes interlocutores. Ao longo da pesquisa, realizei 16 entrevistas semiestruturadas, sendo 11 delas com interlocutores da cidade do Recife e 04 outras com interlocutores do Acampamento Animal, entre elas duas vereadoras. Para não comprometer o trabalho ou atuação de alguns ativistas, optei por utilizar pseudônimos. Os agentes públicos tiveram seus nomes mantidos, uma vez que o material que será apresentado foi colhido em eventos públicos.

## **“NÃO RECOLHEMOS ANIMAIS E NÃO MANTEMOS ABRIGOS. NOSSO PRINCIPAL OBJETIVO SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS”**

No decorrer de uma entrevista, ainda no ano de 2017, uma interlocutora da cidade do Recife-PE me deu uma informação que foi crucial para o rumo que minha pesquisa tomou. Ela contou-me que além de atuar junto a grupos de proteção animal locais, também participava de um outro que não lidava diretamente com animais. Os esforços desse grupo eram direcionados especificamente para políticas públicas. Foi assim que tomei conhecimento da existência da Faos-PE (Federação das Associações Organizadas da Sociedade Protetora dos Animais/Pernambuco), organização da qual a interlocutora entrevistada fazia parte.

Ao acessar a página que a Faos-PE mantinha no *Facebook*, me deparei com a seguinte mensagem: “não recolhemos animais e não mantemos abrigos. Nosso principal objetivo são políticas públicas”. Esta frase me deixou bastante impressionado, pois havia ali a indicação de um tipo de atuação em uma escala distinta das atividades tradicionalmente associadas à proteção animal (resgate, castração, vacinação, encaminhamento para adoção). Em seguida descobri que a Faos-PE, na verdade, fazia parte de uma entidade maior chamada “ConFaos”, uma “Confederação” que agrega a nível nacional federações de estados brasileiros onde possui representação. Fiquei mais surpreso ainda ao descobrir que, naquela ocasião, esta mesma entidade estava organizando um evento em Brasília-DF – Capital Federal e sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário – chamado Acampamento

<sup>1</sup> Tese de doutorado defendida em 2019 no âmbito do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulada “Transformações das sensibilidades na relação Humanos-Animais: proteção animal, mediação e institucionalização na cidade do Recife-PE”.

Animal, encontro que possuía como principal objetivo pressionar o poder legislativo federal para aprovar leis que beneficiassem os animais.

A descoberta deste evento e deste contexto de atuação alguns protetores de animais da cidade do Recife-PE, bem como suas articulações com uma rede nacional de ativismo provocou uma mudança de escala na minha pesquisa. Ela deslocou-se do plano local/micro dos gatos e cães abandonados e das feiras de adoção, para inserir-se em um plano macro/nacional, que envolve articulações políticas e esforços dos mais diversos. Neste nível de atuação a participação de alguns agentes assume um papel estratégico muito importante. Na literatura antropológica tais sujeitos tornaram-se conhecidos como de *mediadores* (KUSCHNIR, 2001; NEVES, 2008; LINDQUIST, 2015; VALLE, 2015).

## O PROTETOR DOS PROTETORES

De um modo geral, os chamados protetores de animais – ou tão somente “protetores” – desenvolvem ações de resgate de animais de rua, proporcionam-lhes cuidados veterinários, esterilização e por fim os encaminham para adoção. Alguns problemas centrais mobilizam a ação dos protetores de modo mais urgente: animais de rua e necessidade de castração em massa; maus-tratos e a necessidade de dar efetividade aos dispositivos legais que já existem para punir quem os pratica<sup>2</sup>.

Entendemos que o crescimento das demandas por proteção, bem-estar e direitos para animais está relacionado a um contexto maior, que passa pelas transformações (ampliação) nas sensibilidades (THOMAS, 2010) de modo a incluir outros seres na esfera de preocupação moral humana. Não obstante as divergências internas no que diz respeito às estratégias políticas e ao alcance dos objetivos sociais demandados, esses grupos estão contribuindo cada vez mais para trazer os animais para inserir a “questão animal” como uma questão pública”, o que tem culminado em práticas de cuidado, responsabilidade, engajamento e compromisso com os animais (MATOS, 2012). Trata-se de um processo de propagação de uma sensibilidade que se empenha em tornar relevante a vida de certos animais não-humanos (LIMA, 2016), assumindo assim a forma de um projeto moral. Como vemos seguir, não se trata de um conjunto de ações dispersas. São ações coletivas organizadas que tem alcançado uma escala institucional.

Nas linhas que seguem abaixo teremos a oportunidade de acompanhar a trajetória de engajamento de um ativista que ocupava no momento em que a pesquisa foi realizada um lugar estratégico enquanto assessor parlamentar, fazendo assim algumas pautas da “causa animal” circular no Congresso Nacional.

\*\*\*

---

<sup>2</sup> Artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais (9605/98). Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Pedro trabalhou como assessor de vários parlamentares no Congresso Nacional. No momento em que estive na Capital Federal para o Acampamento Animal, ele era um dos articuladores do evento, desempenhando um papel-chave para os protetores que tomam como prioridade a pauta das políticas públicas para animais. Apesar de seu envolvimento ativo com a causa, à época ele não se auto intitulava “protetor”:

Eu não sou exatamente um “protetor de animais”, apesar de eu proteger os animais com o trabalho que eu faço e amar os animais como eu amo. Eu acabei me tornando um articulador político em defesa dos animais e acabei protegendo os protetores, então eu virei um “protetor de protetores” do Brasil, que também protege os animais. Então faço toda a cobertura pra eles, buscando políticas públicas, que aliviam o fardo dos protetores que resgatam animais no Brasil. (PEDRO, 09.08.2017)

Seu envolvimento com a agenda animal deu-se depois de já ter acumulado vários anos de experiência em seu trabalho no congresso. Tudo começou quando em um dia normal de trabalho, enquanto assessorava um dado Senador, ele se deparou com um Projeto de Lei (PL) que previa a castração de cães e gatos no Brasil para fins de controle populacional. Trata-se de uma reivindicação antiga e prioritária para os protetores, e naquele momento, ele afirmava já estar ciente que a atual política de controle populacional era feita pelos centros de zoonose, através da eutanásia, prática considerada por ele como “criminosa”. Foi então que ele decidiu tratar pessoalmente com o seu chefe sobre a possibilidade de “desencalhar” o tal Projeto de Lei e despachá-lo para a votação. Ele contou ter tentado emplacar a iniciativa por três vezes, e em todas recebeu uma resposta negativa, contra argumentada de que havia questões mais urgentes e importantes a serem tratadas.

A partir desse momento, Pedro passou a buscar informações sobre outros projetos que envolviam direitos animais e que tramitavam no Congresso Nacional:

A partir daí eu comecei a observar quais os projetos que tramitavam, acompanhar votações, arrumando formas de votar rapidamente esses projetos, e a coisa foi acontecendo. Um, dois, três, quatro... E aí eu cheguei num ponto, depois de muitos anos ajudando silenciosamente, mesmo não me considerando ativista ou protetor, eu cheguei num ponto que eu trabalhei para um deputado, (...) como assessor de imprensa, e foi onde nesse ano eu comecei a ter a ideia do acampamento animal nacional. E aí montei o acampamento, convidei a rede social inteira, passei meses me dedicando a isso e não a ele... no gabinete dele, usando a máquina do gabinete e inventando a minha história. E ele, ao invés de me demitir, me chamou no Gabinete e disse “olha aqui, eu tô vendo o que você tá fazendo, utilizando a minha legislatura e o meu gabinete pra construir o movimento animal, do qual eu não pertencço”. E aí eu perguntei: você vai me demitir? Porque eu não vou parar... Eu descobri que eu vou fazer isso. E ele disse: “não, eu quero que você me aproveite.” E aí, desde então, eu parei de assessorá-lo como jornalista, ele contratou outro jornalista, e ele me deixou montar esse acampamento animal nacional, na primeira edição... e foi quando a gente começou essa história de tentar uma votação anual para a gente avançar com a agenda brasileira de direitos animais, porque ela flutuava perdidamente no espaço sem avanço algum. E acabou virando um marco anual necessário pra que a gente

criasse um estímulo lá dentro e aí depois avançou, de fora pra dentro e de dentro pra fora. E eu comecei a criar, esforços oficiais dentro da casa. (PEDRO, 09.08.2017)

Além de permitir compreender os meandros que envolve a inserção de determinados temas no Congresso Nacional e da construção do Acampamento Animal, a fala de Pedro revela a negociação de interesses que leva certos políticos, por um lado, a trazer a pauta da defesa animal para agregar valor eleitoral à sua base, e, por outro, como os próprios protetores – neste caso, na posição de mediadores – veem na máquina política uma oportunidade de imprimir suas próprias agendas. Não por acaso, o congressista para o qual ele trabalhava só permitiu que ele continuasse seu envolvimento com a causa animal mediante a condição de que esse esforço se convertesse em benefício para o seu próprio mandato.

Aqui se abre um campo interessante de articulação entre políticas públicas e interesses. Trata-se, nas palavras de Monique Aguiar (2014, p. 33), de uma “sensível costura de apoios”, que:

Se sustentam nos fundamentos da reciprocidade. Construindo relações o mediador tem como estratégia garantir um nível de proximidade e continuidade na relação (...). De outro modo, a proximidade forjada entre o mediador e seu interlocutor, pautada em acolhimento mútuo, tenta manter a relação, contrapondo-se ao distanciamento, que torna o poder político algo inacessível.

Em outras palavras, no caso de Pedro, o que ocorreu foi a capitalização ou uma alavancagem política de uma posição estratégica que ele já ocupava e passou a utilizá-la em favor da proteção animal.

Ele também falou das dificuldades que encontrou no trabalho de disseminação e aceitação por parte dos deputados e políticos em geral, às demandas por políticas públicas para animais no Congresso Nacional:

Até cinco anos atrás, eles tratavam um pedido nosso, seja um ofício ou um pleito da casa, com uma tapinha nas costas ‘eu vou ajudar você e os cachorrinhos’. Era isso que eu ouvia: ‘vamos ajudar os cachorrinhos’. E ajudava rindo, bem humilhante, e ainda cutucava com o cotovelo os parceiros dizendo, ‘olha ali o moço dos cachorrinhos’. Só que aí, com o acampamento animal, foi havendo uma reação nas redes sociais, em vários municípios, porque todo mundo estava sofrendo a mesma coisa do problema dos animais. E essa rede foi se conectando mais, e ela foi me pedindo despachos, e eu fui despachando na mão de um, dois ou três que eram mais simpáticos à causa. (PEDRO, 09.08.2017)

Um dos Deputados a quem o interlocutor pediu ajuda se interessou tanto que, aos poucos, a causa animal foi tomando conta de toda a agenda no seu mandato, a ponto de hoje em dia, segundo as suas palavras, ele ter se tornado o “grande medalhão” da causa animal no Congresso.

Sempre que conseguia algum avanço ou adesão de algum deputado à causa, Pedro contou que postava a conquista nas redes sociais. Aos poucos, as pessoas passaram a demandar vários problemas e questões para que ele tratasse com os políticos, fato que acabou fazendo dele uma pessoa chave, uma espécie de elo, de *mediador* entre os protetores e os deputados no congresso nacional.

À medida que essa pauta foi ganhando corpo, os deputados se tornaram mais simpáticos a ela, sobretudo com a possibilidade de constituir novas bases de voto, fato que repercutiu na própria atividade parlamentar<sup>3</sup>. Tratando do contexto da cidade do Recife-PE, Lima (2016) ressalta que antes do ano de 2010, os únicos três projetos de lei propostos na Câmara de Vereadores não foram aprovados, e isso aconteceu sem qualquer tipo de repercussão. No entanto, do ano de 2010 em diante, esse número cresceu de modo significativo. No levantamento que eu mesmo realizei considerando o período entre 2010 e 2019 foram propostos 82 Projetos de Lei Ordinária (PLO), o que nos permite visualizar o quanto a agenda animal ganhou de espaço nesta casa legislativa.

No próximo tópico apresentarei parte da experiência de pesquisa no Acampamento Animal para compreender como as ações desenvolvidas por um conjunto específico de interlocutores, que através do trânsito entre o ativismo, o poder público, suas estruturas e agentes, movimentam-se no sentido de criar condições para provocar mudanças que têm a proteção animal como alvo.

## ACAMPAMENTO ANIMAL

O primeiro compromisso na agenda dos ativistas presentes no Acampamento Animal foi uma Audiência Pública Ordinária, promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sobre o “Sucateamento dos Zoológicos Brasileiros e sua Nova Utilidade a Favor da Fauna”. A organização do evento confeccionou camisetas destinadas aos participantes do AA. Eram bastante similares à da Polícia Legislativa Federal. De cor preta, desenho de um distintivo no peito com o nome “Proteção Animal”; bandeira do Brasil na manga esquerda; e atrás, destacado em letras verdes o nome do evento: “Acampamento animal 2017”. Logo abaixo, seguia a seguinte frase: “Proteção Animal, Lei Federal 9.605/98”<sup>4</sup> <sup>5</sup>.

O direcionamento dado pelos organizadores era para que ficássemos em grupo circulando pelas dependências do Congresso Nacional antes da Audiência Pública começar. Mostrar-se presente, fazer-se visto e dar corpo à causa era o principal objetivo dessa atitude.

<sup>3</sup> A partir do ano de 2010 podemos presenciar em várias cidades brasileiras o crescimento de candidaturas que traziam como principal pauta “a defesa animal”. Alguns deles com votações bastante expressivas, a exemplo de Roberto Tripoli (à época PV-SP) foi eleito vereador com 132.313 votos, também levantando a bandeira da causa animal. Curiosamente, na eleição anterior, o mesmo deputado obteve menos que um terço da quantidade de votos que recebeu em 2012. Surgia no Brasil um novo nicho eleitoral.

<sup>4</sup> Trata-se da Lei de Crimes Ambientais 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre “as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente” e torna crime contra a fauna, com pena de três meses a um ano e multa para quem “Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”.

<sup>5</sup> Refletindo acerca do modo como os animais são tratados em nossa legislação, Ferrigno faz um apontamento relevante: (...) em nossa cosmologia, o animal parece estar na fronteira entre uma e outra esfera – a da tutela, tal como seres humanos vulneráveis, e a do “meio ambiente”, tal como quaisquer espécies da fauna e da flora, localizadas em território nacional. Ou, em outras palavras, entre a “cultura” e a “natureza”, inseridos, neste sentido, ora em uma, ora em outra esfera. (FERRIGNO, 2011, p. 07)

De fato, um grupo de 20 pessoas circulando em conjunto inevitavelmente chamava a atenção. Eu mesmo fui abordado pessoalmente por um assessor de um deputado curioso para saber do que se tratava. Ao ser informado, ele começou a me falar que o “seu” deputado patroneava projetos para essa causa e que iria entrar em contato com a organização do evento. Em outra ocasião, ao utilizar o elevador, alguns assessores de parlamentares também buscaram se informar a respeito da tal movimentação. Como me falou uma das lideranças do AA em entrevista:

Lá no parlamento a gente precisa continuar com esse crescente de audiências públicas, provocações, que lotem essas plenárias e chamem a atenção dos parlamentares que querem estar em debates acalorados e não esvaziados. E eles já entenderam que a proteção animal é voto. Três anos atrás eles não tinham entendido. Esse ano tá muito claro que todos querem participar da foto pra aumentar a base. (ALAN, 09/092017).

É interessante ressaltar que algumas pessoas que participaram desde o primeiro encontro<sup>6</sup> começaram a concorrer aos cargos de vereadores de seus respectivos municípios, tais como o caso de Carla Sássi (Conselheiro Lafaiete-MG), Kátia dos Animais (Curitiba-PR), Goretti Queiroz (Recife-PE). As duas primeiras conseguiram se eleger em 2016; a última assumiu como suplente em março de 2019. Todas elas estiveram presentes na totalidade das edições do AA. Trata-se de trajetórias que ilustram a institucionalização da causa animal, partindo da participação em eventos ligados ao movimento, passando pelo ativismo e chegando até a ocupação de cargos públicos eletivos. Os motivos que as fizeram ingressar na carreira política via poder legislativo, estão associados à ideia de que lutar por políticas públicas seria como agir estrategicamente, na busca de soluções efetivas e em longo prazo – não apenas em ações imediatas, como a realização de resgates, castrações e feiras de adoção.

Na noite do segundo dia, enquanto todos conversavam em círculo, o AA recebeu a visita do deputado Ricardo Izar (PP-SP). Ele é visto pela maioria dos protetores que lá estavam como um dos grandes representantes da causa animal no Congresso Nacional. Infelizmente, trouxe uma notícia não muito boa. Falou-nos que o tão esperado pacote de projetos da causa animal não iria para a votação como o movimento estava pleiteando. Em seu lugar, seriam votadas algumas Medidas Provisórias, vistas pelos congressistas como mais urgentes. Contudo, ele também comunicou que havia conseguido, em conjunto com outros parlamentares, uma agenda com o Presidente da Câmara dos Deputados à época, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para tratar sobre esse pacote de projetos. A reunião estava marcada para o dia seguinte, 09.08.2017 e seria importante a presença de todos do acampamento.

No dia seguinte, a previsão era para três encontros de grande peso po-

<sup>6</sup> O primeiro encontro também foi lembrado pelos diversos conflitos entre os ativistas veganos e protetores. Me foi relatado que um dos principais desentendimentos se deram em decorrência do consumo de certos alimentos de origem animal no espaço do Acampamento Animal. Tal fato, sobretudo para os veganos, era inaceitável, uma vez que estes incorporam, tanto nas suas práticas alimentares, como em outras esferas, o boicote a produtos de origem animal.

lítico, respectivamente: com o Ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM-PE); o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ); e o Ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab (PSD-SP).

O primeiro deles ocorreu pela manhã e foi articulado pelas ativistas do estado de Pernambuco. O objetivo central era sensibilizar o Ministro da Educação para que fossem inseridos no ensino infantil conteúdos sobre cuidado e bem-estar animal. Neste encontro especificamente, acompanhei as ativistas de Recife-PE até o ministério, mas infelizmente precisei esperar na entrada, pois havia um limite no número de pessoas para a audiência. Ao saírem, as quatro Protetoras de Recife-PE falaram que a ideia foi bem recebida, e que o ministro havia se comprometido de estudar junto à sua equipe o que era possível de ser feito, embora também tenha afirmado que seria difícil levar adiante o projeto no momento.

O próximo compromisso seria apenas às 17h00, com o deputado Rodrigo Maia. No período da tarde a recomendação era de que os protetores buscassem conversar com os Deputados Federais de seus estados, na tentativa de “sensibiliza-los” para a causa animal.

O primeiro destino foi o Gabinete do deputado Federal Daniel Coelho (PSDB/PE). Ele compunha a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento. De acordo com uma das Protetoras que eu acompanhava, o deputado era próximo à causa animal há muito tempo na cidade do Recife-PE. Quando vereador desta cidade, no ano de 2008, foi autor de um PL que previa a redução gradativa do número de veículos de tração animal na cidade. À época, esse Projeto foi vetado pelo prefeito João Paulo (PT). No ano de 2010, já em outra gestão municipal, o Projeto foi aprovado parcialmente.

Ao chegarmos ao Gabinete, o deputado ainda não havia voltado do plenário da Câmara. Enquanto isso, as protetoras permaneceram conversando com o chefe de Gabinete, discutindo Projetos e falando sobre suas atividades. Ao chegar, o deputado recebeu as protetoras, que já as conhecia. Convidou-nos para a sua sala. A conversa foi rápida, basicamente sobre como iria funcionar uma verba que fora destinada a implementação de “Castra-Móveis”, uma espécie de ambulância equipada para fazer castração de animais nos municípios brasileiros. A verba teria saído do Ministério da Saúde e seria destinada para todos os municípios brasileiros, uma vez que esse problema foi pautado nos termos de saúde pública<sup>7</sup>.

Após esse primeiro encontro, as Protetoras decidiram voltar para a Câmara, uma vez que boa parte dos Deputados estaria por lá. Uma conversa relevante ocorreu com o deputado Felipe Carreiras, do PSB-PE, que se colocou à disposição para articular junto à bancada do seu partido temas de interesse da causa animal.

Por volta das 17h, todos os Protetores se reuniram para o encontro com o deputado Rodrigo Maia. Enquanto aguardávamos a autorização para entrar na área restrita do Congresso, vários Deputados que entravam e saíam desta área pararam para falar com os protetores. Alguns deles, inclusive, eram autores de Projetos de Lei que pautavam a questão animal. Entre eles, um Pastor, autor de

<sup>7</sup> Interessante notar que muitas vezes essas questões são pautadas muito mais pelo viés da saúde pública do que pelos direitos animais.

um PL que instituía a proibição do uso de animais em rituais religiosos.

Durante esse tempo de espera, várias fotos foram tiradas dos protetores com os Deputados que passavam. Sejam os já conhecidos apoiadores da causa, sejam aqueles que ainda não haviam manifestado qualquer apoio ao movimento. Quando o acesso foi liberado, já passava das 17h30. Cerca de 30 pessoas entraram na sala do deputado Rodrigo Maia.

Na sala, uma longa mesa foi ocupada pelos protetores. Nas cadeiras mais próximas à do Presidente da Câmara, ficaram os Deputados que haviam articulado o encontro: Izar (PR), Weliton Prado (Pros), Luiz Carlos Ramos (Podemos/RJ) Marcelo Álvaro (PR/MG); como também os Vereadores Kátia dos Animais (Solidariedade/PR), Carla Sássi (PSB/MG) e Alex Parente (PSD/SP).

Antes da entrada de Rodrigo Maia, uma cena chamou atenção. O deputado Izar levantou da cadeira e em voz alta dirigiu a palavra a outro deputado que se encontrava na sala. Tratava-se de Rubens Bueno (PPS/PR), único deputado da bancada do Paraná a votar contra a PEC da Vaquejada<sup>8</sup>. Izar falou “deputado, explica para pessoal porque você mudou o seu voto?”. Prontamente, ele contou que havia mudado a sua opinião com relação à vaquejada por ter ficado comovido com o discurso que o deputado Izar fez na tribuna, defendendo o voto contrário a aprovação da PEC que entendia a vaquejada como “esporte e cultura”.

O encontro foi bastante rápido. Rodrigo Maia entrou, cumprimentou a mesa, os protetores e sentou para ouvi-los. O deputado Izar iniciou sua fala agradecendo a disponibilidade do presidente para recebê-los. Em seguida, anunciou que estavam presentes representantes da causa animal de todo o país, inclusive alguns vereadores. O objetivo seria verificar, junto ao presidente da Câmara, a possibilidade de pôr em votação um pacote de Projetos de Lei relacionados à causa animal, tendo-se em vista a sensibilidade do Parlamentar em relação ao tema, tendo ele, inclusive, sido autor de um Projeto de Lei que regulamentou o transporte de animais nos aeroportos. Rodrigo Maia simplesmente anuiu, performando gestos afirmativos, que teria condições de até o final do mês seguinte fazer essa sessão. Os deputados agradeceram, um deles ainda falou “isso é que é pauta boa, o presidente só disse sim, vamos aplaudi-lo e esperar”. A sessão foi encerrada, durando cerca de seis ou sete minutos. No final, Protetores e parlamentares da causa animal posaram para fotos ao lado de Rodrigo Maia.

Concomitante ao encontro com Rodrigo Maia, outra reunião estava acontecendo. Desta vez com o à época Ministro da Ciência e da Tecnologia Gilberto Kassab e o Diretor Geral dos Correios. Apenas dois ativistas foram para essa reunião. De acordo com eles, os temas tratados foram o fim dos testes em animais nos centros de ensino no Brasil e a proposta de homenagear os animais no ano de 2018 nos selos dos Correios. Esta última proposta foi acatada.

<sup>8</sup> Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 304/2017, que acabou com os entraves jurídicos para a realização de vaquejadas no Brasil, acionando o artigo 225 da Constituição, que diz que “não se podem classificar como cruéis práticas esportivas com animais reconhecidas na categoria de manifestações culturais, registradas como bens imateriais do patrimônio cultural brasileiro e regulamentadas por lei que assegure o bem-estar dos animais utilizados”. (AGÊNCIA SENADO, 2017).



Destacamos até aqui o os processos de atuação de protetores junto a deputados e demais agentes do estado para conseguirem inserir suas demandas no debate público e ao mesmo tempo materializa-las na forma de ações estatais que beneficiem os animais. Vimos que esse processo é realizado por meio de diversas estratégias: busca por apoios, acessos e vinculações; conversas de bastidores; demonstração de força; visibilidade; sem deixar de considerar o importante trabalho dos chamados mediadores.

Como assevera Ros (2015, p. 99) ao analisar as “lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas” na Argentina, as relações de mediação são capazes de criar vínculos de natureza ambígua, que envolvem tanto reciprocidade quanto dominação. Por isso mesmo, ao refletir sobre este tema na relação entre ativistas e políticos da proteção animal, torna-se elementar considerar as motivações e interesses no estabelecimento de vínculos entre as partes envolvidas, para que desta forma consigamos alcançar um nível de análise capaz de ir além das intenções anunciadas pelos agentes envolvidos.

Para Mauss as dádivas, em teoria, são aparentemente voluntárias e desinteressadas. No entanto, o que o autor irá mostrar ao longo de seu texto, é justamente o contrário: são obrigatoriamente dadas e retribuídas. Partindo desse pressuposto, Mauss indaga:

Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua? (MAUSS, 2003, p.188).

Diferente das relações de tipo comercial, as prestações e contraprestações analisadas pelo autor não estão assentadas em um código de contrato formal. No entanto, apesar do aparente desinteresse por parte do doador, existe um código social de caráter moral que regula essa relação. É justamente essa força moral que faz com que aquele que recebe o dom, sinta-se obrigado a retribuí-lo na forma de um contra dom. Quebrar essa lógica implicaria no rompimento desse código moral, de modo a pôr em xeque elementos como prestígio e *status*.

Neste sentido, é preciso salientar que a “dádiva” não tem por efeito apenas a constituição de obrigações mútuas. Uma de suas consequências mais poderosas é a produção de alianças. No caso aqui em análise, os vínculos estabelecidos entre ativistas, mediadores e políticos, por um lado; e os vínculos estabelecidos, através da sua posição adquirida, entre políticos, gestores e agentes do executivo, não podem ser vistos de outra forma, senão como uma relação de troca.

Aos protetores interessa a posição ocupada pelo político e sua condição de representante nas casas legislativas, para criar leis e políticas públicas que contemplem e normatizem as demandas por direitos, proteção e bem-estar para animais. Os políticos, por sua vez, embora de modo nem sempre declarado, e mesmo que em todo caso, sejam engajados e oriundos do movimento de proteção animal, inegavelmente esperam que o acolhimento das demandas dos ativistas converta-se em votos no período eleitoral:

Reconhecer que todas as relações sociais, em particular as de mediação envolvem posições de poder, implica assumir que a assimetria na disponibilidade de recursos é um componente constitutivo do vínculo e, portanto, condicionante das lógicas de ação dos agentes e da capacidade de imporem sua visão de mundo. (ROS, 2015, p.110)

A partir da construção de vínculos e alianças como essas, não parece ser difícil imaginar que os políticos que acolhem demandas dos protetores estarão contando com o apoio recíproco para fortalecer suas candidaturas.

Por fim gostaria de chamar atenção para o fato de que no contexto da minha pesquisa, a agenda animal foi absorvida em sua maioria por partidos de centro-direita, muitas vezes marcados por negligenciarem os direitos humanos. Um dos principais argumentos utilizados tanto pelos ativistas, quanto pelos parlamentares, foi o de apresentar a causa animal como uma “causa nacional”, “não-ideológica” ou de apenas de um grupo político. Da parte dos políticos, agregam o tema à sua base como uma “causa nobre”. Os ativistas, por sua vez, assumem uma postura de que todo apoio nesse momento é bem-vindo, desde que seja para beneficiar os animais.

## **POLÍTICOS, GESTORES E ATIVISTAS: O PANORAMA DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DE VEREADORES DO RECIFE-PE**

O fato disparador para a realização desta Audiência Pública foi o registro pelas câmeras de segurança de uma clínica veterinária no Bairro da Torre (zona norte do Recife), do abandono de uma cadela. Nas primeiras horas da manhã do dia 08.04.2019, uma mulher aparece no vídeo amarrando uma cadela ao corrimão da entrada da clínica. Junto com o animal, deixou um bilhete com o título de “Pedido de Socorro”, alegando não possuir condições para arcar com os custos do tratamento da doença de pele da cadela. Em poucas horas essas imagens passaram a circular não apenas nas redes sociais dos protetores, sendo também repercutidas em diversos telejornais locais<sup>9</sup>, criando um ambiente de revolta generalizada.

Foi então que dois dias após o ocorrido a Vereadora Gorette Queiroz (PS-C-PE) articulou a realização de uma Audiência Pública (AP) com o tema “Ações efetivas no combate, atendimento e resgate de animais em situações de maus-tratos no município do Recife”. Foram convocados todos os órgãos estatais que possuem atribuições e competências para lidar com animais: Secretaria Executiva de Direitos Animais (Seda), Centro de Vigilância Ambiental, Delegacia de Polícia e Meio Ambiente, Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (Cipoma) e Corpo de Bombeiros (CB). Além desses, também compunha a mesa a representante de uma entidade da sociedade civil, a Faos-PE.

\*\*\*

<sup>9</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/04/08/mulher-abandona-cadela-em-clinica-veterinaria-e-deixa-bilhete-no-recife.ghtml>.

Ao iniciar a Audiência Pública, ficou evidente que, mais do que tratar da questão dos maus-tratos, ali havia como pano de fundo outra questão: a definição de atribuições e competências de cada órgão com relação às políticas públicas para os animais da cidade do Recife-PE. Parte significativa das queixas dos ativistas diz respeito aos desencontros entre um e outro órgão. Numa pergunta: o que cabe a cada um deles fazer?

Desta forma, a vereadora Gorette Queiroz abriu a AP saudando os convidados, já de imediato tecendo a seguinte questão: de quem é a responsabilidade nos casos de maus-tratos aos animais?

Nós sabemos que pela Constituição brasileira, a tutela do animal não domiciliado é de responsabilidade do Estado. (...) O que nós lutamos, ativistas da causa animal, como eu que estou há anos nessa luta pelos direitos dos animais, é que a lei seja cumprida na íntegra. Por isso é que nós lutamos por políticas públicas. (...) E o que a gente encontra diariamente, principalmente quando se diz respeito a violência e maus-tratos contra os animais, é uma absoluta falta de atenção, de desprezo, de falta de entendimento, principalmente entre os órgãos que são responsáveis por esta segurança. (...) Muitas vezes a gente liga para o Corpo de Bombeiros para retirar um gato de cima de uma árvore, e o CB diz que não vai, que não tem equipamento. Muitas vezes eu liguei, ou minha equipe, pra salvar um cavalo que caiu numa vala, e o CB diz 'isso não é com CB, é com a Depoma'. A Depoma diz 'não, isso não é com a Depoma', e de fato, não é com a Depoma. É com o Cipoma. Aí lá vai a gente ligar pro Cipoma. Aí o Cipoma diz 'eu só trabalho com animais silvestres, é com a Prefeitura do Recife'. (...) Eu gostaria de sair daqui hoje com um controle, com um protocolo, onde houvesse uma orientação para a sociedade. A sociedade precisa saber o que é que faz cada órgão. (GORETTI QUEIROZ, 10.04.2019)

Neste momento uma assessora tomou a palavra e exibiu imagens e vídeos de animais vítimas de maus-tratos. Em um dos casos por ela relatado, houve a recomendação, por parte de um agente público, de que seria melhor ir a uma delegacia em particular, cuja Delegada responsável era "sensível" ao tema, podendo mais facilmente mobilizar seu efetivo. Neste momento, a representante do Depoma interrompeu, afirmando que:

Infelizmente a nossa lei ela é muito branda. A penalidade é praticamente nenhuma, é um TCO<sup>10</sup> que ele vai responder por maus-tratos. Pronto, pra ele, ele vai continuar fazendo isso, infelizmente. O que poderia ser feito, é lutar junto ao Congresso Nacional para criar uma Lei Federal que dê cadeia para esse pessoal. Enquanto maus-tratos for TCO, o nosso trabalho fica com um grande potencial de impunidade, infelizmente. O que eu peço muito a vocês, é que vá na delegacia e preste ocorrência, porque através desse boletim de ocorrência, a gente vai poder fazer esse bendito TCO, porque sem esse boletim, nem isso a gente pode fazer. (ELIZABETH BARRETO, 10.04.2019)

A funcionária do Gabinete da vereadora pediu novamente a palavra, alegando que o caso relatado havia sido denunciado, gerando um boletim de ocorrência, e, ainda assim, nada fora feito. Neste momento, a Delegada asseverou mais uma vez:

<sup>10</sup>Termo Circunstanciado de Ocorrência. Um tipo de registro de um fato tipificado como infração de menor potencial ofensivo ou crimes de menor relevância, que possuem a pena máxima estimada em até 02 (dois) anos de cerceamento de liberdade ou multa.

Pronto, esse boletim ele prestou na delegacia da Várzea, em nenhum momento ele foi no Depoma. Eu digo pra ele ir hoje à tarde no Depoma, que na medida do possível, a gente trabalha. (ELIZABETH BARRETO, 10.04.2019)

Uma pessoa da plateia interrompeu a fala da Delegada afirmando que havia feito todo o procedimento tal como indicado, e também não havia logrado êxito. A representante do Depoma retomou a palavra justificando:

Gente, vejam só... Na realidade a "Permanência", que é quem atende esse pessoal, são os policiais aposentados, aqueles policiais já antigos... a gente também tem que ter a compreensão, tá entendendo? Procure sempre ou o delegado ou o escrivão. Esse pessoal mais antigo não dão o verdadeiro valor à causa animal. (ELIZABETH BARRETO, 10.04.2019).

A Delegada prosseguiu argumentando que apesar do seu comprometimento com a causa, faltava efetivo na Depoma, que era responsável por todo o estado de Pernambuco, não apenas para atender crimes de maus-tratos aos animais, mas também, crimes ambientais de um modo geral, previstos na lei 9.605/98. Apesar disso, ela contou que a delegacia triplicou o número de procedimentos desde que ela assumiu a Depoma em 2017.

Após esse momento, a palavra foi passada para o representante da Cipoma, o Capitão Rildo Santos. Ele iniciou afirmando que assim como a Depoma, a Cipoma também é responsável por todo o estado de Pernambuco, e trata não só a questão dos maus-tratos, mas também crimes como o tráfico de animais silvestres e a comercialização de outros animais nas feiras públicas. No que diz respeito aos maus-tratos, ele seguiu pontuando que a Cipoma atende algumas solicitações, mas que era muito dependente da disponibilidade do seu quadro efetivo:

Se é um crime que está acontecendo ali no momento e a Cipoma for ao local e flagrar, aquela pessoa vai ser conduzida com certeza a Delegacia. Mas a dificuldade é essa, de se flagrar essa questão dos maus-tratos. Em qualquer Delegacia a pessoa pode denunciar e ir lá fazer o boletim de ocorrência e registrar aquele fato. Então a polícia militar está à disposição, sabendo de todas as dificuldades (...) liga pro 190, insistam, porque, por ser crime, é obrigação nossa ir lá. (RILDO SANTOS, 14.04.2019)

Após o pronunciamento do Capitão Rildo Santos, a palavra foi passada para o Corpo de Bombeiros, ali representado pelo Tenente Coronel Francisco Cantarelli. Iniciou afirmando que iria, na medida do possível, tentar responder a alguns dos questionamentos que estavam sendo feitos ao longo da AP. Também fez questão de reforçar que o Corpo de Bombeiros atendia diuturnamente um grande contingente de ocorrências em todo o estado. Ele pontuou que dentro da instituição existe um norte, que é a Lei de Organização Básica do CB, onde se determina os casos em que devem agir:

As ocorrências entradas no nosso sistema onde envolva sofrimento do animal, excluindo-se tipos penais, porque, entrou em tipo penal, aí é com a Polícia Militar, que é responsável pela manutenção da ordem pública. E quando da notícia crime, a persecução penal, iniciando pelo Ministério Público, mas precisa da ação inquisitorial

da Polícia Judiciária. Então, entre essas questões, eu posso dizer que o Corpo de Bombeiros, não tem a competência legal para agir em ações de maus-tratos em virtude de uma questão do tipo penal. Mas todo animal em sofrimento, e isso tá dentro do rol legislativo das nossas ações, sim. Nós vamos até lá, e vamos fazer o que for possível para, ou minimizar o sofrimento do animal, ou tentar salvá-lo, porque é a nossa obrigação. (...) Se tem um animal numa vala, numa fossa, estando ele em sofrimento, nossa obrigação é chegar, retirar o animal do sofrimento e colocar num local confortável. Sendo um animal silvestre, eu vou reportar para a CPRH que só tem um horário diurno de atendimento. Caso não consiga, o que a nossa legislação prevê, é que eu solte esse animal numa área de reserva ambiental. Sendo um animal domesticado, eu tenho que entrar em contato com os centros de vigilância dos municípios que tenha o poder legal de intervenção. Então, um cavalo num canal... nós retiramos e colocamos ele na via. Cessou as nossas obrigações. Nós não temos competência legal para cuidar desse cavalo. (FRANCISCO CANTARELLI, 14.04.2019)

O próximo a falar foi o Secretário da Seda, João Marcelo. Ele começou tecendo uma crítica a Lei 9.605 (Lei de Crimes Ambientais), alegando que a potencialidade de crimes contra animais é bastante frágil. Por outro lado, apontou que um caminho mais sólido para que os movimentos avancem, seria direcionar esforços para “tipificação do conceito de animal como sujeito de direito”, desta forma criando-se um “código penal animal” (JOÃO MARCELO, 14.04.2019).

Outra possibilidade, interveio a Delegada da Depoma, seria transformar a pena, que hoje é pecuniária, para privativa de liberdade (a partir de quatro anos). Com agravante em caso dos maus-tratos resultarem na morte do animal.

Em seguida, a palavra foi concedida ao representante do Centro de Vigilância Ambiental, Jurandir Almeida, que iniciou a sua fala reconhecendo haver uma ausência de fluxo e que poderia existir uma melhor articulação entre os órgãos; no entanto, também era preciso reconhecer o esforço de todos os órgãos envolvidos. Ele ressaltou que já esteve em outras mesas de debate em condições bastante desconfortáveis, pois representa uma instituição que possuía como política de controle da população de animais de rua a “eutanásia”, que apesar de autorizado por lei, era algo bastante questionável:

A nossa missão institucional é de intervir em cadeia de transmissão de doença onde o animal esteja presente e em alguns agravos de risco que eles promovam, como um cavalo numa via pública, que pode provocar um acidente. Atrelado a isso, os maus-tratos estão inseridos. Um cavalo que transita na rua, em sua maioria, está sob condição nutricional deficitária, boa parte tem problema de ordem física, ferimentos, estão envolvidos em acidente... e é uma rotina nossa ser acionado com esse tipo de situação. O Corpo de Bombeiros é um parceiro nosso tradicional. Por exemplo, caiu no canal, o bombeiro tira e nós recolhemos. E tem a questão da destinação final. Pra onde esses animais que são recolhidos vão? A gente tem limitações de capacidade. A adoção tem sido um meio. Os animais que estão em melhores condições são adotados, e que aqueles que não estão, os aleijados, os cegos, envelhecidos, os que tem problemas crônicos, ficam na unidade. (...) Esse é o nosso dia a dia. A escolha de Sofia<sup>11</sup>, do que atender, do que não atender... (JURANDIR ALMEIDA, 10.04.2019)

<sup>11</sup> A alusão desenvolvida pelo gestor do CVA é expressiva. Remonta ao conceito de Agamben (2007) sobre vidas que importam, e realiza, deliberadamente ou não, uma explícita menção aos campos de concentração.

Ele seguiu afirmando que tradicionalmente os cães de rua sempre foram os principais foco de atenção do CVA, mas que recentemente, os gatos têm ocupado esse lugar, muito por causa da *esporotricose*, que tem se tornado um grande problema de saúde pública e saúde animal. Uma parte importante da fala de Jurandir Almeida ocorreu quando ele mencionou que o CVA estava vivendo um novo momento na sua relação com os protetores, estabelecendo pontes e criando uma espécie de “fluxo informal” para atender algumas de suas demandas, tal como castração. No entanto, alguns protetores interromperam a fala do gestor para mencionar que era preciso utilizar melhor a estrutura do CVA para fazer mais castrações. Isto porque existem empecilhos burocráticos que impedem que a castração aconteça. Enquanto órgão público para tratar com questões que envolvem zoonoses, o CVA não poderia usar a verba que recebe do Ministério da Saúde para tratar de animais saudáveis. Isso caberia à Seda, encarregada do bem-estar animal:

A nossa atuação é norteadada por perfis epidemiológicos. Então se eu tenho uma faixa de possível transmissão de leishmaniose ali na Guabiraba<sup>12</sup>; então aquela população animal ela é prioritária. Então a gente vai lá, pega os animais e devolve para o seu proprietário. Da mesma forma com acumuladores e alguns outros acontecimentos, como população de animais em hospitais. É um problema de saúde pública. Todos os hospitais praticamente possuem uma população de gatos, e a gente não tem a possibilidade de recolher por falta de capacidade. A gente tem feito essa parceria: dedica a segunda-feira de manhã ao Hospital da Tamarineira. Então vai lá, pega aqueles animais, castra e devolve pra que eles fiquem em situação de adoção. (JURANDIR ALMEIDA, 10.04.2019)

Por fim, a representante da Faos-PE encerrou a mesa, destacando que era preciso realizar outros eventos dessa natureza, em outros Municípios, para que todo o aparato de políticas públicas voltado para animais não ficasse concentrado na capital Recife. Também mencionou que havia sido criado em Brasília, dentro da comissão de meio ambiente, uma sub-comissão de defesa animal, da qual o deputado federal de Pernambuco Daniel Coelho (Solidariedade) estava fazendo parte, e que tinha como objetivo cobrar do poder público federal a criação de leis que beneficiem os animais, algo dificultado por deputados da bancada ruralista:

A gente como Faos em Pernambuco, faz parte da Confederação Nacional, que é justamente essa confederação que está fazendo isso em Brasília, tentando fazer com que essas leis saiam do papel. A Faos ela não faz resgate, mas a gente trabalha com políticas públicas e estamos sempre tentando fazer com que essas leis sejam cumpridas. (LUCIANE, 10.04.2019)

A audiência pública durou cerca de três horas. Após a fala dos gestores, muitos debates surgiram. Queremos aqui destacar algumas ideias gerais a partir dos fatos apresentados acima. O primeiro deles é que o discurso dos agentes que são responsáveis por colocar o Estado em ação são reveladores de uma série de questões, não apenas no que diz respeito ao modo como tem se dado a execução das políticas públicas para animais na cidade do Recife, mas também ao próprio funcionamento

<sup>12</sup>Bairro da Zona norte do Recife.

da máquina pública e do ordenamento estatal. Depois, vimos que existem dispositivos legais e órgãos com competência para lidar com diversas questões que envolvem animais. No entanto, esbarram na falta de recursos humanos e materiais.

Um fato merece ser destacado: há continuidades e descontinuidades nos discursos de parte dos protetores e gestores. Por meio de termos como “é a lei”, “está na constituição”, os protetores embasam sua cobrança aos órgãos públicos, o que demonstra a crença de um segmento da proteção animal na normatividade<sup>13</sup>. No entanto, observamos que muitas vezes o cumprimento da tal “lei” demonstrou-se dependente de aspectos subjetivos, tal como a sensibilidade do agente público recebe uma denúncia. Ir a delegacias onde se sabe extra oficialmente que há um ou outro agente sensível às questões que envolve animais, passa a ser uma estratégia e mesmo uma recomendação para superar a indiferença provocada por esses encontros burocráticos (HERZFELD, 2016).

Por outro lado, podemos perceber ainda evidentes contrastes entre a perspectiva dos ativistas e a dos gestores. Enquanto os primeiros muitas vezes adotam uma postura crítica em relação à atuação do Estado, reivindicando sempre uma maior ampliação da escala, os últimos pontuam avanços e conquistas já solidificados no aparato estatal.

Alguns termos usados com certa recorrência pelos gestores, tal como “na medida do possível”, expressam uma atitude de temporização da gestão pública. Ocorre que, para os protetores, “na medida do possível” não é o bastante. Eles mesmos se encontram em situação limite; muitos renunciando a círculos afetivos, dispendendo grandes somas financeiras, emocionalmente afetados. Para eles, o Estado deve ser protagonista ou no mínimo corresponsável. Há aqui o que Ferreira (2013), remetendo a Herzfeld (2016), denominou por “descompasso entre temporalidades” daqueles que estão demandando a ação do Estado e os funcionários do ordenamento estatal<sup>14</sup>.

Por seu turno, a distribuição de competências entre os órgãos, muitas vezes é uma “babel institucional”. Um cenário kafkiano no interior do qual a burocracia enubla responsabilidades, confunde atribuições, ignora atores. Existem muitas vítimas e poucos responsáveis, a ver a fala do representante do CB e a completa transferência de competências que ele relata. A atribuição de responsabilidades é muitas vezes confusa. Há algo de críptico, obscuro e fundamentalmente indefinido entre as atribuições de cada ente do Estado. Este fato se deve tanto à relativa novidade que representa a existência de órgãos públicos responsáveis por esse campo, quanto – e conseqüentemente – à inexperiência ou inaptidão dos próprios agentes públicos para atender esses novos pedidos.

A impressão que se tem é de que a burocracia é tão enraizada no aparato estatal que cada órgão possui seu próprio regimento, que não raro entra em conflito com o regimento de outro órgão, gerando um efeito imobilizador. É jus-

<sup>13</sup>Por outro lado, também é preciso mencionar que muitos protetores se tornaram descrentes nas ações estatais e agem por conta própria.

<sup>14</sup>Esse descompasso entre o tempo do Estado e a urgência dos protetores é uma das maiores fontes de conflitos entre os agentes públicos e ativistas.

tamente para esse entremeado obscuro que os protetores não dão importância. Para além de suas preocupações imediatas com os animais que estão concretamente sob os seus cuidados, eles exigem ações objetivas por parte do Estado<sup>15</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmam Menicucci e Brasil (2010), políticas públicas são escolhas e não casualidades. Longe ser uma atividade de caráter exclusivamente técnica, as políticas públicas são resultado de processos sociais e culturais amplos, que envolvem não apenas técnicos e agentes do Estado, mas também grupos de interesse, movimentos sociais e uma série de outros atores. Elas também espelham formas de pensar sobre o mundo que vivemos, estampam modelos de sociedade e como nela atuar (SHORE, 2010). Em suma, são as ações de um Estado voltadas para resolver determinados problemas sociais.

No entanto, para que um dado governo se ocupe na resolução de um problema, é preciso haver um esforço anterior, que passa pelo reconhecimento coletivo e social do problema enquanto problema, assim como da necessidade de enfrentá-lo (SOUZA, 2007; LIMA, 2016).

Tentei ao longo deste artigo oferecer uma contribuição etnográfica que nos possibilite refletir sobre as ações e interações entre ativistas, políticos e agentes da administração pública. No fundo, estamos tratando da maneira como determinado conjunto de ativistas, articulados em torno de ações coletivas organizadas, têm traçado seus itinerários para inserir na agenda pública e no interior da estrutura estatal, políticas públicas para certos animais. Trata-se da criação de formas de inserção de novas sensibilidades na esfera pública. Tal como assevera Jasper:

Os movimentos sociais têm uma série de efeitos, a começar pelo fato de ganharem ou perderem. Um dos impactos mais duradouros é sobre a forma como as pessoas veem e se sentem em relação ao mundo, em outras palavras, a criação de uma nova sensibilidade moral. (JASPER, 2016, p.202)

Neste contexto, vimos que alguns atores assumem papéis estratégicos, transformando em agentes de mediação entre ativismo e poder público. Mais do que “interligar mundos diferenciados” (NEVES, 2008, p. 101), os chamados mediadores conseguem encontrar pontos de contato entre diferentes universos, fazendo surgir, a partir dessa interação, novos resultados<sup>16</sup>.

Não obstante a criação de uma série de equipamentos públicos para ad-

<sup>15</sup>Bevilaqua (2011) nos mostra que há uma vertente do ativismo pelos direitos animais – mais ligada ao abolicionismo animal/animalismo – que atua de forma a propor ações jurídicas (*habeas corpus* ou reconhecimento enquanto pessoa) em favor de animais não humanos, neste caso, Chimpanzés: “Uma vez que um processo obrigatoriamente conduz a uma decisão, o objetivo é provocar o sistema judiciário a produzir precedentes que conduzam, paulatinamente, ao reconhecimento de seres vivos não humanos como sujeitos de direitos”. (BEVILAQUA, 2011, p.75).

<sup>16</sup>Essa é uma característica crucial que faz com que alguns autores primem por estabelecer uma diferença entre o “mediador” e o “intermediário” (KUSCHINER, 2001; AGUIAR, 2014). Diferente deste último, o mediador não apenas transporta informação. Sua ação possui um caráter criativo, capaz de gerar novos valores e condutas (KUSCHINER, 2001; NEVES, 2008).



ministrar a vida dos animais, a construção de novos arranjos institucionais, assim como a pura normatização, não é suficiente para esses sujeitos. É necessário que haja a incorporação, por parte dos agentes públicos, dos valores reivindicados pelos protetores: a vida animal importa. Do contrário, haverá normatividade, mas não efetividade. O que tornará a demanda por direitos animais sempre secundária e dependente da afinidade ou empatia dos agentes públicos para poder funcionar, tal como foi evidenciado na Audiência Pública sobre os maus-tratos.

De acordo com Jasper:

A ironia da democracia é que nossas expectativas de justiça são maiores, de modo que temos mais ocasiões de protestar. Nossos governos podem ser culpabilizados por quase toda calamidade, não necessariamente por a terem causado, mas porque não conseguiram prevê-la, advertir-nos ou proteger-nos, ou solucionar o problema. As políticas do Estado atingem quase todas as áreas de nossas vidas, das epidemias às consequências desastrosas da desigualdade econômica, com muitas promessas implícitas de que o governo vai cuidar de nós (JASPER, 2016, p. 130).

Por outro lado, se seguirmos Honneth (2003, p. 260) na ideia de que “a realidade social é interpretada conforme uma gramática historicamente cambiante de reconhecimento e de desrespeito”, as tensões existentes entre protetores e Estado são inevitáveis. Uma vez institucionalizado um padrão de reconhecimento que foi constituído por meio da luta de ativistas, seu desdobramento caminha para “um aumento tanto de universalidade quanto de sensibilidade para o contexto” (HONNETH, 2003 p. 277). Nesse sentido, enquanto houver protetores que articulam suas demandas via poder público – o qual, por sua vez, dá espaço para que ocorra essa articulação –, haverá tensão para a obtenção de mais demandas adquiridas, mais normatização, mais institucionalização<sup>17</sup>.

Para os gestores e uma parte dos ativistas, a institucionalização é falha em razão da ausência de mecanismos legais adequados – o que pode ser percebido a partir de falas como “enquanto maus-tratos for apenas TCO, o nosso trabalho fica com grande potencial de impunidade”, ou a sugestão de uma “tipificação do conceito de animal como sujeito de direito”, como um primeiro passo para a criação de um “Código Penal Animal”. Em suma, na compreensão desse segmento, para que haja avanços efetivos, é necessário mudar as leis.

É como se os protetores mais próximos das atividades ligadas ao Estado e seus agentes, tivessem uma maior crença na efetividade de ações normatizadas. Por isso buscam eleger representantes legítimos e ao mesmo tempo delegam “[...] ao Estado a responsabilidade de resolução das questões expostas por tais coletividades” (RODRIGUES, 2014. p. 82).

Por outro lado, existem protetores que já se tornaram céticos ou descrentes em relação à atuação do poder público, expressam maior desconfiança, vendo mais eficácia nas ações de mobilização direta. Como asseveram Bevilaqua e Leirner (2000, p. 125):

<sup>17</sup>De acordo com Franklin (1999), ao longo do século XX esse processo se desenvolveu a partir da sentimentalização dos animais, passando pela intervenção do Estado moderno na regulação dos comportamentos adequados em relação a esses seres, chegando até a demanda socialmente mobilizada por direitos animais e sua crescente importância no âmbito do humano.

Os cálculos de engenharia institucional frequentemente realizados para entender a relação Estado-sociedade (que sempre aparece mediada pela categoria “indivíduo”) não se mostram suficientes para entender a dinâmica estrutural que está por trás do sentido que as pessoas dão às suas instituições.

Certa vez uma interlocutora me narrou o seguinte acontecimento:

Quando a gente vai pra reunião... o que eu escutei essa semana de um médico veterinário que cuida da raiva aqui, eu disse, “meu querido, vocês tem que cuidar de vacinar os animais de rua, que ninguém vacina, são esses animais que estão precisando”; e ai ele responde: “ah, mais ele não tem um tutor”; e eu digo: “você é o responsável pelo Estado na área de raiva, você que tem que vacinar”; ele retruca: “mas quem vai assinar pelo gato?”; “você que tem que assinar, você que é o responsável, os animais são tutelados pelo Estado”. (BEATRIZ, 09.07.2017)

Mais do que uma situação anedótica, a fala acima ilustra a dificuldade que o Estado possui, mesmo a partir da criação de novos arranjos institucionais, de lidar com o não humano, uma vez que o aparato estatal foi erigido predominantemente para tratar de pessoas.

Eis um dos desafios da inserção da pauta dos direitos dos animais nas políticas públicas. Afinal, se alguém precisa assinar pelo gato e esse “alguém” não é o Estado, é sinal que falta entendimento por parte de muitos gestores a respeito do papel que o Estado possui em relação aos animais, bem como do entendimento dessas questões como questões públicas. Por outro lado, também parece indicar que certos animais são portadores de direitos apenas a partir da sua relação com humanos.

Por fim, vimos que algumas ativistas chegaram até o poder legislativo tornando-se vereadoras. Essas pessoas alcançaram sua posição a partir do entendimento de que, enquanto tão somente ativistas, não conseguiriam uma solução efetiva para os vários problemas que envolvem os animais (abandono, maus-tratos, etc.). É preciso, portanto, que o Estado se torne agente ativo nesse processo, e através do seu aparato, trabalhe na construção de políticas públicas para os animais. Mais ainda, para certo número de protetores é preciso adentrar nas estruturas do Estado para que essas pautas se tornem legítimas e executáveis, reforçando a crença no funcionamento das institucionalidades estatais (RODRIGUES, 2014)<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup>Agradeço aos pareceristas da Tessituras Revista de Antropologia e Arqueologia, que com seus apontamentos dedicados, contribuíram para uma versão final mais bem elaborada deste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. PEC da Vaquejada é aprovada na Câmara e vai à promulgação. In: Senado Notícias, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/01/pec-da-vaquejada-e-aprovada-na-camara-e-vai-a-promulgacao>. Acesso em: 07.06.2020.

AGUIAR, Monique Florêncio de. “Correndo atrás”: mediadores políticos e investimentos de aproximação em relação aos agentes estatais. Tese (Doutorado em Antropologia), UFF, PPGA, Niterói, RJ, 2014.

AMORIM, Juliana Horstmann. Entre políticas públicas e animais: uma etnografia do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna de Curitiba – PR. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UFPR, PPGA, Curitiba, PR, 2014.

BEVILAQUA, Ciméa Barbato & LEIRNER, Piero Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v.43, nº2, 2000.

BEVILAQUA, Ciméa Barbato. Chimpanzés em juízo: pessoas, coisas e diferenças. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v. 17, n. 35. pp. 65-102. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832011000100003>. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

DESCOLA, Philippe. Más Allá de Naturaleza y Cultura. Buenos Aires: Amorrortu, 2012.

ECKERT, Cornélia & ROCHA, Ana Luiza C. da. Etnografia da duração: antropologias das memórias coletivas nas coleções etnográficas. Porto Alegre: Marca Visual, 2013.

FERRIGNO, Mayra Vergotti. *Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas/SP. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. São Paulo, 2012.

FRANKLIN, Adrian. *Animals and Modern Cultures: A Sociology of Human–Animal Relations in Modernity*. London: Sage, 1999.

GERGORI, Maria Filomena. *Viração: Experiências de Meninos nas Ruas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

GUSSI, Alcides Fernando. A abordagem biográfica e suas implicações epistemológicas entre a antropologia e a educação. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, Vol. 24, nº 2. p. 173-186. Jul/Dez 2008.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. Campos, 12 (1), p.9-29, 2011.

HERZFELD, Michael. A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

HÖNKE, J., & MÜLLER, M-M. Intermediation, Brokerage and Translation. In T. Risse, A. Draude, & T. Börzel (Eds.), *Oxford Handbook of Governance in Areas of Limited Statehood*. Oxford University Press, p. 333-352, 2018.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JASPER, James M. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KUSCHNIR, Karina. Trajetória, projeto e mediação na política. In: KUSCHNIR, Karina e VELHO, Gilberto. *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano; PINTO, Leandra Oliveira. Domesticando o Humano: para uma antropologia moral da proteção animal. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 17(2), p. 075-100, dez. 2015.

LINDQUIST, Johan. Brokers and Brokerage, Anthropology of. In: *International Encyclopedia of Social and Behavioral Science*, 2nd edition. Amsterdam: Elsevier, 2015.

LIMA, M. H. C. C. A. Animais de estimação e civilidade: a sensibilidade de empatia interespecie nas relações com cães e gatos. Tese (Doutorado em Sociologia), UFPE, PPGS, Recife, PE, 2016.

MATOS, Liziane Gonçalves de. Quando a “ajuda é animalitária”: um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidos no cuidado e proteção abandonados a partir de Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), PPGAS, UFRGS, RS, 2012.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves & BRASIL, Flávia de Paula Duque. Construção de agendas e inovações institucionais: análise comparativa da reforma sanitária e da reforma urbana. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v15, n.29, p.369-396, 2010.

MENICUCCI, Telma Maria. A implementação da reforma sanitária: a formação de uma política. In: *Políticas Públicas no Brasil*. Hochman G, Arretche M, Marques E, organizadores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p.303-326.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. (In). *Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos*. (Org). Delma Pessanha Neves. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, p. 21-44, 2008.

RODRIGUES, Silvia Aguião. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese ((Doutorado em Ciências Sociais), PPGCS, UNICAMP. Campinas, SP, 2014.

ROS, Carlos Cowan. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. (In). *Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos*. (Org). Delma Pessanha Neves. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, p. 99-128, 2008.

SAUTCHUCK, Carlos Emanuel. O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGA, UNB, Brasília, DF, 2007.

SEGATA, Jean. Nós e os outros humanos, os animais de estimação. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, UFPR, Curitiba, PR, 2012.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1983].

VALLE, C. G. do. Etnicidade e Mediação como política e cultura. In: *Etnicidade e Mediação*. (Org.) Carlos Guilherme Vale. Anablumme Editora: São Paulo. p.13-60, 2015.

Anabelle Santos Lages<sup>1</sup>  
Débora Allebrandt<sup>2</sup>  
Raphaella Alencar Calheiros<sup>3</sup>

## **GÊNERO, DIREITO E CUIDADO: PRÁTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA E DA “PATERNIDADE RESPONSÁVEL” EM UMA VARA DE FAMÍLIA NA CIDADE DE MACEIÓ – AL**

## **GENDER, LAW AND CARE: PRACTICES OF SHARED CUSTODY AND “RESPONSIBLE PARENTHOOD” IN A FAMILY COURT IN THE CITY OF MACEIÓ – AL**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas/UFAL

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas/UFAL

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alagoas/UFAL

## RESUMO

Este artigo se propõe a analisar dados coletados a partir de uma pesquisa com orientação etnográfica de audiências que envolviam, estabeleciam e revisavam a guarda de crianças e adolescentes em uma Vara de Família na cidade de Maceió – AL. Nessa vara, cuja maioria absoluta do corpo técnico e representantes do Ministério Público e Defensoria são mulheres, debatemos concepções de “lugar de mulher”, “essência do feminino” e sua “sensibilidade” para tratar temas de família. Nas audiências, através da tentativa de implementação da guarda compartilhada, acompanhamos negociações do que seria a “paternidade responsável” a partir da persistência de um modelo nuclear de família. Abordamos a inserção gradual de mulheres no direito e como as decisões tomadas na vara são desafiadas por estereótipos sobre mulheres e suas competências, questionando quem tem direito a exigir a paternidade com responsabilidade. Os casos narrados demonstram os desafios e tensões para a implementação da guarda compartilhada e como noções hegemônicas de gênero e cuidado se tornam um obstáculo para ampliação do exercício da parentalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guarda compartilhada; gênero; cuidado; direito; paternidade responsável.

---

## ABSTRACT

This article aims to analyze data collected from a ethnographic research of audiences that involved, established and reviewed the custody of children and adolescents in a Family Court in the city of Maceió - AL. In this court, whose absolute majority of the technical staff and representatives of the Public Ministry and Defender's Office are women, we debate emic conceptions of “woman's place”, “feminine essence” and “female sensitivity” to deal with family issues. In the search for the implementation of shared custody, in these hearings we saw notions of what would be “responsible parenthood” to be negotiated based on the persistence of the nuclear family model. We address the gradual insertion of women into the law and how decisions taken in court are challenged by stereotypes about women and their competencies, questioning who has the right to demand a responsible paternity. The cases narrated demonstrate the challenges and tensions for the implementation of shared custody and how hegemonic notions of gender and care become an obstacle to expanding the exercise of parenting.

**KEYWORDS:** Shared custody; gender, care, law, responsible fatherhood

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a este artigo teve como objetivo conhecer como são construídas as decisões nos processos de guarda dos filhos em que há disputa entre pais e mães. O marco temporal foi o instituto jurídico advindo com a Lei nº 13.058/2014, espécie de “política pública de produção da parentalidade” que tornou regra geral a guarda compartilhada, mesmo em casos de não haver consenso entre os pais. Não foi nosso intuito quantificar ou mapear as sentenças ou jurisprudências sobre o acolhimento da nova regra por parte do Poder Judiciário, já que os litígios relativos às varas de família demolem com excelência eventuais crenças de decisões universais e coesas por parte do Poder Judiciário. Nos debruçamos aqui sobre o processo social, o considerando como revelador das moralidades dos atores em relação à matéria, sobretudo magistrados e Ministério Público.

Nesse ponto, é importante dizer que a metodologia adotada não teve como intuito a comparação de famílias e ou processos, mas, - concordando com Greenberg (2002) que as “instituições legais têm o poder de designar a cada indivíduo uma categoria”, sobretudo sexual e ou racial - atentar para a forma com que o Poder Judiciário, a partir de suas dinâmicas e produções de consenso, moldam as relações familiares.

A aproximação entre o direito e a antropologia ocorre porque, da mesma forma que o objeto do conhecimento da antropologia não se encontra desvinculado do sujeito que se quer conhecer (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988), os magistrados não possuem uma neutralidade *per se*, sendo estranhos e indiferentes aos casos que lhes são apresentados. As questões de família mostram que, assim como ocorre com os antropólogos, os operadores do direito também não estão aptos a “produzir uma *expertise* sobre questões para as quais não há respostas precisas nem palavras finais” (LIMA & BARROSO-HOFFMANN, 2002, p.09), deixando cair por terra certas ideias de que o direito seria capaz de resolver todos os conflitos da vida.

As instituições jurídicas, como braço do Estado, possuem uma validade discursiva que decorre da fórmula de alcance da imparcialidade de um agente estatal, o juiz, responsável por enquadrar o fato social à norma abstrata, retirando a partir desse exercício quaisquer resquícios de valor de suas decisões (WARAT, 1994). O resultado expressaria um saber técnico, destituído de subjetivismos. O direito positivo “cria, pois, uma ilusão, ou uma aparência de realidade, em relação a duas afirmações fictícias: a de que a ordem jurídica oferece segurança e, depois, que o legislador é sempre racional em suas determinações e prescrições” (WARAT, 1994, p. 53). Nesse sentido, a antropologia do Estado ajuda a refutar o formalismo e o moralismo jurídico desarrumando as convenções do colocado, instaurando as mais improváveis significações, apresentado agentes ambivalentes, complexos, capazes de se refazer no compasso das diferentes audiências.

O diálogo entre ciências sociais e direito (FASSIN, 2013; FONSECA, 2010;

FONSECA e SCALCO, 2015; SCHUCH, 2009; SCHRITZMEYER, 2015; VIANNA, 1999;2014) conduziu a pesquisa que deu origem a este artigo, no qual buscou-se realizar não uma etnografia do discurso normativo do direito, mas o trabalho de rotina dos agentes de estado que atuam na vara de família, procurando estabelecer relações entre a prática, os discursos e jurisdicionados que interagem no local. O fio condutor tinha em vista o direito na prática e a abordagem etnográfica apresentou-se como o referencial metodológico mais apropriado a esse tipo de pesquisa. Acompanhar o que acontecia em cena e o que estava por detrás dela, requereu não apenas idas sistemáticas à vara de Família, como também observações microscópicas do cotidiano daquele espaço, procedimento que apenas a observação prolongada do comportamento daquele agrupamento social poderia fornecer<sup>1</sup>.

Em um primeiro momento, as incursões a campo levaram a crer a existência de um ambiente ainda marcadamente separado por uma divisão sexual do trabalho, expresso em constantes enunciações que apontavam o Direito de Família como “assunto de mulher”, o que poderia conduzir a uma armadilha analítica, considerando de maneira simplista todos os desdobramentos de senso comum sobre os significados “do ser mulher”.

De fato, como se verá, há sim uma predominância feminina na composição da vara estudada<sup>2</sup>, no entanto, ao escapar desse viés quantitativo o que se encontrou foi uma intrincada teia de concepções e de preconceções atuando sobre as agentes jurídicas responsáveis pelas decisões, o que também não autoriza a localizá-las em um campo mais progressista dentro do atual debate sobre gênero.

No decorrer da pesquisa, e isso aparecerá na segunda parte deste texto, observou-se que uma das pontas enunciativas desse novelo diz respeito às expectativas e cobranças sociais acerca dos papéis estabelecidos para mulheres e homens em relação ao exercício da maternagem e da “paternidade com responsabilidade”, o que origina uma divisão desigual da distribuição dos papéis (MONTE-SERRAT; TFOUNI, 2012), de “boa mãe” e do seu contrário, de “bom pai” e do seu contrário. Amparados pelos princípios da neutralidade e da imparcialidade do Direito, tais enunciações são realizadas por juízes e promotores que sustentam estarem despidos de qualquer elemento que não seja o de contribuir para o “bem-estar” das crianças e adolescentes cujas guarda estão determinando.

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta de pesquisa realizada em uma vara de Família da comarca de Maceió, no estado de Alagoas. De fevereiro a novembro de 2017 frequentamos semanalmente audiências de guarda, com especial interesse naquelas que versavam sobre sua modalidade compartilhada. Ao final, acompanhamos 48 audiências sobre o tema, totalizando cerca de 160 horas de pesquisa de campo. O marco temporal considera o período de decisão desses processos e não de ingresso da ação, tendo em vista que se trata de processos de longa duração. Os métodos de pesquisa e a coleta dos dados aqui sistematizados foram discutidos e autorizados pelas interlocutoras dessa pesquisa.

<sup>2</sup> A primeira autora foi responsável pela realização do trabalho de campo e o acolhimento de sua presença foi marcado pelo seu sexo, performance de gênero, raça e classe. Importa dizer que a primeira autora é uma mulher heterossexual, cisgênero, branca e pertencente às classes médias. Além disso, a graduação da primeira autora em direito contribuiu para sua atuação como alguém que entende como funciona o direito, não estando externa aos saberes e práticas como poderia ser um cientista social ou pessoas com outra formação.



## O ESTAR EM AUDIÊNCIA: ESPAÇO, ARTEFATOS E A FORÇA DO DIREITO

Em Maceió, existem seis varas de família: quatro estão localizadas no fórum da capital, uma na Universidade Federal de Alagoas e a outra no bairro Benedito Bentes. Das seis Varas de Família de Maceió, quatro são encabeçadas por juízas mulheres e duas por homens. Dentre os representantes do Ministério Público designados para atuar nessas varas, cinco são mulheres e um é homem. Em contrapartida, estão sob a responsabilidade de homens dezessete das dezoito varas Criminais da comarca.

Ao circular pelos corredores do Fórum é possível perceber a existência de certo consenso sobre a divisão sexual do trabalho no Poder Judiciário local. Se por um lado, as questões familiares, eram reconhecidas pela necessidade em serem tratadas com sensibilidade, característica atribuída à uma suposta “natureza feminina”, o seu contrário, a firmeza masculina justificaria a predominância dos homens nas varas criminais.

A predominância de mulheres nas varas de Família não se restringe à magistratura, abrangendo todo o quadro de servidores que trabalham nesses locais, incluindo também os estagiários. Especificamente, na vara em que foi realizada a pesquisa, desde a sua criação em 1999, o cargo de juiz só foi ocupado por mulheres e apenas estas foram designadas para atuar como representantes do Ministério Público. De um total de treze agentes públicos que atuam na vara, tem-se um homem, o escrivão. As demais, juíza, assessora jurídica, três estagiárias, seis pessoas no cartório (quatro servidoras ocupantes do cargo analista judiciário, uma servidora ocupante do cargo técnico judiciário), são todas mulheres. Além disso, a defensora pública e a promotora designadas para atuar na vara, embora pertençam a órgãos próprios, são também mulheres. Existiam na época, no total, mais de 4.000 processos em andamento na vara pesquisada.

Comentando sobre uma crítica feita pelo Tribunal relativa à produtividade da vara, que seria a menor dentre as seis varas de família existentes em Maceió a juíza proferiu:

Eu não sou juíza de gabinete. Eu sou juíza de audiência! Não fico no gabinete preparando sentença, mas em uma tarde de audiências eu faço 5, 6 acordos. Não sou de ficar preocupada com o número de processos, a minha preocupação é em atender bem as partes (diário de campo de 05 de abril de 2017).

De fato, a pesquisa de campo realizada não permite refutar a centralidade das audiências dentro da dinâmica de designação de papéis sociais empreendida por parte dessa instituição legal. No entanto, por outro lado, no que diz respeito às audiências de guarda, em muitas delas não cabia uma atuação decisiva por parte da juíza, pois, ou os pais não compareciam, ou a criança era criada por outra pessoa, cabendo à juíza apenas reconhecer a guarda de fato.

Por essa razão, com o intuito de mergulhar na maior quantidade possível de audiências que pudessem abordar a questão da guarda compartilhada

e, após perceber que a juíza tinha por método, independentemente do tipo de audiência (bastando haver crianças menores de idade no processo), questionar a guarda, a frequência às audiências foi ampliada para as audiências de divórcio, de alimentos, de regulamentação de visitas, de dissolução de união estável entre outras. Esta é uma peculiaridade do processo: não há uma vinculação ao assunto da ação e nem ao pedido das partes. Tal característica é justificada pela máxima do “melhor interesse do menor”, princípio que guia decisões envolvendo crianças e adolescentes.

Desse modo, independente dos assuntos dos processos, a ida a campo ampliou-se para duas vezes por semana: um dia para assistir às audiências e no outro para observar a dinâmica dentro da vara. No dia a dia é comum os advogados e mesmos as partes perguntarem sobre o perfil da juíza antes da realização das audiências: “qual o perfil da juíza no tocante à guarda dos filhos?”. Esse comportamento (mapeamento prévio para saber como agir) pode ser justificado como uma tentativa de definir a situação, isto é, a busca por informações a respeito dela e também da promotora tem uma justificativa prática, pois diante delas conhecerão antecipadamente o que podem esperar e o que se espera deles. Dessa forma saberão qual a melhor maneira de agir para obter a decisão desejada. As partes têm que agir nas audiências de guarda de modo que expressem o desejo e demonstrem interesse na guarda dos filhos e a juíza e a promotora terão, por sua vez, de serem impressionadas. Como é do interesse das partes as maneiras como serão tratadas, elas tentam regular a conduta das mesmas, exercendo influência sobre a definição da situação que as agentes jurídicas venham a formular.

Ainda, é preciso dizer que, ao contrário do que ocorre em outros tipos de processos, nos quais a atuação do Ministério Público e do juiz da causa precisam ser marcadamente separadas e independentes, inclusive para garantir a lisura processual, observou-se nas audiências uma relação articulada entre os dois entes jurisdicionais, atuando de uma maneira quase que de complementariedade, embora a promotora invariavelmente afirmasse que somente a juíza era a responsável pela decisão.

Na vara pesquisada, as audiências são marcadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir de 13h30, com o intervalo de 30 minutos entre uma e outra. Geralmente, são marcadas cinco ou seis audiências por dia. Na prática, as audiências não seguem o horário previsto na pauta, pois dependem da duração de cada uma e da hora em que a juíza chega. Segundo os trabalhadores da vara, às terças-feiras ocorrem as audiências de interdição<sup>3</sup>, pois são “mais simples” e não precisam do parecer do Ministério Público. As audiências de divórcio, de alimentos, de guarda e de união estável, entre outras, consideradas pela juíza como “mais delicadas”, geralmente, são marcadas para às segundas, quartas e quintas-feiras.

O acesso ao fórum se dava de forma tranquila. Com frequência, a juíza costumava reclamar da falta de segurança e seu motorista ficava na porta da sala de audiência sempre que lhe fosse solicitado fazer as vezes de segurança particu-

<sup>3</sup> Para mais informações sobre processos de interdição a partir de uma perspectiva antropológica, ver Fietz (2016b, 2016a)

lar. A partir de setembro de 2017, uma nova sistemática para entrada no prédio foi implantada: era realizado um cadastro com nome completo, CPF, nome da mãe e foto. Um detector de metal na entrada também foi instalado.

Juntamente com as outras três varas de família, a vara em que foi realizada a pesquisa fica localizada no andar térreo do fórum da capital, no mesmo corredor do Núcleo de Filiação e Adoção e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania- CJUS Pré-Processual. A proximidade com a lanchonete facilita o movimento de pessoas na porta. Do lado de fora da recepção, mães, pais, crianças, advogados e alguns familiares ou amigos como acompanhantes costumam aguardar, alguns sentados no banco e outros em pé, o resultado das audiências. A maioria não tem acesso à sala, mas costuma aguardar na recepção enquanto as audiências estão sendo realizadas.

Em alguns casos, a juíza solicita a assessora ou a assistente de audiência para observar com quem a criança está ao lado de fora da sala; se perto do pai ou da mãe; se o padrasto ou a madrasta estiver presente, observar se a criança tem contato e se os pais dialogam, por exemplo. Nesses casos, a interpretação dos comportamentos das partes por parte do “espião” contribuirá para dar o tom para a forma com que as audiências serão conduzidas.

Essa observação silenciosa é feita, geralmente, nos casos em que as partes são conhecidas, por já ter sido realizada a primeira audiência. Ciente do caso, a juíza pede, então, para que a assistente de audiência vá à recepção da vara ou à lanchonete, comprar um suco ou chamar as partes da audiência seguinte, como pretexto para observar o comportamento dos envolvidos no processo. A atuação dos assessores de “mapear” e observar as crianças, a pedido da juíza, em muito se assemelha às observações de Lugones (2017) quando de sua investigação em torno da gestão estatal de menores, do Fuero Prevencional de Menores de Córdoba, na Argentina. Naquela ocasião, a autora afirmou que:

Era significativo para las administradoras judiciales “ver” a los administrados, sobre todo a los niños, lo que insistentemente era remarcado por las empleadas que llevaban las causas que solicitaban a las madres, o guardadores: “Cuando me traiga el certificado ese, tráigame a los chicos. Así los veo”. En el mismo sentido, S.S., cuando sabía por un comentario al pasar que se encontraban en el Juzgado por algún trámite un padre o una madre con sus hijos, hacía cuestión de “ver” a los chicos y pedía expresamente a las empleadas que los hicieran pasar un rato a su despacho. Esta modalidad de gestión administrativo-judicial fundaba su confianza más en su experiencia para “ver” que en los informes y constataciones de los profesionales de los equipos técnicos. Muchas veces, las administradoras justificaban su “necesidad” de ver a los chicos en la demora de los informes. Pero también era reiterado que, aun contando con dichos informes, oficialmente enviados o adelantados por teléfono o fax, quisieran igualmente “ver a los chicos” (LUNONES, 2017, p.14).

Dentro da vara, há um pequeno espaço para recepção com alguns bancos, uma planta e um mural poético com mensagens bíblicas e de autoajuda. Um balcão com uma porta separa a recepção do cartório e enquanto a porta de vidro, que dá acesso à vara, fica aberta, essa outra porta de MDF fica trancada por dentro e tem um aviso de “Acesso Restrito”, de modo que não é possível ter uma visão do

cartório e de quem lá está.

No balcão, a servidora que trabalha a mais tempo na vara atende ao público. Segundo ela, “não teve jeito de eu trabalhar com os processos digitais e como já estou perto de me aposentar, melhor ficar aqui”. O papel dela é dar informações sobre os horários das audiências, anotar as solicitações e repassá-las para as servidoras do cartório ou para as estagiárias e nos dias em que a assessora atende às partes e aos advogados, é ela quem distribui as fichas de atendimento. Antes do balcão, à esquerda, localiza-se uma porta com dois avisos e uma mensagem: “Sala de Audiências”; “Acesso Restrito” e “Assim como uma gota de veneno compromete um balde inteiro, também a mentira, por menor que seja, estraga toda a nossa vida”, de autoria atribuída a Gandhi. Essa mesma mensagem é parafraseada com frequência pela juíza durante a realização das audiências.

A assistente de audiência é responsável por abrir a porta da sala de audiências, que fica trancada por dentro, e chamar as partes. Dentro da sala uma mesa retangular grande, composta por seis cadeiras: duas de cada lado da mesa, uma na cabeceira e uma poltrona na outra cabeceira (bem maior e diferente das outras) fica de frente para as demais. Ao lado, uma mesa quadrada, bem menor, com um computador, alguns papeis, canetas, carimbos e apenas uma cadeira. Ao final da sala, mais duas cadeiras encostadas na parede.

Em cima da mesa retangular, há uma Bíblia aberta com um terço no meio; três elefantes pequenos de decoração; letras decorativas formando três palavras, cada uma de uma cor, “PAZ, AMOR e FÉ”, uma caixa de lenços, uma imagem pequena de Nossa Senhora Aparecida, uma pasta em que são guardadas as pautas de audiências, uma agenda e dois vasos de vidro, um com pirulitos e outro com balas de camomila e de diversos sabores. Ao lado, na maior parede da sala, fica pendurado um quadro marrom e dourado com a ilustração do Sagrado Coração de Jesus. Esse caráter religioso e informal é percebido pelos advogados e, com certa frequência, a juíza recebe elogios, tais como: “Que astral legal dessa sala, doutora” ou “Parabéns pela sala, excelência. Bem aconchegante”.

Durante as idas a campo foi possível perceber que tais objetos realizam um papel importante durante as audiências: os pirulitos são oferecidos às crianças para que elas se sintam mais à vontade no momento da oitiva; os lenços costumam ser oferecidos pela juíza ou pela promotora quando as partes começam a chorar, as balas de camomila são oferecidas com o argumento de que tranquilizam e também são consumidas pela juíza quando ela comenta que “a audiência está pesada” e que precisa ficar calma. A referência a Deus, à religião e à fé é uma forma de consolar quem parece fragilizado e os demais objetos são usados como meios de iniciar conversas e interagir com as pessoas. Por exemplo, em uma determinada audiência, ao ver a criança brincando com os três elefantes de decoração, a juíza os utilizou para dizer que eram o pai, a mãe e a própria criança e perguntar com qual deles a criança escolheria ficar.

Dentre as cadeiras da sala, algumas têm ocupantes fixos, isso permitiu a posterior identificação dos sujeitos que participam da construção das decisões:

na poltrona grande, de frente às demais cadeiras, fica a juíza; à esquerda, a promotora e na mesa menor, à direita, a assistente de audiência. As outras cadeiras podem ser ocupadas pelas partes e advogados, sem haver distinção de onde sentar. Normalmente, as partes sentavam de frente uma para a outra, com o advogado ou o defensor ao lado, sendo frequente a defensora pública sentar ao lado da promotora. As crianças, quando presentes, só entravam na sala no momento de falar com a juíza, não sendo comum acompanharem a audiência. Segundo a promotora: “Não deixo que pai e mãe briguem e falem mal um do outro na frente do menor... Se a criança estiver na sala, peço para sair”. Assim, as crianças costumavam aguardar na recepção com algum acompanhante, se possível, e caso estivessem sozinhas, ficavam no cartório ou na sala da assessora.

As cadeiras ao fundo da sala podiam ser ocupadas pelos estudantes que fossem autorizados a entrar. A responsável por essa autorização era a juíza<sup>4</sup>. Foi ali que se deu toda a observação da pesquisa. Dependendo do número de participantes da audiência, era solicitado à assistente que pegasse mais cadeiras no cartório. Era comum a participação de avós, tias ou pessoas próximas às famílias. Atrás da poltrona da juíza, um bebedouro e uma porta que dava acesso ao cartório. Era por essa porta que a juíza e a promotora chegavam e saíam do local, após ter passado pela vara e sem contato direto com a recepção, enquanto as partes e os advogados só tinham acesso pela porta lateral.

A maneira de falar e as vestes eram preocupações constantes na Vara. A juíza e a promotora não permitiam, por exemplo, que as pessoas entrassem utilizando boné e, em alguns casos, policiavam os termos que eram utilizados em audiência.

Promotora:- Tire o boné. O senhor está diante da juíza.

[...]

Juíza:- O senhor pode fechar todos os botões da camisa?! Aqui é uma sala de audiência.

[...]

Mãe:- Ele sai pra farrar direto, é um pinguço, vive reparigando em bar e eu não posso sair um dia à noite com minhas amigas que ele sai falando que eu não cuido bem do meu filho... É cada uma.

Juíza:- Olha como a senhora está falando... Que termos são esses? Estamos em audiência (diário de campo de 14 de junho de 2017).

Da mesma forma que a juíza e a promotora observavam as vestes e a maneira de falar das partes, elas também eram observadas, principalmente a juíza. Como muitas vezes não usava roupas formais, como blazers e calças sociais, preferindo vestido e sapatilhas, era comum não ser identificada de imediato como tal. Certa vez, em uma audiência de divórcio com definição sobre a guarda de duas crianças, estando a juíza vestida de sapatilha e um macacão estampado, uma das partes não a reconheceu:

Pai:- Cadê a juíza? Vocês vão chamar?

Promotora:- Olha a doutora bem diante de você.

Pai:- Você é a juíza? Nem parece... (diário de campo de 29 de março de 2017).

<sup>4</sup> Outros trabalhos relatam que alguns juízes das varas de família preferem deixar essa decisão para “as partes”, o que acaba por dificultar acesso de estudantes e pesquisadores às varas de família (ALLEBRANDT, 2007)

Na área do cartório, em um único vão, trabalham três analistas judiciárias, uma técnica e duas estagiárias. Ao lado, fica a sala do escrivão, o único homem a trabalhar na vara. A sala da assessoria fica ao lado do gabinete da juíza. As atribuições estavam divididas da seguinte maneira: atividades do cartório (elaboração de mandados, ofícios, arquivamentos e certidões) eram realizadas pelas analistas, pela técnica e pelo escrivão, já as atividades do gabinete (a elaboração de despachos, decisões e sentenças) eram divididas entre a assessoria, as estagiárias e o juízo.

O gabinete da juíza, uma sala ampla com mesa, computador, poltrona, uma estante grande cheia de livros, um sofá e um banheiro privativo, raramente era utilizado por ela, pois costumava ir embora após o término das audiências. Durante o período de campo, observou-se que raras foram as ocasiões em que a juíza recebia partes e ou advogados. Quando isso acontecia, repassava o processo para a assessora para que esta pudesse dar os encaminhamentos. Desse modo, na grande maioria das vezes, o tempo em que se encontrava na vara era destinado às audiências. Por essa razão, provavelmente por saber dessa prática, as tentativas de abordagens à juíza ocorriam no momento em que a assistente abria a porta para chamar as partes da audiência seguinte. No entanto, normalmente a magistrada não se mostrava acessível.

A promotora e a defensora pública não possuem sala na vara. Elas se fazem presentes nos momentos das audiências. A promotora costumava acompanhar, segunda, terça e quinta-feira, toda a pauta de audiência. Teoricamente, ela deveria opinar apenas nos casos em que houvesse criança ou adolescente envolvido, mas na prática não havia essa restrição. Se a juíza chegasse e ela não estivesse presente, a assistente ligava para a sala do Ministério Público, que fica no primeiro andar do fórum, avisando que as audiências iriam começar. A defensora pública também se fazia presente, mas como ela respondia nesta vara pela parte requerente e na vara ao lado pela parte requerida, a frequência era menor em relação à presença da promotora. Nos casos em que a parte requerida estava acompanhada de advogado e a requerente sem representação, a defensora era avisada por uma mensagem de aplicativo whatsapp para que se encaminhasse até a sala de audiência. O defensor público responsável por representar a parte requerida aparecia apenas quando fosse chamado, fazendo-se presente em poucas audiências.

## **A JUSTIÇA TEM GÊNERO? O SER MULHER E A TOMADA DE DECISÕES NA VARA DE FAMÍLIA**

Para as ciências sociais a diversidade de configurações familiares é um dado que não pode ser ignorado. Desse modo, as famílias que recorrem à justiça para regular suas relações também são compostas de dinâmicas heterogêneas. Por essa razão, a pesquisa não buscou comparar as famílias e processos, mas compreender as dinâmicas através das quais suas relações familiares eram moldadas diante e

por meio do Poder Judiciário. Apesar de criticada e refutada por vários autores (DONZELOT, 1986; FONSECA, 1997, 2000; SARTI, 2011), a ideia da família nuclear (formada por um casal heterossexual, unido pelo casamento e criando todos os filhos biológicos) ainda parece habitar um lugar ideal, e por vezes platonicamente almejado, no que diz respeito as configurações familiares. Antropólogos como Fonseca (2002), demonstraram que há “no seio da modernidade, uma enorme diversidade de dinâmicas familiares”.

No entanto, ainda que academicamente a diversidade de arranjos seja reconhecida como um traço constitutivo das relações familiares brasileiras, as instituições de Estado buscam estabelecer um “padrão familiar” aceitável. Nesse sentido, entendimentos do que seria “um bom pai” e uma “boa mãe” passam diretamente pelas regulações de gênero nas quais estamos imersos (BUTLER, 2014). Para uma perspectiva formal do Direito, isso poderia contribuir para o estabelecimento de um modelo capaz de abranger a diversidade empírica de configurações familiares para que a lei possa ser aplicada. A ilusão do controle social se revela a partir desse mecanismo: a definição de parâmetros capazes de fazer com que as práticas familiares, consideravelmente diversas, coincidam, encontrando previsão em lei. O estabelecimento de um padrão parece fazer-se necessário para que o Estado possa atuar nessas famílias.

Considerando a observação de Garapon (1997: 135) de que “os tribunais constituem hoje uma ilha onde a retórica é ainda quem mais ordena” e de que a ligação entre a justiça e o discurso é profunda e consubstancial, atentou-se à eventuais regularidades discursivas que pudessem mostrar a forma dessa atuação estatal nas famílias a partir do estabelecimento de como homens e mulheres devem agir dentro desse contexto.

Como já foi destacado, a vara na qual a pesquisa foi realizada era composta majoritariamente por mulheres. Essa prevalência feminina na composição da vara é um fator que se destaca durante a realização das audiências, tendo em vista que são realizadas com a participação apenas de mulheres. Observa-se a utilização de discursos que evocam um tipo de representação social ainda presente em alguns estratos sociais de uma “essência do feminino”, de natureza vocacionada para uma sensibilidade decorrente da maternidade e afetividade.

É interessante notar que durante muito tempo o direito foi uma “profissão masculina”, e a gradual inserção de mulheres nesse campo não é necessariamente um indicativo de discurso e práticas progressistas, menos essencialistas. Exemplos de mulheres que atuam em profissões ditas masculinas como a polícia, as engenharas e a informática, apontam para como a atuação dessas mulheres muitas vezes acaba por imprimir de forma mais severa as regulações de gênero da sociedade de forma mais ampla (ADELMAN, 2007; LIMA, 2013; RIBEIRO, 2015).

No intervalo entre o fim de uma audiência e antes de outra começar, enquanto a promotora comentava sobre o divórcio do casal que acabara de sair da sala, dizendo que a juíza havia ficado sensibilizada por não ter ajudado o casal a fazer as pazes, a juíza respondeu refletindo acerca da tentativa de promover

a reconciliação: “Eu sou do amor... Já levei tanta rasteira, já sofri... Mas continuo acreditando no amor... Como mulher, eu sei bem o que é idealizar um casamento feliz e depois se decepcionar... Eu sei exatamente o que ela está passando”. A promotora, olhando para mim, comentou: “Como mulheres temos o coração mais mole, é por isso que na competência de Família, não dá certo homem... A visão deles é diferente! É melhor mulher mesmo por causa da sensibilidade... A sensibilidade é típica da maternidade e os homens não sabem o que é isso” (diário de campo de 15 de março de 2017).

Embora muitos autores tenham desvelado a centralidade dos sujeitos que operam a justiça e retirado o direito de uma torre de marfim de imparcialidade e precisão, discursivamente, o direito se pretende neutro (BOURDIEU, 1986; NADER, 2002; SILBEY, 2001). Nesse sentido, o essencialismo do que seria e se espera de uma “mulher” destoa da tecnicidade e da imparcialidade que o campo jurídico deseja transmitir em suas sentenças. Ademais, o apelo pela conciliação e a crença em um amor romântico coloca as mulheres como responsáveis pelo “sucesso” do casamento. Nessa narrativa, a juíza e a promotora se colocam como corresponsáveis por esse sucesso. Não podemos esquecer que nessa primazia do casamento, que se ergue a partir do mito do amor romântico, parece ser também as mulheres que desejam permanecer casadas.

Nessas audiências se faz pouca ou nenhuma menção as violências físicas, psicológicas e sociais que mulheres são vítimas em relações conjugais. Junqueira e Melo (2016) destacam que há no mito do amor romântico uma relação direta com a perpetração dos estereótipos e violência de gênero. Esse aspecto segundo as autoras é central para compreendermos as assimetrias de gênero nas relações do casal. Muitas dessas assimetrias são reforçadas durante as audiências acompanhadas. Ao ignorar a incidência significativa de relações violentas que poderiam motivar o divórcio, em prol do casamento, as operadoras do direito ajudam a reproduzir tacitamente essas violências de gênero.

Hipoteticamente, ao imaginar os discursos que emergiriam em uma vara composta por mulheres, alguns poderiam acreditar que a partir de uma retórica feminista as mulheres seriam colocadas como protagonistas, independentes e distanciadas de concepções deterministas. Não foi possível evitar surpresa e um grande estranhamento com discursos que reproduzem de forma tão potente um tipo ainda hegemônico do que poderia ser classificado como “a identidade feminina”, decorrente de uma herança sexual biológica essencializada.

No entanto, embora seja possível identificar nas falas da magistrada e da promotora um tipo de discurso que vincula a identidade feminina à características biológicas, sociais (referente à função reprodutiva que as mulheres desempenham nas famílias, com relação aos filhos e ao lar) e essencialistas (a afetividade, a fraqueza e o espírito conciliatório atribuídas como algo intrínseco, natural), que no limite, imputa à mulher quase que com exclusividade a responsabilidade pelo cuidado e a preservação do lar, (YANNOULAS, 2011), ao longo das audiências, a partir de embates travados entre as agentes de justiça que atuam na vara e os



jurisdicionados, observou-se que essa concepção tem sido tencionada com os entendimentos do que seria a “paternidade responsável”. Isso permitiu identificar não apenas a complexa teia de pressupostos sociais orientadores da definição da guarda compartilhada, como ainda os significados conferidos pelo Estado, representado ali pela vara, do que seria o papel de “bom pai” e de “boa mãe”.

Algumas autoras se dedicaram a distinguir os entendimentos sociais da maternidade para a mulher e da paternidade para os homens e seus resultados convergem com os discursos reproduzidos na Vara de Família. Segundo Costa (2002a, 2002b) a paternidade é um atributo da masculinidade, mas não do mesmo modo que a maternidade o é para a feminilidade. Nesse sentido, a autora esclarece como a maternidade é construída e esperada como um “sonho do passado” entre as mulheres e é apenas um projeto “para o futuro” longínquo e pouco realista para a maior parte dos homens. Já Arrilha (1998) demonstra, a partir de uma pesquisa sobre saúde reprodutiva, que a responsabilidade está associada por homens a uma fase da vida em que abrem mão da liberdade e abdicam da “zoeira”. Esse abrir mão da liberdade está associado aos cuidados com a família e filhos.

Nesse mesmo sentido, Strathern (1995a), ao se debruçar sobre os impactos e possibilidades de novas tecnologias reprodutivas e suas consequências para o parentesco afirma que, no parentesco euro-americano há uma factualidade da mãe, concebida pela gestação e pelo parto. A sua ausência é inconcebível, e com essa presença explícita também são atribuídos “desejos e sentimentos naturais”. Por outro lado, esse processo que associa maternidade à feminilidade é diferente com os pais. Segundo a autora, a própria definição de paternidade introduz a incerteza. Está implícito aí que os homens podem desejar uma relação e não o seu resultado: um filho. Essa mesma lógica não contempla as mulheres.

A recorrência de certas falas, juntamente com a interação com as partes dos processos foram decisivas para nossa análise. Nesse sentido, elencamos duas variáveis que se intercambiam e contribuem para colocar sob suspeita olhares mais apressados que identificam a Vara de Família como “lugar de mulher”: os postulados de neutralidade e imparcialidade do direito e o discurso da “paternidade com responsabilidade”, termo utilizado pela doutrina jurídica para descrever o conjunto de atividades desempenhadas pelos adultos de referência da criança, normalmente os pais, no papel de assegurar a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento pleno.

## **MORALIDADES E DISCURSOS INSTITUCIONAIS: NEUTRALIDADE, IMPARCIALIDADE E “PATERNIDADE COM RESPONSABILIDADE”**

Ao final de uma audiência de conciliação sobre divórcio, com divisão de bens e guarda de um filho, quando as partes assinavam o termo do acordo, o pai, levantando-se da cadeira e andando em direção à porta da sala, falou: “[eu]perdi tudo! Ela se deu bem porque aqui só tem mulher. Só por isso!”. A

promotora respondeu que não era assim e que juiz não tinha sexo. A juíza, então, argumentou: “Eu sou imparcial! Sou neutra! Realmente você perdeu muita coisa... Perdeu o convívio com seus filhos por ser um pai ausente!”. A fala do pai coloca a atuação de mulheres na vara como uma guerra dos sexos, e, em pé na porta da sala, ele continuou a falar: “É né... Mas hoje sobrou mais para mim!”. A promotora, sentada ao lado da juíza, falou: “- Sobrou porque o senhor estava fazendo as coisas erradas... E lamentamos muito a questão da paternidade sem responsabilidade”. O homem, retirando-se da sala, disse: “Aqui o errado é sempre o homem. Só tem mulher nessa sala!” (Diário de campo - 11 de maio de 2017).

Os postulados da neutralidade e da imparcialidade do direito e as reivindicações por uma “paternidade com responsabilidade”, conferem certa ambivalência à atuação das profissionais da vara e mostram a fragmentação de um discurso do tipo determinista biológico, de modo a rejeitar o pressuposto de que apenas as mulheres possuíam a responsabilidade e as habilidades com os cuidados infantis (ARILHA, 1998; BILAC, 1999; CABRAL, 1990; COSTA, 2002a).

Ao serem interpeladas por acusações de favorecimento à parte autora sob o argumento de participarem de uma espécie de “conluio” por similitude sexual: “só tem mulher nessa sala”, refutam os argumentos de parcialidade suscitados afirmando a necessidade de uma atuação participativa dos pais na criação dos filhos. É preciso perguntar como seria recebida a demanda de uma paternidade com responsabilidade se fossem homens os operadores da justiça. O que a pesquisa indica, quando se pensa acerca das suspeitas que recaem sobre a juíza e promotora é que mulheres, ainda que ocupando lugares centrais no Sistema de Justiça, não estariam aptas a exigir responsabilidades paternas. Ademais, tais desconfiças sobre as intenções da magistrada e da promotora são fundadas em uma sororidade feminina que se distancia dos interesses das crianças e adolescentes em questão. Essa percepção reforça a conjugalidade e não a filiação como foco da vara.

No caso da vara de família pesquisada, juntamente com o que poderia ser lido como um discurso mais igualitário e progressista sobre o papel do pai na criação dos filhos, observa-se um tipo de visão de mundo ainda marcado por preconceções discriminatórias. Para as operadoras do direito, há nessas práticas que impõem a “paternidade responsável” o aspecto mais caro de seu ofício diante da família. Outras pesquisas em varas de família, como a realizada por Allebrandt (2007), em que os protagonistas eram um juiz e um promotor, também perceberam o quanto o “ser pai” era permeado pela lógica da responsabilidade. De maneira semelhante, juiz e promotor se aliavam para tentar “ensinar” nas audiências de investigação e negação da paternidade o que era ser pai. Esse ser pai envolve participar da vida dos filhos e não somente “pagar pensão”. Cabe destacar aqui, que durante a pesquisa de Allebrandt (2007), as decisões e orientações acerca da paternidade responsável jamais foram questionadas pelos homens que as recebiam, como ocorreu com a juíza e promotora da vara aqui examinada. Isso sugere que há um bias de gênero que rejeita que mulheres ocupem posições de

poder e autoridade, como a da juíza e promotora.

Aqui, a paternidade responsável está associada à convivência e, por essa razão, os processos de guarda são centrais para compreender essas relações. No entanto, é preciso destacar que a paternidade tem sido objeto de transformação pelo espaço jurídico desde a incorporação da utilização dos exames de DNA para negação e investigação da paternidade (CABRAL, 1990; FONSECA, 2002, 2004, 2015; MACHADO; SILVA, 2012). A pesquisa de Fonseca (2002;2004) foi pioneira em abordar esse tema no contexto brasileiro. Segundo a autora, a popularização dos exames de DNA e a sua cabal aceitação no ambiente jurídico como prova de paternidade acaba por deslocar conhecimento e relações de parentesco (STRATHERN, 1995b). Esses estudos questionam se, como afirma Fonseca, a paternidade sempre foi social, com a emergência e primazia do uso dos exames de DNA nos Tribunais para a instituição da paternidade ela estaria se tornando biogenética. Allebrandt (2007) demonstra, a partir da observação de audiências e leitura de processos de investigação e negação de paternidade, que ocorreu uma tentativa de conciliar essas realidades sociais e biogenéticas. Em seu trabalho de campo presenciou processos em que a realização do exame de DNA foi descartada diante da evidência da “paternidade social”. Tem-se como hipótese que as preocupações com a participação do pai nos processos de guarda herdaram em parte preocupações desse debate acerca do que é a paternidade como categoria jurídica.

Nesse sentido, uma das práticas mais recorrentes da magistrada era expressar seu desagrado diante da prática quinzenal de convivência entre pais e filhos. Em uma audiência ela perguntou se o pai possuía interesse em ter um contato maior com o filho, seguido da tentativa em se determinar um dia na semana. Estipulado no acordo, como uma forma de aumentar o convívio entre eles -, o que poderia ser lido como uma tentativa de promover o afeto entre pais e filhos após o divórcio. A juíza justificava que a ausência do pai poderia dar causa a baixos rendimentos escolares e problemas de comportamento como o uso de drogas ou a mudança na orientação sexual.

Juíza:- Vamos discutir aqui suas obrigações de pai... Paternidade com responsabilidade... Se você não se cuidar e continuar colocando mais filho no mundo, seu salário vai ser só para pagar pensão. E não é só pagar, tem que assumir as responsabilidades de educar e de cuidar.

Promotora:- Lamentamos muito a questão da paternidade sem responsabilidade porque sabemos que quanto mais filhos você tiver, sem condições de cuidar, será pior para o menor. (...)

Juíza:- Vamos acabar com essa história de pai quinzenal! Pai convive e não faz visita. Durante o dia a dia, você tem que conviver mais com o seu filho. Não existe horário para um pai. (...)

Juíza:- Você é um pai responsável. Parabéns! O que a gente vê aqui é um desembesto de pai colocando filho no mundo sem responsabilidade. E aqui a gente defende a questão da paternidade com responsabilidade. (...)

Juíza:- Você, pai, tem ido visitar seus filhos?

Pai:- Sim.

Juíza:- Com que frequência?

Pai:- Nos meus dias de visita e sempre que a mãe deles me liga.

Juíza:- Olhe... Não cabe às mães ficarem levando os filhos para os pais visitarem. Você, enquanto pai, tem o dever e o direito de conviver

com os seus filhos. Você quem deve ir atrás e ocupar o seu lugar de pai na vida deles... Tem que ser mais participativo pelo bem estar das crianças.

Juíza:- Tem ido às reuniões nas escolas dos menores?

Mãe:- Quem vai sou eu.

Juíza:- Mas o pai tem que ir também... O senhor conhece os amigos dos seus filhos?

Pai:- Alguns, doutora.

Juíza:- Pois reflita sobre as consequências da sua ausência na vida dos seus filhos e depois não reclame se eles derem trabalho na adolescência, começarem a beber ou mudarem a opção sexual (Diário de campo - 05 de abril de 2017).

A ideia dos “homens-pais” promovida em audiência, envolvendo o interesse dos genitores sobre a prole, ao mesmo tempo em que intenta fortalecer a aquisição de novos significados para as atribuições masculinas, funciona como uma lição moral ameaçadora aos pais ausentes, reputando ao homem, aqui entendido como sujeito que nasceu com o sexo biológico masculino, o poder de atuar inclusive na identidade de gênero dos filhos.

Em outra tarde, ocorreu uma audiência relativa a um processo de revisão de alimentos. A ação foi proposta pelo pai, que estava acompanhado de advogado, em face de seus dois filhos, ambos representados pela mãe, assistida legalmente pela Defensoria Pública. Os pais aparentavam ter por volta de 35 anos. Aberta a audiência, a juíza perguntou qual seria o motivo do conflito e o requerente, o pai, com uma postura séria, explicou que um dos filhos passou a morar com ele e que, por isso, queria rever o valor da pensão alimentícia. Quando a juíza solicitou o pronunciamento da requerida, a mãe, com um jeito mais informal, explicou que teve três filhos com o requerente e que, com a separação, na audiência de divórcio, tinham decidido que o filho mais velho ficaria com a avó paterna; a filha do meio e o filho mais novo ficariam com ela e que, recentemente este tinha ido morar com o pai, mas que tinha dito a ela que voltaria a morar com ela.

A promotora, mudando o tom de voz, questionou sobre a guarda repartida dos filhos, perguntando com ar de reprovação se a mãe teve a intenção de distribuí-los: “A senhora abriu mão da guarda do seu filho mais velho como se estivesse distribuindo seus filhos? Onde está o amor de mãe?”. Ela respondeu que foram os próprios filhos que escolheram e, em seguida, a promotora comentou com a juíza sobre a necessidade de se ouvir o filho mais novo para saber com quem ele gostaria de morar, comentando em voz baixa: “já mostrou que não é uma boa mãe”. Os três filhos estavam aguardando na recepção da vara, a juíza solicitou, então, que a assistente de audiência fosse chamá-lo e solicitou que os pais, o advogado e a defensora pública se retirassem da sala, ficando presentes a assistente, a juíza, a promotora, a criança.

Quando a criança entrou na sala, um menino de aproximadamente 10 anos, bem vestido e de cabelo arrumado, a juíza o elogiou dizendo que estava muito bonito. O menino sorriu e sentou ao lado da promotora. Após perguntar o seu nome e onde estava estudando, ela explicou que estava ali para resolver com quem ele gostaria de morar e disse que, para resolver, precisaria da ajuda dele, mas que ele não poderia mentir para a “tia”. Ele balançou a cabeça em

sinal de concordância. Ela, então, perguntou como era na casa do pai e da mãe, onde ele mais se sentia em casa. O menino respondeu que gostava de ir para as duas casas, tanto para a casa do pai como para a casa da mãe, que as duas casas eram dele e eram legais. A promotora perguntou se ele gostava da mulher do pai e do namorado da mãe e se eram legais com ele, que respondeu acenando afirmativamente. A juíza perguntou o que ele mais gostava de fazer, ele respondeu que gostava de dormir depois do almoço e depois de brincar. A promotora perguntou se ele gostava de se alimentar nas duas casas e se davam comida para ele na hora certa, que acenou com a cabeça de forma positiva novamente. A magistrada, então, explicou: “É o seguinte, meu coração... Eu preciso decidir com quem você vai morar... Eu não vou contar a ninguém o que você falar aqui na sala. Nem o papai e nem a mamãe vão ficar com raiva. Você não quer ajudar a tia a decidir?”. O menino ficou um pouco em silêncio e depois respondeu: “Com o meu pai... Na rua, tem mais amigos para eu brincar...”. A juíza sorriu, disse que estava tudo certo e pediu um abraço a ele. Em seguida, ela pediu para a assistente chamar as partes. Quando os pais retornaram para a sala de audiência, a juíza deu os parabéns aos dois, dizendo que eles cuidavam bem do filho e que o menino gostava das duas casas. Ela explicou que era muito importante o filho se sentir amado pelos pais e ter contato com as duas famílias, informando que o divórcio não deve interferir na relação com os filhos. Ao falar para a mãe que o menino iria morar com o pai, ela explicou que os dois, pai e mãe, deveriam manter um bom diálogo para que pudessem dividir as atribuições e responsabilidades dos filhos, declarando que a guarda seria compartilhada com a residência fixa na casa do pai.

A mãe exclamou:

“Eu não acredito! O que o meu filho falou? Acho que ele só falou para o pai não ficar com raiva dele”.

Juíza: Não, ele nem quis falar. Ele gosta das duas casas. Eu estou vendo aqui dois pais com condições de exercer a guarda. Os dois têm direito. Eu tento ser justa. Pai também tem direito à guarda, qual o problema? A senhora fique tranquila que eu sou imparcial. Só acho que mãe pode; pai pode também.”

[Depois de decidirem sobre o valor da pensão, enquanto a mãe chorava, a juíza ditou o acordo para que a assistente digitasse, determinando quanto à guarda.]

Juíza: As guardas serão compartilhadas e a filha do casal residirá com a genitora, ora requerida, e o filho mais novo residirá com o genitor, ora requerente. O direito de visitas será exercido respeitando a convivência dos irmãos”.

Posteriormente, a assistente imprimiu os termos e os colocou sob a mesa para que pudessem assinar. O menino, vendo a mãe chorar, foi até ela e sentou em seu colo. Abraçando o filho, a mãe falou depois de ter assinado o acordo, demonstrando insatisfação com a decisão da juíza:

Mãe: “Não dizem que o lugar dos filhos é com a mãe?!”.

Juíza: [Em tom mais sério] “Se vocês acham que eu, por ser mulher, vou ser favorável às mulheres... Bateram na porta errada. Pai também tem condições de criar! E quem decide é a criança!”.

No caso narrado, nota-se no início da audiência um julgamento apressado e negativo de uma mãe que fugiria do comportamento de dedicação total esperado por um entendimento essencialista da maternidade. Não são examinadas as condições sociais mais amplas que impediriam essa mãe de se dedicar sozinha à três crianças e a entrevista com o menino é conduzida por operadoras do direito, pressionando a criança a tomar uma decisão muito além de sua maturidade emocional. Nessa audiência, as mensagens da importância da convivência que mediam a guarda compartilhada foram dispensadas e um julgamento expreso sobre maternidade foi determinante do desfecho da audiência.

Em um contexto cujo discurso maior tem sido a busca por uma igualdade parental, parece haver maior tolerância com os pais que não participam da vida de seus filhos do que com as mães. Nas audiências que acompanhamos, percebemos ser mais aceitável que um pai ceda a guarda dos seus filhos para a mãe por motivos de trabalho ou um novo relacionamento que o direcione a morar em outra cidade. No entanto, quando uma mãe mostrava interesse em deixar a guarda unilateral dos seus filhos com o pai, mesmo que temporariamente, como no caso de querer fazer um mestrado ou um doutorado em outra cidade, sua prática era vista com maus olhos. Ou ainda, é comum o pai deixar a criança com a avó para que possa trabalhar e, com isso, esta acaba assumindo a criação do neto, mas se uma mãe faz o mesmo, tal atitude não é vista como natural, ao contrário, há reprovação e questiona-se se aquela seria uma boa pessoa, apta ao exercício parental.

Para ilustrar essas observações, em determinada audiência, uma mulher, mãe de uma criança deficiente, declarou o interesse na alteração da guarda de seu filho para o pai da criança por um período determinado para que ela pudesse concluir a faculdade. A justificativa foi que estava difícil conciliar o tempo entre os estudos, o trabalho e os cuidados com o filho. A promotora afirmou que a opção pelos estudos em detrimento dos cuidados especiais que o filho necessitava era atitude de uma pessoa egoísta, questionando se a mulher não deveria abdicar de seus estudos para permanecer se dedicando à criança.

Esse exemplo converge com pesquisas que têm se dedicado a abordar a intrínseca relação entre cuidado, maternidade e deficiência salientando quanto pesa sobre as cuidadoras uma série de responsabilidades que transformam o trabalho do cuidado em um ato devocional (FIETZ, 2016a; FONSECA; FIETZ, 2018; HIRATA, 2016). Esse ato devocional é muitas vezes sinônimo de maternidade.

Os questionamentos sobre o papel de “boa mãe” verificados quando do pedido de transferência de guarda por parte de uma mulher que queria completar seus estudos, expressa a complexidade entre discursos e práticas vivenciadas na vara. Se, por um lado, diz-se com frequência sobre o esgotamento de um modelo de organização familiar baseado na distinção rígida dos papéis entre homens e mulheres, em que caberia ao pai o sustento e, à mãe, o cuidado, sendo cobrado que as despesas são também responsabilidade das mães, por outro, questiona-se, por exemplo, o direito das mulheres de priorizar os estudos aos cuidados para com a família. Esse ato devocional é muitas vezes sinônimo de maternidade e

mostra a força das representações compartilhadas sobre o lugar e a condição materna, bem como as obrigações delas decorrentes (LUGONES, 2017, p. 24).

Damesma forma, embora o discurso da “paternidade com responsabilidade” tenha aparecido com frequência nas audiências, percebemos que sua vinculação, nas ocasiões em que não se verificava a proximidade do pai com o filho, estava direcionado mais aos riscos de violência e da opção sexual das crianças, sobretudo dos meninos, do que necessariamente ao afeto e aos cuidados diários. O postulado do “melhor interesse” da criança e a tarefa de protegê-la conduz à avaliação de sua família e/ou dos adultos que por ela são responsáveis. Isso implica, conforme as observações de Villalta (2013) julgamentos implícitos e ou explícitos, geralmente a partir de predicativos binários “bom”/“mau”, “responsável”/“irresponsável”, etc. No caso desta pesquisa, tais rótulos são empregados não necessariamente por psicólogos ou sociólogos como aquela autora constata, mas, por parte da juíza e da promotora. A decisão abaixo, que opta pela retirada da guarda do pai, a partir de dentes careados e piolhos na cabeça da criança, sinais de que não estaria sendo bem cuidada, exemplifica nossa análise:

[...] Juíza:- Quer pirulito?

Menino:- Não posso chupar... Meu dente está doendo, mas posso pegar para minha irmã?

Promotora:- Vem aqui perto para eu ver o seu dentinho.

[O menino pega três pirulitos e vai para perto da promotora, que o coloca em seu colo.]

Juíza:- E para quem você vai dar os pirulitos? Menino:- Para a minha irmã, para a minha mãe e para o meu pai. Juíza:- Mas se você só tivesse um pirulito, você daria primeiro ao papai ou à mamãe? Menino:- Para a minha mãe.

Promotora:- Que judiação uma criança não poder chupar um pirulito! Os dentes dele estão bem escurinhos... E eu estou vendo a cabecinha... Você teve piolho, meu filho? [Menino não responde.]

Promotora:- Abscesso no dente e piolho são sinais de que não está sendo bem cuidado pelo pai.

Juíza:- Vamos dar a guarda para a mãe, ele gosta dela, pode estar sentindo a falta dela e o pai não está cuidando direito... Em um ano, a gente pede para ver a criança novamente. (diário de campo - 22 de março de 2017).

Nesse caso, as moralidades e valores presentes na retórica da “paternidade com responsabilidade”, que surgia não apenas quando a modalidade de guarda estivesse em pauta, mas também quando se discutia o valor dos alimentos e a regulamentação de visitas, não foi mencionada. Do mesmo modo, o argumento de que os pais devem participar ativamente da vida de seus filhos e de que esse papel não caberia somente às mães. Nesse caso se discute cuidado e pela sua lógica vimos uma rápida passagem de guarda, baseada no entendimento intrínseco de que a mãe cuidaria melhor da criança. Por sua vez, ela não precisa de lições sobre como fazê-lo já que há uma presunção que o cuidado seja “natural” para a mãe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade de casos, conflitos e formações familiares recebidos nas Varas de Família mostram que o sujeito jurídico é uma “intersubjetividade falante”, o que faz com que suas enunciações produzam efeitos sociais (PÊCHEUX, 1988). Nesse cenário, as audiências, sobretudo as relativas a processos de guarda compartilhada, são especialmente prolixas para compreensão dos valores que atravessam as ações e decisões dos entes públicos, já que não permite que a subjetividade do julgador possa estar encoberta pelos postulados da neutralidade e da imparcialidade<sup>5</sup>, ainda que esse imaginário já tenha sido dessacralizado pelos estudiosos da sociologia jurídica (BOURDIEU, 1986; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005; NADER, 2005; SILBEY, 2001). Ao contrário, as atuações do Poder Judiciário (re)estabelecem certas hierarquias e classificações do mundo social, como atenta Lugones (2017).

Ao contrário, uma fala dita com frequência pelos agentes públicos nas audiências, tanto pela juíza, quanto pela promotora era justamente a de que a informalidade da vara de família estava a serviço da busca da verdade e em nome do “melhor interesse da criança”. Mesmo reconhecendo a existência de uma dinâmica entre o que é ou não acessível, o trabalho etnográfico mostrou que as audiências sobre guarda compartilhada estão impregnadas de uma tensão entre o público e o privado: a vida privada, os dilemas, subjetividades e desafios daqueles que procuram a justiça são avaliados a partir de uma espécie de política pública da “parentalidade com responsabilidade”. Da mesma forma, as moralidades e sensibilidades das agentes públicas são trazidas à baila em um jogo de cena no qual não é possível descobrir o que está por detrás da cena, apenas como ela deseja parecer.

Além disso, o acompanhamento das audiências permitiu conhecer técnicas e ferramentas que, atravessadas por particularidades, não apenas calibram a interação social entre as partes no momento das audiências, mas que serão, sobretudo, dispositivos auxiliares da política que se parece querer implementar, via Poder Judiciário. As ambiguidades entre a norma formal e sua implementação prática por parte de agentes públicos que se pretendem neutros pode ser vista na atuação de mulheres na vara de família pesquisada. Se, em princípio poderia haver a expectativa de uma visão ampla acerca dos papéis sociais das mulheres e das mães, não foi esse o cenário que encontramos. Na maioria de nossas incursões em campo ouviu-se que as varas de família eram o lugar ideal para a atuação de mulheres em razão de sua sensibilidade, colocando essa característica como parte intrínseca do que é ser mulher e, com isso, o entendimento de que a maternidade deve ser vivida com dedicação plena e compulsória, a construção da paternidade como um projeto, apresenta-se como uma possibilidade negociável de acordo com a compatibilidade das demais atribuições do homem.

<sup>5</sup> Princípios que não existem na prática, mas são necessários ao funcionamento do campo jurídico: eles integram a própria lógica de funcionamento do campo, levando em consideração a concepção de justiça. Para ele, a retórica da neutralidade, da impessoalidade e da universalidade é necessária ao campo jurídico porque faz desaparecer a arbitrariedade e a pessoalidade existentes no exercício da profissão jurídica como uma forma de manter a legitimidade e a autoridade daqueles que possuem autoridade jurídica (BOURDIEU, 1989).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. Movimento (ESEFID/UFRGS), [S. l.], v. 12, n. 1, p. 11–29, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2889>

ALLEBRANDT, Débora. Entre trâmites: audiências, processos de investigação e negação de paternidade sob a ótica de uma investigação antropológica. In: FLEISCHER, Soraya Resende; SCHUCH, Patrice; FONSECA, Claudia (org.). Antropólogos em ação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 205–220.

ARILHA, Margareth. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: ARILHA MARGARETH; RIDENTI, Sandra; Medrado Benedito (org.). Homens e Masculinidades: outras palavras. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 51–77

BILAC, Elisabete. Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. In: SILVA REINALDO PEREIRA; AZEVEDO, Jackson Chaves (org.). Direitos da família: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: LTR Editora, 1999. p. 13–28-

BOURDIEU, Pierre. La force du droit. Actes de la recherche en sciences sociales, [S. l.], v. 64, p. 3–19, 1986.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 42, p. 249–274, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>

CABRAL, João de Pina. O homem na família. Lisboa: ICS Universidade de Lisboa, 1990.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Droit légal et insulte morale Dilemmes de la citoyenneté au Brésil, au Québec et aux États-Unis. Québec: Les presses de l’université Laval, 2005.

COSTA, Rosely Gomes. Sonho do passado versus plano para o futuro: gênero e representações acerca da esterilidade e do desejo por filhos. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 17–18, p. 105–130, 2002 a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100004>

COSTA, Rosely Gomes. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 339–356, 2002 b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200005>

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FASSIN, D.. Enforcing order: an ethnography of urban policing. Polity Press, 2013.

FIETZ, Helena Moura. Deficiência e práticas de cuidado: uma etnografia sobre “problemas de cabeça” em um bairro popular. [S. l.], 2016 a. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147290/000998919.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

FIETZ, Helena Moura. Relações familiares e a “incapacidade para os atos da vida civil”: reflexões a partir de um caso de “não interdição”. Rea, [S. l.], v. 2, p. 87–94, 2016 b. Disponível em: [www.iacyl.com/rea](http://www.iacyl.com/rea)

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary del (org.). Historia das Mulheres no Brasil. São Leopoldo: Editora Unesp, 1997. p. 510–553.

FONSECA, Claudia. Família, Fofoc e Honra. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia. . Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: Pesquisando a família : olhares contemporâneos. Publicado em In Pesquisando a família: olhares contemporâneos (Orgs: Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke). Florianópolis: Papa-livro editora, 2002. .

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 13–34, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200002>

FONSECA, Claudia. “Ordem e progresso” à brasileira: lei, ciência e gente na coprodução de novas moralidades familiares. In J. Ferreira & P. Schuch (Eds.), *Direitos e Ajuda Humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde*. EdUERJ: 2010 p. 190.

FONSECA, Claudia. A FABRICAÇÃO ESTATAL DA INDIFERENÇA PARENTAL : difficulties in family reunification. *Política e Trabalho*, [S. l.], n. 43, p. 19–35, 2015a.

FONSECA, Claudia; FIETZ, Helena Moura. Collectives of Care in the Relations Surrounding People With ‘ Head Troubles ’: Family , Community and Gender in a Working-Class Neighbourhood of. *Sociologia & Antropologia*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 223–243, 2018. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752017v8i18>

FONSECA, Claudia., & SCALCO, L. M.. A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação. In C. Fonseca & H. Machado (Eds.), *Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo* (pp. 20–37). Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Greenberg, Julie A. “Definitional Dilemmas: Male or Female? Black or White? The Law’s Failure to Recognize Intersexuals and Multiracials” en *Gender Nonconformity, Race, and Sexuality. Charting the Connections*. Toni Lester (ed.). Madison, University of Wisconsin Press, 2002.

HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu*, [S. l.], v. 2016, n. 46, p. 151–163, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460151>

JUNQUEIRA, Telma Low Silva; MELO, Danielly Spósito Pessoa de. Amor romântico, violência contra as mulheres e discursos adolescentes. In: SCOTT, Parry; LYRA, Jorge; FONTE, Isolda Belo da (org.). *Relações e hierarquias marcadas por gênero*. Recife: UFPE, 2016. p. 229–243.

LIMA, Michelle Pinto. As mulheres na Ciência da Computação. [S. l.], v. 21, n. 3, p. 793–816, 2013.

Lugones, María Gabriela; Matronato? Gestiones maternas de protección estatal. *Cadernos Pagu* [online]. 2017, n. 51 [Accedido 25 Setiembre 2021], e175102. Disponible en: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700510002>>. Epub 08 Ene 2018. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510002>

MACHADO, Helena; SILVA, Susana. *Testes de paternidade Ciências, ética e sociedade*. Minho: Centro de estudos Humanísticos, 2012.

NADER, Laura. *The Life of the Law: Anthropological Projects*. [S. l.]: University of California Press; 1 edition, 2005.

RIBEIRO, Ludmila. P olícia Militar é lugar de mulher ? [S. l.], v. 26, n. 1, p. 1–15, 2015.

- SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P. Fios da vida: crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários. *Vivência*, 46, 2015, 93–112.
- SCHUCH, P. Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Editora da UFRGS, 2009.
- SILBEY, S. S. *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences*. Pergamon Press, 2001. p. 8624–8629.
- STRATHERN, Marilyn. necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos Feministas, [S. l.]*, n. 2, p. 303–329, 1995 a.
- STRATHERN, Marilyn. Displacing Knowledge. In: RAPP, Rayna; GINSBURG, Faye D. (org.). *Conceiving the New World Order: the global politics of reproduction*. Berkeley: University of California Press, 1995 b. p. 343–363.
- VIANNA, A. (1999). O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/acervo/livros/o-mal-que-se-adivinha/>
- VIANNA, A. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In S. R. R. Castilho, A. C. de S. Lima, & C. C. Teixeira (Eds.), *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014 pp. 43–70).
- Villalta, Carla Un campo de investigación: Las técnicas de gestión y los dispositivos jurídico-burocráticos destinados a la infancia pobre en la Argentina. *Civitas - Revista de Ciências Sociais [online]*. 2013, v. 13, n. 2 [Acessado 25 Setembro 2021], pp. 245-268. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.15482>>. Epub 03 Jul 2020. ISSN 1984-7289. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.15482>.

Luiza Dias Oliveira<sup>1</sup>  
Miriam Steffen Vieira<sup>2</sup>

**MATERNIDADES NO CONTEXTO DO  
PRESÍDIO ESTADUAL FEMININO MADRE  
PELLETIER, PORTO ALEGRE/RS**

**MOTHERHOOD IN THE CONTEXT OF THE  
MADRE PELLETIER FEMALE STATE PRISON,  
PORTO ALEGRE/RS**

---

<sup>1</sup> Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS

<sup>2</sup> Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS

## RESUMO

este artigo busca compreender o contexto da maternidade dentro do sistema carcerário. Para tanto, está amparado em pesquisa etnográfica realizada na Unidade Materno Infantil do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (PEFMP), em Porto Alegre/RS, com trabalho de campo realizado em julho de 2018. Além da observação participante, foram realizadas entrevistas narrativas com as presas da unidade, tanto grávidas, quanto aquelas com bebês recém-nascidos, e conversas informais com agentes e técnicas do PFMP. O texto focalizará as relações de hierarquia e desigualdades presentes neste contexto, seja na relação com técnicas como entre as detentas. Outra constatação refere-se às relações de afeto que perpassam a barreira técnico/presa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier; encarceramento feminino; maternidade.

---

## ABSTRACT

this article seeks to understand the context of motherhood within the prison system. To this end, it is supported by ethnographic research carried out at the Maternal and Child Unit of the Female State Prison Madre Pelletier (PEFMP), in Porto Alegre/RS, with fieldwork carried out in July 2018. In addition to participant observation, narrative interviews were conducted with prison inmates, both pregnant and those with newborn babies and informal conversations with PEFMP agents and technicians. The essay will focus on the hierarchical relationships and inequalities present in this context, both in relation to technicians and among inmates. Another finding refers to the relationships of affection that permeate the technical/inmate barrier.

**KEYWORDS:** Madre Pelletier State Female Prison; female incarceration; motherhood.

## INTRODUÇÃO

Este artigo busca trazer uma contribuição aos estudos sobre o encarceramento feminino, mais especificamente sobre a vivência da maternidade no contexto carcerário, no principal presídio feminino do Estado do Rio Grande do Sul, o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (PFMP), em Porto Alegre. A análise aqui desenvolvida está amparada em pesquisa etnográfica realizada pela primeira autora<sup>1</sup>, no ano de 2018, durante desenvolvimento da dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2019).

Considerando que vivemos em um período de eclosão da violência urbana e de encarceramento em massa, essa pesquisa insere-se na necessidade de se compreender a vivência do encarceramento para as mulheres, especificamente neste trabalho, das que são mães. Segundo o Levantamento Nacional do Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2018, fornecido pelo Ministério da Justiça, de 2000 a 2016, o aumento da população carcerária feminina foi de 656%.

Uma legislação que deve ser mencionada neste contexto e que busca dar garantias às mulheres presas e seus filhos é o Marco Legal da Primeira Infância, aprovado em 2016. Entre outras disposições, o Marco alterou parte do artigo 318 do Código de Processo Penal (CPP), garantindo que mulheres grávidas e/ou mães de crianças com até 12 anos incompletos possam ter a prisão preventiva (ou seja, elas ainda não foram condenadas) substituída por prisão domiciliar.

No âmbito do Poder Judiciário, no dia 20 de fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou um habeas corpus coletivo, impetrado pela Defensoria Pública da União e pelo Coletivo de Advogados em Direitos Humanos. O objetivo do pedido era conseguir a conversão da prisão preventiva em domiciliar para todas as mulheres que se enquadram no que está disposto no referido artigo 318. Por maioria de votos, o STF concedeu o HC, abrangendo também as mulheres que possuem a guarda de pessoas com deficiência. A decisão deveria ser aplicada em até 60 dias, ou seja, passou a valer a partir de abril de 2018.

Neste contexto, este texto visa contribuir com esta temática a partir um estudo etnográfico dentro do sistema prisional. Além disso, acreditamos que apresentar a realidade prisional das mulheres ajuda a jogar luz em uma realidade precária e que necessita de mudanças, considerando que direitos humanos são desrespeitados.

Desta forma, a inserção no campo - o PEFMP - ocorreu durante o mês de julho de 2018, durante alguns dias por semana, em diferentes turnos. Durante este período, foi realizada a observação participante, registrada em diário de campo (BEAUD; WEBER, 2007). A convivência ocorreu, principalmente, na Unidade Materno Infantil (UMI) do presídio, principalmente através de interações com a agente penitenciária responsável pela unidade e com a coordenadora da unidade. Foram realizadas conversas informais e entrevistas narrativas (JOVCHELOVIT-

---

<sup>1</sup> A segunda autora foi orientadora da pesquisa e participou da escrita do artigo através da discussão dos dados e da revisão do texto. Por este motivo, optamos por utilizar a primeira pessoa do singular nos relatos de campo.

CH; BAUER, 2002) com sete mulheres presas na UMI, entre elas, grávidas ou com bebês recém-nascidos<sup>2</sup>.

O campo desta pesquisa foi iniciado após um longo percurso para a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e no Comitê de Ética da Escola dos Serviços Penitenciários (ESP). Esse percurso é exigido pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) para realização de pesquisa nos estabelecimentos penitenciários do Rio Grande do Sul e decorreu entre agosto de 2017 e maio de 2018<sup>3</sup>. A inserção em campo foi realizada a partir de uma reunião com a então vice-diretora da PEFMP e a coordenadora da UMI. Conversamos sobre o projeto e organizamos conjuntamente um cronograma de visitas. Acordamos em três visitas por semana, distribuídas em diferentes turnos. Esse acordo exigiu negociações, considerando-se que minha vontade era realizar as observações em um número maior de dias. No entanto, o presídio, assim como outros estabelecimentos do Estado, está com falta de pessoal, e, por isso, nem sempre havia algum agente para me acompanhar na UMI.

Foram definidas três categorias de análise para orientação da pesquisa: a) contexto da maternidade no cárcere; b) experiências de vida; c) infraestrutura e competências do Estado. O objetivo foi conversar com as mulheres que, além de estarem grávidas ou com seus bebês na Unidade Materno-Infantil, também tivessem outros filhos extramuros. Isso possibilitou uma narrativa que abarcasse os sentimentos experimentados enquanto elas possuem a convivência diária com a criança, mas também as experiências do afastamento, da falta de contato e do distanciamento dos outros filhos. Outro critério para a seleção das participantes foi o contato com a família – se existente ou não –, considerando que isso pode facilitar numa rede de apoio neste contexto, seja na maternidade no presídio como na relação com os filhos mais velhos.

Este texto inicia com uma contextualização teórica, e, na sequência, aborda os achados do campo, no que diz respeito às relações entre técnicas e presas, a fim de compreender a presença do Estado neste ambiente a partir das vivências, processos e normativas encontrados dentro do presídio.

## AS RELAÇÕES DE PODER E O ESTADO REPRESENTADO NA PRISÃO

No âmbito dos estudos antropológicos sobre o Estado, nos amparamos em Abrams (2006), que busca compreender o Estado para além da dimensão institucional ou política, coesa e homogênea. Para o autor, seria um problema tomar o Estado como um ente inalcançável e inatingível tanto pela política quanto pela

<sup>2</sup> Para preservar a identidade das participantes da pesquisa, foram modificados todos os nomes próprios que aparecem no texto, mas preservamos a referência ao local da pesquisa. As entrevistadas manifestaram concordância com esta participação mediante um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, realizado oralmente, durante a condução das entrevistas.

<sup>3</sup> A pesquisa foi aprovada na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e contou com a autorização do PEFMP para a sua realização.

sociedade. Essa suposta divisão seria um dos “efeitos do Estado” (MITCHEL, 2006), sendo também difundida pelos próprios estudiosos do assunto.

Abrams (2006) apresenta duas facetas complementares do Estado. A primeira, chamada de Estado-ideia, diz respeito justamente às formas de legitimação da sujeição por meio de uma visão ideológica que mascara as dominações político-econômicas. O Estado-sistema, por sua vez, é a parte diretiva, objetiva, referente às práticas institucionais. Uma análise completa do Estado só aconteceria quando essas duas dimensões fossem analisadas de forma conjunta e complementar.

O desenvolvimento de estudos antropológicos sobre o Estado está relacionado à abordagem foucaultiana de poder. Foucault (1979) analisa como, a partir do Estado moderno, novas formas de poder e controle poderiam ser estabelecidas. O poder disciplinador não atua desde uma esfera macro para uma esfera micro, mas a partir das relações, de forma velada, criando indivíduos disciplinados e produtivos. Essa disciplina, imposta por meio de formas de dominação, é mascarada para que seus processos não fiquem evidentes. Essas novas formas de poder, como as leis, por exemplo, são institucionalizadas.

Ainda no que diz respeito às formas de poder, Foucault (2015) estuda a relação entre o poder, delimitado pelas regras de direito, e os “efeitos de verdade” produzidos por ele. Ou seja, as relações de poder desenvolvidas a partir das regras de direito e que são produtoras de discursos de verdade. Segundo o autor, o direito funciona como propulsor de procedimentos de sujeição e de dominação. É por meio desses procedimentos que o poder circula, funcionando em rede. Os indivíduos, por sua vez, “são sempre seus intermediários. [...] o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles” (FOUCAULT, 2015, p. 35).

Essas ramificações do poder estão ligadas diretamente à esfera econômica. Para Foucault (2015), o interesse em dominar mora justamente nos efeitos econômico-políticos resultantes dessa dominação. Por isso, o grande interesse em “reformatar”, punir, encarcerar recai justamente nos mecanismos utilizados para tais ações: “De fato, soberania e disciplina, legislação, direito da soberania e mecânicas disciplinares são duas peças absolutamente constitutivas dos mecanismos gerais de poder em nossa sociedade” (FOUCAULT, 2015, p. 47).

De forma paralela e revisitada nesta pesquisa, as normativas sobre a maternidade no cárcere podem ser encaradas como uma forma de docilização do corpo feminino (FOUCAULT, 2014; 2015), e, no caso deste trabalho, de normatização das condutas maternas. Segundo Foucault (2014; 2015), o adestramento dos corpos deve sempre levar em consideração os meios disponíveis para tanto. Ser mãe dentro do cárcere, pelo período possível, destina todos os recursos e pensamentos das mulheres para os bebês. É com eles que elas passam 24 horas do dia, sete dias por semana. Elas são as responsáveis por todos os cuidados, inclusive a administração de medicamentos quando as crianças ficam doentes. Essa tarefa se torna ainda mais complicada pelo fato de as detentas não poderem ter um despertador, o que significa noites em claro para administrar os remédios nos horários



corretos (PEREIRA, 2012).

Quanto aos filhos extramuros, a convivência com as mães presas depende dos parentes próximos, que levam as crianças nos dias de visita. Quando eles não vão até o estabelecimento prisional, cabe à família visitante levar notícias dos pequenos às mulheres (COLARES, 2011). É preciso destacar os casos em que a presa está em regime fechado em uma cidade diferente da sua, dificultando as visitas, ou até mesmo os casos recorrentes de presas que não recebem visitas das famílias, ficando privadas de informações sobre a vida dos filhos.

Colares (2011) constatou que as mulheres que procedem de situações de “pobreza extrema” e que não contam com o apoio familiar se sentem mais sobrecarregadas emocionalmente do que as outras. Uma das presas, grávida, conta que o filho de dois anos possui o vírus HIV e está doente, precisando dos cuidados da mãe. Por outro lado, na vida com os filhos intramuros, a maternidade ainda era vista como uma forma de reintegrar as mulheres na sociedade.

Abordando as formas de poder e controle, Foucault (2014, p. 223) foca especificamente nas prisões, instituições “completas e austeras”. Segundo o autor, os estabelecimentos prisionais não tiveram origem junto com as leis penais, mas foram criados para segregar os transgressores do restante da sociedade. O objetivo principal era ocupar o tempo dos internos de forma a deixá-los cansados, como uma forma de treinamento de corpo e mente (FOUCAULT, 2014).

Essas instituições têm foco na disciplina, uma “mecânica do poder” que objetiva dominar os outros corpos de forma a fazê-los atuar conforme a vontade do disciplinador, gerando uma nova microfísica do poder. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 2014, p. 135). Para que o disciplinamento seja mais efetivo, o ideal é que cada indivíduo fique em um espaço, sem divisões coletivas. Isso facilita a vigilância, o controle, a dominação e, por fim, o adestramento.

As prisões surgem, primeiramente, sem o seu “efeito penitenciário”, ou seja, elas tinham o objetivo de segregar e não de atuar de forma a recuperar esses indivíduos. No entanto, essa segunda função acaba reforçando a primeira, mascarando “o fato de que o fenômeno penitenciário é, na realidade, muito mais amplo que a reclusão e de que se trata de uma dimensão geral de todos os controles sociais que caracterizam sociedades como a nossa” (FOUCAULT, 2015, p. 94).

Foucault aborda o modelo de vigilância desenvolvido por Bentham, o Panóptico:

Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado (FOUCAULT, 2014, p. 194).

Ou seja, com um guarda a postos na torre, todas as celas ficam visíveis, e as pessoas dentro delas, identificáveis. No entanto, os internos não conseguem se

ver, considerando as paredes laterais. Essa condição de observação constante assegura o poder, que deve ser “visível e inverificável” (FOUCAULT, 2014, p. 195), isso quer dizer que o interno está sempre enxergando a torre, no entanto, não consegue saber se realmente há um guarda a postos nela. Isso gera relações de poder e sujeição sem que seja preciso utilizar a força física ou mesmo comandos verbais.

Retomando as funções atribuídas à prisão, Foucault enxerga a privação de liberdade como um castigo igualitário a todos, considerando que a sua perda impacta os indivíduos da mesma forma. Ainda, o isolamento dá a oportunidade de retrainar aqueles que cometeram crimes, tornando-os dóceis, capazes de retomar a vida em sociedade. Enquanto instituição completa e austera, a prisão atua no isolamento, tanto do indivíduo em relação a tudo que o levou a cometer o crime quanto dos condenados uns em relação aos outros.

A solidão também levaria à “reflexão”, ao “remorso”, ao “arrependimento”. Além dela, o trabalho é visto como um “agente da transformação carcerária [...] concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade” (FOUCAULT, 2014, p. 233-235). Por fim, o tempo determinado da pena não deve ser medido a partir do delito cometido, mas do tempo que se levaria para regenerar o indivíduo:

A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber. Compreende-se que a justiça tenha adotado tão facilmente uma prisão que não fora entretanto filha de seus pensamentos. Ela lhe era agradecida por isso (FOUCAULT, 2014, p. 249-250).

Destaca-se, na obra de Foucault, os delineamentos das punições no decorrer dos séculos. Das execuções em praças públicas, de forma violenta, ao encarceramento atual; do desejo de vingança à tentativa de recuperação. O Estado assume um papel de reformador, indo além da simples punição, deixando evidente a intolerância a qualquer tipo de desvio. Não foram só os crimes – ou o que se entende por crime atualmente – que eram punidos há poucas décadas. Mulheres eram enviadas às casas de detenção por perderem a virgindade ou por não apresentarem o comportamento que era esperado pela sociedade (KARPOWICZ, 2017).

Assim sendo, existe uma institucionalização do poder que o autor aborda extensamente em sua obra. Esse poder não vem apenas do Estado para a população, mas também rege as relações imbricadas na sociedade. Para o propósito dessa dissertação, a obra de Foucault auxilia a sedimentar o entendimento a respeito das formas de controle exercidas pelo Estado na vida das mulheres encarceradas. Para além de exercer um controle sobre seus corpos diariamente, desde sua alimentação e rotina até a possibilidade de atendimento médico, as prisões femininas têm outro objetivo tratado na obra do autor: o da docilização. A manutenção de atividades voltadas ao feminino ou à maternidade, sempre sob

vigilância, reforçam estereótipos do que é atribuído às mulheres. Além disso, as delimitações a respeito da permanência da criança no estabelecimento prisional não dizem respeito às vontades das mulheres, mas ao que foi concebido judicialmente. São imposições, controles que demonstram o poder do Estado sobre os corpos encarcerados.

Desde esta perspectiva, o Estado é feito a partir de relações. No caso da pesquisa desenvolvida no PEFMP, o “fazer Estado” acontece a partir das relações entre os/as diferentes atores, suas práticas e a sua cristalização em procedimentos administrativos e documentos. Como mencionado, focalizaremos nos/as técnicos/as agentes do presídio e nas mulheres presas em relação às maternidades. Neste acompanhar dos processos cotidianos desta unidade prisional, foi possível evidenciar o que Vianna e Lowenkron (2017) chamaram de duplo fazer do Estado e do gênero, a partir das normatizações das condutas em relação às mulheres mães, por um lado, e nas conexões afetivas estabelecidas a partir dos bebês e da maternidade.

No caso dos presídios femininos brasileiros, esse estabelecimento de poder é importante de ser observado na medida em que ele rege as relações intramuros, tanto entre internas e técnicos quanto entre as próprias internas. As relações de poder se formam a partir dos discursos, das práticas e das normativas, mas também pela relação técnico e detenta. Essa última representa um espectro do Estado que é, por um lado, baseado em um imaginário, e, por outro, objetivo e diretivo, assim como as concepções definidas por Abrams (2006).

Nesse sentido, observar como as formas de poder são produzidas a partir das relações cotidianas foi essencial a essa pesquisa. É a partir das relações, das trocas, dos manejos observados nas práticas rotineiras que é possível notar os processos e as relações de poder dentro do contexto carcerário.

## **SOBRE A UNIDADE MATERNO-INFANTIL (UMI): ENTRE HIERARQUIAS E AFETOS**

A UMI é a ala que abriga gestantes que estão próximas do parto e mães com seus filhos. As grávidas ficam em um dormitório no andar de baixo, enquanto as presas com bebês ficam no andar de cima. A regra geral é que detentas provisórias não podem ficar na mesma ala que as com condenação, mas no PEFMP não é feita essa diferenciação. Segundo a assistente social, não houve uma determinação judicial para que essa separação fosse efetuada, tampouco há espaço físico para que tal regra seja cumprida. Assim, ficam na UMI apenas as gestantes nos meses finais de gravidez, que vêm transferidas de um alojamento específico para gestantes em início de gravidez na ala B. O objetivo da separação é para que não haja superlotação nem tumultos. De acordo com as técnicas, as mulheres em início de gravidez têm mais mobilidade e são mais “esquentadas”, podendo causar brigas e discussões.

A infraestrutura da UMI é composta por um andar térreo e um andar superior. O térreo é composto por um banheiro destinado às técnicas, pelas duas salas para atendimento, pela sala da agente que está fazendo a segurança da unidade, por um espaço com mesas e cadeiras que era destinado às refeições, por uma sala de lazer com livros e máquinas de costura e por uma lavanderia com máquinas de lavar roupa, uma máquina de secar e um tanque. Há uma sala para depósito dos produtos fornecidos pelo Estado ou doados (como fraldas, mamadeiras, chupetas, cobertores, leites em fórmula, etc.) e também um espaço externo destinado ao banho de sol e à secagem de roupas. A partir desta área é possível descer a um subsolo, onde, anteriormente, funcionava um espaço de recreação para as crianças, hoje desativado porque inundou e não foi mais reformado. No pátio térreo também funcionava um parquinho, atualmente coberto por mato e sem uso.

Logo na entrada, há o alojamento das gestantes, equipado com diversos beliches, dois armários, televisão, ar-condicionado, cozinha e banheiro conjugados. As janelas são grandes e, apesar da reforma, alguns vidros continuam quebrados, o que faz com que vente dentro do quarto e fique bastante frio. O espaço de chuveiro do banheiro estava sendo dividido por um cobertor, porque a cortina rasgou e ainda não havia sido repostada. A porta do quarto fica aberta das 8h às 17h, sendo fechada com cadeado após esse período. Durante o tempo do campo, cinco gestantes passaram pelo local. Uma ganhou bebê e foi para o alojamento superior, duas foram beneficiadas pelo habeas corpus coletivo e respondem aos processos em prisão domiciliar e duas continuavam no térreo da UMI, ainda grávidas. Ao lado da entrada do quarto das gestantes fica a escada que dá para o andar superior.

No andar de cima, as mães são separadas de acordo com a idade dos bebês. Existem três quartos: um para os recém-nascidos e suas mães, um para a criança mais velha, de um ano, e outro para as que estão nesse ínterim. Assim, dois bebês ficavam no primeiro quarto mencionado, um no segundo e dois no terceiro. Durante as incursões em campo, somavam-se cinco mães e seus bebês, quatro meninas e um menino. Os quartos são mobiliados com camas, berços, cômodas, armários, poltronas para amamentação e geladeira, assim como ar-condicionado e televisão. Cada quarto é acoplado por um banheiro, que deve permanecer aberto o tempo todo. Nesses quartos também há vidros quebrados, inclusive próximos às camas em que ficam as mães e as crianças. Há também uma cozinha com geladeira e micro-ondas. Conforme a Figura 7, a grade com cadeado fica aberta entre as 8h e as 17h, enquanto a grade superior é fechada apenas com um pino. A permanência dos bebês na unidade é permitida até que eles completem um ano de idade.

Durante a realização do campo, as gestantes e mães com bebês eram de Porto Alegre ou da região metropolitana, exceto por uma, de Santa Maria. A psicóloga e a assistente social comentaram que preferem que as gestantes de outras cidades não sejam enviadas para esta unidade, para que não fique superlotada, o que dificulta o atendimento, e para que as mulheres não fiquem

tão longe das famílias, o que atrapalha no processo de desligamento. Este processo acontece desde o nascimento dos bebês, com as visitas da família, até os momentos autorizados nos quais as crianças ficam períodos fora do presídio, com os parentes.

Como mencionado anteriormente, os bebês só podem permanecer na UMI até que completem um ano, mas também existe a possibilidade de que as mães peçam para a família ficar com a criança antes desse prazo. Segundo a psicóloga e a assistente social, é raro que alguma criança precise ser encaminhada para algum abrigo. O que acontece, normalmente, é algum parente, madrinha ou amiga ficar com a tutela da criança durante o encarceramento da mãe. Existe também uma tentativa das técnicas em conseguir a progressão de regime para as mães elegíveis para que elas e os filhos saiam ao mesmo tempo do presídio.

De acordo com a psicóloga e a coordenadora da UMI, as transferências de outras unidades para o Madre também devem partir da gestante:

*“Durante a conversa, elas receberam uma ligação sobre uma gestante que estava chegando, vinda de Vacaria. Elas falaram que precisa ser da vontade da gestante ir para lá. Mas, muitas vezes, a instituição prisional de origem diz que era da vontade delas e, quando chegam no Madre, as técnicas descobrem que elas não queriam. Também contaram que existem gestantes presas em unidades pelo Estado, mas não mães com bebês” (DC, 21/06/2018).*

As gestantes podem, então, ficar nas suas unidades de origem até um período próximo ao parto. Isso acontece porque os presos têm o direito de ficar encarcerados na comarca mais próxima de seus familiares. Posteriormente, algumas mães passam a cumprir prisão domiciliar em sua cidade de origem (isso acontece normalmente com as provisórias), ou são encaminhadas para o PEFMP, caso queiram ficar com a criança.

Por exemplo, uma das presas entrevistada nesta pesquisa estava no Presídio Estadual Feminino de Guaíba e escondeu a gravidez porque não queria ir para a UMI do Madre. Ela foi a única entre as entrevistadas que engravidou enquanto estava presa, conseguindo esconder a gestação até o quinto mês, quando foi encaminhada ao Madre. Ela teve, porém, sua saída temporária garantida quando sua filha de um ano pegou catapora, para que ela não tivesse contato com os outros bebês. Retornou para Santa Maria com o companheiro enquanto aguardava novas determinações judiciais para saber se conseguiria a progressão de regime ou se ainda teria que voltar para o presídio. Nessa última opção, a bebê ficaria com sua família em Santa Maria.

Segunda ela, o pré-natal realizado nas unidades foi bom, considerando sua última gravidez há mais de 20 anos, quando estava em liberdade. Os exames começaram a ser feitos ainda em Guaíba e, depois, seguiram no Madre. Para as presas, o comum é que sejam feitos dois ultrassons, a não ser que haja uma ordem judicial que peça outros. Isso normalmente ocorre se há alguma complicação na gestação ou se a gestante faz o requerimento por meio de advogado. No entanto, esta última possibilidade não ocorre com frequência, considerando que a maior

parte das presas advém de classes populares, com recursos financeiros limitados.

Existe um consenso entre as presas sobre o pré-natal. No geral, todas acharam que os procedimentos ocorreram de forma tranquila e satisfatória. Ao que parece, existe uma semelhança entre o pré-natal intramuros e aquele realizado no exterior pelo SUS: são realizados os exames básicos, um ultrassom no início da gestação e outro mais para o fim. Também há uma enfermaria que fica disponível em horários determinados caso as presas precisem de atendimento. Um médico atua em plantões semanais para atender as crianças, realizando consultas. Conforme comentou uma das técnicas,

*“Parece que o foco principal de todos os cuidados está nas crianças. Até mesmo nos discursos das técnicas isso fica bem evidente. Resta perceber ainda como são os cuidados e tratamentos dispensados às mulheres. E fico questionando se os cuidados às gestantes são de alguma forma diferente ao dispensado às mães que já ganharam os bebês” (DC, 21/06/2018).*

A percepção que tive inicialmente se confirmou durante as observações. Em conversas com as presas, elas me contaram que, por vezes, o outro alojamento que recebe as gestantes em início de gestação fica superlotado e elas precisam dormir em colchões no chão. Uma das mulheres presas desabafou sobre a situação no mencionado alojamento, com menos camas do que mulheres, enquanto no alojamento na UMI havia vagas sobrando: *“Não entendo por que tem mais cuidado na UMI do que no alojamento. Lá elas estão grávidas também. Às vezes tem que dormir no colchão do chão” (DC, 23/07/2018).*

Por vezes, o próprio discurso das agentes trazia abertamente que o foco principal da UMI eram os bebês. Isso não significa que as mulheres não eram bem tratadas por algumas agentes e técnicas. Inclusive esse ponto foi uma surpresa, e a forma como a agente responsável pela UMI e a assistente social tratavam as internas me impressionou bastante. Certa vez, disse a agente: *“Não estou aqui para julgar o que elas fizeram, estou aqui só pra fazer o meu trabalho” (DC, 28/06/2018).* A assistente social se referia às presas da UMI, carinhosamente, como *“as minhas meninas”*.

Quanto à técnica e à agente mencionadas, as duas possuem modos de trabalho um pouco diferentes. Logo depois do nascimento de um dos bebês, o único menino na unidade, os seios da mãe racharam por conta da amamentação. A presa consultou com o pediatra, que lhe receitou um bico de silicone para proteger os mamilos. Ao conversar com a assistente social, esta, prontamente, ligou para o marido da presa e solicitou que ele comprasse o objeto receitado. Também afirmou que ele poderia entregar o bico a qualquer momento, sem ser necessário aguardar pela quarta-feira de sacola ou pelo domingo de visitas.

A partir do início de agosto, a assistente social saiu em licença por um mês. As presas souberam que ela estaria fora por esse tempo e resolveram fazer uma festa surpresa de despedida. Juntaram o dinheiro que tinham para este convívio e escreveram uma carta, que foi assinada por todas as presas:

*"É com enorme gratidão e satisfação que peguei a caneta para escrever essas poucas e mal traçadas linhas.*

*Por que vc merece muito...*

*Mais...*

*Pequena, Grande, Mulher...*

*Não é de todas mas sim de quem tem e conquista o caracter e a postura que tens e acima de tudo a profissional que és, e hj através do teu carinho, tua força e ética eu e minha filha de uma certa forma somos frutos de teu trabalho por que revelo sem medo a todos que eu não teria conseguido ficar nem o primeiro mês aqui.*

*Mas através do acolhimento e da profissional que és, passei a ver tudo de outro angulo.*

*Me senti protegida, amada, resistente a qualquer situação contraria, que me fizesse desistir do meu foco.*

*[nome da filha] – Liberdade.*

*Quando tropecei vc me estendeu a mão.*

*Quando errei vc me corrigiu.*

*Hj finalmente intendo...*

*Que errei...*

*Aprendi...*

*Me recuperei...*

*E posso tentar finalmente ser uma pessoa digna, novamente e igual a mim fazem delas essas palavras.*

*Obrigado por tudo que fes e faz por nós e nossos filhos.*

*Mãezona*

*Amiga*

*Mulher*

*Seria*

*Simples*

*Sentir*

*Saudades*

*Sem*

*Sofrer" (DC, 31/07/2018).*

Acreditamos que esta carta seja fundamental na análise das relações entre presas e técnicas, além da forma como o discurso restaurador é absorvido e proferido pelas próprias presas. Em primeiro lugar, nota-se a circulação de afetos entre presas e assistente social, a forma como Maria acredita que foi ajudada, que recebeu suporte emocional e força para passar pelo seu período no PEFMP. Por outro lado, a forma como ela menciona que “se recuperou” mostra como o discurso punitivo é acionado nestes contextos interacionais marcados por desigualdades.

A assistente social estaria de licença durante o mês de setembro e, por isso, a diretora ficaria responsável pela UMI. Em uma conversa, ela comentou que faria revistas na unidade com mais frequência, para que nenhum celular ou contrabando ficasse escondido. Com a referida assistente social, as revistas eram pouco comuns. A única mencionada aconteceu após a ligação de um marido com o objetivo de saber em qual hospital a esposa presa iria realizar o parto, mas como nenhum agente o havia avisado que ela estava indo ganhar o bebê, gerou a suspeita de que havia um celular na UMI e que ele fora avisado por lá. Essa revista foi realizada em um momento em que a assistente social e a agente responsável pela unidade já haviam ido para casa, após o expediente.

Segundo uma das presas revistadas, as agentes em questão as fizeram agachar nuas diversas vezes. Além disso, *“fizeram a gente ficar de quatro e abrir a vagina para elas verem se não tinha outro celular escondido”* (DC, 12/07/2018).

No dia seguinte a este relato, conversei com a assistente social sobre o ocorrido. Ela me disse que isso é errado e ilegal, que não deveria acontecer. No entanto, afirmou que as presas acabam não relatando esse tipo de violência porque ficam com medo de sofrer represálias.

Esses dados etnográficos revelam que os procedimentos possuem uma distância em relação às normativas, de maior ou menor atenção aos direitos das presas. Conforme Foucault (2014, 2015), a imposição da disciplina gera uma nova microfísica do poder, fazendo com que os corpos se tornem dóceis e submissos. Esse tipo de controle vai muito além do que o previsto pelo autor, o qual discorria sobre a ocupação do tempo e do trabalho para controlar os presos.

Para Lopes (2016), essas relações são essenciais quando se fala em Estado. Assim, compreende-se que esses estabelecimentos de poder, nas formas de hierarquia e dominação, não sejam fixos, mas fluam conforme as determinações de cada um dos agentes, suas ações e discursos. Diretamente ligadas às relações de poder, a aplicação das legislações e os mecanismos disciplinares reiteram e reconstroem cotidianamente as diferentes posições de opressão e oprimido dentro do cárcere.

No posto mais alto dentro do sistema de justiça local, a juíza da Vara de Execuções Criminais (VEC) representa o contato das presas com o sistema no qual elas estão inseridas. A juíza responsável pelo PEFMP faz visitas mensais ao presídio e revisa os processos das presas no local. Cabe salientar que ela não é responsável pelos processos das presas provisórias, que são distribuídos para outros



juízes. A Vara de Execuções Criminais, como indica esta designação, diz respeito às execuções das penas. Logo no início do campo, a juíza fez uma visita ao presídio que durou da manhã até a tarde. Segundo a assistente social, ela é: *“bem ativa, é garantista. Sempre pede relatórios nossos para embasar as decisões”* (assistente social e coordenadora da UMI, DC, 21/07/2018).

No dia em questão, a juíza teve reunião com as presas das outras unidades durante a manhã e, à tarde, foi para a UMI. Uma das presas entrevistada, a Maria, parecia muito ansiosa, desceu do alojamento das mães para falar com a agente diversas vezes, indagando se a juíza havia ido embora e não falado com elas. A ansiedade estava na possibilidade de receber notícias sobre sua progressão de regime, considerando que a sua menina está em idade de desligamento.

A juíza chegou na UMI durante um encontro das presas com voluntários, então, as presas estavam na sala de lazer com as crianças. Ela elogiou bastante o trabalho artesanal – no momento, eram bordados toalhinhas e bibeiros – e disse que aquele aprendizado serviria para que elas conseguissem se manter financeiramente quando saíssem em liberdade. Depois de pegar os bebês no colo, chegou a hora das reuniões individuais. Conversei com quase todas as presas após cada reunião, e elas me explicaram como havia sido a conversa. Maria saiu bastante ansiosa, pois não havia entendido direito o que havia acontecido. A assistente social explicou que a juíza havia pedido sua ficha de trabalho prisional. Na prisão, também existe licença-maternidade, e esse período também conta na hora da remissão da pena. Após três dias de trabalho, é abonado um da sentença, contando também os quatro meses de licença. Normalmente, as presas se ocupam com a faxina da UMI, mas, em outras unidades, o trabalho artesanal está incluso na contagem.

Adriana contou que sua advogada a havia informado que sua pena deveria ser cumprida em regime semiaberto, e não em fechado. Considerando que gestantes não vão para o semiaberto, ela ficaria em prisão domiciliar. A juíza comentou que iria olhar o processo dela com urgência porque, se realmente fosse o caso, um erro muito grande havia sido cometido. Até o término do trabalho de campo, ela ainda não havia recebido uma resposta sobre o processo.

Ao contrário do pensamento da assistente social, as presas não estavam satisfeitas com a juíza. Elas comentaram que ela era muito simpática, mas que *“isso era apenas na hora”*, que ela era bastante rigorosa e negava os pedidos com frequência. É importante ressaltar essa visão das presas, considerando que a juíza representa a instância judicial superior à qual elas têm acesso, ou seja, é a última parte do sistema judiciário com que elas ainda têm a possibilidade de conversar, de tratar sobre o processo e colocar a sua visão. Essa percepção de hierarquia se enquadra também aos técnicos. A agente responsável pela UMI era tratada com um apelido carinhoso; outro técnico, parte da direção da casa, era chamado de *“seu bonitinho”*. No entanto, as presas sabiam que havia um distanciamento entre o *“lugar deles”* e o *“lugar delas”*, fazendo com que a relação não fosse apenas de respeito, mas também de imposição de disciplina e, por vezes, de medo. Esse últi-

mo se aplica principalmente no que diz respeito às revistas aos quartos e íntimas. Segundo Foucault (1979), formas de poder e controle são estabelecidas a partir da concepção de Estado moderno. Nesse contexto, as relações de poder são observadas nessas relações, de forma discreta, fazendo com que os indivíduos se tornem disciplinados e produtivos. São formas de poder institucionalizadas, mascaradas na forma da lei e aplicadas com subsídio do que seria legalmente correto e permitido. Como dito anteriormente, as revistas íntimas na forma como foram realizadas nas grávidas são proibidas, mas acabam sendo feitas e justificadas por uma lei inexistente, além de solidificadas pelas relações de poder.

Ainda no que diz respeito às formas de poder institucionalizadas, os processos jurídicos materializam o poder do Estado sobre essas mulheres. Isso ocorre na forma como os processos de sujeição e dominação acontecem no cotidiano de sistema prisional e que buscam referência na legislação e nos processos jurídicos. Eles são a convergência entre o Estado-ideia e o Estado-sistema, unindo ambas as concepções e tornando seu efeito direto e imediato, solidificado nas relações, discursos e rotinas.

Cada processo jurídico afeta a vida das presas de forma diferente. Maria, Gabriela, Márcia, Rosa e Adriana eram condenadas. Maria foi quem “puxou”<sup>4</sup> mais pena: 16 anos. As outras internas cumprirão cerca de 3 a 4 anos. Adriana deve cumprir cerca de cinco meses. Tainá e Bruna são provisórias, e poderiam ter sido beneficiadas pelo habeas corpus coletivo. No entanto, o pedido referente a Tainá já passou por todas as instâncias, sendo negado repetidamente. As técnicas especulam o porquê da negativa, mas não têm certeza. Já Bruna seguia presa porque foi expedido um mandado de prisão acerca de outro processo, então ela seguirá em regime fechado.

É importante destacar a diferença entre a prisão preventiva e a definitiva. A prisão penal decorre de sentença condenatória que transitou em julgado, ou seja, foram esgotadas as possibilidades de recurso nas diferentes instâncias. A chamada prisão processual, por sua vez, é decretada antes de o processo transitar em julgado, e é também chamada de prisão provisória ou cautelar. Nesses casos, podem ser decretadas as prisões em flagrante, preventiva ou temporária. Para a prisão preventiva, que é o caso das presas provisórias do Madre, a jurisprudência estipula um prazo de 81 dias, porém, o Código de Processo Penal não coloca prazo (BRASIL, 1941). Por isso, muitas presas acabam aguardando o desenrolar do processo encarceradas. A execução da pena, até 2016, só começava após o trânsito em julgado, via de regra. Porém, no ano citado, o STF passou a admitir a execução da pena após condenação em segunda instância.

Outra questão que envolve o Estado e afeta diretamente as presas é a falta de pessoal técnico no presídio, bem como o fornecimento de mantimentos. Apesar de ter havido um concurso recente, a escassez de agentes ainda não foi resolvida. Em certa ocasião, houve certa confusão para que se acertasse a saída de uma escolta. Uma agente se recusava a ir, porque precisaria segurar o bebê

<sup>4</sup> Termo utilizado pelas presas para se referir ao tempo de pena cumprido ou a ser cumprido.

enquanto a presa era examinada no hospital. Essa recusa fez com que tivesse que haver um rodízio entre as agentes nas unidades. A agente responsável deixou a UMI e foi para a ala B, enquanto a agente que estava lá saiu para fazer a escolta. A resolução do problema levou cerca de uma hora. Conversei com a assistente social sobre o ocorrido, considerando que a presa em questão possui o vírus HIV. Questionei se havia alguma relação com isso, mas a assistente social me garantiu que não. Ela disse que as agentes ficam com medo de pegar os bebês e que alguma coisa aconteça, considerando que elas ficam com as armas no coldre mesmo nessas situações. Algumas agentes também dizem que “segurar bebê” não faz parte do que está descrito como o seu trabalho. No entanto, considerando que há uma UMI no Madre, lidar com crianças acaba fazendo parte da rotina das agentes em algum momento.

No que diz respeito aos mantimentos, a maioria é fornecida pelo Estado. Para as crianças de mães soropositivo é fornecida uma fórmula em pó, uma vez que as presas não podem amamentar. Essa fórmula é sempre garantida em quantidades suficientes. Segunda as presas, a quantidade de fraldas fornecidas pode ser escassa, por vezes, mas as doações da comunidade garantem o que falta. Bicos, mamadeiras, cobertas e brinquedos também entram em quantidade suficiente por doações. Como a psicóloga comentou, por ser uma vitrine, o Madre acaba não tendo falta de mantimentos justamente porque recebe produtos doados com bastante frequência.

Por outro lado, diferentemente de algumas agentes que preferem manter um distanciamento, as representantes religiosas que realizam trabalhos no Madre são mais próximas e gostam de pegar os bebês no colo com frequência. Presenciamos visitas de mulheres e homens de diferentes igrejas evangélicas, da Igreja Católica e de centros espíritas. Um dos projetos desenvolvidos por religiosas no presídio é o Um Pelo Outro, realizado nas terças e quintas-feiras. O projeto consiste em ensinar diversos tipos de bordados para as presas, seja em babehos, toalhinhas, até objetos maiores. Durante as oficinas, as religiosas abordam temáticas específicas de suas religiões, além de falarem sobre a bíblia. As palavras mais utilizadas envolvem pecado, arrependimento, caminho de Deus.

Outro grupo religioso que realizou visita durante o período do trabalho de campo, ofereceu apenas uma espécie de culto, conversando com as presas sobre a religião e tentando convertê-las. No encontro em questão, quatro religiosas realizaram o culto, dividindo-se entre sermão, preces e cânticos. De início, quatro das presas da unidade estavam na sala. As religiosas começaram com uma prece inicial, e logo depois uma senhora começou a falar. Duas internas estavam conversando, e a senhora que falava foi elevando o tom de voz até ficar muito alto. Como a conversa paralela continuava, ela disse: *“Peço um minuto da atenção de vocês, não é pra mim, é pra Deus”* (religiosa A, DC, 23/07/2018).

Assim, a palavra foi passando entre as religiosas, sempre falando em “se arrepender”, “encontrar Deus”, “ser ressuscitado no sétimo dia”. As duas internas que conversavam saíram. A seguir, as religiosas observaram como as duas que

ficaram tinham sido escolhidas para estar ali ouvindo, que Deus as havia escolhido para estarem ouvindo a palavra da fé. Também disseram que as presas que haviam recebido liberdade haviam se arrependido e aceitado Jesus, por isso ele havia as tirado da prisão. As religiosas falam nas pessoas como pecadoras e Deus como ser perfeito, que não deixa faltar nada e ampara. O discurso é baseado no medo, no pecado, na mudança para aceitar Jesus e, por isso, ser alguém melhor e “abençoado”: *“Só tem um caminho até Deus: se arrepender para ser salvo”* (religiosa B, DC, 23/07/2018).

A mulher que parecia estar comandando o culto contou que o marido dela esteve preso por muito tempo, que tiveram filhas enquanto ele estava preso, mas que o conheceu na igreja. Disse que o visitou por 18 anos em um presídio, e que hoje as filhas estão todas casadas, enfatizando como isso é sinônimo da boa criação que eles deram. Enfatizou também que, como ela era “crente” em Deus, ele nunca deixou faltar nada durante todos os anos. São quatro filhas, a última nasceu com o marido já fora da prisão. Depois, a senhora mais velha e que parecia ser a segunda líder, perguntou às internas se elas haviam aceitado Jesus em suas vidas.

Por fim, elas cantaram hinos da igreja. Uma das internas começou a chorar. Uma das religiosas foi até ela, abraçou-a e começou a orar. A senhora mais velha também foi até ela, cantando, e colocou a mão na sua cabeça como se estivesse abençoando. Com o hino finalizado, uma das religiosas disse que haviam conseguido trazer dois pares de meias para elas: *“Deus acerta até nisso, antes eu iria sor-tear porque não havia meias suficientes para vocês, mas só vocês duas ficaram, então vocês vão ganhar as meias. Deus não é perfeito?”* (religiosa A, DC, 23/07/2018).

O discurso mais comum é baseado no arrependimento, no pecado cometido, em como elas estão no caminho errado e precisam da religião para irem para o céu. O medo e a intimidação são ferramentas utilizadas para que haja penetração do discurso nas presas. Isso foi notado em todas as visitas de grupos de igrejas evangélicas, seja realizando as oficinas, seja somente nos cultos.

Paralelamente, o grupo espírita é composto por poucas pessoas. Eles passam de ala em ala dando passes coletivos. Na UMI, não foi dado nenhum sermão nem foram realizadas conversas. É curioso que as presas costumam participar dos diferentes encontros de todas as religiões, apesar de, por vezes, identificarem-se mais com uma do que com outra.

Outro projeto desenvolvido na UMI é o Primeira Infância Melhor (PIM), desenvolvido pela Secretaria Estadual de Saúde. O PIM, realizado na unidade nas segundas-feiras, prevê o desenvolvimento integral de bebês e crianças na primeira infância, e é aplicado a partir de visitas domiciliares e comunitárias a fim de auxiliar pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. No caso da UMI, eram feitos encontros em grupo e individuais. O projeto é baseado no *Educa a tu Hijo*, desenvolvido em Cuba, no qual as famílias são orientadas semanalmente em atividades lúdicas a fim de auxiliar no desenvolvimento das crianças.

Acompanhei dois encontros do PIM durante o campo. Um deles foi mais direcionado à apresentação dos novos integrantes. A equipe é composta, normal-

mente, por psicólogos, alunos de psicologia, assistentes sociais e enfermeiros, e é liderada pelo pediatra que atende os bebês no presídio. As estudantes ficaram responsáveis por aplicar os testes de desenvolvimento nos bebês e nos filhos extramuros, já que o acompanhamento abarca todas as crianças da família. Nesse dia, eles programavam uma festa junina para acontecer nas semanas seguintes. Não foi possível acompanhar esta festa, mas estive no dia em que fizeram uma sessão de fotos com as internas da UMI.

Esse evento aconteceu no dia 23 de julho, segunda-feira. Todos foram submetidos ao detector de metais, exceto a pesquisadora. A tarde ficou resumida em maquiagem as presas e fazer uma sessão de fotos com cada uma. Considerando o frio que estava no dia, e o fato de que a porta da sala de recreação não fecha por completo, a sessão foi feita de forma rápida. Uma das presas disse: *“Eu não gosto dessa coisa de tirar foto, eu sou muito feia”* (DC, 23/07/2018).

No entanto, ela recebeu diversos elogios e pareceu ficar mais à vontade. As grávidas tiveram frases escritas nas barrigas com batom, enquanto as mães posaram com os bebês envoltos por balões e voais coloridos.

O PIM, além do propósito de acompanhar a primeira infância, também faz atividades lúdicas a fim de auxiliar no desenvolvimento das crianças e na saúde mental das presas. Quando a oficina de fotos terminou, eles comentaram que, no próximo encontro, fariam uma oficina para ensiná-las a fazer porta-retratos utilizando a embalagem de meia calça.

Essa análise teve por objetivo apresentar as nuances do Estado nos seus diferentes modos de fazer e discursar. Segundo Lopes (2016, p. 12), *“falar de Estado, sob tal perspectiva, é tratar de formas contínuas de estabelecimento de poder, de hierarquia e de dominação, sem, com isso, entender que tais formas são fixas, estabelecidas em uma única direção e/ou intransponíveis”*. Assim, foi possível perceber como as relações de poder são materializadas, as formas como as presas, em seus discursos, tentam lutar contra a dominação, as imposições do poder mascarados por disciplina, bem como as relações de afeto que perpassam as imposições de poder. Talvez a conclusão mais marcante deste artigo seja que, para além de relações de hierarquia, existem relações de afeto que perpassam a barreira técnico/presa ao focalizar as práticas sociais nestes contextos. Perguntamo-nos em que medida estas relações são marcadas por expectativas de gênero ligadas à maternidade.

## CONCLUSÕES

Ao longo dessa pesquisa, buscamos explorar as relações das mulheres presas em suas rotinas com as técnicas do PEFMP. Tivemos como foco principal os encontros presenciados entre as interlocutoras dessa pesquisa, a fim de compreender as diferenças hierárquicas entre técnicas e presas. Essas relações de poder se fazem evidentes na rotina prisional. Como relatado, as próprias revistas

íntimas, legalmente proibidas, impõe poder e deixam visíveis as camadas hierárquicas.

Por outro lado, existem relações de afeto, assim como as percebidas por Lopes (2016), entre presas e técnicas. Apesar de existir um processo de acolhimento no estudo realizado por Lopes, as semelhanças existem no sentido de que também é necessário, quando se observa o cárcere de uma perspectiva humanista, um processo de acolhimento nesse ambiente.

Acima do conhecimento adquirido durante essa pesquisa, ficam os questionamentos a respeito dos direitos das mulheres presas. As aplicações desses direitos, ainda que rasas, são reconhecidas nos últimos anos. Existe um receio de como será a vida no cárcere no futuro próximo, considerando o governo atual. De qualquer forma, fica a esperança de que, mesmo a passos curtos, a humanização da vida no cárcere, abraçando mulheres e bebês, seja cada vez mais realidade em todos os cantos do Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. IN: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. **The Anthropology of the State**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

AUTORA (2019).

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>>. Acesso em: dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em: dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm)>. Acesso em: mar. 2018.

COLARES, Leni Beatriz Correia. **Sociação de mulheres na prisão: disciplinaridades, rebeliões e subjetividades**. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142789/000826168.pdf?sequence=1>>. Acesso em: out. 2016.

CUOZZO, Juliana Deprá. **Os caminhos da “transmissão da mensagem” Narcóticos Anônimos na Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre, RS**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142949/000994784.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: maio de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A sociedade punitiva**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

KARPOWICZ, Débora Soares. **Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D’Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier**. 2017. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2017. Disponível em: <[http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7428/3/TES\\_DEBORA\\_SOARES\\_KARPOWICZ\\_V2\\_PARCIAL.pdf](http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7428/3/TES_DEBORA_SOARES_KARPOWICZ_V2_PARCIAL.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2018.

JOVCHELOVICH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.;

GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

LOPES, Paulo Victor Leite. **“Homens autores de violência doméstica”**: relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação do Estado. 2016. 287 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2016. Disponível em: < <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Teses-Premiadas/Antropologia-Arqueologia-Paulo-Victor-Leite-Lopes.PDF>>. Acesso em: novembro de 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres – Junho de 2016**. Disponível em: <[https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18-1.pdf](https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf)>. Acesso em: dez. 2020.

MITCHELL, Timothy. Society, Economy, and the State Effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. **The Anthropology of the State**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

VIANNA, Adriana, LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu** (51), 2017:e175101. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/pWRzSNMsG4zD8LRqXhBVksk/?lang=pt&format=pdf>



Lucia Sestokas<sup>1</sup>

## **ENTRE PAPÉIS E MÁQUINAS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS NO BRASIL<sup>2</sup>**

## **BETWEEN PAPERS AND MACHINES: BRIEF CONSIDERATIONS ON THE VIRTUALIZATION OF JUDICIAL PROCESSES IN BRAZIL**

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

<sup>2</sup> O presente artigo foi submetido em dezembro de 2020 e posteriormente revisado em novembro de 2021. O texto aqui apresentado deriva de pesquisa de mestrado defendida em fevereiro de 2021, na qual analisei audiências e processos criminais de pessoas acusadas por tráfico internacional de drogas no Fórum Federal de Guarulhos, observando os modos pelos quais agentes e agências estatais compreendem e constroem categorias que governam deslocamentos e produzem categorias criminais junto com mecanismos de controle das fronteiras nacionais. Deixo aqui um agradecimento especial à María Gabriela Lugones, que me chamou a atenção para a riqueza analítica em torno da virtualização dos processos criminais e para os impactos das inovações tecnológicas nos fazeres estatais.

## RESUMO

No presente artigo, exploro algumas questões iniciais levantadas a partir da implementação e aplicação da virtualização dos processos judiciais, com enfoque na justiça criminal, mais especificamente com a implementação das audiências por meio de videoconferência e do processo eletrônico. Usando como base episódios etnográficos com os quais me deparei durante a pesquisa de mestrado, bem como pesquisas de normativas e notícias em portais oficiais do sistema judiciário, apresento algumas das disputas envolvidas no processo de virtualização, especialmente considerando o regime especial de trabalho das instituições estatais durante a quarentena imposta pela pandemia de Covid-19 em 2020. Busco, assim, oferecer algumas considerações sobre como são operadas noções de neutralidade e eficiência associadas à virtualização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Processos de Estado. Justiça Criminal. Processo Judicial Eletrônico. Teleaudiência.

---

## ABSTRACT

In this article, I explore some initial issues raised from the implementation and application of the virtualization of legal proceedings, focusing on criminal justice, more specifically with the implementation of hearings through videoconferencing and the electronic process. Based on ethnographic episodes I came across during the master's research, as well as research on regulations and news on official websites of the judicial system, I present some of the disputes involved in the virtualization process, especially considering the special work regime of state institutions during the quarantine imposed by the Covid-19 pandemic in 2020. I therefore seek to offer some considerations on how notions of neutrality and efficiency associated with virtualization are operated.

**KEYWORDS:** State processes. Criminal Justice. Electronic Judicial Process. Teleaudience.

## INTRODUÇÃO

Cheguei em uma tarde ao prédio do Fórum Federal de Guarulhos, que frequentei entre setembro de 2019 e o início de março de 2020, antes do decreto da pandemia global de Covid-19<sup>1</sup>. Compareci a este fórum, localizado no estado de São Paulo, para assistir a audiências de instrução e julgamento<sup>2</sup> de pessoas processadas criminalmente no Brasil por tráfico internacional de drogas como parte do trabalho etnográfico desenvolvido no mestrado. Naquele dia, fui assistir a uma teleaudiência, como fez questão de frisar o analista judiciário que consultei para solicitar a pauta de audiências daquele mês. As teleaudiências, como são chamadas pelas/os funcionárias/os do fórum, são audiências feitas por sistema de videoconferência. Se à princípio não havia compreendido os porquês da ênfase, logo entendi que se tratava de um formato diferente de audiência, com local próprio para acontecer, com participação de outras/os agentes e com outras possibilidades de interação entre estes e estas agentes, como descreverei a seguir.

Indo até o andar da vara<sup>3</sup> responsável por aquele processo, onde ficam as secretarias e as salas de audiências de cada vara, descobri que as teleaudiências não aconteciam nas salas comuns de audiência. A vigilante do andar me informou que esse tipo de audiência acontecia em um andar diferente daqueles das varas, em uma sala específica. Me encaminho, então, para o andar correto. Diferente dos outros andares onde havia circulação de público, não havia nenhum/a vigia ao lado da porta do elevador. O andar, que contava com salas de computadores, almoxarifado e arquivo, até onde pude ver, estava vazio. Aguardei por cerca de 20 minutos além do horário previsto para o início da audiência em uma das cinco cadeiras colocadas do lado de fora da sala destinada para a teleaudiência até o analista judiciário que havia me passado a pauta daquele mês

<sup>1</sup> Depois de o surto de Covid-19 ser considerado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março, o governo federal publicou as primeiras medidas de enfrentamento ao coronavírus em 12 e 17 de março, possibilitando alterações no funcionamento de órgãos da administração pública. Em 24 de março o governo do estado de São Paulo decretou quarentena. Diante desse cenário, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, do qual faz parte o Fórum Federal de Guarulhos, publicou uma portaria no dia 12 de março prorrogando os prazos dos processos judiciais e administrativos, instituindo um regime de teletrabalho para magistrados e servidores dos fóruns, prédios e demais unidades administrativas e determinando a realização de sessões de julgamento virtuais. Disponível em, respectivamente: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>, <https://www.servidor.gov.br/noticias/2020-1/marco/governo-federal-divulga-medidas-para-orgaos-publicos-evitarem-avanco-do-coronavirus>, <https://www.servidor.gov.br/noticias/2020-1/marco/governo-divulga-orientacoes-adicionais-a-orgaos-da-administracao-publica>, <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/quarentena-esta-em-vigor-a-partir-desta-terca-24-e-vale-para-os-645-municipios-de-sp/>, <https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/governo-de-sao-paulo-prorroga-quarentena-ate-dia-10-de-maio/>, <http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/392796>, <http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/393095>

<sup>2</sup> Audiências de instrução e julgamento são atos processuais em que as partes oferecem seus depoimentos, incluindo peritos e testemunhas, produzindo provas orais. A sessão é presidida por um/a juiz/a e conta com a participação das partes e advogadas/os. No caso de audiências criminais por tráfico de drogas, o processo é feito pela “Justiça Pública”, já que o tráfico de drogas é um crime contra a saúde pública. Isso quer dizer que é o Ministério Público, representado pelo promotor, que oferece as denúncias contra a/o ré/u.

<sup>3</sup> Como define Izabel Nuñez, vara é “o local ou repartição” onde um/a magistrado/a exerce sua função. Como aponta a autora, a Constituição prevê que “os ‘juízes’ que são os ‘órgãos do poder judiciário’” (2018, p.15).

me convidar para entrar. Solicitamente posicionando uma das cadeiras avulsas encostada na parede, apontou-a para mim e ali tomei assento.

A sala de teleaudiência tem uma disposição similar à sala de audiência comum: duas mesas são posicionadas perpendicularmente, uma paralela à parede de trás, onde se sentam promotor/a, juiz/a e analista, nesta ordem, e uma mesa perpendicular, onde ficam defensor/a e intérprete, no caso de ré/s/réus que não falem português. A/o ré/u, que em uma audiência presencial se senta ao lado da/o intérprete, neste caso é vista/o somente por meio de uma televisão. Em outra mesa posicionada no extremo oposto da sala, de modo a ficar de frente à mesa do/a juiz/a, ficam dois televisores que me pareceram ter cerca de 42 polegadas. Em um deles se vê a/o ré/u, transmitida/o desde a unidade prisional em que se encontra, e no outro se vê a própria sala de audiência. Na sala há, ainda, uma pequena mesa com um computador, onde fica alocada/o a/o técnica/o de informática, responsável por estabelecer e manter a conexão da chamada. Na mesa onde ficam defensor/a e intérprete há um microfone, que capta as falas das pessoas presentes na sala, e um telefone, por onde a/o intérprete fala diretamente com a/o ré/u, fazendo a tradução simultânea da audiência. Neste fórum, sem sala específica para a entrevista reservada<sup>4</sup> no caso das teleaudiências, a conversa entre defensor/a e ré/u acontece por telefone na sala de computadores, que fica ao lado da sala de teleaudiência.

Neste dia, quando cheguei na sala, o réu já estava no vídeo: um homem aparentando cerca de 40 anos que, apesar de não considerá-lo como branco, tinha a pele clara, com marcas de sol e envelhecida. Logo em seguida, chegaram a defensora e o intérprete que faria a tradução simultânea para o réu, espanhol, ambos brancos, ela tendo por volta dos 30 anos e vestindo traje social e ele, aparentando cerca de 50 anos, com camisa e calças jeans. Após olharem rapidamente os autos do processo, se encaminharam à sala de computadores para a entrevista reservada. Enquanto conversam por telefone, era possível ver o réu pelo vídeo, ainda que sem som.

Passados menos de cinco minutos de conversa, a defensora retornou à sala de teleaudiência dizendo que o réu relatou não estar sozinho na sala da unidade prisional. “O CPB [Código Penal Brasileiro] garante a entrevista entre advogado e réu sem a presença de nenhum guarda para que não haja constrangimento do réu”, disse ela para o analista judiciário. Coube ao analista conversar com os funcionários da penitenciária por telefone, relatando em seguida para a defensora que o guarda disse estarem posicionados na porta da sala, pois deviam “guardar a integridade dos equipamentos” e não poderem “deixar o preso sozinho numa sala com aparelhos tecnológicos e com acesso à internet”. Depois de alguns minutos de discussão, a defensora disse poder fazer a entrevista nesses termos, mas que então deveria constar em ata que o réu não estava sozinho na sala. Ela continua, dizendo que

<sup>4</sup> A entrevista reservada é um direito garantido pelo Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3689 de 1941) em seu artigo 185 § 5o, onde consta que o juiz garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com o seu defensor, mesmo se realizado por videoconferência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm)

“Isso pode dar nulidade depois. É isso que você quer?”, ao que o analista responde “A nulidade é interessante pra você ou pro réu?” Ele prosseguiu o diálogo perguntando se ela gostaria que a audiência fosse designada para outro defensor, ao que ela responde que não. A defensora então prosseguiu com a entrevista. Da sala, era possível ver o vídeo mudo do réu, sentado em uma cadeira falando ao telefone com muitas sombras se mexendo na parede logo atrás dele. Enquanto ela permanece na sala ao lado, analista e técnico conversavam sobre a discussão, mencionando que “os policiais devem tar, tipo, na porta e ela tá reclamando...” Finda a entrevista, a defensora, retornando para sala de teleaudiência, se dirige ao analista dizendo que algo assim não pode mais acontecer. “Isso não é uma questão pessoal, isso é uma questão de cumprimento da lei. (...) Estou respeitando o CPB.”

A conversa entre defensora e analista judiciário é interrompida pela chegada do promotor e juiz. Cabe destacar, contudo, que consta na movimentação processual do mesmo dia que “o réu teve oportunidade de se entrevistar com sua defesa antes da audiência.” Juiz e promotor, ambos homens de cerca de 40 anos, brancos e vestindo, respectivamente, traje social e a toga preta com gola de babados típica da magistratura, entraram pela única porta disponível na sala, outro aspecto diferente das salas de audiência presenciais. Nestas, há uma porta para a entrada da/o ré/u, defensor/a e do público em geral, que acessa a sala de espera do andar e a sala destinada à entrevista reservada, e outra porta destinada ao/à juiz/a, promotor/a e aos funcionários/os do fórum, acessível através de um corredor com entrada restrita onde também estão sediadas as salas dos/as juízes/as. Conforme me explicou um promotor, a separação tem como objetivo não constranger defensor/a e ré/u durante a entrevista reservada com o trânsito de juiz/a e promotor/a pelo mesmo ambiente.

Após todas as pessoas presentes tomarem assento, foi dado início à audiência, cerca de 40 minutos após o horário marcado. Enquanto ajeitava rapidamente o cabelo olhando para sua imagem reproduzida na tela à frente, o juiz pediu ao analista que iniciasse a gravação da audiência e chamasse a primeira testemunha. As testemunhas, assim como acontece nas audiências presenciais, se sentam na mesma mesa do/a defensor/a e intérprete, em uma cadeira virada para uma câmera de filmagem, cadeira esta também utilizada pela/o ré/u em audiências presenciais. A câmera registra os rostos das testemunhas e da/o ré/u durante seus depoimentos, registro posteriormente anexado no processo criminal.

Senta-se em frente à câmera um homem, que aparentava cerca de 30 anos, branco, musculoso e trajando calça jeans, camiseta polo e tênis. Com a apresentação do juiz, descubro que se trata do agente da Polícia Federal que realizou a prisão em flagrante do réu. Ele relatou que a prisão foi feita depois de detectada pelo raio-x a presença de massa orgânica na bagagem do réu, que, após testada na delegacia<sup>5</sup>, provou ser cocaína, o mesmo que diz a próxima testemunha, que é

<sup>5</sup> A testagem de substâncias é possível de ser feita nas próprias delegacias por meio dos exames preliminares, que permitem “a rápida verificação da presença de substâncias ilícitas (cocaína, heroína e outras) em um material sob suspeita”. Este tipo de exame é projetado para ser “simples e rápido, de forma a serem realizados inclusive por pessoas que não tenham formação em química, após certo treinamento” (Perruso, 2011, p.50).

técnica de raio-x. Das audiências que presenciei, a detecção de massa orgânica na bagagem pelo raio-x foi a situação mais recorrente de flagrante de tráfico internacional de drogas no aeroporto.

Após os depoimentos das testemunhas, dá-se início o interrogatório do réu. O juiz, como de praxe, pede que sejam retiradas as algemas do réu e pede que o réu levante suas mãos na altura da câmera para “que fique registrado que o réu está participando da audiência sem algemas”<sup>6</sup>.

Findo o interrogatório do réu e terminadas as alegações finais, foi finalizada a audiência. O juiz se retirou e permaneceram na sala promotor, defensora e intérprete para assinarem a folha da ata da audiência entregue pelo analista judiciário<sup>7</sup>. Depois disso, a defensora e o tradutor foram até a sala ao lado para explicar ao réu sobre o desfecho da audiência, permanecendo o réu visível na tela durante a conversa. Ao terminarem a conversa e retornarem à sala de audiência para pegarem seus pertences, o técnico de informática finalizou a conexão de vídeo e desligou os televisores.

No presente artigo, exploro algumas questões iniciais levantadas a partir da virtualização dos processos judiciais, mais especificamente com a implementação das audiências por meio de videoconferência e do processo eletrônico. Usando como base episódios etnográficos com os quais me deparei durante a pesquisa de mestrado, bem como pesquisas de normativas e notícias em portais oficiais do sistema judiciário, apresento algumas das disputas envolvidas no processo de virtualização, especialmente considerando o regime especial de trabalho das instituições estatais durante a quarentena imposta pela pandemia de Covid-19 em 2020. Busco, assim, oferecer algumas considerações sobre como são operadas noções de neutralidade e eficiência associadas à virtualização.

<sup>6</sup> Em 2008 o Supremo Tribunal Federal publicou a Súmula Vinculante 11, onde consta que o uso de algemas é lícito em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. O uso deve ser justificado por escrito sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou ato processual. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1220>

<sup>7</sup> No termo ou ata de audiência constam os dados como data, local e participantes da audiência, assim como um breve relato dela, cujo formato e conteúdo pode mudar de acordo com quem o redige. O documento é assinado por juiz/a, procurador/a, defensor/a ou advogado/a, réu e intérprete, assim como consta o nome da/o analista que o redigiu. Junto com o documento são incluídos o termo de compromisso, firmado por juiz/a e intérprete, que atesta a função desempenhada pela/o intérprete na audiência, os termos de testemunho e o interrogatório. Estes documentos são assinados pelas partes no momento da audiência, sendo normalmente os únicos documentos físicos e escaneados no processo. Nos termos de testemunho, emitidos individualmente para cada testemunha, constam seus dados (nome, documento e profissão), a advertência sobre as penas de falso testemunho e a existência de gravação audiovisual com as respostas dadas por cada uma. Todos os documentos são firmados por juiz/a, procurador/a, defensor/a ou advogado/a, acusada/o, intérprete e testemunha. O conteúdo e formato do documento sobre o interrogatório também varia de acordo com quem o redige. Deve constar a listagem das pessoas presentes na audiência e a assinatura de juiz/a, procurador/a, defensor/a ou advogada/o, acusada/o, intérprete e também da/o analista que digita o documento. Normalmente, citando a Lei 10792/2003#, consta a observação sobre as formalidades previstas. Também é atestado o cumprimento do formato de interrogatório previsto no Código de Processo Penal.

## AS TELEAUDIÊNCIAS

Ao consultar as movimentações do processo referente à audiência descrita acima, dez dias antes da audiência consta uma decisão do juiz designando sua realização por meio de videoconferência. O juiz faz referência às recomendações da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região (Ofício-Circular nº 5/2018-CORE do TRF-3) e ao artigo 185, 2º, inciso I do Código de Processo Penal, onde se lê:

Art. 185. O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

§ 2º Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender a uma das seguintes finalidades: (Redação dada pela Lei nº 11.900, de 2009)

I - prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento; (Incluído pela Lei nº 11.900, de 2009)

O juiz embasa sua decisão alegando ser o acusado “denunciado por delito de natureza grave, podendo envolver participação de organização criminosa”, justificando a “necessidade de prevenir risco à segurança pública, não havendo prejuízos ao contraditório ou à ampla defesa em razão da utilização do sistema de videoconferência na audiência designada”. Na decisão, o juiz mantém a possibilidade à defesa de requerer a realização de reinterrogatório na forma presencial, “de maneira a evitar prejuízos à defesa processual do acusado”.

Antes de haver uma lei federal que regulamentasse a videoconferência, o STF considerou inconstitucional o interrogatório realizado por meio de videoconferência em julgamento de 2007, compreendendo que este tipo de audiência fere o direito à defesa e reduz as garantias individuais. O ministro relator do caso, Celso Peluso, justificou dizendo que distância e falta de transporte seguro não podem se sobrepôr a garantias individuais e constitucionais. Como consta no portal da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep)<sup>8</sup>, a medida dividiu opiniões. Órgãos como a Defensoria Pública de São Paulo considera que a videoconferência prejudica a autodefesa do réu e a defesa técnica do advogado porque a defesa não tem o acesso direto ao acusado. Outros, como o Ministério Público, entendem que não há prejuízo para a defesa já que o sistema permite uma linha entre advogado e preso sem que juiz e Ministério Público tenham acesso.

Apesar de não haver consenso, dois anos depois foi aprovada a Lei 11900/2009<sup>9</sup>, que implementou as audiências por videoconferência. Promoven-

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=2408>

<sup>9</sup> A Lei é fruto do Projeto de Lei 4361/2008, de autoria do Senador Federal Aloizio Mercadante (PT/SP). Um dos relatores do PL, o Senador Federal Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aponta em seu relatório que “essa possibilidade [da videoconferência] é excepcional”. Diz, ainda, justificando a favorabilidade de seu parecer, que o

do alterações no Código Penal, a lei permite a realização de interrogatório, entrevista reservada e todos os atos da audiência única de instrução e julgamento por meio de “videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real”. Isso significa que a/o ré/u participará da audiência no estabelecimento onde estiver recolhida/o, de forma a garantir “a segurança do juiz, do membro do Ministério Público e dos auxiliares bem como a presença do defensor e a publicidade do ato”. A principal justificativa para a adoção da medida é “prevenir risco à segurança pública” no caso de “fundada suspeita” de que “o preso integre organização criminosa” ou de que “possa fugir durante o deslocamento”. A medida também visa “impedir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima” e/ou “responder à gravíssima questão de ordem pública”. Consta ainda como justificativa “viabilizar a participação do réu” caso “haja relevante dificuldade para seu comparecimento (...) por enfermidade ou outra circunstância”.

Tanto na concepção da lei que implementa as teleaudiências quanto na decisão do juiz para justificar sua aplicação, a noção de periculosidade tem papel central. É o elemento de periculosidade, na forma de “risco à segurança pública” e “fundada suspeita” de integrar organização criminosa, que justifica a restrição dos trânsitos e acessos da/o ré/u ao fórum.

As “classes perigosas”<sup>10</sup> são a figura em torno da qual se constroem os discursos criminológicos que embasam aparatos de governo elaborados para contê-las ou combatê-las. Autoras como Mariza Corrêa (2013) e Lilia Moritz Schwarcz (1993) mostram como não só o Direito e a Medicina mas também a Antropologia tiveram papel importante na definição daquelas/es que seriam classificadas/os enquanto classes perigosas. Como mostra Schwarcz, enquanto ao direito civil e criminal cabia “legislar sobre o ‘direito das gentes e do indivíduo’” e “fixar os limites dessa liberdade, a realidade das punições, o ‘perigo da delinqüência’” (1993, p.116), a antropologia se debruça sobre o estudo sobre “os criminosos”. As propostas positivistas do século XIX que embasaram esses discursos criminológicos associavam características físicas e sociais com a predisposição ao crime. Corrêa

---

Secretário de Justiça de São Paulo o telefonou “e disse que o texto é resultado de entendimento envolvendo inclusive o Supremo Tribunal Federal.” Também no parecer do Relator pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado João Campos (PSDB-GO) é ressaltado que “se estabelecêssemos a videoconferência como regra, teríamos que avançar muito mais. Todavia, o que é possível estabelecer nesse projeto é a videoconferência apenas para as exceções.” O texto da lei está disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11900.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11900.htm#art1). Os relatórios estão disponíveis, respectivamente, em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=625879&filename=PPP+1+CCJC+%3D%3E+PL+4361/2008](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=625879&filename=PPP+1+CCJC+%3D%3E+PL+4361/2008) e [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=625880&filename=PPP+1+CSPCCO+%3D%3E+PL+4361/2008](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=625880&filename=PPP+1+CSPCCO+%3D%3E+PL+4361/2008)

<sup>10</sup>Para uma análise historiográfica da expressão “classes perigosas”, ver “Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial” de Sidney Chalhoub (1996). Como mostra o autor, o uso da expressão retoma uma Inglaterra do século XIX, na produção de estudos sobre infância e criminalidade para denotar “um grupo social formado à margem da sociedade civil” formado por “pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através da prática de furtos e não do trabalho” (Idem, p.20). Chalhoub aponta para como as construções das noções de “classes pobres” e “classes perigosas” se embrenham ao longo da história, muitas vezes descrevendo “basicamente a mesma ‘realidade’” (Idem, p.19). Mostra ainda que essa noção, combinada à crença de que uma “racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas” (Idem, p.20) norteia a condução “não-política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas”, contribuem historicamente “para a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio mesmo de cidadãos” (Ibidem).



narra como “as ‘classes perigosas’ aqui [no Brasil] eram inicialmente compostas por eles [descendentes de africanos] e só muito mais tarde as classes trabalhadoras, maciçamente integradas por imigrantes” (Idem, p.28).

Apesar de a categoria “perigoso/a” sofrer alterações no espaço-tempo, Anne McClintock (2010) mostra como as “degenerações” são sempre edificadas dentro de um projeto imperial, operando uma triangulação entre as “degenerações racial, de classe e de gênero” (Idem, p.76). As classes consideradas perigosas, corporificadas na “classe trabalhadora militante, os irlandeses, os judeus, as feministas, os gays e as lésbicas, as prostitutas, os criminosos, os alcoólatras e os loucos” (Idem, p.77) passam a ser alvo de policiamento diferenciado. Angela Davis (2003) reforça o papel central do corpo na construção da categoria de perigo. Apontando a superrepresentação de homens negros e latinos nas prisões de segurança máxima estadunidenses (Idem, p.49), a autora mostra como raça e gênero são basilares na construção da idéia de periculosidade. Tal como mostra Natália Padovani (2017), são atributos como raça, classe, gênero e sexualidade que produzem também a instituição prisional. Dizer que a prisão é masculina, negra e pobre é reconhecê-la enquanto “um dispositivo de Estado reiteradamente generificado e racializado por categorizações de masculinidade assim interseccionadas com raça e classe” (Idem, p.7).

Conversando com o analista após a audiência, ele comentou sobre o porquê de alguns juízes preferirem as teleaudiências às audiências presenciais: “um por causa do gasto do Estado com isso e dois por causa do desgaste do próprio preso”. Como me explicou, “para aquele cara [o réu] vir de Itaí<sup>11</sup> seria necessário um caminhão e nove agentes, três na frente, três atrás e três com ele. Eles teriam que parar em Pinheiros<sup>12</sup> para depois virem para cá. Isso tudo para quê? Para ter um tete a tete com o juiz? Isso desgasta o preso também.” Em outra ocasião, um técnico judiciário alegou ainda que muitos dos atrasos e cancelamentos de audiências decorriam de problemas relacionados com o transporte das/os rés/réus entre a unidade prisional e o fórum, o que, de acordo com ele, poderia ser solucionado com a implementação das teleaudiências.

Como consta no portal oficial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>13</sup>, as audiências por meio de videoconferência são entendidas como forma de tornar a tramitação dos processos mais ágil, econômica e segura. Especialmente em casos em que “as partes ou testemunhas estão em local diverso do juiz”, a videoconferência é entendida como “mecanismo indispensável para a duração razoável do processo quando há atos processuais à distância para serem praticados”, economizando com “passagens, hospedagens e traslado”.

Além de sua utilização para as audiências de instrução e julgamento, o

<sup>11</sup>No estado de São Paulo, os “presos estrangeiros” são direcionados para a Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, conhecida como Penitenciária de Itaí. A penitenciária fica a aproximadamente 300 km da cidade de São Paulo.

<sup>12</sup>O Centro de Detenção Provisória de Pinheiros é uma unidade prisional sediada na cidade de São Paulo.

<sup>13</sup>Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/realizacao-de-audiencias-por-videoconferencia-garante-celeridade-a-processos/>

formato de videoconferência é utilizado também para procedimentos como citação, notificação e intimação, comunicações judiciais sobre a denúncia, sobre audiências, sobre sentenças, dentre outros<sup>14</sup>. A comunicação entre o fórum e outros órgãos como a unidade prisional deixa de ser via documentos físicos e passa a ser por transmissão online. “Assim vão falir as gráficas”, brincou um dos analistas quando me explicava sobre a mudança. Comentou que as modificações impactavam desde as gráficas até as empresas de transporte de processos e as pessoas responsáveis por cuidar de seus arquivos físicos.

Como é explicado no portal do CNJ<sup>15</sup>, o cartório do fórum envia digitalmente a determinação do procedimento a ser realizado (audiência, citação, notificação, intimação, etc) à Central de Mandados, que a repassa ao órgão de destino. Depois, por meio de videoconferência, a/o oficial de justiça lê, no caso de ré/u presa/o, por exemplo, o resumo do procedimento à/ao ré/u na unidade prisional e colhe as informações necessárias para repassá-las à Central, como por exemplo, se há advogada/o constituída/o no processo. A unidade prisional então colhe a assinatura da/o ré/u na cópia do mandato, a digitaliza e envia à Central de Mandados, que, por fim, a inclui no sistema. A adoção desse formato garante, de acordo com o CNJ, “celeridade processual sem nenhum custo aos cofres públicos” já que utiliza “apenas um notebook com câmera e microfone, duas caixas de som, internet e um software gratuito de audiovisual”. Dessa forma “em minutos é feito o serviço que poderia durar até seis meses”<sup>16</sup>.

A gestão do tempo não é elemento banal nas dinâmicas estatais. A própria categoria de tempo se mostra parte constitutiva dos elementos de gestão estatal, presente, como aponta Angela Facundo (2017), nos ritmos cotidianos das relações administrativas. A autora mostra como o “tempo que passa sem que nada passe ou em que passa o inapropriado” (Ibid, p.284) constrói de forma emaranhada espera e precariedade na vida das pessoas refugiadas no Brasil que aguardam pelos seus documentos. A autora, junto com Adriana Vianna, mostram

<sup>14</sup>A citação da/o ré/u é sua notificação acerca da existência de processo instaurado contra si após o/a juiz/a aceitar a denúncia feita contra ela/e, convocando-a/o para comparecer em juízo. A intimação é o ato pelo qual se comunica os termos do processo às partes interessadas para que elas possam tomar providências. A notificação é uma forma de comunicação de um tribunal com um/a notificado/a, que pode ser, por exemplo, uma das partes do processo. As comunicações judiciais podem também informar sobre a data da audiência de instrução e julgamento, sobre a sentença ou mesmo sobre o resultado de uma apelação, sobretudo direcionadas às partes.

<sup>15</sup>Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/justica-de-atibaia-implanta-diligencias-de-presos-por-videoconferencia/>

<sup>16</sup>Já em 2016 o CNJ divulgava números relacionados à diminuição de tempo de processo em decorrência do uso das audiências por videoconferência. Citado como exemplo de sucesso, as varas criminais da Comarca de Atibaia (SP) em parceria com o Centro de Detenção Provisória de Jundiá (SP), após implantarem o cumprimento de diligências de pessoas privadas de sua liberdade por videoconferência em 2016, realizaram naquele momento 10 mandados em três sessões semanais, um único oficial de justiça cumprindo nove mandados em 30 minutos. Com planos de ampliar para 20 mandados para cada sessão, bem como expandir a iniciativa para outros estabelecimentos prisionais como a Fundação Casa, o entendimento é de que esta celeridade “beneficiará o acusado e seus defensores, o Ministério Público, o Judiciário e o Governo estadual”. A Vara Criminal do Foro de Canoas (RS), por exemplo, anunciou que reduziu à metade o tempo de trâmite de processos com réus presos. A videoconferência foi uma alternativa para lidar com os cancelamentos de audiências devido a problemas com a apresentação dos réus presos nos foros. Disponível em: <https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/318038123/justica-de-atibaia-implanta-diligencias-de-presos-por-videoconferencia> e <https://www.cnj.jus.br/comarca-de-canoas-diminui-tempo-de-processos-com-videoconferencia/>

como sujeitos inscritos em “territórios de margem” (2015, p.46), notadamente “favelados” e “refugiados”, vão sendo constituídos por meio de “um conjunto de representações, gestões, práticas e disputas em torno das temporalidades” (ibid, p.47). Nos processos criminais em torno dos assassinatos de moradores de favela ou dos processos administrativos do refúgio, eventos como a morte do familiar e a saída do país de origem marcam rupturas separando “o ‘tempo de antes’ e o ‘tempo de agora’” (Ibidem). Como coloca Letícia Ferreira, “o tempo, sobretudo em seu ocultamento e manipulação, é uma dimensão chave de dinâmicas de dominação vigentes no cotidiano de repartições públicas” (2019, p.123).

No processo de implementação das teleaudiências, tempo é uma das categorias que constroem a noção de eficiência. Realizar o trabalho em menor tempo é visto positivamente, como sinal de maior eficiência. É também a noção de eficiência que mobiliza a implementação do processo eletrônico, como abordarei no próximo tópico.

## O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

A implementação de audiências e procedimentos judiciais por meio de videoconferência faz parte de um movimento mais amplo: a informatização do processo judicial. Em 2006<sup>17</sup> foi promulgada a Lei 11419/2006<sup>18</sup>, conhecida como Lei do Processo Judicial Eletrônico, que dispõe sobre a informatização do processo judicial. A lei é fruto de uma sugestão submetida à Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados pela Associação dos Juizes Federais do Brasil em 2001<sup>19</sup>.

Na “justificação” consta que “quando se trata da questão Judiciária no Brasil, é consenso que os mais graves problemas se situam no terreno da velocidade com que o cidadão recebe a resposta final à sua demanda.” Trazendo pesquisas desenvolvidas na década de 90 pelo IBOPE, pelo jornal O Estado de São Paulo e pelo então Conselho da Justiça Federal, a “morosidade” é vista como principal problema da Justiça do Brasil, tanto pelo público no geral quanto pelos próprios

<sup>17</sup>O esforço de tornar o processo judicial eletrônico, contudo, não começa com a lei citada. Já em 1991, a Lei 8245/91 trouxe a possibilidade de realização da citação das partes envolvidas no processo criminal via fax (Campos, 2019). Depois, em 1999, a Lei 9800/99 permitiu o recebimento de petição via fax, sendo necessário, contudo, a apresentação dos documentos originais físicos ao órgão judiciário. Dois anos mais tarde, a Medida Provisória 2200-2/2001 instituiu a chamada Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que passou a regulamentar a emissão de certificados digitais para documentos eletrônicos. Passa a caber a esse órgão “garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras”. Em 2003 foi implementado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região o sistema E-Proc nos Juizados Especiais Federais, que permitia o encaminhamento de petições à Justiça Federal pela internet. Disponíveis em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18245.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18245.htm), [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19800.htm) e <https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/icp-brasil>

<sup>18</sup>Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11419-19-dezembro-2006-548410-norma-pl.html>

<sup>19</sup>A Sugestão 1/2001 CLP está disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichade-tramitacao?idProposicao=32873&ord=1>

juízes. Constam como principais fatores responsáveis por tal morosidade, de acordo com pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP) no ano 2000, o número insuficiente de juízes, a falta de informatização e a precariedade das instalações. No projeto de lei que deu origem à lei, consta que a proposta visa regular a informatização dos processos judiciais, entendida como uma evolução na área, diminuindo gastos e aumentando a eficiência do serviço jurisdicional. Com a instituição do processo eletrônico, passa a ser possível, por exemplo, o acesso às peças processuais, o peticionamento eletrônico “diariamente, durante 24 horas e em qualquer lugar do mundo” (Gonçalves, 2014, p.1).

A pluralidade de sistemas utilizados a nível estadual e federal bem como entre as várias justiças passou a representar uma dificuldade. Como apontado no portal da ANADEP<sup>20</sup>, se cada um dos cerca de 90 tribunais, entre estaduais, federais, 30 eleitorais e do trabalho existentes no Brasil desenvolver um sistema próprio, operadoras/es da justiça que atuem em mais de um âmbito ou mais de um estado deverão aprender a manusear múltiplos sistemas. Este foi um dos argumentos a favor da unificação dos sistemas naquilo que viria a ser o Processo Judicial Eletrônico<sup>21</sup>.

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é o sistema implementado para o acesso aos processos eletrônicos. A instituição do PJe foi feita pelo CNJ no ano de 2013<sup>22</sup>, com implementação iniciada em 2015 e com um “cronograma gradual de instalação e de determinação de uso obrigatório” (Brasil, 2017, p.118). Como

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=16560>

<sup>21</sup> Buscando solucionar a multiplicidade de sistemas processuais operantes, já que estes podem diferir de tribunal para tribunal, o CNJ em parceria com a OAB desenvolveram uma ferramenta para concentrar os processos em um único local. Lançado em 2015, o Escritório Digital é um software que integra os diferentes sistemas processuais dos tribunais brasileiros, reúne os processos do PJe e permite o acesso às audiências virtuais gravadas. A plataforma é acessível por advogadas/os através de um cadastro feito por meio de CPF e email. A proposta é facilitar o acesso às informações, reunindo em um só lugar os dados de processos e possibilitando consultar o andamento de processos, enviar petições, ajuizar nova demanda, receber intimações, controlar prazos e compartilhar processos. Para que o tribunal possa aderir ao sistema, são necessários alguns requisitos mínimos, bem como a integração entre os sistemas pode gerar “muita demanda para a equipe de desenvolvimento de soluções dos tribunais”, como aponta a página oficial do sistema. Outro desafio diz respeito à infra-estrutura necessária para o funcionamento do processo eletrônico, que vai desde computadores até o próprio acesso à internet. Apesar de investimentos institucionais nesse sentido, “a deficiente infraestrutura dessa ferramenta, como por exemplo, a dificuldade de conexão acarreta prejuízos ao peticionamento online dos advogados” (Gonçalves, 2014, p.2). Disponível em: <https://www.escriitoriodigital.jus.br/escriitoriodigital/login.faces>

No caso dos procedimentos judiciais por videoconferência, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução 105/2010, que “dispõe sobre a documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência”. Posteriormente, em 2015, lançou o Sistema Nacional de Videoconferência. A ferramenta disponibiliza um canal de áudio e vídeo acessível por qualquer computador conectado à internet, que, como consta em seu portal, visa facilitar o trabalho nas varas e tribunais, desde a realização de reuniões de trabalho até a realização de audiências. Para sua utilização, é necessário um cadastro no sistema, incluindo dados como nome completo, CPF, a unidade onde atua e o cargo exercido. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/166>, <https://www.cnj.jus.br/cnj-lanca-sistema-de-videoconferencia-para-agilizar-trabalho-da-justica/>, <https://www.cnj.jus.br/videoconferencia-facilita-trabalho-de-magistrados-e-servidores/>

<sup>22</sup> O PJe foi instituído pela Resolução CNJ n.º 185 de 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1933>

consta no portal da Justiça Federal da 3ª Região<sup>23</sup>, a implementação do PJe é considerada uma forma de “racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário”, como “instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional”, como forma de “evitar o desperdício de recursos no desenvolvimento”, como “adequação do funcionamento do Poder Judiciário aos princípios da proteção ambiental” e como forma de conferir “uniformidade” ao Poder Judiciário.

As vantagens listadas incluem a diminuição dos riscos de danos e extravios, evitando o deslocamento das partes para o protocolo de suas petições e documentos, a dispensa o uso de papel, a possibilidade do acompanhamento do processo e a prática de atos processuais de forma eletrônica, a agilidade da remessa dos processos para o segundo grau, a economia de custos sobre o porte de remessa e retorno, que são cobradas somente sobre processos físicos, a eliminação de tarefas burocráticas como juntadas de petições e autuações de autos processuais, a liberação de espaço físico e a obtenção mais rápida de informações e certidões (BRASIL, 2017, p.118). O sistema permite “a redução no tempo de tramitação dos processos”, o que possibilita o deslocamento dos “recursos de tarefas burocráticas para a análise das provas e alegações das partes” e o deslocamento de “valores financeiros e de pessoal” para a “finalidade do Judiciário”, que é a resolução de conflitos (Ibidem).

Dessa forma, passam a ser controlados eletronicamente a tramitação do processo, a produção, registro e publicidade dos atos processuais e o fornecimento de dados a órgãos de supervisão do sistema judiciário. O registro, visualização, tramitação e controle dos atos processuais passam a ser assinados digitalmente, contendo elementos que permitam identificar o usuário responsável pela sua prática. Ainda, no novo sistema é possível anexar mídias e documentos, de forma a disponibilizá-los simultaneamente para as partes.

Um dos documentos que passa a ser anexado é a gravação da audiência. Como consta no portal da Justiça Federal de São Paulo<sup>24</sup>, o sistema de gravação de audiências em audiovisual está disponível nas 84 varas federais criminais da 3ª Região<sup>25</sup>, “agilizando os depoimentos e modernizando os procedimentos nas varas”. O sistema possibilita o registro completo da audiência, “mostrando inclusive as reações emocionais de quem foi interrogado”, entre “nervosismo ou tranquilidade, coerência ou contradição”. Gravada em CD ou DVD, pode ser disponibilizada para as partes, assim como arquivada e disponibilizada no processo eletrônico, possibilita também “juízes assistirem novamente ao ocorrido na audiência”.

O debate sobre o uso da imagem como meio de registro é antigo na Antropologia. Já em *Balinese Character* de 1942, Margareth Mead e Gregory Bateson propunham, ao invés das palavras, o uso de fotografias para retratar e preservar

<sup>23</sup>Disponível em: <https://www.trf3.jus.br/pje/>

<sup>24</sup>Disponível em: <http://www.jfsp.jus.br/comunicacao-publica/indice-noticias/noticias-2009/02122009-gravacao-em-audiovisual-agiliza-audiencias/>

<sup>25</sup>A Terceira Região envolve as Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, incluindo o fórum federal de Guarulhos.

pedaços de comportamentos como forma de evitar uma construção artificial da cena por uma pessoa. Em *Visual Anthropology is a Discipline of Words* (1975), autora propunha ainda que posicionar a câmera em um único lugar, gravando tudo que se passa em sua frente, seria uma forma de combater a seletividade e não-objetividade de que eram acusados os registros de imagens. Não mirar, focar ou mesmo mostrar a câmera a tornaria parte do ambiente (Mead, 1975, p.9, tradução minha), o que possibilitaria capturar um material coletado sem intervenção.

Essa visão, contudo, é posteriormente questionada por autoras como Donna Haraway. Em *Saberes Localizados* (1995), Donna Haraway mostra que “não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos” (Ibid, p. 22). Os olhos, tanto os tecnológicos quanto os orgânicos, são “sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida” (Ibidem). Uma ótica, segundo a autora, “é uma política de posicionamentos” (Ibid, p. 27), não havendo visão imediata. Seguindo os ensinamentos de Haraway, pensar visão e objetividade é, assim, questionar a visão como passiva e compreender que aquilo que se vê, a forma como se vê são saberes socialmente construídos. Tampouco os instrumentos de visualização estão isentos. Enquadrar na câmera as mãos sem algemas das/os réis/reus, seu o rosto e dorso e não seu entorno - ainda que as sombras em suas costas traíam esse limite - são a visualização da não neutralidade. Esses enquadramentos deixam de ser somente feitos pela câmera, mas, como propõe Judith Butler (2015), por aparatos jurídicos, normativos, políticos, sociais, econômicos, que “efetivamente, decidem quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão” (Ibid, p.28).

Se a utilização de sistemas de processo eletrônico pode ser entendida como contribuição para o acesso à justiça, ao devido processo legal, ao princípio do contraditório e da ampla defesa e ao princípio da economia processual (Marques e Pereira, 2016), seu funcionamento não acontece sem controvérsias. Em conversa com um promotor, ele comentou que documentos como a perícia policial frequentemente eram apresentados em formato Blu-ray, mas no Ministério Público Federal eles não tinham o aparelho apropriado para ler o arquivo nesse formato, dificultando o acesso ao material. Também, como apontado em matéria de 2009 da publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau de São Paulo “Justiça em Revista”<sup>26</sup>, há ainda resistência por parte de algumas pessoas da magistratura, já que a anexação das gravações aos autos passa a ser em forma de mídia e não mais transcrição. Assim, “para consulta posterior, o juiz terá de “assistir” ao depoimento no computador ao invés de consultá-lo no papel”, o que pode significar dificuldade de analisar os dados coletados na audiência, “principalmente na localização de trechos específicos em audiências mais longas e complexas”.

Controvérsias na implementação do sistema, com impacto direto no trabalho cotidiano do fórum, resultou por vezes na preferência pelo sistema “antigo”,

<sup>26</sup>Disponível em: <http://www.jfsp.jus.br/documentos/administrativo/NUCS/revista/2009/JR0011.pdf>

como mostra o seguinte trecho de uma movimentação processual:

“Consigno que este Juízo vinha aplicando, inclusive nos processos criminais com réus presos, as normas da Resolução PRES n. 142/2017, que tratam da virtualização dos autos no momento da remessa ao Tribunal para julgamento de recursos. Ocorre que tal procedimento, quando adotado, gerou significativo atraso no andamento processual, uma vez que, recorrentemente, a digitalização realizada pelas partes apresenta falhas (na maioria das vezes folhas faltantes ou a ausência dos arquivos de mídia gravados nas audiências). Desse modo, há necessidade de conferência não apenas pela parte contrária, mas, também, pela serventia, com a forçosa reabertura de vista para correções e conseqüente prejuízo à celeridade devida (considerando que a apelante se encontra segregada, aguardando o julgamento de seu recurso). Desse modo, caso as partes, iniciando-se pela apelante, não manifestem interesse em promover a virtualização, no momento oportuno, remetam-se os autos fisicamente ao Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, nos termos da Resolução PRES 312, de 13 de novembro de 2019.”

[Trecho de Autos com Conclusão do Juiz para Despacho/Decisão]

Como mostra James Ferguson (2006), discursos de “desenvolvimento” tendem a ver a provisão de “serviços” como seu propósito. Contudo, mostra também que tais “serviços do governo” não servem somente para servir, mas sim para governar. Nesse contexto, as “falhas” nos projetos de “desenvolvimento” devem ser analisadas não enquanto meros erros, desvios, confusões, mas enquanto parte constitutiva desses projetos, também produzindo resultados.

Veena Das e Debora Poole (2008) apontam ainda que o Estado está em constante experimentação e desconstrução, que acontecem mediante a ilegitimidade de suas próprias práticas, documentos e palavras. Nesse sentido, propõem considerar a idéia de “exceção” para além de “um evento que pode ser confinado a classes particulares de espaços ou períodos no tempo, ou uma condição que se opõe de alguma maneira às formas normais do poder estatal” (Idem, p.27, em tradução livre). A exceção, assim, longe de estar fora do estado, flui “em seu interior e através de seu corpo” (Idem, p.29).

Analisar os processos de virtualização da justiça tendo em vista estas definições de “falhas” e “exceções”<sup>27</sup>, concebendo-as enquanto parte constitutiva de qualquer fazer do estado, nos permite questionar as próprias noções de eficiência, agilidade e uniformidade. O atual contexto de pandemia não só trouxe novos elementos para desenvolver estas análises, mas reavivou questões que já vinham sendo debatidas, como buscarei desenvolver brevemente a seguir.

<sup>27</sup>Devem ser ainda consideradas como elemento para análises mais aprofundadas no âmbito da virtualização dos processos judiciais as políticas de gestão, segurança e armazenamento de dados adotadas, especialmente tendo em vista o papel de empresas privadas neste âmbito. Apesar de não ser o enfoque do atual artigo, vale recordar aqui sobre o recente “apagão de dados” da Plataforma Lattes, que colocou em pauta debates sobre gestão de informações. Mais informações sobre o ocorrido no caso da Plataforma Lattes podem ser acessadas em portais como: <https://jornal.usp.br/noticias/apagao-digital-do-cnpq-foi-problema-tecnico-diz-agencia/>

## A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS E ALGUNS IMPACTOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO

O processo referente à audiência descrita no início deste texto é físico, o que significa que todos os documentos que o compõem são feitos de papel, com assinaturas e carimbos de tinta, são transportados em envelopes e armazenados nas imensas pilhas de autos que habitam os fóruns. É, contudo, possível acessar dados e andamento do processo através do portal da Justiça Federal<sup>28</sup>. Processos judiciais que não se encontram sob sigilo de justiça<sup>29</sup> podem ser acessados por qualquer pessoa através dos portais da Justiça referentes à área e ao estado brasileiro onde o processo se encontra em trâmite. Inserindo informações como o número do processo ou nome da parte, é possível acessar informações como as partes do processo, a listagem de petições feitas e as movimentações processuais.

Da última vez que acessei o processo em dezembro de 2020, contudo, o processo já tinha passado a tramitar através do sistema do Processo Judicial Eletrônico, tendo seus autos digitalizados e incluídos no sistema. Essa transformação ocorreu com todos os processos que acompanhei no mestrado durante o ano de 2020, após decretada quarentena. Dessa forma, era possível acessar e tramitar os processos de maneira remota, sem a necessidade de ir presencialmente ao fórum.

O CNJ aprovou algumas normativas para guiar o funcionamento do Judiciário durante o contexto de pandemia de forma a garantir, como consta no portal<sup>30</sup>, a “eficiência do Poder Judiciário com fomento à modernização e ampliação da prestação jurisdicional enquanto se mantém os direitos e garantias processuais”. A Resolução 313/2020<sup>31</sup> estabelece regime de plantão extraordinário para uniformizar as práticas judiciárias no contexto de pandemia e garantir o acesso à justiça nesse período. O plantão suspende o trabalho presencial, mas mantém o funcionamento em expediente idêntico àquele regular. Os serviços ficam assim prioritariamente remotos, cabendo a cada unidade manter os canais de atendimento à distância.

Dessa forma, a tramitação dos processos é feita pelas/os funcionárias/os do fórum de maneira remota, podendo utilizar plataformas oferecidas pelo CNJ<sup>32</sup>,

<sup>28</sup>Disponível em: <http://www.jfsp.jus.br/>

<sup>29</sup>Como prevê a Constituição, ainda que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário sejam públicos, a lei poderá restringir a publicidade dos atos processuais para preservar a intimidade dos interessados e se esse sigilo não prejudicar o interesse público à informação. O Código de Processo Penal tem ainda que cabe restringir a publicidade de audiências, sessões ou atos processuais se a sua publicidade “puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem”.

<sup>30</sup>Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-regula-videoconferencia-na-area-penal-com-veto-em-audiencia-de-custodia/>

<sup>31</sup>Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3249>

<sup>32</sup>Mesmo com a necessidade de isolamento social imposta pela pandemia e a consequente restrição de locomoção, permanece, como consta na página do CNJ, “a necessidade da prática de atos processuais que implicam interação entre magistrados e demais atores do Sistema de Justiça”. Com o intuito de “propiciar mais uma opção aos tribunais e magistrados brasileiros”, o CNJ implementou a Plataforma Emergencial de Videoconferência para Atos Processuais através da Portaria 61/2020. O projeto é fruto de Acordo de Cooperação Técnica com a Cisco Brasil Ltda, constando no portal do CNJ a ausência de qualquer custos ou compromissos financeiros por parte do CNJ e a duração do projeto pelo período da pandemia. De acordo com a Portaria, outras soluções



e as audiências passam a ser feitas não só com a/o ré/u à distância, mas agora com todas as pessoas que a compõem atuando remotamente. Órgãos que atuam com atendimento ao público, como as Defensorias Públicas<sup>33</sup>, dão continuidade aos atendimentos por meio de canais virtuais.

Para serem atendidas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por exemplo, é necessário que, primeiramente, as pessoas realizem um agendamento através de um assistente virtual, que lhes fornece uma data de agendamento do atendimento. O atendimento é feito através de mensagens escritas e, no caso de encaminhamento, pode haver contato direto com um/a defensor/a público/a por chamada telefônica (Duarte; Belintani; Balbuglio, 2020). Resulta que, especialmente no contexto pandêmico, o acesso à internet impacta diretamente no acesso à justiça. Vale aqui ressaltar que, já em 2007, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade<sup>34</sup> expressando preocupação com a falta de acesso à internet em municípios brasileiros, alertando também para a distribuição desigual na posse de computadores e no acesso à internet nas diversas classes sociais no Brasil. São assim renovadas as desigualdades no acesso à justiça.

Além de versar sobre os meios através dos quais deve seguir o funcionamento dos órgãos judiciais em contexto de isolamento social, o CNJ emitiu também recomendações sobre a atuação do Judiciário. Na Resolução 62/2020<sup>35</sup>, recomenda a aplicação preferencial de medidas socioeducativas em meio aberto e a revisão de decisões que determinam a internação provisória e a prisão provisória. Recomenda ainda a concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto e a concessão de prisão domiciliar. Excluem da aplicação dessas medidas, contudo, pessoas condenadas por crimes de organização criminosa, lavagem

---

tecnológicas podem também ser usadas, “desde que alcancem o mesmo objetivo”. Na Plataforma Emergencial é disponibilizado um Manual para Partes e Testemunhas sobre o Uso da Videoconferência, mostrando o passo-a-passo para o acesso às videoconferências, realizadas por meio da plataforma Cisco WebEx Meetings. São necessárias informações como nome e email para o cadastro na plataforma, que é acessível pelo navegador de internet ou pelo aplicativo através de qualquer dispositivo que se conecte à internet (computador, tablet ou smartphone). De acordo com o manual de uso interno#, a plataforma permite ainda que o/a supervisor/a da unidade judiciária escolha como a videoconferência se efetivará, se haverá, por exemplo, uma senha de acesso, ou mesmo se haverá chat. Consta ainda que as audiências ou sessões que não sejam marcadas como sigilosas podem ser visualizadas por qualquer usuário com acesso ao sistema. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3266>

<sup>33</sup>A Defensoria Pública da União alterou seu funcionamento em 13 de março, acabando por suspender. Nesse período as unidades passam a funcionar por plantão telefônico e com atendimentos a demandas em que há risco à vida, à liberdade, prazo em curso ou outras em que possa ocorrer perecimento de direito. Em São Paulo, a Defensoria Pública do Estado lançou mais recentemente o assistente virtual “DEFI”, “um sistema de conversa online (chat) com respostas automatizadas de um robô que funciona por inteligência artificial, criado para receber informações básicas dos usuários da Defensoria (ex.: nome, CPF e renda familiar), compreender a demanda e encaminhar à unidade competente para atendimento” de forma a “agilizar e garantir um atendimento cada vez mais célere e dinâmico à população, diminuindo também a necessidade de deslocamentos físicos a prédios da Defensoria”. Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-s-lideshow/55920-covid-19-unidades-podem-restringir-atendimentos-a-casos-urgentes>, <https://www.dpu.def.br/dpucontraocoronavirus/atendimento-ao-publico> e <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaConsulta.aspx?idItem=90706&idPagina=1>

<sup>34</sup>A ADI 3880/2007 foi apresentada perante o Supremo Tribunal Federal, contestando a Lei 11.419/06, que regulamenta a informatização do processo judicial. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=69509>

<sup>35</sup>Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246>

ou ocultação de bens, crimes contra a administração pública, bem como pessoas condenadas por crimes de violência doméstica “contra a mulher” e crimes hediondos, onde se encaixa, por exemplo, tráfico de drogas.

A Recomendação ainda suspende temporariamente o dever de apresentação em juízo das pessoas em cumprimento de pena, em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo. Suspende também a realização de audiências de custódia<sup>36</sup>, recomendando que o controle da prisão seja feito por meio da análise do auto de prisão em flagrante e que o exame de corpo e delito seja realizado na data da prisão por profissionais de saúde no local onde a pessoa presa estiver, a ser complementado com registros fotográficos, mantendo o prazo de até 24 horas. Deve ser resguardada a possibilidade de entrevista prévia reservada entre defesa e pessoa custodiada.

Em julho de 2020, durante a 35a Sessão Virtual Extraordinária<sup>37</sup>, o CNJ aprovou critérios para a realização de audiências e atos processuais por videoconferência durante a pandemia de Covid-19<sup>38</sup>. A Sessão reforçou que o mecanismo de videoconferência não se aplica às audiências de custódia, em consonância com o Código de Processo Penal e a Recomendação 62 do CNJ. O ministro e presidente do CNJ Dias Toffoli apontou que “audiência de custódia por videoconferência não é audiência de custódia e não se equipara ao padrão de apresentação imediata de um preso a um juiz em momento consecutivo a sua prisão”.

O contexto da pandemia reacendeu a antiga discussão acerca da realização de audiências de custódia por videoconferência. A ANADEP, em nota pública<sup>39</sup> datada de junho de 2020, se manifestou contra a realização de audiências de custódia e sessões de plenário do júri por videoconferência. Na nota defendem que esse formato tem efeitos negativos para o direito de defesa e a proteção da integridade física de pessoas presas, assim como prejudicam o contato com a defesa técnica, já que não há garantia que a entrevista será reservada. A posição está em consonância com o posicionamento adotado pela instituição em 2016<sup>40</sup>, quando já alertava para os perigos de permitir a realização de audiência de custódia via videoconferência. Apontavam que “a presença física do preso impede, por

<sup>36</sup>As audiências de custódia são atos processuais em que a pessoa acusada por um crime que foi presa em flagrante tem o direito de ser ouvida por um/a juiz/a até 24h após o momento de sua prisão. A/o juiz deve analisar a legalidade da prisão, eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, a necessidade e a adequação da continuidade da prisão. Nas audiências de custódia é possível determinar a concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. Assim como consta no portal do Conselho Nacional de Justiça, as audiências de custódia consistem na rápida apresentação da/o acusada/o a um/a juiz/a, com manifestações do Ministério Público e da defesa, que pode ser a Defensoria Pública ou a/o advogada/o. Apesar de as audiências de custódia estarem previstas em pactos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário desde 1992, elas foram implementadas no País em 2015 a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/audiencia-de-custodia/>

<sup>37</sup>Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-regula-videoconferencia-na-area-penal-com-veto-em-audiencia-de-custodia/>

<sup>38</sup>A Resolução 329, de 30/07/2020, regulamenta e estabelece critérios para a realização de audiências e outros atos processuais por videoconferência, em processos penais e de execução penal, durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Federal nº 06/2020, em razão da pandemia mundial por Covid-19. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3400>

<sup>39</sup>Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=44790>

<sup>40</sup>Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=31281>

exemplo, que ele seja coagido a não fazer uma denúncia”, assim como o encontro ao vivo com o/a defensor/a permite que ele/a verifique indícios de violência.

Natália Brandão, que se debruça sobre a análise das audiências de custódia no Rio de Janeiro, mostra como “durante a pandemia de Covid-19, as pessoas presas em flagrante continuam sendo encaminhadas para a Cadeia Pública José Frederico Marques, mas as audiências não mais acontecem, seja presencial ou virtualmente” (2020, p.5). A prisão é avaliada a partir da análise do Auto de Prisão em Flagrante (APF), apesar de, como aponta a autora, alguns advogados criminalistas que atuam nas audiências de custódia relatarem não terem acesso a esses documentos. Isso impede que desenvolvam defesas baseadas nos fatos que desencadearam o flagrante, elaborando “um “pedido genérico de liberdade”, junto ao qual anexam alguns documentos do cliente, como o comprovante de residência e a carteira de trabalho” (Ibidem). Sem audiência de custódia, ainda, só é possível verificar a ocorrência de agressão ou tortura da pessoa presa na hora do flagrante por meio do exame de corpo e delito, que apesar de dever constar no APF nem sempre são acessíveis pelos advogados. Como relata a autora, contudo, a forma como o exame é feito é questionada, já que muitas vezes é elaborado “na presença do policial responsável pela agressão, o que acaba coagindo a pessoa que foi agredida” (Ibidem).

Em São Paulo, Giane Silvestre, Maria Gorete Marques de Jesus e Ana Luiza Villela de Viana Bandeira mostram como “a interrupção das audiências de custódia parece ter sido rapidamente acolhida pelos juízes e demais operadores” (2020, p.2). Como apontam as autoras, essa “veloz aderência à velha prática de avaliação de gabinete (agora em trabalho remoto) sugere que a suspensão dessas audiências não causou grandes preocupações” (Ibidem), indicando que “a prioridade é manter o fluxo do processo e afastar nulidades futuras” (Ibidem). As autoras mostram que, ainda que relatos sobre violência policial no momento do flagrante sejam raros, o contato direto da pessoa presa com o juiz os obriga a olharem para a pessoa em custódia e “se está machucada, em certa medida isso constrange o magistrado a dizer algo sobre aquele quadro” (Ibid, p.3). Com a suspensão das audiências, não é possível avaliar se a violência policial aumentou ou não. Sem o contato direto da pessoa presa com a defesa, torna-se mais difícil também identificar casos de dificuldades familiares e possíveis vulnerabilidades, o que, de acordo com os defensores, não só fazia diferença em alguns casos como também faz falta no atual contexto. Outro aspecto apontado é a atuação do Ministério Público, que passou a incluir em suas manifestações um agravante decorrente de praticar crimes em contexto de calamidade, mobilizando “o contexto da pandemia não para seguir a recomendação de expor menos pessoas ao regime fechado para diminuir a propagação do vírus, mas como argumento agravante para a manutenção da prisão” (Ibid, p.5). A porcentagem de conversão de prisão em flagrante em preventiva, apontam as autoras, tem sido mantida.

Até o final de novembro de 2020, a realização de audiências de custódia

por videoconferência não era permitida<sup>41</sup>. Contudo, em Sessão Ordinária, o CNJ aprovou a Resolução 357<sup>42</sup>, que permite a realização de audiências de custódia por videoconferência “quando não for possível a realização, em 24 horas, de forma presencial”, enquanto durar a pandemia do novo coronavírus. A compreensão do relator da Resolução, ministro Luiz Fux, é que “a não realização das audiências de custódia durante esse período acarreta prejuízo muito maior a milhares de presos, consubstanciando retrocesso, com o retorno para a dinâmica processual que vigorava até 2015.” Nas pronúncias de órgãos favoráveis à medida tais como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), argumentaram que “além de proporcionar maior agilidade para o andamento dos processos, a realização de audiência de custódia por videoconferência favorece a saúde dos detentos e dos magistrados”.

Como mostram Miriam Duarte, Raissa Belintani e Viviane Balbuglio (2020), o contexto da pandemia potencializou os processos de “virtualização da justiça”. Os efeitos dessa virtualização, contudo, podem ser permanentes. As autoras apontam como a atual situação atualizou as desigualdades dentro do sistema de justiça, colocando em cheque o acesso à justiça de pessoas que não sabem ler, que não tem acesso à internet, que não tem aparelho celular ou computador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A virtualização dos processos judiciais transforma substancialmente o ofício de feitura desses processos. Se no Código de Processo Penal documentos são definidos como “quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares”, com o processo eletrônico a própria noção de documento é transformada. As inúmeras caixas cheias de papéis empilhadas nas secretarias das varas dos fóruns dão lugar às gravações em arquivos audiovisuais, aos documentos escaneados em imagens e PDFs, às assinaturas e certificações digitais.

A virtualização dos processos, contudo, não diz respeito somente à informatização dos autos e trâmites processuais ou à remotização de eventos judiciais. Antes, é composta também pelo uso de diversas ferramentas ao longo do processo judicial. A possibilidade de utilização do Google Tradutor no lugar de um/a intérprete<sup>43</sup>, de intimar as partes do processo via Whatsapp ao invés de

<sup>41</sup> Ainda assim, reportagem de 2016 publiciza a realização na Comarca de Dourados (MS) de audiências de custódia por videoconferência. De acordo com o texto, a medida foi necessária por estar o indiciado preso em unidade prisional a 20km do fórum. Foi também mencionado o fato de ter sido encontrado em seu poder substâncias entorpecentes durante revista de sua cela. O juiz explicou que a audiência por videoconferência “fica mais fácil e rápido (...) além da segurança das partes e economia”. Consta ainda no texto que a sala onde se realiza a audiência é reservada, sem o acesso de policiais, e que “o preso teve entrevista prévia e reservada com o defensor público por meio de videoconferência”. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/comarca-de-dourados-faz-1-audiencia-de-custodia-por-videoconferencia/>

<sup>42</sup> Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3595>

<sup>43</sup> Em 2016, a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) confirmou a legalidade da utilização da ferramenta Google Tradutor para traduzir sentença a um réu estrangeiro. A decisão da corregedoria considerou o uso do Google Tradutor como uma boa prática processual, uma medida idônea, célere e com resultados satisfatórios. Ponderou também as dificuldades que

um/a oficial de justiça<sup>44</sup> ou de realizar entrevistas entre defensoras/es e réis/réus por vídeo<sup>45</sup> fazem parte de um processo amplo de virtualização de processos de Estado, justificados a partir de ideais de celeridade e eficiência. A tarefa de “apenas preencher papel” (Ferreira, 2013) dá lugar a novas formas de documentação, de acesso e de vigilância<sup>46</sup>.

Se o emprego de máquinas vem acompanhado da justificativa de uma diminuição da discricionariedade, de uma menor exposição à violência de agentes estatais, de uma menor taxa de erro, de uma maior neutralidade e eficiência. O que vemos na prática é uma renovação desses fatores.

Um exemplo é o movimento de substituição da chamada revista vexatória pelas revistas por scanners corporais no processo de entrada e saída de visitantes de unidades prisionais. O processo vexatório de desnudamento e inspeção da genitália de visitantes de unidades prisionais e de pessoas em privação de liberdade foi, a partir de extenso trabalho de movimentos sociais e da sociedade civil organizada<sup>47</sup>, compreendido como uma prática violadora por órgãos estatais. Em substituição à prática, uma recomendação emitida pelo Conselho Nacional de

---

a 3ª Região encontrava para traduzir processos criminais: “Assim sendo, não se torna necessário aguardar, como tem ocorrido atualmente nas diversas varas federais com competência penal, o lapso de tempo de às vezes diversos meses até a obtenção de tradutor intérprete pelas vias mais convencionais” (Expediente Administrativo nº 2011.01.0218 COGE). Disponível em: <http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/339362>

<sup>44</sup>Na edição de 2015 do XII Prêmio Innovare de melhores práticas de 2015, foi indicada para a categoria “Juiz” a prática de intimação eletrônica via whatsapp. A prática consiste na opção de intimação dos atos processuais serem feitos através do Whatsapp, possibilitada por uma Portaria Conjunta entre o Judiciário e a OAB local, de Goiás. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=25341>

<sup>45</sup>O Concurso de Práticas Exitosas do IX Congresso Nacional dos Defensores Públicos de 2010 premiou com Menção Honrosa Defensores Públicos do Estado de São Paulo pela implementação de entrevistas com o réu por videoconferência. A DPE SP estabeleceu entrevistas sigilosas, por videoconferência, entre defensores públicos e réus com processos em trâmite em uma vara criminal da capital e que estivessem em unidade prisional equipada com a aparelhagem necessária para a realização de videoconferências. Conforme consta no portal de práticas exitosas da ANADEP, em pouco mais de um ano foi possível entrevistar 63 réus de 27 processos, o que possibilitou obter informações sobre seus processos e indicar provas a serem produzidas. Para a realização da entrevista, o/a defensor/a solicita ao setor de videoconferência do Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães, por telefone e email, a disponibilização da sala e do sistema de videoconferência para utilização em data e horário específicos. O setor do Fórum, então, solicita ao estabelecimento penitenciário a condução da pessoa presa à sala de videoconferência existente no presídio. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=10006> e [https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/pratica\\_exitosa?id=10347](https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/pratica_exitosa?id=10347)

<sup>46</sup>O Tribunal de Justiça do Amazonas, que implementou as audiências por videoconferências em 2019, estuda a utilização de um software de reconhecimento facial através de projeto P&D. Para a implementação do projeto, o diretor da Divisão de Tecnologia do TJAM aponta a necessidade de cadastrar a população carcerária para a formação do banco de imagens. Para tal, o Poder Judiciário Estadual implantou em algumas unidades judiciais no ano de 2019 o sistema de biometria para o controle de apenados, substituindo o controle manual e cadastrando dados como nome, filiação, regime, endereço, idade, período de apresentação e previsão de término, bem como as digitais da pessoa em cumprimento de pena. Nesse caso, quando do comparecimento às instituições judiciais, a pessoa registrará sua digital para receber o comprovante de comparecimento. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/videoconferencia-passa-a-ser-usada-em-audiencias-de-reus-presos/>

<sup>47</sup>Organizações da sociedade civil produziram inúmeros documentos sobre as violações envolvidas nas práticas da revista vexatória, como pode ser visto em: <https://redejusticacriminal.org/wp-content/uploads/2016/08/Revista-Vexat%C3%B3ria-Pesquisa-analise-e-entrevista-sobre-o-tema.pdf>. Para uma análise mais detalhada das movimentações em torno da revista vexatória, ver Silva, 2021.

Política Criminal e Penitenciária em 2014<sup>48</sup> implementou aparelhos como “equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raio-x, scanner corporal, dentre outras tecnologias e equipamentos de segurança capazes de identificar armas, explosivos, drogas ou outros objetos ilícitos” para a realização de revistas, que seriam feitas de forma manual em casos excepcionais.

Mariana Lins de Carli Silva mostra como, apesar de os relatos de visitantes serem uníssonos em afirmar que os procedimentos se tornaram menos humilhantes (2021, p.106), o emprego do scanner corporal não só não exclui a revista íntima, mas tampouco exclui situações de discricionariedade nas quais agentes estatais ainda têm margem para “cismar com a cara” de visitantes de unidades prisionais, implicando na aplicação de procedimentos diferenciados<sup>49</sup>. A operação dos scanners e a interpretação das imagens geradas impacta por exemplo no cuidado por parte das/os visitantes na ingestão de alimentos e remédios para que possíveis imagens de gases, fezes ou de comprimidos no corpo não sejam interpretadas como elementos suspeitos, que poderiam embasar uma revista íntima e uma ida à unidade hospitalar para inspeção, bem como poderia resultar no atraso ou mesmo na perda do dia da visita.

A “capa de neutralidade técnica” da qual fala Adriana Vianna (2014, p.55) é vista não só nos discursos especializados mas também nas operações dos trâmites burocráticos do processo. Trazendo o questionamento de Bourdieu à retórica da impessoalidade e neutralidade das decisões judiciais, a autora mostra que deixar registrado ou silenciar elementos ao longo do processo judicial são escolhas daquelas/es que o operam. Essas escolhas aparecem não somente no decorrer da escrita dos autos, mas também na sua tramitação. Se o emprego de aparatos tecnológicos se justifica como recurso de eficiência e neutralidade, evitando extravios, disponibilizando os documentos para todas as partes ao mesmo tempo, possibilitando o acesso ao processo de qualquer lugar e a qualquer hora, cabe observar de quais formas a prática desestabiliza essas propostas.

As reflexões aqui levantadas não têm o intuito de demonizar o uso de elementos tecnológicos nos processos de Estado, tampouco contribuir para uma dicotomização entre humano e máquina, neutro e não neutro ou eficiente e ineficiente. Ao invés disso, a proposta aqui é apontar questões que surgem com a operação dessas tecnologias nas práticas estatais, considerando que a constante atualização de novas tecnologias mostra que os mecanismos de atuação estatais estão em permanente modificação, produzindo renovadas contradições.

Um dos aspectos levantados quando se fala de eficiência no processo judicial é o tempo de tramitação dos processos, incluindo, por exemplo, o tempo para o julgamento. As altas taxas de prisões provisórias no Brasil são recorrente-

<sup>48</sup>Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução nº 05 de 28 de Agosto de 2014: Recomenda a não utilização de práticas vexatórias para o controle de ingresso aos locais de privação de liberdade e dá outras providências. Disponível em: [http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/cnppc/resolucoes/copy2\\_of\\_Resolu012019Sistematizaocomanexocompleta.pdf](http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/cnppc/resolucoes/copy2_of_Resolu012019Sistematizaocomanexocompleta.pdf)

<sup>49</sup>Casos acompanhados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo mostram que tais situações não são isoladas. Para mais informações, verificar: <https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=41687>

mente abordadas para chamar a atenção para um exercício sistemático de encarceramento massivo<sup>50</sup>, mesmo de pessoas que ainda não foram julgadas. Nesse ponto cabe questionar, tendo em mente a própria ideia de eficiência, se a adoção de um julgamento mais rápido vai impactar, por exemplo, no aumento das taxas de condenação, servindo assim para justificar as taxas de encarceramento. É nesse sentido que cabe questionar a adoção das tecnologias que, longe de questionarem fazeres estatais violadores, servem para perpetuá-los e aprofundá-los de formas diversas.

---

<sup>50</sup>De acordo com dados de 2020 disponibilizados pela plataforma do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), de um total de 667541 pessoas julgadas pela justiça estadual presas em celas físicas, 215225 prisões têm caráter provisório. No caso das prisões domiciliares, do número total de 139010, 19528 são provisórias. Nas prisões federais, em celas físicas, de 549, 62 são provisórias. Nos dados de 2021 do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do Conselho Nacional de Justiça, constam 914477 pessoas privadas de liberdade, entre pessoas presas e internadas, das quais 201343 estão em condição provisória. Disponíveis, respectivamente, em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen> e <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BATESON, Gregory; Mead, Margaret. *Balinese Character: A photographic analysis*. New York Academy of Sciences, Volume II, 1942.

BRANDÃO, Natália Barroso. As audiências de custódia na pandemia e a inquisitorialidade do processo penal. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020* – pp. 1-9

BRASIL, Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo. *A Memória da Justiça Federal em São Paulo*. São Paulo - Justiça Federal - Seção Judiciária de São Paulo, 2017.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, Rayssa Mayara. O Processo Eletrônico Realmente Veio Para Resolver o Andamento Dos Processos Judiciais? *Ambito Jurídico*, 2019. Disponível em: [https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/o-processo-eletronico-realmente-veio-para-resolver-o-andamento-dos-processos-judiciais/#\\_ftn1](https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/o-processo-eletronico-realmente-veio-para-resolver-o-andamento-dos-processos-judiciais/#_ftn1)

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

DAS, Veena e Poole, Deborah. "El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas." *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, 8, 2008, 1-39.

DAVIS, Angela. *Are Prisons Obsolete?* New York, Seven Stories Press, 2003.

DUARTE, Miriam; Belintani, Raissa; Balbuglio, Viviane. "E quem não tem internet?": Reflexões sobre audiências de custódia e acesso à justiça durante a pandemia. Covid nas Prisões. 2020. Disponível em: <https://www.covidnasprisoas.com/blog/e-quem-nao-tem-internet-reflexoes-sobre-audiencias-de-custodia-e>

FACUNDO, Angela. *Êxodos, refúgios e exílios: colombianos no Sul e Sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2017.

FERGUSON, James. (2006). "The anti-politics machine". In: SHARMA, Aradhana e GUPTA, Akhil. (eds.). *The anthropology of the state*. Oxford: Balckwell Publishing, pp. 270-286.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. "Apenas preencher papel": reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana: Estudos de Antropologia Social* v.19(1), p.39-68, 2013.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. Notas sobre a rotina: tempo, sofrimento e banalidade do poder na gestão de casos de pessoas desaparecidas no Rio de Janeiro. *ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA*, v. 47, p. 118-142, 2019.

GONÇALVES, Raissa da Rocha Cunha. Os obstáculos enfrentados pelo processo judicial eletrônico na Justiça brasileira. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4166, 27 nov. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/30778>

HARAWAY, Donna. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu*, 1995: pp. 07-41.



MMARQUES, Renata Polichuk.; PEREIRA, Stella Salles. O processo judicial eletrônico e as garantias constitucionais do processo. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, n. 15, jul/dez 2016. ISSN 2175-7119.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

MEAD, Margaret. 1975. "Visual Anthropology in a discipline of words". In: Hockings, Paul (ed.). Principles of visual anthropology. The Hague, Mouton Publishers, 1975, pp. 3-10.

NUÑEZ, Izabel Saenger. Aqui não é casa de vingança, é casa de Justiça!:moralidade, hierarquizações e desigualdades na administração de conflitos no tribunal do júri da comarca do Rio de Janeiro. Profº. Drº. Roberto Kant de Lima, orientador . Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018. 283p. Tese(Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Pós-graduação em Antropologia.

PADOVANI, Natália Corazza. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das "classes perigosas". Cadernos Pagu (51), 2017.

PERRUSO, Carlos Renato (org.) (2011). Guia De Serviço Da Perícia Criminal Federal: Uma Visão Panorâmica A Verdade E A Justiça Pela Ciência Forense. Departamento de Polícia Federal, Diretoria Técnico-Científica Instituto Nacional de Criminalística. Brasília. Disponível em: . Acesso em: 20 de mar. 2020.

SILVA, Mariana Lins de Carli. "Puxar cadeia junto": Significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de São Paulo, 2021.

SILVESTRE, Giane; Jesus, Maria Gorete Marques de; Bandeira, Ana Luiza Villela de Viana. Pandemia, prisão e violência: Os efeitos da suspensão das audiências de custódia na cidade de São Paulo. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020 – pp. 1-12

VIANNA, Adriana; Facundo, Ângela. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre "moradores de favelas" e "refugiados". Cienc. Cult., São Paulo, v. 67, n. 2, junho de 2015.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. "Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais". In: Castilho, S. R. R.; Souza e Lima, A. C. de; Teixeira, C. C. (orgs). Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj. 2014.



Carmen Janaina Machado<sup>1</sup>  
Renata Menasche<sup>2</sup>

**“FICHA VERMELHA NÚMERO SEIS”:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DE FATOS DITOS  
E PRODUZIDOS POR DOCUMENTOS NO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

**“RED TICKET NUMBER SIX”:  
AN ANALYSIS BASED ON THE FACTS SAID  
AND PRODUCED BY DOCUMENTS ON THE  
BOLSA FAMÍLIA PROGRAM**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

## RESUMO

No corredor, estão as pessoas, majoritariamente mulheres, sentadas com fichas vermelhas numeradas nas mãos. Na sala em frente, do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, as estagiárias. Uma delas, Maria, chama: "Ficha vermelha número seis". Entra uma mulher, cumprimenta a estagiária, senta-se na cadeira posicionada diante da mesa e diz ter vindo atualizar o cadastro do Bolsa Família. A mulher que se coloca diante da estagiária é uma agricultora assentada na região sul do Rio Grande do Sul, mas a cena é comum, nos vários cantos do Brasil. A atualização do cadastro é condição para seguir recebendo o benefício do Bolsa Família, programa de transferência direta de renda que atende a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A partir de pesquisa etnográfica, este trabalho problematiza o papel dos documentos, atentando para sua ação na vida das bolsistas do Programa Bolsa Família. A pesquisa foi conduzida junto a agentes executores do Programa em âmbito municipal e entre mulheres camponesas que vivem em assentamentos rurais no município de Canguçu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamento de reforma agrária. Estado. Moralidade. Mulheres. Política Pública.

---

## ABSTRACT

There are people waiting in the hallway, mostly women, sitting in their seats and holding a red numbered ticket in their hands. In the room opposite them, where the Single Registry for Social Programs (CadÚnico) is located, the interns work. One of them, Maria, calls out: "Red ticket number six". A woman enters the room, greets the intern and sits on the chair across the table, telling her that she has come to update her Bolsa Família record. The woman who sits in front of the intern is a rural worker, settled in the South of Rio Grande do Sul, but it would be an ordinary scene anywhere in Brazil. Updating their record is the condition to keep receiving the "Bolsa Família" benefit, which is a cash transfer program that provides financial aid to poor and extremely poor families. Through ethnographic research, this work discusses the role of the documents, reflecting on their action on the "Bolsa Família" beneficiaries' lives. The research was conducted with the local executor agents of the Program and with peasant women who live in rural settlements in Canguçu.

**KEYWORDS:** Land reform settlement. State. Morality. Women. Public policy.

## CADA PESSOA, UMA FICHA<sup>1</sup>

No corredor, estão as pessoas, majoritariamente mulheres, sentadas com fichas vermelhas numeradas nas mãos. Na sala em frente, do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, estão as estagiárias. Uma delas, Maria<sup>2</sup>, chama: “Ficha vermelha número seis”. Entra uma mulher, aparentando em torno de 50 anos, cumprimenta a estagiária, senta-se na cadeira posicionada diante da mesa e diz ter vindo atualizar o cadastro do Programa Bolsa Família (PBF). Maria a cumprimenta e pergunta: “Trouxe o cartão amarelo?”, referindo-se ao cartão de saque do PBF. A mulher afirma estar com o cartão, ao que Maria solicita: “Seus documentos e os de todos os membros da família, conta de luz e comprovante de renda”. Colocando todos os documentos sobre a mesa, a mulher relata portar seu documento de identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF), a certidão de nascimento dos dois filhos e o bloco de produtora rural<sup>3</sup>. Maria recebeu os documentos, abriu o sistema na internet e inseriu o número do cartão amarelo. Ao abrir o cadastro da mulher, Maria conferiu os dados dos membros da família que constavam no cadastro e excluiu o cônjuge, já que a agricultora informou estar separada. Maria devolveu os documentos, abriu a gaveta de sua mesa, retirou a calculadora e conferiu, no bloco de produtora, as notas de venda da produção de fumo correspondentes ao ano 2016. Somou as notas, abateu do total 35%<sup>4</sup>, dividiu o valor restante por doze meses e depois calculou o valor que corresponderia à renda mensal individual dos membros da casa. Maria informou que o valor tinha ultrapassado R\$ 170,00 por pessoa e que, assim, possivelmente ela seria desligada do PBF. A mulher, então, contou que as notas de venda do fumo constam em seu bloco, mas que ela tem parceria com mais duas irmãs, ou seja, o valor total da venda do fumo deveria ser dividido por três. Maria refez os cálculos e ainda assim o valor por membro da família ficou acima

<sup>1</sup> Este estudo tem origem nas discussões desenvolvidas na tese de doutoramento da primeira autora, intitulada “O Bolsa Família a partir das margens do Estado: um estudo sobre consumo, política pública e desenvolvimento rural”, defendida em 2019 e orientada pela segunda autora deste trabalho. Cabe mencionar que uma versão inicial deste artigo foi submetida à discussão na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul (Porto Alegre, 2019), no GT Dinâmicas rurales y estatalidades: entre la producción de políticas públicas, y la (re)configuración de territorios y modos de vida.

<sup>2</sup> Ao longo da pesquisa, observou-se certo desconforto entre interlocutoras ao relatar estratégias de consumo a partir do dinheiro recebido do Programa Bolsa Família ou fatos ocorridos junto a seus gestores. Foi-lhes, então, dito que as histórias relatadas iriam para o papel mediante sua autorização, sendo apresentada a possibilidade de manter seu anonimato, opção logo considerada por elas como sensata e desejável. Foi assim que optamos pelo uso de nomes fictícios tanto para as gestoras do Programa como para as agricultoras bolsistas do PBF e seus familiares. Ao discutir a implicação da adoção ou não do anonimato em textos antropológicos, Fonseca (2008) afirma que o anonimato não necessariamente é sinal de respeito ou de atitude ética, pois nem sempre esse é o desejo da comunidade estudada. Do mesmo modo, trazer os nomes verídicos não pode ser artifício para atribuir veracidade ao texto. Assim, é no sentido do respeito pelas interlocutoras e no intuito de preservá-las de possíveis constrangimentos que optamos aqui pelo anonimato.

<sup>3</sup> Aquilo que é, pela maioria das agricultoras e agricultores, denominado como bloco do/da produtor(a) rural é a Nota Fiscal do Produtor Rural (NFP), documento obrigatório para o/a agricultor(a) efetuar operações comerciais ou transporte de produtos e/ou animais. É esse também o instrumento que, para fins de aposentadoria rural, comprova atividade rural junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

<sup>4</sup> Esse percentual é descontado como sendo o valor gasto para produzir, colher e secar o fumo. A estimativa de 35% foi estabelecida a partir de entendimento entre coordenação do Programa Bolsa Família local e EMATER – a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural –, dado o contexto da agricultura familiar local.

de R\$ 170,00. A mulher disse, então, não receber pensão do marido e que os preços das coisas, referindo-se às despesas com alimentação, luz e gás, estavam bastante elevados e que o dinheiro do PBF era muito importante. Maria disse não poder fazer nada, justificando a provável exclusão como decorrente do funcionamento do sistema [cadastro CadÚnico]. A mulher guardou, então, o bloco de produtora. Maria imprimiu o resumo do cadastro e perguntou: “A senhora assina?”. A mulher afirmou que sim [em caso negativo, a alternativa seria o registro da impressão de digital], Maria levantou, foi até a impressora, retirou as duas cópias do resumo do cadastro e orientou a agricultora onde deveria assinar. A estagiária guardou uma cópia e entregou a outra à mulher, informando que o cadastro deveria ser atualizado no prazo de dois anos, mas que, caso houvesse no período qualquer alteração na renda ou no grupo familiar, ela deveria comparecer à Secretaria para antecipar essa atualização. A mulher agradeceu, colocou sua cópia na pasta onde estavam guardados os demais documentos e despediu-se. Maria chamou: “Ficha vermelha número sete” (Diário de campo, agosto de 2016).

A cena descrita, de um atendimento na sala do CadÚnico, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Canguçu, município situado no sul do Rio Grande do Sul, aponta vários elementos, como a rotina burocrática, a linguagem do Estado, o discurso da bolsista<sup>5</sup> do PBF para tentar viabilizar sua permanência no Programa.

## A PROPOSTA DESTE ARTIGO

No trabalho intitulado “De que serve um documento?”, Mariza Peirano (2006, p. 25) refere-se aos documentos como “papéis legais que infernizam, atormentam ou facilitam a vida do indivíduo na sociedade moderna”. Ao analisá-los em sua ocorrência rotineira e em eventos nos quais possuem centralidade, a autora destaca que os documentos tanto revelam como põem em ação entidades concebidas abstratamente, como Nação, Estado, cidadania e democracia.

Em estudo que toma documentos como campo de abordagem, Eva Muzopappa e Carla Villalta (2011) destacam que um documento não pode ser considerado somente como fonte da qual extraímos dados, mas deve ser construído como campo de investigação. Nessa perspectiva metodológica e teórica, as autoras en-

<sup>5</sup> Ao analisar, na América Latina, técnicas de governo, Lautier (2014) afirma que, em meados da primeira década do século XXI, as críticas às políticas ultrafocalizadas conduziram a uma mudança de “tática de governo dos pobres”, fazendo com que, no encaminhamento de políticas públicas, a “luta contra a pobreza” fosse substituída pela “luta contra a vulnerabilidade”. Para esse autor, adotar o termo vulnerabilidade implica em uma mudança de registro, em que “passa-se da compaixão vitimizadora (o pobre que recebe ajuda) à atenção paternal (o vulnerável que é ajudado a se ajudar e que é protegido enquanto continua frágil)” (LAUTIER, 2014, p. 168). Esse é, no Brasil, o contexto do emprego do termo “beneficiário”, categoria investida de carga normativa com implicações morais, utilizada pelo Estado e por pesquisadores, em referência a benefício concedido pelo Estado como dádiva e gratificação. Já Walquíria Rêgo e Alessandro Pinzani (2014), no prefácio à segunda edição do livro “Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania”, propõem a substituição do termo “beneficiária” por “bolsista” em função da carga simbólica negativa que o primeiro termo carrega. Segundo esses autores, qualquer pessoa que receba uma bolsa (de estudo, pesquisa, estágio) é denominada “bolsista” e não “beneficiária”, tendo em vista que a bolsa remunera uma atividade e não representa uma dádiva. É no quadro desse debate que optamos por utilizar o termo “bolsista” em referência às famílias integradas ao Programa Bolsa Família ou, eventualmente e no mesmo sentido, “participante”.

tendem que um documento “hace posible desarmar la idea del Estado, para poder apreciarlo, antes que como un ente monolítico con una direccionalidad única y lineal, como una arena de disputas en donde los diferentes actores sociales compiten por distintos tipos de recursos” (Muzzopappa & Villalta, 2011, p. 35-36). Dessa forma, coloca-se o desafio de analisar e ponderar os efeitos do discurso de um Estado hegemônico e singular, na medida em que “también nos habla de las formas en que se ha pensado al Estado, se han representado sus instituciones y construido tradiciones, así como transmitido formas de hacer el Estado” (Muzzopappa & Villalta, 2011, p. 38).

No contexto do Estado, seus documentos e suas burocracias, propomos, neste trabalho, problematizar o papel dos documentos, atentando para o que dizem e produzem na vida das bolsistas do Programa Bolsa Família.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA<sup>6</sup>

Criado pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, que atende famílias em situação de pobreza, com renda mensal *per capita* entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00, e de extrema pobreza, com renda mensal *per capita* de até R\$ 89,00<sup>7</sup>. Segundo Tereza Campello e Marcelo Neri (2013), o PBF foi concebido e executado com o objetivo de contribuir para a inclusão social de famílias<sup>8</sup> brasileiras em situação de pobreza e fome e estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo nas áreas de saúde e educação. Merece ainda destaque o fato de o Programa, visando contribuir para a autonomia feminina, realizar o pagamento preferencialmente a mulheres; bem como o referente à autonomia de bolsista<sup>9</sup>, uma vez que os recursos recebidos podem ser utilizados de acordo com sua necessidade, sem quaisquer constrangimentos legais.

Como antes mencionado, as famílias bolsistas do Programa são caracteri-

<sup>6</sup> Este item pretende apresentar brevemente o Programa em si. Para uma análise crítica mais ampla de suas características e funcionamento, que foge ao escopo deste artigo, sugerimos ver Machado (2019).

<sup>7</sup> Para melhor compreensão da magnitude desses valores, vale comentar que, em 16 de maio de 2021, 1 dólar americano equivalia a aproximadamente 5,27 reais.

<sup>8</sup> Na concepção do Programa (MDS, 2015), família corresponde à unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, formando um grupo doméstico que vive sob o mesmo teto e é mantido pela contribuição de seus membros (Lei nº 10.836, de 2004).

<sup>9</sup> Optamos por utilizar o termo “bolsista” no feminino tendo em vista que são majoritariamente mulheres as titulares do cartão do PBF e as que administram o dinheiro oriundo do Programa. Em “Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa”, Debora Diniz (2012) diz que, por coerência textual à sua existência, escreve o livro no feminino, argumentando que, ao referir-se a “orientandas”, “professoras” e “autoras”, não significa que a carta não tenha também destinatários homens ou que os autores não sejam referências confiáveis. Pelo contrário, “exatamente porque o lugar dos homens está tão bem assegurado na pesquisa acadêmica é que arrisquei a transgressão de escrever esta carta no feminino universal”, pondera Diniz (2012, p. 10). Entendemos que, assim como na academia, também no cotidiano das famílias rurais assentadas o lugar dos homens está bem assegurado, seja pela titularidade da propriedade da terra ou pelo acesso a programas de crédito rural, via de regra em seu nome, bem como na participação em espaços de reuniões e cursos de formação. Dessa forma, também por coerência textual e de nossas existências, optamos pela(s) bolsista(s).

zadas como em situação de pobreza e extrema pobreza, registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Para cada município, é estabelecida uma estimativa de número de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza<sup>10</sup>, sendo, ainda, consideradas prioritárias famílias cujos membros sejam quilombolas, indígenas ou exerçam atividade como catadores de material reciclável, famílias com situação de trabalho infantil ou com membros libertos de situação análoga a trabalho escravo (MDS, 2015). Cabe também mencionar que o Programa estabelece condicionalidades – que devem ser atendidas pelas famílias bolsistas – relacionadas à saúde e à educação<sup>11</sup>.

## DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

No que se refere aos aspectos metodológicos, a pesquisa etnográfica que dá base a este trabalho foi parte do estudo associado à elaboração da tese de doutorado de sua primeira autora (MACHADO, 2019), conduzido junto a agentes executores em âmbito municipal do Programa Bolsa Família e entre mulheres camponesas que vivem em assentamentos rurais<sup>12</sup> no município gaúcho de Canguçu.

No primeiro momento do estudo, realizado entre agosto de 2016 e abril de 2017, houve inserção de pesquisa junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, visando acompanhar o atendimento no setor do Cadastro Único de modo a apreender os aspectos burocráticos do sistema e, principalmente, o tratamento e as orientações dadas ao público do CadÚnico, em sua maioria participantes do PBF.

A partir de maio de 2017 e até abril de 2018, a pesquisadora deslocou-se para casas de bolsistas, mulheres assentadas rurais, circulando em três assentamentos de reforma agrária. Nesse período, a estratégia de pesquisa consistiu na estadia da pesquisadora, por períodos de dois a cinco dias, nas casas das interlocutoras, acompanhando seus cotidianos, desde as tarefas diárias, visitas a vizinhas, reuniões na escola dos filhos, reuniões da cooperativa, mutirão de trabalho em propriedade vizinha; e na realização de visitas, de um ou dois turnos, a vizinhas dessas mulheres, também bolsistas do Programa.

Os dados trazidos a este artigo foram construídos ao longo da pesquisa,

<sup>10</sup>Essa estimativa é calculada a partir de base de dados obtidos pelo Censo Demográfico e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>11</sup>São compromissos: acompanhamento do calendário de vacinas, crescimento e desenvolvimento de crianças menores de sete anos, acompanhamento pré-natal para gestantes e acompanhamento de nutrízes. Do mesmo modo, são condicionalidades: matrícula e frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes entre seis e 15 anos, assim como matrícula e frequência escolar mensal mínima de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos.

<sup>12</sup>No contexto brasileiro, assentamentos de Reforma Agrária são entendidos como “ocupação e uso da terra para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse, usufruto e/ou propriedade sob a forma de lotes individuais e, em alguns casos, de áreas de uso e propriedades comuns, sendo o patrimônio fundiário envolvido resultante de processo de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público e associado, de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou pelos agentes públicos, a processo de reforma agrária”(LOPES *et al.*, 2009, p. 161). Em processo de Reforma Agrária, a trajetória de conquista da terra por uma família tem início no deslocamento de seu local de origem, a que segue o período de acampamento, até a instalação no assentamento.



tanto no espaço da sala do CadÚnico quanto nas casas das bolsistas, tendo para isso sido utilizado o diário de campo, no qual, além da descrição minuciosa do cotidiano observado, foram registradas impressões, primeiras análises sobre determinados elementos, emoções despertadas no vivenciar aquele espaço e/ou fato. Afinal, como dito por Brandão (1982, p. 13), “os escritos do diário de campo descrevem maneiras de sentir pessoas, lugares, situações e objetos”.

## DOCUMENTOS: PAPÉIS LEGAIS QUE INFERNIZAM, ATORMENTAM OU FACILITAM A VIDA COTIDIANA

Peirano (2006, p. 26) afirma que, tecnicamente, os documentos facilitam “o ato de contar, somar, agregar a população (e, assim, taxar a riqueza e controlar a produção), ao mesmo tempo em que identificam o indivíduo – para fins de conceder direitos e exigir deveres”. O documento legaliza, torna o indivíduo cidadão<sup>13</sup>, mas, ao mesmo tempo, passivo de controle pelo Estado:

Reconhecidos e regulados, os papéis estabelecem o indivíduo como único e particular e produzem, no mundo moderno, um máximo de singularização e uma individualização idealmente absoluta. O documento, assim, legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle e legítimo para o Estado; o documento *faz* o cidadão em termos performativos e obrigatórios. Essa obrigatoriedade legal de possuir documento naturalmente tem seu lado inverso: o de remover, despossuir, negar e esvaziar o reconhecimento social do indivíduo que não possui o documento exigido em determinados contextos. (PEIRANO, 2006, p. 26-27, grifo da autora).

No Brasil, a cidadania foi historicamente regulada pelo Estado através da inclusão na legislação de novas profissões e pela ampliação de direitos a elas associados. Adquiriu *status* de cidadão aquele sujeito cuja atividade ou profissão fosse reconhecida em lei (PEIRANO, 2006). Inspirada em Santos (1979), a autora menciona que cabia ao Estado, via profissão, definir quem era ou não cidadão, dado que a carteira de trabalho, nesse quadro, é considerada como “passaporte para a sociedade de direito” (PEIRANO, 2006, p. 29).

Documentos identificam cada indivíduo de uma coletividade, geralmente definida como um Estado nacional, qualificando-o para determinadas atividades. Eles permitem a contagem dos indivíduos, ao mesmo tempo em que os singularizam. Introduzidos no início do século XX, os documentos tiveram sua gênese com a implementação do Estado moderno e resultam de uma tentativa de combinar elementos particulares e conhecimento geral (PEIRANO, 2006). Ainda, o contraponto à exigência é a penalização por não possuir documentos, o pânico de perdê-los e ter seus direitos de cidadania suspensos. Assim, agindo de modo “abstrato, impessoal, anônimo”, Peirano (2006, p. 37) aponta ser o Estado percebido como “punitivo, pouco flexível, opressivo, burocrático, autoritário e muito pouco amigável”.

<sup>13</sup>Segundo Peirano (2006, p. 28), “a carteira de trabalho foi a ‘certidão de nascimento cívico’ após os anos 1930 no Brasil, tornando-se o primeiro documento que concedeu cidadania formal aos brasileiros urbanos”.

Ainda segundo essa autora, em reflexão que constrói sobre o paradoxo dos documentos, temos que, no mundo moderno, somente conseguimos demonstrar que somos quem dizemos ser por meio de documentos, pois “precisamos de provas materiais que atestem a veracidade da nossa auto-identificação, já que, por nós próprios, esse reconhecimento é inviável. Nossa palavra não é suficiente” (PEIRANO, 2009, p. 14). Se, por um lado, esses papéis possibilitam privilégios em relação aos que não os possuem, por outro, submetem o *cidadão* ao controle, privando-o de liberdades. Como bem lembra a autora, para o Estado, a identificação será sempre melhor que o anonimato (PEIRANO, 2009).

Já Roberto DaMatta (1999, p. 44), ao analisar o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira, aponta como característica “de um sistema que insiste em operar pelo eixo da pessoalidade, da honra, da vergonha e da amizade” a obrigatoriedade de “carteirinhas, atestados, certificados e diplomas que ajudam a reificar direitos e pessoas”. O autor convida a vislumbrar uma cena na qual uma pessoa comum escuta bater em sua porta e, ao abri-la, depara-se com um estranho que, portando uma carteira de identidade, identifica-se como “agente do FBI”, adentrando a residência. Com esse exemplo, DaMatta lembra que inúmeras vezes tomamos conhecimento de situação similar no cinema, televisão e livros, sem, no entanto, refletir sobre o poder dos papéis e das identificações formais em nossa sociedade. Não tomamos consciência de que “esses emblemas são manifestações concretas do Estado nas nossas vidas, revelando uma arbitrariedade que é tanto maior e mais chocante, quanto mais estabelecido está o credo da igualdade de todos perante a lei no sistema em pauta” (DAMATTA, 1999, p. 46).

São documentos como diplomas, carteirinhas ou formulário do CadÚnico que, no caso em estudo, avalizam a entrada de agentes do Estado nas casas de famílias assentadas. Sem agendamento prévio, profissionais habilitados por um diploma e carteirinha profissional chegam em veículo com emblema da Secretaria Municipal de Assistência Social ou do Programa Bolsa Família, introduzindo-se na residência para observar e realizar entrevista com a família, buscando averiguar a veracidade de informações prestadas no ato do cadastramento do CadÚnico. Dúvidas e desconfiças são relacionadas, majoritariamente, à renda e às condições de moradia (construção, móveis, eletrodomésticos) ou geradas a partir da inclusão da bolsista na lista do Ministério Público, que denuncia irregularidades no Programa.

Em uma circunstância em que chegou ao município nova lista do Ministério Público para averiguação de irregularidades de bolsistas do Programa, entre os cerca de 1.500 nomes arrolados para averiguação *in loco*, constava o nome de Flora, com quem, em uma reunião do grupo de produção de sementes agroecológicas de seu assentamento, a pesquisadora travara conhecimento anteriormente.

Para além do que a lista do Ministério Público informava – seu nome era suspeito de irregularidade por estar associado a um número de CNPJ, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, identificação atribuída a empresas –, a história de Flora (ver Box 01) evidencia o efeito daquele documento em sua vida. Inicialmente, houve o bloqueio do cartão que lhe possibilitava acesso aos recursos do Programa, seguido por uma vi-

sita de averiguação, inúmeras idas e vindas à *Secretaria da Primeira-Dama* e um hiato de cerca de um ano e quatro meses sem que recebesse o dinheiro do Programa.

Box 1: A história de Flora.

Durante caminhada na lavoura da vizinha de Flora, onde se realizava a reunião do grupo de produção de sementes agroecológicas, a pesquisadora indagou à agricultora se era bolsista do Programa Bolsa Família. Ela afirmou ser bolsista, mas que desde novembro do ano anterior (2016) constatara que seu cartão estava bloqueado. Dirigira-se, então, à Secretaria de Assistência Social – denominada, por ela e por outras bolsistas, como *Secretaria da Primeira-Dama*, em referência ao fato de a esposa do Prefeito ser a titular da pasta –, onde foi informada que seu nome constava na lista de averiguações do Ministério Público e que receberia uma visita. Em um dia em que ela e o esposo estavam na lavoura, três mulheres e quatro homens chegaram, em um veículo, fazendo perguntas, as mesmas que já havia respondido por ocasião da atualização do cadastro. Uma das mulheres, cuja função Flora desconhece, falou que constava um CNPJ em seu nome e que precisavam saber do que se tratava. A bolsista explicou que se tratava do CNPJ da associação do grupo do assentamento, pois no período em que fora presidenta o CNPJ fora transferido para seu nome, não tendo sido, até então, transferido para o nome do atual presidente. A agente do Estado informou que, a partir da informação fornecida naquele momento, a situação seria normalizada.

Em dezembro de 2016, Flora foi à cidade para receber o valor correspondente ao PBF, mas o cartão permanecia bloqueado. Retornou à *Secretaria da Primeira-Dama*, onde foi informada que deveria aguardar. Em abril de 2017, recebeu um telefonema da escola da filha, em que era solicitado que comparecesse na Secretaria de Assistência Social, o que fez alguns dias depois. Foi então comunicada que seu cartão do PBF fora desbloqueado e que havia por receber um valor acumulado de quatro meses de bolsa. No entanto, como o dinheiro não havia sido imediatamente retirado, o “governo pegou de volta”. Flora lamentou muito, pois “daria um bom dinheirinho” (recebia, à época, R\$135,00 por mês). Como não fora avisada e dado – em função do valor da passagem de ônibus, considerado alto e, por isso, limitante do número de idas à cidade – haver desistido de verificar a cada mês, acabara perdendo o dinheiro (Diário de campo, maio de 2017).

Nas idas e vindas à casa de Flora, a pesquisadora seguiu acompanhando o caso. Após o ocorrido, com o retorno do dinheiro aos cofres da União, Flora contou que as funcionárias da Secretaria a orientaram a esperar a atualização de sua situação no sistema do CadÚnico. Passaram-se alguns meses e, em agosto de 2017 ela retornou à Secretaria, quando lhe foi solicitada comprovação atualizada de matrícula dos filhos na escola. Flora conta que apenas no mês seguinte levou os documentos solicitados. Assim, somente em abril de 2018 – um ano e quatro meses após a interrupção do recebimento – ela teve sua situação regularizada, enfim.

Assim como sucedido com Flora, ao longo da pesquisa de campo foi possível identificar várias outras bolsistas que tiveram o acesso ao Programa bloqueado ou cancelado em virtude de denúncias do Ministério Público, frequência escolar de filhos abaixo de 75% ou transferência de município, implicando em defasagem de meses até que fosse feita a avaliação e liberação do dinheiro.

## AS LÓGICAS IMPLÍCITAS NAS CONDICIONALIDADES, CONTROLES E DOCUMENTOS CORRESPONDENTES

Voltando ao contexto da sala do CadÚnico, uma mulher comparece para apresentar os documentos comprobatórios da frequência escolar de seus filhos, pois, segundo ela, ocorrera um engano, tivera o BF trancado por motivo de baixa frequência escolar (abaixo de 75%), ainda que seus filhos não tivessem faltado à escola. Mas, como não fora apresentado documento especificando porcentagem de presença nas aulas, a mãe havia sido orientada a solicitá-lo na escola, para então retornar à sala do CadÚnico. Além de a palavra dessa mãe não ser suficiente, o documento tampouco o fora, pois nele faltavam números e porcentagens.

Em conversa da pesquisadora com a interlocutora Joana, assentada e mãe de dois meninos – na época apenas um deles em idade escolar –, a agricultora lembra da passagem do filho por uma escola em que alegaram que o aluno não poderia exceder três faltas no ano: “lá na [nome da escola], depois de três faltas no ano, tinha que apresentar atestado médico, ia bilhete do Bolsa”. A mãe, em tom de indignação, conta: “o João faltou cinco vezes, e a mulher me chamou lá porque eu ia perder o Bolsa”. Com uma meta a ser mantida, do índice de frequência escolar acima de 75%, a escola cria mecanismos adicionais aos demandados pela Lei do Programa, tendo em vista que apenas cinco faltas no ano não excederiam a porcentagem nela exigida.

Como foi possível apreender em um encontro de capacitação direcionado a secretários de escolas para utilização do Sistema Presença no município de Pelotas – vizinho a Canguçu –, quando o tema da frequência escolar foi abordado pela coordenadora do Programa, em casos de baixa frequência, cabe ao orientador educacional ir à família para compreender a situação e buscar na tabela dos 72 motivos<sup>14</sup> de baixa frequência qual melhor representa o caso do aluno em questão. A gestora reforça: “não se sintam com medo de colocar uma baixa frequência porque a família vai perder [o Bolsa Família]”, tendo em vista que em algum momento vai ocorrer cruzamento de dados, via CPF, por exemplo, e “não

<sup>14</sup>A tabela, denominada Motivos de Baixa Frequência, lista 72 possíveis motivos de ausência à escola. Dentre estes constam: tratamento de doença do aluno, doença ou óbito de familiares ou aluno, fatos que impeçam deslocamento, suspensão, situação coletiva que impeça a escola de receber seus alunos, participação em jogos estudantis, preconceito/discriminação no espaço escolar, situação de rua, dentre outros. Ao apresentar a tabela, a coordenadora solicita: “dentro dos 72 motivos tem um que peço encarecidamente para não usar, o 58 [a escola não sabe o motivo da infrequência]”. Segundo ela, é condenável o fato de a escola não saber o motivo do seu aluno não estar frequentando a escola. E lembra que somente dois motivos de baixa frequência não bloqueiam o BF: doença ou óbito do aluno e situação de calamidade pública.

adianta o pai dizer que foi a escola que tirou o Bolsa Família”.

No que se refere a questões levantadas sobre trabalho e renda no ato do cadastramento ou atualização do CadÚnico, a interlocutora Aline, assentada e com três filhos em idade escolar, lembra que recebia mensalmente R\$ 202,00 e que, após uma atualização de cadastro, passou a receber R\$ 107,00. Ela acredita que isso ocorreu em função de constarem, no bloco de produtora rural, as notas com valores da venda do fumo, principal renda da família, e afirma: “não adianta mentir lá. Eu não minto, eles descobrem”. Segundo ela, na atualização do cadastro, “eles perguntam tudo, esse ano só perguntaram se usava remédio, do gás e do rancho. E pegaram do bloco e papel da luz. [...] não perguntaram mais nada, eu até estranhei”. Quando perguntado se a família chegou a receber alguma justificativa pela redução do valor recebido, Aline explicou que “eles não avisam nada, tu chega lá e tem o valor”, e o marido complementou, em tom de riso, “e nem fomos perguntar, deixa quieto, vai que tirem tudo!”. Na concepção de Aline e do marido, não há o que questionar: é apresentar os documentos solicitados e responder às questões. A percepção do casal com relação à atualização do cadastro e às questões referentes indica o formulário como mecanismo de controle do Estado em que bolsistas “prestam conta” de suas vidas, não questionando o formato e conteúdo com receio de serem excluídas do Programa.

Ao analisar os procedimentos de um cartório, Danilo Pinto (2014) destaca que a solicitação de muitos documentos se deve à necessidade de apoiar-se em um código oficial já aceito e, assim, produzir novo documento, acrescentando mais um formulário à pilha de formulários já existentes. O autor explica, assim o circuito dos documentos de um cartório como associados à burocracia, lida pelo autor como uma linguagem, que age na produção de informações. Mas não informação qualquer: por meio ritual, essa se constitui em documento, “não mais um papel escrito qualquer e sim um papel que possui legitimidade em existir, um veredicto, uma palavra de Estado, um efeito produzido pelo sucesso no trâmite” (PINTO, 2014, p. 46), documento que, como tal, incide na vida das pessoas em relação com o Estado.

## CONTROLE DE CORPOS

Retomando a Lei do Programa e suas condicionalidades e tendo presente, como enfatiza Pinto (2014), antes citado, que o papel é uma palavra do Estado, podemos ainda analisar, na área da saúde, o efeito produzido pelo sucesso do trâmite. Consta entre as condicionalidades que as crianças menores de sete anos de idade e as gestantes (entre 14 e 44 anos) pertencentes à família devem ser acompanhadas. A gestante deve fazer inscrição no acompanhamento pré-natal e comparecer às consultas, de acordo com o estipulado pelo Ministério da Saúde, assim como participar de atividades educativas sobre aleitamento materno, orientação para sua alimentação saudável e preparo para o parto. A mãe ou responsável pela

criança de até sete anos deve levá-la à unidade de saúde para a realização do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança, bem como cumprir seu calendário de vacinação.

Para realizar esse monitoramento na área da saúde, uma das ferramentas é o Mapa de Acompanhamento, planilha em que constam nome, endereço, data de nascimento, data de atendimento da visita domiciliar, peso, estatura, vacinação, aleitamento materno e acompanhamento pré-câncer de gestante. No manual de orientações para o Programa Bolsa Família, no que se refere à área da saúde, há orientações – que seguem normatização internacional – sobre como realizar medidas e pesagem de crianças, adolescentes e adultos.

Essa lógica de acompanhamento e controle, que segue parâmetros estabelecidos de medidas e pesos, é compreendida por muitas bolsistas como invasiva. Para essas, tal ingerência indica a suposição de que não têm cuidado com seus filhos, pois a cada seis meses devem levá-los ao posto médico, para pesar e medir.

Esse entendimento é evidenciado no depoimento de uma interlocutora de Michele de Lavra Pinto (2013), que realizou pesquisa junto a bolsistas do PBF em uma comunidade do Rio de Janeiro. A mulher problematiza as razões com que, a cada mês, deva levar os filhos para pesar: “parece que a gente trata mal os filhos, por que todo o mês?” (PINTO, 2013, p. 162). O desconforto dessa mãe remete a uma conversa observada na sala do CadÚnico, entre Maria e uma bolsista, quando da atualização de seu cadastro. A bolsista relatou que há vários meses não pesava os filhos, mas que a vacinação estava atualizada e que eles se encontravam bem de saúde. Maria, no entanto, seguindo as instruções referentes às condicionalidades da área da saúde, advertiu sobre a necessidade de manter a pesagem das crianças em dia, caso contrário poderia “trancar o Bolsa”. Não basta a mãe dizer que seus filhos estão bem, ela tem que provar ao Estado, através da pesagem, realizada por um profissional da área de saúde, a partir de parâmetros médicos tidos como legítimos e registrada em documentos específicos.

Ainda, para outras interlocutoras, a pesagem a que são submetidas é invasiva, como expressa Mercedes, que, por não ter seu peso de acordo com o padrão estabelecido, não se sente confortável em tê-lo registrado no Mapa de Acompanhamento. Bolsista desde 2004, Mercedes contou que, por um período, quando estava entrando na fase de obesidade mórbida, se sentindo triste, não aceitava pesar-se diante da profissional de saúde, apenas informando o peso, relatando número inferior ao real. Ela desabafa: “eu não queria me pesar, o que queriam saber do meu peso, né?”

Na concepção da gestora responsável pela área de saúde do município de Canguçu, a coleta de dados (peso, altura, vacinas) e seu registro no Mapa de Acompanhamento é mais um procedimento burocrático que deve ser cumprido, demandando que crie estratégias para convencer as bolsistas a comparecer semestralmente aos postos de saúde para a realização de pesagem<sup>15</sup>, pois necessita

<sup>15</sup>No primeiro semestre de 2018, período da entrevista com a gestora, a Secretaria Municipal de Saúde acompanhava 2.238 famílias, realizando-se a pesagem com os menores de sete anos e as mulheres entre 14 e 44 anos completos.

cumprir as metas estabelecidas pelo Programa (a meta de 2018 era de 71% das famílias com pesagem em dia). A gestora distribui Mapas de Acompanhamento de pesagem nos postos de saúde do município, depois reunindo os dados para sua inserção no sistema *online*. Segundo ela, muitas pessoas da zona rural vêm até sua sala, já que se deslocam à cidade para resolver outros assuntos, e aproveitam para realizar a pesagem. A profissional argumenta que no município há “muita obesidade, baixo peso praticamente não tem”, justificando aproveitar o momento da pesagem para fornecer orientações nutricionais. Caso a bolsista demande um acompanhamento nutricional, é orientada a procurar a unidade de posto de saúde de sua localidade e solicitar o acompanhamento.

Essa gestora está à frente do Programa Bolsa Família, na área de saúde, desde 2006. Ao comentar sobre as metas de atendimento, afirma: “isso é um problema, a gente faz de tudo, agora por último tenho telefonado. [...] Comecei a telefonar para as famílias, eu mesma!”. A gestora tem acesso aos contatos de telefone das bolsistas via cadastro do BF e conta que, no segundo semestre de 2017, “com a função de ter ligado, deu 76%, foi muito bom!”. Além disso, diz realizar a divulgação das datas de pesagem nas rádios locais e enviar o cronograma das datas para as escolas. Segundo a gestora, “tem que estar puxando pela mão, fico muito chateada porque tem que ter mais comprometimento, responsabilidade”. No mural da sala da gestora, são expostas as metas alcançadas em relação ao número de famílias acompanhadas: em 2017, 70%; em 2018, 71%; e em 2019, 72%. Tais totalizações são as sínteses dos Mapas de Acompanhamento das famílias bolsistas.

## ACHADOS DE UM PERCURSO DE PESQUISA

Fonseca e Scalco (2015) afirmam que, no contexto moderno, para governar, mais do que identificar indivíduos, é preciso conhecê-los:

Para forjar políticas públicas para a parte pobre da população, por exemplo, é necessário saber não só quem são (nomes), mas também como são (idade, sexo, ocupação, nível de educação, etc.). Com a ânsia de governar, nasce a compulsão de forjar “indicadores sociais” para alimentar os diagnósticos e planos do futuro. É nesse processo de planificação que se produz a imagem de um governo capaz de “domesticar o aleatório” (FONSECA; SCALCO, 2015, p. 23).

Ao analisar documentos e fatos cotidianos por eles produzidos nas vidas das pessoas no contexto estudado, percebe-se que ao Estado importam dados e metas cumpridas, não sentimentos e processos gerados a partir de questões invasivas de um formulário ou de telefonemas de agentes ou de bilhete da escola cobrando e ameaçando o desligamento do Programa. As agentes executoras do Programa em âmbito municipal também estão sob controle do Estado, a elas não cabe questionar e propor outra forma de operar a política e sim averiguar informações, contar faltas de aluno bolsista, pesar e medir, mantendo em dia metas

referentes às condicionalidades.

Neste trabalho, percorremos diferentes caminhos relacionados a documentos, analisando seus efeitos nas vidas das bolsistas do PBF. E em diálogo com a perspectiva analítica adotada por Ferreira (2013), tomamos os documentos como artefatos que exercem mais do que função meramente de registro ou representação gráfica, mas como algo que produz e rearranja relações, além de transportar, conter ou incitar afetos de diversas ordens. Nesse sentido, os recortes de pesquisa e dados de campo demonstraram as diversas faces produzidas pelos documentos: discursos de inclusão e cidadania, estereótipos, exclusão, violência, dentre outros processos que estão nas entrelinhas de cada documento. Por isso o esforço empreendido foi no sentido de analisar para além do que os documentos dizem, o que produzem.

Ao seguir o percurso dos documentos do PBF (da sala do CadÚnico ao cotidiano de bolsistas), compreendemos que os documentos produzidos pelo Estado têm o papel de assegurar e proteger suas ações e de seus agentes. Nas vidas das bolsistas, esses documentos chegam como regras, formulários, cronogramas que inquerem, controlam e desqualificam a voz destas sujeitas. O que é dito por elas precisa ser comprovado por documentos, assinado por algum agente do Estado (assistente social, professor, nutricionista) e, por vezes, observado *in loco*, como ocorre nas visitas de agentes municipais do PBF a residência de bolsistas. Desse modo, os documentos dizem e produzem ações de vigilância e controle para garantir o *modus operandis* do Estado, ao invés de incluir e proteger suas cidadãs.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm) Acesso em 12 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2015) **Manual de gestão do Programa Bolsa Família.** Brasília.

BRANDÃO, C. R. Diário de campo. **A antropologia como alegoria.** São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 11-14.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013.

DA MATTA, R. A mão visível do estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. **Anuário Antropológico**, 1999, p. 37-64.

DINIZ, D. **Carta de uma orientadora:** o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres, 2012.

FERREIRA, L. C. de M. "Apenas preencher papel": reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. **Mana**, (19), 2013, p. 39-68

FONSECA, C.; SCALCO, L. A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação. Fonseca, C.; Machado, H. **Ciência, identificação e tecnologias de governo**, Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015, p. 20-37.

FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia "em casa". **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, (2), 2008, p. 39 -53.

LAUTIER, B. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. **Caderno CRH** [online], Salvador, 27 (72), 2014, p. 463-477.

LOPES, E. S. A.; *et al.* (2009). Um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**, Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MACHADO, C. J. **O Bolsa Família a partir das margens do estado:** um estudo sobre consumo, política pública e desenvolvimento rural. 148f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2019.

MUZZOPAPPA, E.; VILLALTA, C. Los documentos como campo. Reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales. **Revista Colombiana de Antropología**, (47), 2011, p. 13-42.

PEIRANO, M. G. de S. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, (426), 2009, p. 6-50.

\_\_\_\_\_. De que serve um documento? In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Orgs). **Política no Brasil: visões de antropólogos.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 25-49.

PINTO, D. C. S. **Um antropólogo no cartório:** o circuito dos documentos. Campos, (15), 2014, p. 37-56.

PINTO, M. de L. O público e o privado: o "baralhamento" no cotidiano das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais Política &**

**Trabalho**, João Pessoa, (38), 2013, p. 157-170.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania, São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36-46.

Calvin Da Cas Furtado<sup>1</sup>

***EXISTÊNCIAS-RELÂMPAGO:***  
**NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE O MORRER**  
**NO MUNDO DA RUA**

***FLASH EXISTENCES:***  
**ETHNOGRAPHIC NOTES ON DYING IN THE**  
**HOMELESS**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS

## RESUMO

procuro refletir, no presente artigo, sobre os processos do morrer a partir do universo de relações sociais da população em situação de rua. Apresento três casos de morte que acompanhei durante o trabalho de campo e repercuto estes acontecimentos tomando como base as ideias que Michel Foucault (2010b) apresenta no texto *A vida dos homens infames*. Discorro sobre algumas experiências compartilhadas junto às pessoas do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e chamo a atenção para o episódio que inaugura esta articulação política no Brasil: o massacre da Praça da Sé.

**PALAVRAS-CHAVE:** população em situação de rua; necropolítica; invisibilidade social; luto.

---

## ABSTRACT

I try to reflect, in this article, on the processes of dying from the universe of social relations of the homeless people. I present three cases of death that I followed during the fieldwork and reflect these events based on the ideas that Michel Foucault (2010b) presents in the text *The life of infamous men*. I talk about some experiences shared with the people of the Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) and I call attention to the episode that inaugurates this political articulation in Brazil: the massacre at Praça da Sé.

**KEYWORDS:** homeless people; necropolitics; social invisibility; mourning.

Este texto integra parte de uma pesquisa etnográfica que se propôs a discutir a população em situação de rua a partir dos atravessamentos com as relações de poder, a vida e a morte através dos processos e práticas que compõe o morrer para este público específico. Instigado pelas reflexões do pensador Achille Mbembe (2017; 2018) sobre necropolítica, reflito sobre o quanto as relações de soberania – fazer morrer, deixar viver ou expor à morte – evidenciam um processo de morrer exclusivo e socialmente diferenciado para a população em situação de rua. A partir da discussão sobre precariedade apresentada por Judith Butler (2017), destaco o processo de luta política por reconhecimento social encampado pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) a partir da categoria do luto. Através desta experiência etnográfica, exploro a noção de *existências-relâmpago*, elaborada por Michel Foucault (2010b), quando descrevo as narrativas sobre três mortes de pessoas em situação de rua em Porto Alegre e detalho um processo de repercussão destas mortes que foi mobilizado por este movimento social a partir de 2017.

De acordo com o modo como as mortes da população em situação de rua são processadas burocraticamente, as práticas empreendidas neste processo realçam um caráter de diferenciação. Estes corpos, geralmente encaminhados para os sepultamentos gratuitos, são classificados como “óbitos não comercializáveis” e são inumados em covas de decomposição rápida durante o período de três anos. Em seguida, os restos mortais removidos para os ossuários comuns, onde não mais é feita a separação dentre as ossadas, produzindo uma experiência de morte que remete a uma noção de apagamento e esquecimento social. Em um contato com o Padre Júlio Lancellotti<sup>1</sup>, ao longo da realização da pesquisa, este me confidenciou que pode constatar tal situação quando procurava a produção de um memorial para as vítimas do massacre da Praça da Sé, ocorrido em São Paulo, no ano de 2004 no cemitério de Perus, onde pessoalmente celebrara o velório. Quando retornou, passados alguns anos, já não era mais possível saber o paradeiro de uma das cinco vítimas sepultadas ali.

Retornando ao tratamento que diferencia este processo de morrer socialmente diferenciado está na questão envolvendo os velórios: esta passagem não envolve rito ou cerimônia fúnebre e estas covas não trazem qualquer referência à memória dos sujeitos ali sepultados, sendo dispostos sobre as cruces apenas alguns números. É a partir de uma paisagem composta por cruces e números padronizados que podemos refletir como a invisibilidade social acaba por se reproduzir da vida para a morte de modo a se perpetuar a partir dos processos do morrer. A precariedade que se transfere da vida invisível para um morrer marcado pela obliteração resulta, enfim, num silenciamento definitivo, um apagamento e um esquecimento último, um desaparecimento de onde não existe mais possibilidade, uma vez que este processamento do morrer oculta sobretudo a identidade justamente dos corpos que em vida experimentaram o anonimato.

Portanto, este processo de obliteração da morte complementa uma noção de que a invisibilidade social representa também um morrer ao longo da vida, que

<sup>1</sup> Entrevista presencial realizado com o Padre Júlio Lancellotti no dia 27 de agosto de 2019, na Paróquia Arcanjo São Miguel.

ocorre a partir da gradual erosão da cidadania e autoestima, o que situa o mundo da rua enquanto um lócus diferenciado para pensar justamente estas clivagens das relações de poder diante do viver e do morrer; sobretudo, neste caso, as que se realçam esta especificidade deste processo de morrer outro. Assumo a premissa de que as condições de possibilidades que tornam singular esta forma de existir e habitar o mundo dos vivos também estruturam as relações de poder que se transferem da vida para a morte. Esta transferência das relações de poder da morte social para a morte biológica, em uma confluência entre processos de invisibilidade social, evidencia que se pode assimilar este morrer socialmente diferenciado – aquele marcado pela obliteração da morte – a partir das práticas e moralidades que constituem o nosso próprio modo de apreender o fenômeno da situação de rua.

## PRECARIEDADE E NECROPOLÍTICA

Proponho enquadrar o fenômeno da população de rua no Brasil a partir de uma dupla analítica que está amparada nas reflexões de Judith Butler (2017) sobre vida precária e vida passível de luto e no conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe (2017; 2018), que evoca a experiência de um *devir-negro do mundo* no contexto do neoliberalismo. Pretendo situar o mundo da rua enquanto um lócus de enunciação de um necropoder que ali se manifesta – o que envolve se ater a dimensão da soberania, que envolve o fazer morrer, o deixar viver ou o expor à morte de maneira politicamente induzida. Sugiro que este direito de morte, de dar ou retirar a vida, de negligenciá-la e expô-la, enfim, deva ser entendido como sendo parte de um domínio das relações que compõe a soberania, que trago para o debate a partir de três narrativas de *existências-relâmpago* – aquelas vidas cujo ponto alto fora justamente o momento de embate contra um poder que não quis senão aniquilá-las, anulá-las, apagá-las (Foucault, 2010b).

Este texto, uma reunião de notas etnográficas e apontamentos teórico-analíticos, persegue a possibilidade de mirarmos através das fendas da soberania enquadrando os processos do morrer no mundo da rua a partir de três homicídios de pessoa em situação de rua registrados em Porto Alegre, entre os meses de março e maio de 2017.

Remeto a noção de *existências-relâmpago* (Foucault, 2010b) para me referir as derradeiras narrativas que encerraram as vidas de Paulo Ricardo, Rodrigo e Ana Maria<sup>2</sup>, cujo embate entre o terror, o drama e o real serão descritos, a partir das sínteses terríveis que produziram e foram produto, respectivamente, como o homem alvejado, o homem espancando e a mulher estrangulada. Trajetórias cuja característica determinante foi a luta particular que travaram contra o poder. É justamente a partir destes ruídos provocados pelo choque com o poder que Foucault nos sugere a pesquisa sobre *a vida dos homens infames* de outros tempos e lugares, a partir do entendimento de que estas narrativas acionam fragmentos das realidades às quais

<sup>2</sup> Nome fictício; sigo aqui a opção realizada na versão final da versão final de minha tese de doutorado em antropologia social, na qual optei por preservar esta identidade em específico.

fizeram parte, evidenciando uma dramaturgia cruel do real.

Na sua analítica, a filósofa Judith Butler (2017) faz uma distinção entre as noções de apreensão e reconhecimento da vida, quando entende que sem a condição de ser passível de luto, não há vida – “ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida” (BUTLER, 2017, p. 33). A partir desta premissa, a autora entende como um pressuposto indissociável à toda vida que importa a possibilidade desta vida ser passível de luto. Seriam as vidas de Paulo Ricardo, Rodrigo e Ana Maria passíveis de luto? Esta é uma questão interessante de se ter em mente, antes mesmo que nos deter às narrativas que abreviaram as suas existências no nosso mundo.

Butler (2017) argumenta que uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva - isto é, “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca - são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2017, p.17). Logo, conclui Butler (2017), a condição de ser enlutada é o que precede e torna possível a apreensão da vida precária, cuja noção de precariedade que a envolve é, sobretudo, as condições sociais e políticas.

Esta dinâmica de precariedade reside, portanto, na constatação de que, para uma vida ser considerada vivível, ela requer uma manutenção que está diretamente ligada a estas condições sociais e políticas.

Afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo. Do ponto de vista normativo, o que estou argumentando é que deveria haver uma maneira mais inclusiva e igualitária de reconhecer a precariedade, e que isso deveria tomar forma como políticas sociais concretas no que diz respeito a questões como habitação, trabalho, alimentação, assistência médica e estatuto jurídico. (...) Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida). A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro (BUTLER, 2017, p. 30-31)

A relação de precariedade, neste sentido, é relevante enquanto critério de inteligibilidade para toda a vida apreendida como viva, uma vez que a própria vida não depende apenas de um impulso inato para viver, mas exige condições sociais e políticas que a possibilite – de um poder que faça viver e que haja no “como da vida” (Foucault, 2008a). Nos importa entender que a precariedade, à medida que pressupõe estas condições sociais e políticas, pode ser induzida e distribuída de modo diferencial: “aqueles cujas vidas não são consideradas lamentáveis são obrigados a conviver com uma exposição diferenciada à violência e à morte” (Butler, 2017, p. 45-46). Este entendimento sobre a precariedade, isto é, de que as condições sociais e políticas detêm esta capacidade de discriminação e segmentação da vida, é central para esta discussão sobre o fenômeno da população em situação de rua.

De modo complementar, para partirmos à discussão sobre necropolítica de Achille Mbembe (2017; 2018), temos que ter em mente o conceito de biopoder de Michel Foucault (1977, 1985, 2001, 2008a, 2008b, 2010a). Este trabalho foi uma fonte de inspiração para Mbembe especialmente porque privilegia a questão da hierarquização e segmentação do tecido social a partir de um processo de racialização dos corpos, um racismo de Estado, que funciona enquanto tecnologia de governo. A abordagem de Foucault sobre o biopoder situa a raça enquanto a condição de aceitabilidade da condenação à morte em uma sociedade de normalização, a partir de uma relação de tipo guerreira que autoriza a morte como estratégia para permanecer vivo (Foucault, 2010a).

Foucault desenvolveu uma problematização do biopoder, o poder que governa a vida, quando situou a morte como a extremidade das relações de poder. Deste modo, a partir do século XVIII, apontou para uma transição de um poder soberano, que fazia morrer e deixava viver para um poder de regulamentação da vida, que faz viver e deixa morrer. Nas suas reflexões, procurou enquadrar a emergência de uma “arte de governar” que situava a população como alvo e os dispositivos de segurança os mecanismos essenciais, amplamente capilarizadas na sociedade. A relação de soberania aparece nas duas faces do biopoder, tanto nos controles sobre os corpos através da disciplina (anatomopolítica), quanto no controle da espécie a partir do governo da vida (biopolítica). A hierarquização e segmentação da vida prioriza justamente aquela vida ajustável à lógica capitalista e produz - a partir dos mecanismos da soberania, da disciplina e da burocracia - os corpos disciplinados, docilizados, submissos e, em última análise, úteis e desejáveis em detrimento da vida que é descartável.

Fiduciário desta abordagem, Mbembe (2017), por sua vez, argumenta que o que se entende por “Estado de raça” corresponde a um estado de degradação da natureza ontológica – por ser justamente a noção de “raça” o que permitiria classificar as humanidades não-europeias como se fossem um ser menor, especialmente quando o autor pensa o biopoder a partir das dimensões da modernidade e da colonialidade (Mbembe, 2017, p. 39). Em linhas gerais, a interpretação biológica a partir da noção de raça é o que inventa o “Negro” no mundo ocidental sendo a *razão negra* tanto um conjunto de discursos quanto de práticas que fazem acontecer o “Negro” (Mbembe, 2017, p. 58).

O que é central para a discussão sobre o fenômeno da população em situação de rua é o fato de o autor entender que o que este nome “Negro”, fundado na relação colonial, assume, no neoliberalismo, “um novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o *devoir-negro do mundo*” (MBEMBE, 2017, p. 18).

As vidas que experimentam o *devoir-negro do mundo* são aquelas vidas que nada mais resta senão a luta para escapar à morte. De acordo com o autor, este período que nos é contemporâneo demarca, por consequência, uma transnacionalização da condição que o termo “Negro” remete, independentemente da questão fenotípica, ao que o autor nomeou de *os novos condenados da Terra*, em



referência direta à Franz Fanon (1968), outro autor central para o seu pensamento.

São aqueles a quem é recusado o direito a ter direitos, aqueles que, segundo se pensa, não se devem manifestar, os condenados a viver em toda espécie de estruturas de reclusão – os campos de concentração, as prisões de passagem, os milhares de lugares de detenção espalhados pelos nossos espaços jurídicos e policiais. São os rechaçados, os deportados, os expulsos, os clandestinos e outros “sem papéis” – esses intrusos e essas escória da nossa humanidade que nos apressamos a despachar, porque achamos que, entre eles e nós, nada há que valha a pena ser salvo, uma vez que eles prejudicam imenso a nossa vida, a nossa saúde, o nosso bem-estar. Os novos “condenados da Terra” são o resultado de um brutal trabalho de controle e de seleção cujos pressupostos raciais são bem conhecidos. (MBEMBE, 2017, p. 296)

Para Mbembe (2018), na economia do biopoder, portanto, “a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p. 18). Discorre Mbembe que, em um contexto que deriva de uma bioeconomia colonial, cuja ordem estava assentada na estatização do biológico, quando se subdividiu a humanidade em espécies e subespécies, esta experiência do capitalismo racial pode ser sintetizada como sendo uma vasta necrópole. Ao refletir sobre modernidade e colonialismo, Mbembe (2017; 2018) argumenta que, para grande parte da humanidade, o processo histórico foi um processo de habituação à morte do outro. A categoria da raça, portanto, representa tanto uma tecnologia de governo como uma ideologia e o seu correlato, o “Negro”, está ligado a história do capitalismo como uma figura exemplar de uma violência e precariedade sem limites: o escravo (Mbembe, 2017, p. 299).

Influenciado pelas reflexões destes autores, proponho que situemos o fenômeno da população em situação de rua no Brasil nos marcos do *devir-negro do mundo* de Mbembe. A seguir, no contexto de pensar as relações de poder nos atravessamentos entre a vida e a morte, apresento a mobilização política da categoria luto desde a narrativa sobre a fundação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), no ano de 2004, a partir do advento de um massacre. Também detalho o processo de repercussão política encampado pelo movimento social no casos do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada, de modo a tensionar tanto a noção de um massacre continuado quanto a da repacutuação da militância política a partir destas novas mortes.

## DO LUTO À LUTA: OS ECOS DE UM MASSACRE

A origem da organização política do MNPR possui um ato fundacional conhecido como o massacre da Praça da Sé, ocorrido no município de São Paulo, em agosto de 2004. Sete pessoas foram mortas e outras nove foram gravemente feridas com golpes na cabeça enquanto dormiam. Demarcar esta narrativa que situa um acontecimento marcado pela brutalidade enquanto pedra fundamental para a mobilização deste movimento social é relevante para pensarmos a partir de uma perspectiva antropológica esta articulação entre a o luto e a mobilização

e inscrição política da população em situação de rua, bem como, da situação de rua com um processo de morrer socialmente diferenciado

À época, o massacre, que recebeu uma ampla cobertura dos veículos de comunicação social, gerou comoção nacional e foi um marco para a mobilização daqueles sujeitos que fundamentalmente faziam das ruas um espaço de moradia e sociabilidade. O terror e o drama que o episódio reúne, estando as vítimas indefesas, atacadas com golpes na cabeça enquanto dormiam nas calçadas, provocou um choque na sociedade brasileira, posto que foi possível este novo movimento social emergir e rapidamente ascender à agenda governamental.

Fundado durante o 4º Festival Lixo e Cidadania, em setembro de 2005, em Belo Horizonte, o MNPR conseguiu o compromisso do Governo Federal em criar uma política pública que atendesse a população em situação de rua no Brasil a partir das mobilizações que se seguiram ao episódio do massacre. A fundação deste movimento social tem origem, especialmente, a partir de uma sucessão de atos públicos, que a partir do simbólico e do lúdico, passaram a dramatizar uma realidade brutal marcada pela exposição diferenciada à violência e à morte. Neste sentido, a articulação do movimento social e o ativismo promovido conseguiu se fazer perceber especialmente a partir dos direitos humanos. Em 2006, um decreto presidencial determinou que o assunto fosse estudado entre os ministérios. Pela mesma via, um decreto presidencial, em 2009, foi anunciada a Política Nacional para a População de Rua (2009a).

Conforme descreveu De Lucca (2016), o massacre da Praça da Sé permitiu a realização de diversos atos públicos de caráter político, que promoviam os velórios de corpos ausentes, propondo uma ressignificação do crime hediondo enquanto um clamor por justiça aos vivos que permaneciam em condição semelhante. Esta mobilização dos signos cristãos está diretamente ligada ao vínculo da população em situação de rua com entidades religiosas, especialmente como a Pastoral do Povo da Rua. Em São Paulo, o histórico de organização da população em situação de rua remete aos anos finais da década de 1970, a partir do trabalho pioneiro que a Organização do Auxílio Fraternal desenvolveu com a crescente população que se aglomerava nas regiões centrais da cidade (Castelvecchi, 1982). Uma experiência relevante de ser destacada foi a partir deste trabalho social, religioso e político foi fundação da Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), que organizou parte destas pessoas enquanto trabalhadores. Entre outras iniciativas, a partir dos anos 1990, a organização passou a promover a atividade do Dia de Luta da População de Rua, em um contexto em que atividade da catação era cada vez mais alvo da intervenção do governo municipal (Domingues Junior, 2003; De Lucca, 2007).

As intervenções públicas do MNPR envolveram procissões, missas, o acendimento de velas nos locais das agressões em referência ao luto. A construção deste movimento social, tão logo fundado e já integrado em um processo de discussão sobre a construção de uma política pública para a população em situação de rua, possibilitou eclosão de novas subjetividades no debate público

sobre a temática, o que ofereceu voz ativa àqueles que possuíam a trajetória de rua como um marcador identitário.

Esta mobilização política através do luto funcionou para a manutenção de um senso de que as vítimas do massacre serviriam para evitar que outras vidas fossem exterminadas daquela maneira cruel. O luto que derivou do massacre da Praça da Sé, portanto, a partir de todo um apelo simbólico às circunstâncias em que ocorreu, transferiu potência àquela luta política emergente e o recém fundado MNPR passaria a promover os “atos pela vida” no dia 19 de agosto de cada ano subsequente, como forma de recordar o terrível acontecimento e potencializar a luta política através do apelo ao luto. Promoveram-se passeatas que chegaram a reunir mais de cinco mil pessoas no centro de São Paulo.

Nos atos públicos que acompanhei no centro da cidade e que se desdobraram no decorrer dos primeiros seis anos após o acontecimento, os participantes caminhavam em cortejo pelos locais nos quais as vítimas foram atacadas. Nestes pontos faziam-se orações coletivas, deixavam-se flores e velas acesas, numa espécie de velório de corpos ausentes. A esses elementos juntavam-se lamentos fúnebres, panos e trajes negros. E neste momento a memória dos mortos era evocada, falavam seus nomes e o pouco que se sabia a seu respeito. Os signos cristãos que compunham estes rituais reforçavam o luto e a dor (...) Após o primeiro ano, a data do dia 19 de agosto, tornara-se uma referência e passara, desde então, a integrar o calendário de lutas da população em situação de rua não só “contra a impunidade dos crimes”, mas também como um momento estratégico para se dar mais visibilidade e discutir sobre “melhores políticas públicas”. Por isso, as manifestações denunciavam não só o fato das violentas mortes permanecerem inconclusas e inexplicáveis para os vivos, mas também explicitavam e expunham as dores e sofrimentos daqueles que permaneciam vivendo nas ruas. (DE LUCCA, 2016, p. 30-31)

Melo (2011; 2017) destacou que o dia 19 de agosto foi oficializado como a data o Dia de Luta da População em Situação de Rua no Brasil, em memória dessas pessoas e como forma de reivindicar justiça e visibilidade, demarcando assim uma narrativa fundacional ao MNPR. A luta por visibilidade, portanto, é central para pensarmos esta categoria social, uma vez que se observa na invisibilidade social um paradigma a partir da constatação da sua reprodutibilidade da realidade social para os números. Foi neste contexto de promoção dos direitos da população em situação de rua no Brasil, que se deu a partir do massacre da Praça da Sé, quando se verificou a necessidade de alcançar este contingente da população à margem do Estado e das políticas públicas. Se percebeu o fato de que os invisíveis da sociedade só eram invisíveis porque antes eram incontáveis: praticamente não haviam registros socioeconômicos ou de estimativa demográfica desta população marcada por diversos estigmas e estereótipos.

O fato de o Brasil não possuir dados oficiais sobre população em situação de rua é decisivo porque interfere em todo o ciclo das políticas públicas, desde a formação da agenda pública até, e especialmente, o processo de implementação, o que produz um efeito de reprodução da invisibilidade social deste contingente populacional no acesso às políticas sociais (NATALINO, 2016). Esta reivindicação por uma contagem oficial é simbólica e histórica e remete à funda-

ção do MNPR. Na época das primeiras consultas sobre a temática, era consenso entre os governantes e especialistas sobre a dificuldade de intervenção devido à ausência de informações, dados oficiais, o que inviabilizava quaisquer esforços e contribuía para a reprodução da já constatada invisibilidade social ao nível das políticas públicas.

Tanto o relatório sobre as atividades do 1º Encontro Nacional da População de Rua, realizado em 2005 (Brasil, 2006), quanto os dados oficiais do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (Brasil, 2009b) são documentos importantes para este entendimento. Este levantamento, lançado em 2009, apontou uma população em situação de rua de 31.922 – exceptuando-se as capitais Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo – enquanto o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) estimou, em 2016, 101.854; número que saltou para 221.289 em 2020 a partir de uma mudança de metodologia do cálculo que passou a levar em conta informações constantes no Cadastro Único (CadÚnico). A estimativa do IPEA trouxe um aumento de 140% entre os anos de 2012 e 2020.

A inclusão da população em situação de rua como foco da atenção governamental, portanto, pode ser entendida a partir de um viés que enquadra um esforço de ruptura com a invisibilidade social, que se traduz justamente na ausência de registros oficiais sistemáticos sobre as condições e os modos de vida, os perfis socioeconômicos, as necessidades e os problemas enfrentados por quem experimenta esta condição. A não inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a judicialização desta questão pela Defensoria Pública da União é o maior exemplo disto.

Neste sentido, como sugeriu Schuch (2015), vale situar estes documentos do encontro e do censo como enquanto instrumentos técnicos de produção de legibilidade - isto é, modalidades de tornar legível esta população aos olhos do Estado. Ela considera os processos de produção de legibilidade estatal tanto uma forma de o Estado produzir os seus próprios mapas abreviados, quanto de possibilidade de assimilação política de populações, onde novas inscrições políticas são efetivadas. No contexto do debate sobre a inclusão da população em situação de rua nas políticas públicas, Schuch (2015) enquadrou os instrumentos censitários enquanto técnicas de governo que são capazes de inscrever uma temática nos cenários da atenção pública e promover o reconhecimento político à medida em que inscreve politicamente as categorias para a atenção das políticas governamentais.

Portanto, restar frisar que a luta política do MNPR, que emerge do massacre da Praça da Sé, possui como primeira grande causa a visibilidade. Se fazer visível, em alguma medida, passa por comprovar a humanidade e o estatuto de pessoa justamente porque mobiliza os sentidos de apreensão e reconhecimento destacados por Butler (2017).

## DIAS DE LUTA

Ao longo do trabalho etnográfico, pude acompanhar a passagem do Dia de Luta da População em Situação de Rua em algumas ocasiões. Destaco duas delas. A primeira, em 2018, quando acompanhei um grupo de militantes e apoiadores do MNPR-RS, que estavam reunidos em uma praça no centro de Porto Alegre. Houve uma mística antes de partirmos em passeata pela Avenida Borges de Medeiros, quando os militantes mais antigos do movimento social lembraram que a passagem daquele ato era um momento de articular o luto com a luta política. Em memória aos mortos no massacre da Praça da Sé e também de Paulo Ricardo, Rodrigo e Ana Maria, assassinados em 2017, as lideranças entoavam os nomes, ao passo que os demais faziam coro e exclamavam: “presente”.

Em 2019, estive em Brasília quando o movimento social realizou uma marcha e uma audiência pública na Câmara Federal para marcar a passagem do 19 de agosto em uma mobilização nacional, que reuniu os representantes de 16 estados brasileiros. Na ocasião, foi lançada oficialmente uma Frente Parlamentar em defesa da população em situação de rua integrada por deputados federais. Viajamos de Porto Alegre até lá em um grupo de oito pessoas, seis deles em situação ou trajetória de rua, em uma epopeia rodoviária que durou 36 horas. Ficamos acampados no Parque da Cidade junto às outras delegações ao longo de três dias de atividades. Dormíamos em papelões improvisados no chão.

Foi neste contexto que conheci Sebastião, 52 anos, um homem negro, alto, magro, com cabelos e barbas brancas, de olhar marejado e perdido no horizonte. Era o primeiro sobrevivente do massacre da Praça da Sé que tive contato. Durante a Marcha da População em Situação de Rua, ouvi ele falar no carro de som enquanto um dos fundadores do MNPR. Solícito ao contato, Sebastião e eu nos afastamos um pouco e sentamos próximo a uma escadaria na lateral do espaço do Parque da Cidade. Conversamos enquanto observávamos o movimento das pessoas no ir e vir entre o espaço dos banheiros e a banca improvisada que oferecia o café da manhã. Cerca de duzentas pessoas estavam acampadas no local.

Sebastião falou<sup>3</sup> que as pessoas que vivem nas ruas estão permanentemente em estado de alerta. Quando dormem, o fazem com “com um olho aberto e outro fechado”, como disse. Contudo, naquela noite em São Paulo, algo “impensável”, “inimaginável” aconteceria: a calmaria da noite seria irrompida com gritos, correria e o latir dos cães que acompanhavam algumas pessoas pernoitavam nos arredores da Praça da Sé. Em alguns minutos, Sebastião entendeu o que sucedia: as pessoas que dormiam estavam sendo atacadas com golpes na cabeça por pelo menos quatro elementos avistados por ele.

Eu tenho detalhes que infelizmente, não é covardia, mas eu guardo só pra mim. A testemunha que se dispôs a época a falar, ajudar a resolver o caso, ela também foi assassinada a tiros por policiais. Tem coisas que a gente acaba guardando e tem muita gente assim como eu que poderia contribuir muito para solucionar este caso, se a gente

<sup>3</sup> Entrevista presencial com Sebastião, realizada no dia 22 de agosto de 2019, em Brasília, durante atividades do Dia de Luta da População Em Situação de Rua promovido pelo MNPR.

soubesse que haveria o interesse em solucionar este caso, mas a gente sabe que não tem. A gente vai acabar depondo, testemunhando para pessoas que só querem saber o nosso endereço para nos matar depois (ENTREVISTA COM SEBASTIÃO, 22/08/2019)

Sebastião entende que o clamor por justiça que se originou neste episódio se deu porque não havia como esconder o aparecimento de tantos corpos, com as mesmas características de agressão, em diferentes pontos do centro de São Paulo. Em seu raciocínio, uma possível motivação para este crime hediondo seria afastar as pessoas em situação de rua da região do centro, o que seria do interesse dos comerciantes da região, que contratavam os serviços de seguranças particulares.

Entretanto, com a formação do movimento social e a luta política que encampou, deu-se o oposto: “essa indignação, essa revolta, essa dor foi o que provocou e acabou impulsionando a gente para se organizar em movimento, isso foi acontecendo, fomos se juntando pra lutar pela defesa dos direitos da população em situação de rua”, contou.

Encorajado pela conversa, perguntei-lhe o que acontecera no cemitério de Perus, durante o velório coletivo de cinco das vítimas fatais do massacre da Praça da Sé.

É uma imagem que guardo com muito peso, assim, esse negócio do massacre da Praça da Sé me atrapalha até hoje por questão de trabalho, de tocar uma vida normal. Eu não consigo, eu tô sempre perdendo oportunidades, deixando as coisas paradas pelo meio do caminho, isso afetou também relacionamentos financeiro, afetivo, espiritual. Tudo. E ali, entre aqueles caixões ali, e eram caixões de papelão, eu olhando aquelas pessoas, algumas tinham umas manchas roxas das pancadas, já estavam há algum tempo na geladeira, mas havia um caixão que tinha somente uma plaquinha, um papelãozinho escrito lá ‘desconhecido’. E aquilo ali foi muito gritante para a gente. O Padre Júlio, que estava fazendo essa missa de corpo presente, até tentou identificar a pessoa, surgiram alguns nomes das pessoas que diziam ‘é fulano’, ‘é beltrano’. Como não houve a confirmação precisa por documentos ou familiares, então, esta pessoa teve que ficar como desconhecida, porque ele estava como indigente e foi sepultado dessa forma. Isso foi muito chato para a gente, muito triste. Tanto é que o que a gente imaginava aconteceu, há um ano atrás o Padre Júlio pode constatar que essa pessoa já não existia mais lá, nos registros (do cemitério de Perus) de que foi sepultada no massacre da Praça da Sé. Constava as outras quatro, mas essa pessoa além de ser sepultada como indigente ela deixou de existir ali enquanto registro do cemitério. Não existe esse túmulo lá, não existe a possibilidade. (ENTREVISTA COM SEBASTIÃO, 22/08/2019)

Pude confirmar esta informação com o Padre Júlio Lancelotti, de que estas ossadas das vítimas do massacre da Praça da Sé já não estavam mais onde foram dispostas naquele cemitério. Provavelmente, como nenhuma parentela reclamou os restos mortais, estes foram transportados para um ossuário, em um procedimento usual na gestão dos cemitérios. Este caso, que poderíamos chamar como a quinta vítima do massacre da Praça da Sé, um dos corpos “desconhecidos”, reforça esta noção de obliteração da morte ao qual tenho sublinhado - que por sua vez está ancorada nos atravessamentos da invisibilidade social e, conseqüentemente, nos seus efeitos de reproduzibilidade e continuísmo na vida e para além da morte.

## PODER, VIDA E MORTE

Retorno a uma observação de De Lucca (2016), que acompanhou as primeiras mobilizações que sucederam o massacre da Praça da Sé em São Paulo. Para ele, “o que figura como problema público são as vidas e não as mortes de rua; enquanto as segundas são toleradas as primeiras não” (DE LUCCA, 2016, p. 38-39). O massacre da Praça da Sé e as origens do MNPR também foram registrados em outros trabalhos etnográficos, como os de Kasper (2006), Melo (2017) e Lemões (2017).

A centralidade da questão do morrer para o entendimento do fenômeno da situação de rua foi evidenciada por Kasper (2006), quando sugeriu que “existe uma multiplicidade de práticas, mais ou menos organizadas e agindo em escalas diversas, cada uma segundo sua lógica própria, porém apontando para uma direção comum, que é o extermínio da população de rua” (KASPER, 2006, p. 193). De massacre em massacre, entre os crimes e as mortes de todos os dias, se revela um extermínio silencioso e permanente.

A partir do contexto de reprodutibilidade da invisibilidade social, proponho a reflexão a partir desta noção de transferência das relações de poder da vida para a morte. Esta vítima do massacre sepultada como indigente devido ao anonimato – o corpo “desconhecido” -, já removida da cova de decomposição rápida e de paradeiro desconhecido parece ser a síntese deste processo deste processo de obliteração da morte que pressupõe um morrer socialmente diferenciado. A forma como as mortes da população em situação de rua são processadas burocraticamente realçam este caráter de diferenciação, a partir das clivagens da invisibilidade social, à medida em que friso esta noção de obliteração da morte que marca o processo de morrer dos socialmente invisíveis.

Outras etnografias já nos sugerem esta reprodutibilidade, por exemplo, as ocorreram no contexto do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro (IML-RJ). Neste contexto, Medeiros (2016; 2018) quando se deteve sobre as práticas, burocracias e moralidades neste local, apontou uma continuidade da discriminação durante os processos de gestão das mortes de vítimas da violência a partir das políticas de classificação e controle que, “ao invés de produzir justiça e memória, pautam-se numa política de morte para reproduzir a legitimidade do morrer e do matar” (MEDEIROS, 2018, p. 89). A autora sugeriu que, dada à centralidade da morte nestas rotinas de trabalho, constituía-se um regime necropolítico que, simultaneamente, cartorializava mortes e desumanizava corpos à medida em que, para cada cadáver, há que se construir uma narrativa em um processo de “matar o morto” (MEDEIROS, 2016; 2018). Outra etnografia, realizada por Ferreira (2009), nos arquivos do IML-RJ no período entre 1942 e 1960, refletiu sobre o quanto a burocracia estatal produz “categorizações que geram e perpetuam desigualdades duradouras” (FERREIRA, 2009, p. 159). A autora reflete sobre como a eclosão de corpos a serem retirados das vias públicas - e o processo posterior de identificação da sua “não-identidade” - revelavam e abarcavam informações sobre os uni-

versos sociais aos quais aqueles corpos pertenceram em vida.

Para tocar este limiar das clivagens do poder entre o morrer e o viver, trago a reflexão que Foucault (2010b) propôs sobre a categoria das *existências-relâmpago*, quando se desafiara a pensar uma antologia da infâmia. Ele partiu da exumação do vasto acervo da Biblioteca Nacional, interessando-se por arquivos de internamento, da polícia, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisão para pinçar fragmentos destas vidas marcadas sobretudo pela sua brevidade e violência, encontradas pela força do acaso ao irromper à luz depois de mais de dois séculos de silêncio.

O autor se surpreendeu com a potência daquelas narrativas em recontar, a partir de fragmentos do discurso, os fragmentos da realidade ais quais fizeram parte. Ainda que enxutos, estes textos dos livros de registros, que não possuíam mais do que duas ou três frases, reuniam uma crueza ímpar, um misto de beleza e terror extravasado através da intensidade da violência que atravessavam os relatos.

Alguém me dirá: isto é bem próprio de você, sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer. Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele que concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar as suas armadilhas. As falas breves e estridentes vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhe foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós (FOUCAULT, 2010b, p. 208)

Foi a partir desta provocação sobre as *existências-relâmpago*, que funcionam como cenas de dramaturgia que reencenam o real, que pretendi situar o caso do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada. Estas *existências-relâmpago* servem para balançar nosso entendimento sobre o mundo em que vivemos, a partir da temporalidade e da espacialidade que eclodem. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, século XXI.

Resta frisar que somente pude reuni-las a partir dos efeitos de múltiplos acasos, que fazem parte do contexto da minha inserção para a pesquisa etnográfica de acompanhamento das atividades do MNPR-RS. Faço a observação de que as narrativas sobre as *existências-relâmpago* destas pessoas que foram mortas em situação de rua de alguma maneira ecoam um massacre continuado, que tem como símbolo o massacre da Praça da Sé, mas que o antecede e ultrapassa-o. Representam uma insistência daqueles elementos que foram capazes de reunir e organizar um movimento social, constituindo uma luta social por direitos sociais galvanizada através do luto que vai de encontro a esta continuidade de um mas-



sacre que reverbera no tempo do presente. A partir do processo de repercussão das mortes de Paulo Ricardo, Rodrigo e Ana Maria, descrevo como estas foram capazes de articular e repactuar uma militância política a partir da categoria do luto.

## O HOMEM ALVEJADO

O caso do homem em situação de rua alvejado por cinco tiros, morto à luz do dia em uma praça no centro de Porto Alegre, nos possibilita retornarmos ao processo de gestão burocrática das mortes das pessoas em situação de rua para depois partirmos para uma reflexão sobre as relações de poder que compõe a soberania no mundo da rua a partir do processo de repercussão do seu luto através da mobilização de um movimento social. Tomo por empréstimo o entendimento de soberania de Mbembe (2018), como os processos que envolvem o fazer morrer, deixar morrer ou expor à morte.

Após o corpo do homem alvejado ficar quase duas semanas refrigerado no departamento médico-legal, mesmo com a identidade já confirmada, por se tratar de morte violenta, a liberação requeria que uma parentela consanguínea solicitasse a liberação do corpo para o sepultamento, o que gerava ainda mais consternação e sensação de impotência diante dos círculos a que fazia parte: o MNPR-RS e o jornal Boca de Rua. Esta demanda por encontrar os parentes de Paulo e reivindicar o corpo para o sepultamento surgiu em uma das primeiras atividades que participei quando decidi acompanhar as atividades deste movimento social, em março de 2017. Por vários fatores e simbolismos, esta morte teria um processo de repercussão a ser destacado, que fazia lembrar em vários sentidos a atuação que o movimento social adotou no contexto do massacre da Praça da Sé.

A gestão de todos os óbitos ocorridos no município de Porto Alegre é realizada por uma Central de Atendimento Funerário (CAF), responsável pela emissão de um documento chamado Guia de Autorização para Liberação e Sepultamento de Corpos (GALSC), obrigatório para o encaminhamento de todos os enterros ou cremações. A etnografia de Andrade Neves (2014) oferece um amplo detalhamento deste processo de gestão do morrer a partir do mercado funerário, revelando um processo social sujeito a controvérsias e definições contraditórias no contexto de um complexo interinstitucional.

A categoria que interessa é a que é classificada burocraticamente como os “óbitos não comercializáveis”, que são os sepultamentos oferecidos gratuitamente pela prefeitura municipal, a partir de um departamento de assistência social que atua presencialmente na CAF. Para esta categoria, como salienta Andrade Neves (2014), a pessoa morta não vivencia procedimentos de criação e manutenção da memória. O tratamento usual para estes casos é o oferecimento do traslado do corpo, de um caixão, um véu que cobre o corpo vestido ou nu, e uma despedida de trinta minutos. Posteriormente, o corpo é depositado em uma paisagem de cruzeiros numeradas, que são as covas de decomposição rápida, que não fazem referência ao nome, imagem ou qualquer informação que ligue o corpo inumado a uma identidade.

O corpo à espera de um familiar era o de Paulo Ricardo, 36 anos, cartunista e repórter do jornal Boca de Rua, militante do MNPR, que cuidava dos automóveis estacionados na Praça da Igreja Matriz. Ele improvisou um acampamento em um dos espaços gradeados da praça e fazia do espaço moradia havia alguns meses até aquela fatídica segunda-feira, dia 20 de março de 2017. Por volta das 17h20min, Paulo Ricardo estava na sua barraca improvisada, a qual fazia de moradia, quando foi surpreendido e alvejado por cinco disparos de arma de fogo. Atingido pelas costas, ele veio a óbito no local.

Com o assassinato, o local que Paulo Ricardo vivia virou uma cena de crime. O barraco de lona plástica onde dormia, o carrinho de supermercado onde guardava os poucos pertences, um colchão, caixotes de madeira, um balde, uma cadeira e a estrutura improvisada de um banco em um tronco de árvore decapado, um espelho e uma mangueira estavam dispostos no espaço gradeado. De uma árvore até a outra, uma corda esticada dava sustentação para alguns lençóis, cobertores e lonas plásticas, que faziam as vezes de paredes. Sobre as grades metálicas, outros cobertores estavam estendidos, assim como uma toalha e uma sacola com o logotipo do jornal Boca de Rua. Jazia ali um corpo de um homem branco, de olhos e cabelos pretos, um metro e setenta centímetros, setenta e três quilos, que fora alvejado ao lado do barraco. Em uma das árvores, uma palmeira imperial, que ficava no espaço gradeado e que servia como base para a estrutura de lonas, sobressaía-se uma bandeira de cor azul do movimento social que o Paulinho, como era conhecido, militava: o MNPR.

A morte de Paulo Ricardo desencadeou uma disputa de narrativas, percepções e moralidades. A política militar tratou de colocar a vítima sobre suspeição - em entrevista oferecida ainda na cena do crime, com o trabalho da perícia ao fundo - ao mencionar um antecedente na sua ficha criminal por posse de entorpecentes, como forma de tornar a execução autoexplicativa, a partir da presunção de vínculo entre Paulo e os atiradores. Sinteticamente, a partir da reprodução de uma linha de investigação que apontava o crime enquanto uma execução, um "acerto de contas", uma "disputa por território entre traficantes", os veículos de comunicação tratavam de desidratar o interesse público do caso vinculando a situação de rua da vítima à criminalidade.

Melo (2017), quando se debruçou sobre a questão das mortes de pessoas em situação de rua, destacou a noção de "presunção de violência endógena". Nas palavras do autor, há uma fórmula que se repete: o fator situação de rua quando atrelado ao consumo de drogas servir para, quando não dar os casos por encerrados, esvaziar o interesse público, tornando os crimes autoexplicativos e legitimando a ação dos agressores.

Quando as mortes são atreladas às insistentes representações sobre a criminalização da população de rua, culmina no que venho me referindo como presunção de violência endógena: forma compulsiva de explicar ou entender determinados atos, presumindo que os perpetradores são sempre pessoas do mesmo grupo da vítima, balizado pelos estigmas do grupo social a que pertencem e que se supõem propensos à violência, degeneração, crime, dentre outros atributos negativos. Frequentemente, o processo culmina na legitimação dos atos enquanto auto evidentes e previsíveis, provocando também indiferença, culpabilização e negação de sua condição de vítima (MELO, 2017, p. 119).

Os militantes e apoiadores do MNPR, assim como os integrantes do jornal Boca de Rua, ficaram descontentes com a forma como Paulinho foi representado. Se mobilizaram para promover um ato e uma vigília para ele na Praça da Matriz. Esta atividade ficou marcada por um protesto em frente ao Tribunal de Justiça e uma homenagem no local onde foi assassinado. Este evento foi divulgado nas redes sociais com o nome: “Luto e luta contra o extermínio da população de rua” (Notas etnográficas, 05/04/2017). No dia do ato, uma exposição das memórias de Paulo Ricardo através de fotografias, desenhos e peças de artesanato por ele produzidas, além de um comprovante de matrícula em uma escola de artes plásticas fora improvisada no espaço gradeado. Este elemento do comprovante de matrícula, que reforçava o vínculo com uma profissão e com a capacitação, desarmava o estereótipo de criminoso que havia sido criado.

O gesto de expor estes materiais representou a reunião de outros vestígios sobre sua vida no lugar onde foi morto, o que serviu por um momento para monumentalizar a existência de Paulinho, um reconhecimento a sua trajetória e manifestação coletiva do luto. Trajando vestes pretas, portando cartazes, as pessoas que participaram da vigília em sua homenagem acenderam “velas da visibilidade” para que sua morte fosse lembrada; para que ele escapasse a dinâmica do “número invisível” – aquela fatídica paisagem de cruzes numeradas.



Ilustração 1: Autor: Calvin Da Cas Furtado. Data da fotografia: 05/04/2017.

Legenda: Pessoas em situação de rua prestam luto em homenagem a Paulo Ricardo e acendem as “velas da visibilidade” no local onde foi assassinado.

O processo de repercussão desta morte permitiu que o MNPR acessasse a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (AL-RS) e conseguisse a promoção de uma audiência pública – “Extermínio, agressões e falta de políticas públicas para o povo da rua”. Neste ínterim, entre a solicitação e a realização da atividade, outros dois casos de

assassinato de pessoas em situação de rua ocorridos na região do Centro de Porto Alegre foram denunciados.

O inquérito sobre o assassinato de Paulo Ricardo rendeu três acusações para dois adultos e um menor de idade, que planejaram e executaram o crime. Na investigação, contou que Paulinho recusou uma oferta para vender drogas na praça onde morava para um facção criminosa, desentendendo-se com dois jovens traficantes, que lhe mataram coma a ajuda de um terceiro.

## O HOMEM ESPANCADO

Durante uma primeira reunião da CCDH, dias após o ato em homenagem a Paulo Ricardo, quando o MNPR-RS foi convidado a ir até a AL-RS, foi sugerida a realização de uma audiência pública que tratasse a questão do extermínio da população em situação de rua. No encontro, houve a denúncia sobre outro caso de assassinato de uma pessoa em situação de rua.

Uma das integrantes da organização não-governamental que coordena o Jornal Boca de Rua assegurou que outro repórter, um homem negro, havia sido morto, em decorrência de um espancamento.

Este homem negro em situação de rua se chamava Rodrigo e era conhecido por todos como "Pelezinho". Foi espancado e depois veio a óbito em decorrência dos ferimentos que sofreu quando foi agredido por um grupo de torcedores que regressavam de um jogo de futebol. No dia 18 de março de 2017, um sábado, por volta das 20h, após o término de um jogo do Internacional com o São Paulo de Rio Grande, pelo campeonato estadual, ele estava em um semáforo próximo ao local onde vivia, na região da Orla do Gasômetro. Ali vendia os seus exemplares do jornal do Boca de Rua pelas janelas dos ônibus que transportavam os torcedores que retornavam do estádio Beira-Rio em direção a saída da cidade.

Os companheiros de rua que testemunharam o que lhe aconteceu estavam indignados com a covardia. Contaram que quando vendia os jornais no semáforo, algumas pessoas que estavam dentro dos ônibus pegaram alguns e não lhe pagaram o valor de R\$ 2,00. Este impasse se repetiu algumas vezes até que Rodrigo reagiu e jogou uma pedra na lataria de um dos ônibus. Esta pedra arremessada contra a lataria de um ônibus mudaria abruptamente e para sempre o destino de Rodrigo.

O motorista do ônibus parou o veículo e abriu a porta, ao passo que um grupo de torcedores do Internacional desceu e passou a perseguir Rodrigo. Alcançado, sozinho, sem condições de se defender, ele foi espancado com socos e chutes. Nocauteado, atirado ao chão devido as agressões, uma cena ficou para marcada na memória dos companheiros de rua que assistiam a cena sem poder socorrê-lo. Após a primeira onda de agressões, Rodrigo estava sentado e gesticulava para que os agressores parassem, então, um homem lhe bateu na cabeça com um taco de basebol. Depois disso, não acordou mais.

Rodrigo já estava inconsciente, com o corpo jogado ao chão, quando os companheiros se aproximaram e começaram a clamar por socorro. Não havia um telefone para que eles ligassem para uma ambulância. Trouxeram um colchão e deitaram Rodrigo em cima. Um carro dos bombeiros se aproximou, um homem desceu, analisou a situação e chamou a emergência. Neste ínterim, uma viatura da polícia militar também se aproximou. Os policiais militares ouviram o relato dos colegas que socorriam Rodrigo e nada fizeram. Ele foi encaminhado ao hospital. Apresentava sinais vitais, mas permanecia inconsciente. Resistiu por nove dias depois em estado de coma em uma unidade de terapia intensiva até que faleceu, devido as agressões. Sofreu um traumatismo craniano. Assim como os seus algozes, o grupo de jovens brancos, Rodrigo também era torcedor do Internacional.

Um dos companheiros de rua de Rodrigo com quem conversei, disse que esteve no grupo que ficou de localizar e avisar os seus pais, durante o período que esteve hospitalizado em estado de coma. Ele conseguiu encontrar o pai de Rodrigo na zona sul de Porto Alegre. Antes da situação de rua, o homem e Rodrigo eram da mesma comunidade. Contou que o apelido de “Pelezinho” era por causa da habilidade com a bola no pé. O fato de ter localizado os familiares em alguma medida confortava o homem. Apesar de ter se confirmado o óbito do amigo, disse que pelo menos Rodrigo fora enterrado na presença dos familiares, não como um indigente.

O inquérito policial que investiga o assassinato permanece em aberto; isto é, ainda não fora oferecida denúncia sobre os agressores de Rodrigo ao Ministério Público e me foi negado acesso aos documentos.

## A MULHER ESTRANGULADA

Durante a audiência pública promovida pela CCDH da AL-RS, que foi divulgada com o nome de “Extermínio, agressões e falta de políticas públicas para o povo da rua”, um terceiro assassinato, desta vez uma mulher negra, encontrada morta dentro de um container de lixo no centro, foi denunciado para uma plateia de mais de duzentas pessoas no dia 24 de maio de 2017.

Ana Maria era uma mulher “preta” e “solteira” residente na “moradora de rua nº 100/casa”, segundo os registros da certidão de óbito e do boletim de ocorrência de quando foi encontrada morta. Morreu de morte violenta aos 29 anos. Seu corpo foi encontrado às 11h40min do dia 24 de abril de 2017, um sábado, dentro de um container de coleta de lixo no Centro de Porto Alegre.

Estava nua, enrolada em uma lona plástica preta com hematomas e escoriações no rosto - próximo aos olhos e aos lábios - com um cadarço de tênis enrolado no pescoço. Próximo ao corpo, estava uma sacola plástica com uma cópia do seu documento de identidade, graças ao qual foi possível a sua rápida identificação. Tinha um metro e cinquenta e cinco centímetros e pesava quarenta e oito quilos. O laudo pericial apontou uma “asfixia mecânica consecutiva a es-

trangulamento” sem sinais de luta ou violência sexual. Confirmou também um sangramento no nariz, a dilatação das pupilas e duas costelas quebradas. No antebraço direito, havia uma tatuagem com a inscrição “mãe, amor eterno” seguida de duas borboletas.

Em abril de 2017, Ana Maria tinha voltado a procurar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que atende jovens e adultos em situação ou trajetória de rua. No dia em que o MNPR foi até a assembleia legislativa para solicitar a realização da audiência pública, Ana Maria estava presente. Naquela ocasião, já apresentava sintomas de confusão e desorientação mental, conforme os relatos de professores e de colegas. Através da escola, foi feito o contato para que uma equipe socioassistencial, que era vinculada a uma organização não-governamental conveniada com a secretaria assistência social da prefeitura municipal, lhe encaminhasse para algum atendimento clínico. Os últimos registros do percurso institucional que Ana Maria foi submetida até ser encontrada morta são esclarecedores quando pensamos certo traço necropolítico do Estado.

Em fevereiro de 2017, ela apareceu em frente à sede desta entidade que presta serviços de assistência social. Apresentava um quadro de desorganização extrema, proferindo xingamentos a pessoas aleatórias que transitavam pela rua, mas também para pessoas imaginárias, deslocando-se no meio da rua, entre os veículos que passavam, colocando-se em risco. Quando foi ouvida por uma equipe de profissionais, Ana Maria alternou momentos de lucidez com momentos de confusão mental, evocando memórias de experiências de vida e lembranças do convívio familiar. Era usuária de drogas, soropositiva, tinha histórico de tuberculose e corria o risco de perder a visão devido ao não tratamento de um herpes ocular.

Ainda no mês de fevereiro de 2017, foi encaminhada para um posto de saúde, que a enviou ao banco de olhos. Lá, Ana Maria foi diagnosticada com ceratite herpética e lhe foram disponibilizados os medicamentos. Cientes de que não havia realizado o tratamento de forma adequada em outra oportunidade, a equipe de acompanhamento lhe falou do risco da perda da visão. Lhe foi sugerido uma internação para tratar dos olhos e foi feita a proposta de que continuaria sendo acompanhada por aquela equipe. Contudo, apesar dos esforços, Ana Maria desapareceu durante todo o mês de março de 2017.

Um novo arranjo para uma internação compulsória de Ana Maria foi realizado entre a escola, equipe de acompanhamento e equipe jurídica da entidade. Após sua interdição, viabilizada através poder judiciário, ela foi internada, no mês de abril, após ser localizada. Foi encaminhada para uma emergência psiquiátrica, onde permaneceu internada para aguardar uma vaga em um hospital especializado. Iniciou-se o tratamento para a ceratite herpética e foram realizados exames como o hemograma, o exame de gravidez e o teste de tuberculose. Quando surgiu, enfim, uma vaga, Ana Maria foi encaminhada para um hospital de Porto Alegre, contudo, a internação não foi realizada pelo fato de ela estar desacompanhada. Retornou, então, para a emergência psiquiátrica, de onde foi encaminhada a

um albergue pela equipe de acompanhamento após receber alta.

Na noite seguinte, quando a equipe foi até o albergue continuar o acompanhamento, com a intenção de lhe oferecer abrigo em outra instituição, Ana Maria não foi localizada. Foram informados de que uma assembleia interna, entre os profissionais do albergue e as mulheres que utilizavam o serviço, decidiu que ela não poderia permanecer naquele espaço.

Após não poder acessar este albergue, Ana Maria não foi localizada pela equipe de abordagem, no início da noite de uma quinta-feira, e retornou à rua, onde foi encontrada morta, estrangulada, nua, dentro de um container de lixo na manhã do sábado. O inquérito policial sobre a morte de Ana Maria foi arquivado porque apurou que o seu assassino, outra pessoa em situação de rua, fora assassinada dias após comparecer à delegacia especializada e assumir a autoria do crime.

## FLESHES DA CONCLUSÃO

Procurei refletir sobre como a população em situação de rua experimenta um processo de morrer que é socialmente diferenciado a partir dos atravessamentos da invisibilidade social entre os processos que compõe a vida e a morte desta categoria social. A partir da noção de que este morrer socialmente diferenciado configura uma obliteração da morte, visualizei que estes atravessamentos da invisibilidade social estão presentes tanto nos processos que estruturam a morte social, através da erosão da cidadania de uma categoria que sequer é contabilizada, quanto na morte biológica, desde uma paisagem formada pelas covas de decomposição rápida numeradas e padronizadas. Esta erosão da cidadania se completa nas covas de decomposição rápida, as covas rasas, que assim foram projetadas para acelerar o tempo da decomposição de um corpo. Em alguma medida, elas são um dispositivo de fazer desaparecer os socialmente invisíveis, que constituem uma incontável massa anônima e ingovernável. Tomemos como síntese a narrativa sobre o “desconhecido”, vítima do massacre da Praça da Sé, que foi sepultado no cemitério de Perus, e hoje sequer consta nos registros do cemitério. De maneira semelhante, Paulo Ricardo e Ana Maria foram processados da mesma maneira, ao contrário de Rodrigo, onde houve mediação com a família biológica.

Chama a atenção esta centralidade dos processos do morrer quando nos detemos ao fenômeno da situação de rua, especialmente no Brasil. Demonstrei que o histórico de fundação do MNPR ocorre justamente a partir da articulação da categoria do luto com uma luta política marcada pelo advento de um massacre. Através dos três assassinatos que registrei ao longo da pesquisa etnográfica, foi possível acompanhar uma narrativa que praticamente reproduziu os simbolismos, moralidades e discursos que remetem ao processo de formação deste movimento social. O breve clarão das *existências-relâmpago* do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada demonstrou que as relações de

poder que compõe a soberania encontram na situação de rua um lócus propício para assentamento em um regime necropolítico, que silenciosa e continuamente faz morrer, como fez a Paulo, deixa morrer, como deixou a Rodrigo, ou expõe à morte, como foi exposta Ana Maria. Este trabalho tentou trazer as “velas da visibilidade”, que foram oferecidas ao Paulinho, de modo a clarificar um processo de morte outro, reservado aos socialmente invisíveis. Aquele que sobretudo é marcado pela obliteração, atravessado pelas clivagens da invisibilidade social ao encontro daquilo que seria o esquecimento social.

Somente foi possível recontar estas histórias a partir da pesquisa etnográfica. Os detalhes mais específicos foram fiéis à consulta realizada aos inquiridos policiais que investigaram estas mortes. Um jovem de 19 anos, integrante de uma facção criminosa de Porto Alegre, confessou ter assassinado Paulo Ricardo porque ele havia recusado uma proposta de integrar um esquema de venda de drogas no ponto em que ele fazia de moradia. Um homem de 36 confessou ter assassinado Ana Maria pela quantia de R\$ 300,00, depois de terem consumido *crack* e feito sexo no interior de uma barraca de lona preta, há dez metros do container onde ela foi encontrada morta. O inquérito policial sobre a morte de Rodrigo permanece em aberto e não foi autorizada a consulta, sob o argumento de não atrapalhar as investigações. A certeza é a de que os agressores de Rodrigo permanecem impunes até hoje.

O homem alvejado, o homem espancado e a mulher estrangulada são metáforas, marcos narrativos que encarnam a experiência de um *devir-negro do mundo*, como descreveu Mbembe (2017; 2018). A partir do entendimento de que existem vidas que podem ser sistematicamente negligenciadas até a morte, que podem ser obrigadas a conviver com uma exposição diferenciada à violência e à morte, como nos sugeriu Butler (2017), se faz perceber a permanência das condições de possibilidades que permitem que a situação de rua mantenha uma intrínseca relação com a morte; daí o seu traço necropolítico.

De massacre em massacre, a cada morte morrida ou matada, em meio às incontáveis tragédias de todos os dias, se faz observar um processo contínuo e silencioso de extermínio da população em situação de rua, que remete ao processo civilizacional do Brasil, profundamente marcado pelas feridas abertas da experiência colonial. A cada Paulo Ricardo, Rodrigo ou Ana Maria, contudo, a cada novo Galdino, Cosme ou Pantera, se repactua também os sentidos de uma militância que luta pela vida; para escapar a dinâmica do “número invisível”, para não serem aniquilados no choque com o poder.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE NEVES, Marcos Freire de. *Por onde vivem os mortos: o processo de fabricação da morte e da pessoa morta no segmento funerário de Porto Alegre*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre, 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório*. Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL. *Presidência da República*. Decreto Presidencial nº 7043, de 23 de dezembro de 2009a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Último acesso em: 15/01/2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. - - Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* / Judith Butler; tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. - 1. Ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo, 2007.

DE LUCCA, Daniel. *Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro*. IN. *Novas faces da vida na rua*. Org. RUI, MARTINEZ, FELTRAN. - São Carlos : EdUFSCar, 2016.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis : Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*; tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 6ª ed, 1985.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*; organização e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro, Edições Graal, 16ª ed, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*; edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana ; tradução de Eduardo Brandão ; revisão da tradução Claudia Berlinger. - São Paulo : Martins Fontes, 2008a

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*; edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana ; tradução de Eduardo Brandão ; revisão da tradução Claudia Berlinger. - São Paulo : Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. – 2ª ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber* / Michel Foucault; organização e seleção de textos, Manoel de Barros da Motta; tradução, Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – 2ª ed. – Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2010b.

KASPER, Christian Pierre. *Habitar a rua*. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Campinas, 2006.

LEMÕES, Tiago. *Das vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre, 2017.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. / Mbembe, Achille; tradução Marta Lança; revisão L. Baptista Coelho. 2ª Ed. Lisboa : Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. / Mbembe, Achille; tradução Renata Santini; revisão técnica Cezar Bartholomeu. 3ª Ed. São Paulo : n-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, Flávia. *Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro* / Flavia Medeiros. – Niterói : Eduff, 2016

MEDEIROS, Flávia. *O morto no lugar dos mortos: classificações, sistemas de controle e necropolítica no Rio de Janeiro*. Revista M, v. 3, n. 5, p. 72-91. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/8186>. Acessado em 18 dez. 2020.

MELO, Tomás. *A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*. Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Curitiba, 2011.

MELO, Tomás. *Política dos improváveis: percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)*. Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2017.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *Elementos para uma estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

SCHUCH, Patrice. *A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil*. IN. Ciência, identificação e tecnologias de governo / org. Claudia Fonseca e Helena Machado. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.

Diego Fernandes Dias Severo<sup>1</sup>

**Artigo livre**  
**ESPACIALIDADES E SOCIABILIDADES**  
**POLÍTICAS KANHGÁG<sup>2</sup>**

**KANHGÁG'S POLITICAL SPACIALITIES AND**  
**SOCIABILITIES**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

<sup>2</sup> Utilizo o termo "kanhgág" no idioma indígena, conforme a padronização realizada por Ursula Gojtéj Wiesemann (2002), assim como a referência atual com que tem trabalhado os professores bilíngues. Ao longo do texto utilizo o recurso itálico para os conceitos: *êmã mág*, *êmã sí*, *vãre*, *in*, *kofá*, *jamré* e outros, enquanto utilizo os nomes dos interlocutores sem itálico, como Pénry, Kag-nãg etc.

## RESUMO

Este trabalho busca analisar as espacialidades políticas kanhgág no Rio Grande do Sul. A partir da pesquisa etnográfica e da etnologia ameríndia, enfatizaremos quatro espaços de constituição da política: a *in* (Casa), o *vãre* (acampamento), as *ẽmã sĩ* (aldeias pequenas) e as *ẽmã mág* (aldeias grandes). Estes se consolidam a partir do deslocamento de grupos das *ẽmã mág* para locais onde comercializavam artesanatos e passam a reivindicar um território presente na memória dos *kofá* (velhos), e, para isso, articulam elementos diacríticos direcionados aos *fóg* (brancos), acionando elementos que diferenciem as *ẽmã sĩ* das *ẽmã mág*. Nesse sentido, o *vãre* organiza a coesão dos diferentes grupos diante do inimigo comum, os brancos, e se reelabora nas *ẽmã sĩ*, onde a “exterioridade” dos grupos familiares passa a alimentar a disputa “interna”, que passa a reproduzir, em um território restrito a organização das *ẽmã mág*. Desse modo, conclui-se que a política kanhgág reproduz a mesma espacialidade nas *ẽmã sĩ* e nas *ẽmã mág*, tendo as primeiras experimentado a coesão proporcionada pelo *vãre*, que exige uma etiqueta cotidiana diversa da presente nas *ẽmã mág*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espacialidades; Política Ameríndia; Kanhgág; Etnologia.

---

## ABSTRACT

This study seeks to analyze the kanhgág's political spatialities in Rio Grande do Sul. According to the ethnographic research and the ameríndia ethnology, we focus in four spaces of political constitution: the *in* (House), the *vãre* (camping), the *ẽmã sĩ* (the small villages) and the *ẽmã mág* (large villages). These consolidate themselves according to the displacement of groups from *ẽmã mág* to places where handicrafts were sold and, for this, they articulate diacritic elements that were directed to *fóg* (whites). This articulation is responsible for elements that differentiate the *ẽmã sĩ* to the *ẽmã mág*. In this way, the *vãre* organizes the cohesion of different groups in the face of a common enemy: the whites. Besides it redraws in *ẽmã sĩ*, where the “exteriority” of familiar groups starts to feed the “internal” competition, which is characterized to reproduce, in a restrict territory, the organization of *ẽmã mág*. So, it can be concluded the kanhgág politics reproduces the same spaciality in *ẽmã mág* and in *ẽmã mág*. The former experimented the cohesion provided by the *vãre*. It requires a daily tag different from the ones that are present in the *ẽmã mág*.

**KEYWORDS:** Spacialities; Ameríndia's Politics; Kanhgág; Ethnology.

## INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1990, de forma mais intensa, grupos familiares kanhgág buscam nas cidades espaços para viver e comercializar seus trabalhos artesanais. No Rio Grande do Sul, a maioria dos kanhgág residentes no município de Porto Alegre e proximidades deixou a Terra Indígena Nonoai (TI Nonoai) por desavenças políticas<sup>1</sup>, procura de oportunidades de renda<sup>2</sup> e o desejo de mapear territorialidades presentes na memória dos *kofá* (velhos). Com o passar dos anos as lideranças nas cidades conquistaram alguns territórios, denominadas *êmã sī* (aldeias pequenas), que abrigam diversos grupos domésticos que optam por viver junto aos parentes já residentes ou deslocados por conflitos ocorridos nas terras indígenas, denominadas *êmã mág* (aldeias grandes).

A constituição de aldeias nas cidades, *êmã sī*, se inicia com uma reivindicação e o estabelecimento de um *vāre*, acampamento. No *vāre* são realizados os primeiros embates com os *fóg* (brancos) e os grupos kanhgág se apresentam coesos e determinados a enfrentar os desafios e apresentar sinais diacríticos de sua cultura. No processo reivindicatório buscam afastar-se dos acontecimentos nas *êmã mág*, apontando novas práticas políticas e o ideal de vida em harmonia entre os grupos, com a natureza e com os brancos.

Esse artigo objetiva apresentar algumas espacialidades Kanhgág que correspondem ao domínio político Kanhgág. Enfatizarei, a partir da experiência etnográfica e dos dados etnológicos kanhgág, as relações no âmbito da *in* (Casa), a definição e a organização das *êmã mág* (aldeias grandes) e sua relação entre as *êmã* (aldeias), a importância e o caráter de mediação do *vāre* (acampamento), e, por fim, a definição e a organização de algumas *êmã sī* (aldeias pequenas). Ao fim do texto, se perceberá que a estabilidade aldeã – tanto nas *êmã mág*, quanto nas *êmã sī* – proporciona o exercício político dos diferentes grupos, centrada no domínio da *in* (Casa).

A *in* (Casa) é o espaço primordial de sociabilidade, nela o grupo doméstico corrige os comportamentos dos mais jovens, alicerça alianças, articula estratégias contra seus opositores e domestica a alteridade. A partir da *in* se constitui as demais espacialidades, uma *êmã mág* (aldeia grande) é composta por várias *êmã* (aldeias) com uma central (Posto ou Sede), que delimita para as demais seus rumos políticos.

O *vāre* (acampamento de conquista territorial) constitui um momento limiar entre os kanhgág, diferentemente das *êmã mág*, ali estão todos com os barracos próximos, vivendo com famílias que muitas vezes possuem experiências e comportamentos distintos e buscam unir todas as diferenças e apresentar coesão

<sup>1</sup> Por política se entende aqui a dimensão das relações sociais entre os grupos, a etiqueta nos relacionamentos, a tomada de decisões coletivas e todo o conjunto de elementos que afeta a dimensão da construção cotidiana.

<sup>2</sup> Em muitas terras indígenas o território foi devastado pelas políticas indigenistas oficiais (SPI e Funai), causando perda das florestas e profunda modificação da subsistência indígena, nesse contexto, grupos familiares produzem artesanatos com taquaras e cipós, predominantemente, e viajam para as cidades a fim de comercializar seus trabalhos.

diante do inimigo maior, os brancos, em busca da constituição de uma *ẽmã sĩ*. Nas *ẽmã sĩ* os brancos seguem como opositores (especialmente os do “governo”), contudo a condição estável do território permite que as oposições “internas” (entre grupos) aflorem sua “externalidade” (entre diferentes *in* (Casas)).

## OS KANHGÁG, JÊ MERIDIONAIS

Os *Kanhgág* são a terceira maior população indígena do Brasil, com cerca de 40 mil pessoas que habitam terras indígenas, acampamentos e aldeias localizadas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Linguística e culturalmente, estão ligados ao Tronco Jê, ao qual também são classificados os *Xavante*, os *Xokleng*, os *Apinajé*, os *Krahô*, os *Kayapó* entre outros.

Uma das principais características que une as diversas populações Jê é sua complexa organização social, em metades clônicas, classes de idade e grupos masculinos. Em algumas dessas sociedades, a disposição das casas no plano aldeão reflete a organização social, onde a circularidade da aldeia permite que os grupos políticos sejam facilmente identificados. Entre os *Kanhgág* os núcleos residenciais não estão dispostos de forma circular, as “famílias” (grupamento de *kanhkó* (parentes)) vivem próximas, alinhando suas relações cotidianas e produzindo amabilidades enquanto se afastam de grupos considerados opostos.

Os *Kanhgág* vivem nos estados brasileiros com maior densidade populacional e de grande desenvolvimento agrícola e industrial. As terras indígenas *Kanhgág* atualmente representam um espaço muito inferior a sua territorialização tradicional. Outrora, os territórios:

articulavam várias aldeias [que] foram sendo gradativamente fragmentados e reduzidos às atuais terras indígenas. É notável, porém, que reproduzem um padrão de assimetria interaldeã. A unidade territorial interaldeã que outrora fora constituída pelas aldeias centrais se transformou, ao longo do processo de desterritorialização, nas terras indígenas delimitadas às quais são organizadas com uma aldeia central, denominada Sede. Menor abrangência das unidades territoriais, adensamento demográfico e redução das possibilidades de produção de novos territórios, porém continuidade dos padrões de assentamento interaldeãos. (GÓES, 2018, p. 167, inserções minhas)

O processo de aldeamento no Rio Grande do Sul teve seu início com a tentativa de reunir todos os grupos *kanhgág* dispersos pelo estado no aldeamento de Nonoai, em 1846 (SIMONIAN, 1981). A área delimitada não respeitava os limites territoriais entre os grupos, tal como suas divergências, que muitas vezes eram irreconciliáveis, como o conflito entre os caciques Braga e Doble (MABILDE, 1983). Percebendo a falta de sucesso no empreendimento, foram estabelecidos, naquele momento, três grandes aldeamentos: Nonoai, Guarita e Campo do Meio; que hoje já sofreram grande perda territorial, mas que os *kanhgág* conseguiram retomar delimitando áreas indígenas, em algumas parcelas desse território.

Atualmente a maioria da população kanhgág vive nas terras indígenas demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), alguns grupos fundaram aldeias nos municípios de Porto Alegre, São Leopoldo, Pelotas, Santa Maria, Canela, Lajeado, Tabai, Estrela e Farroupilha (todas no Rio Grande do Sul), acionando signos diacríticos para construir sua diferença em relação com os brancos e retomar áreas habitadas e perdidas durante o processo colonial.

Apesar da destruição de seu território tradicional, através da delimitação e da derrubada das florestas, os kanhgág encontraram formas de criar sua vida sob uma perspectiva própria. A partir dos anos 1970, os kanhgág da TI Nonoai expulsaram mais de 30 mil posseiros de suas terras e, nos anos 1990 retomaram duas grandes áreas invadidas por agricultores brancos, e passaram a ter o controle de um Parque Florestal Estadual criado em território indígena. Nas cidades, as famílias articulam a vida na metrópole urbana com a coleta de materiais para a confecção de artesanatos e sua comercialização, lutam por atendimento de saúde e educação em suas aldeias, participam dos processos eleitorais tornando-se protagonistas nas interações municipais, ingressam nas universidades e buscam realizar atividades culturais em seus espaços, apresentando aos brancos os costumes kanhgág.

O processo de deslocamento de grupos kanhgág para as cidades mostra a continuidade dos processos conflituosos entre lideranças. A dificuldade da criação dos grandes aldeamentos no século XIX é a mesma encontrada atualmente, a reunião de lideranças prestigiosas em um determinado espaço, a impossibilidade ou limitação de recursos para a diversidade econômica, a imposição de restrições habitacionais e ainda a grande diversidade de posições encontradas entre os kanhgág sobre sua política, mobiliza grupos a lutarem pela posição de chefia, caso que impulsiona, em alguns casos, a saída do grupo derrotado. Esse, busca na criação de outra aldeia a reconstrução de sua vida.

## ESPACIALIDADES JÊ

Uma *ēmã* (aldeia, na língua kanhgág) pertencente a um conjunto delimitado, uma terra indígena, é uma “aldeia” periférica do que os kanhgág denominam *ēmã mág* (aldeia grande, *ēmã*=lugar, habitação / *mág*=grande, alto). A organização de uma *ēmã mág* será apresentada em seguida, por ora, é necessário ressaltar que os Kanhgág, diferentemente de outras populações Jê-Bororo, não se dispõem no território a partir de seu sistema de metades ou clãs.

Segundo Claude Lévi-Strauss (2017 [1958], p. 144), a aldeia Bororo possui uma estrutura concêntrica e várias estruturas diamétrais. Seu concentristo encontra-se na centralidade da casa dos homens, onde vivem os solteiros e se realizam as reuniões dos homens casados (proibida as mulheres), em volta a essa, existe um terreno circular, o pátio de dança, desse local, trilhas levam as casas das famílias, organizadas de forma circular, próximas a floresta, na periferia.

Em seu aspecto diametral, a aldeia Bororo se divide em “metades por um eixo leste-oeste que reparte os oito clãs em dois grupos de quatro” (LÉVI-STRAUSS, 2017 [1958], p. 144), esse eixo é atravessado por um perpendicular a ele, que “redistribui os oito clãs em dois outros grupos de quatro, chamados respectivamente ‘de cima’ e ‘de baixo’” (idem). Essa disposição, segundo o autor, também se reproduz nos acampamentos improvisados: “caso em que as mulheres e crianças se instalam em círculo na periferia, segundo a ordem de localização dos clãs, enquanto os rapazes limpam no centro uma área que faz as vezes de casa dos homens e pátio de dança” (p. 144).

Terence Turner (1992), aponta que o contato Kayapó com a “sociedade envolvente” fez com que cada aldeia perdesse sua autonomia política e econômica, perdendo sua “autossuficiência” após o estabelecimento de relações constantes. Sobre o plano da aldeia, Turner (1992, p. 317) descreve as aldeias kayapó organizadas em círculos ou “casas de famílias extensas em torno de uma praça central, onde havia uma casa dos homens”.

Segundo o autor, no passado algumas aldeias possuíam duas casas dos homens, uma no lado leste e outra no oeste, com até três círculos concêntricos de casas, porém, em seu contexto etnográfico, relata que algumas aldeias são formadas por “linhas paralelas de casas ao longo de uma ‘rua’ central [...]”. Nesses casos, a casa dos homens se encontra numa das extremidades ou no centro dessa ‘rua’, que serve de local de dança ritual” (TURNER, 1992, p. 317).

Entre os Kayapó e os Bororo se destacam, no plano da aldeia, sua circularidade, a existência da “casa dos homens” no centro e a organização das metades a partir das residências. O local de encontros políticos é o centro — como apontam os autores, assim como outros estudos sobre os Jê (MAYBURY-LEWIS, 1984) —, lugar em que os homens negociam e disputam os rumos do grupo.

Entre os Kanhgág, essa espacialidade circular não é encontrada. No entanto, é possível afirmar que um conjunto de residências representa uma unidade política, ou, ao menos uma célula de um complexo maior, essa *in* (Casa), estabelecida em uma *êmã* (aldeia) faz parte dos rumos políticos do grupo. Sendo ela periférica em uma *êmã mág* (aldeia grande), ficará submetida à sede e sob a liderança do cacique, apenas um para a *êmã mág* (aldeia grande).

No caso de uma *êmã sî* (aldeia pequena), o menor espaço territorial possibilita uma maior interação e, conseqüentemente, disputa política, e o “centro” se funda no espaço do “Centro Cultural”, local onde se realizam as festas, os rituais e as reuniões políticas, sempre com a participação de todos os residentes, mas com os homens na primeira parte do círculo e as mulheres a sua volta.

Entre uma e outra formação (a *êmã mág* e a *êmã sî*), os *vãre* (acampamentos) representam uma forma distintas das duas. Nesse sentido, ele parece possibilitar a coesão ao grupo após um rompimento de uma *êmã mág*, uma vez que as diferenças entre os grupos domésticos se anulam momentaneamente, para retornarem a seu ápice na nova *êmã sî*.



## **/IN (CASA): NÚCLEO DA SOCIABILIDADE KANHGÁG**

O espaço primordial de sociabilidade de um grupo doméstico *kanhgág* é o espaço da *in sī*, a casinha do fogo. Em geral ela está disposta nos fundos da residência do casal mais velho do grupo doméstico, que, na maioria das vezes é liderado pelo homem, *kofá* (velho), o *cabeça*. Atualmente, com as casas realizadas por projetos junto às prefeituras, elas não dispõem de estrutura para o fogo de chão, o que impõe a construção de uma pequena peça nos fundos da residência. No entanto, alguns *kanhgág* residentes nas *ēmã sī* (aldeias pequenas), que não dispõem de muito espaço entre as residências, fazem o fogo na “sala-cozinha”.

Na *in sī*, o *cabeça*, reúne seus filhos e filhas, noras e genros, netos e netas, aliados próximos, visitantes e, eventualmente, *fóg* para compartilhar alimentos, contar “histórias dos antigos”, narrativas sobre quando os “animais falavam”, entre outros. Nesse espaço também elaboram estratégias reivindicativas frente ao Estado, pensam sobre a distribuição dos empregos na *ēmã sī* e, também, comentam algumas ações de outras famílias, opostas politicamente à sua, tal como falam sobre as decisões do cacique e outras lideranças.

Esse lugar é o da intimidade do grupo doméstico. Espaço onde a domesticação das ações ocorre entre os *kanhkó* (parentes) e aliados. Em diversos momentos percebi os *kofá* (velhos, antigos) orientarem os mais jovens sobre seu comportamento cotidiano. Aproveitavam a proximidade junto ao fogo para realizar alguma mediação quanto a uma decisão, assim como apresentar sua versão de um acontecimento a algum *fóg* (branco), longe dos olhares dos demais grupos da *ēmã sī*. Foi na *in sī* do grupo de Refej, em 2013, que passei a identificar alguns elementos da política *kanhgág*, ali, junto ao fogo, sua esposa me apresentou a qualidade de “feiticeira” de uma *kujá* e me orientou a não conversar muito com ela, pois a mesma teria falado mentiras a respeito de Refej.

A *in sī*, segundo Paulo Roberto Homem de Góes (2018, p. 93), junto ao *in jy* (pátio) — que em oposição ao *in sī*, que incorpora as diferenças para “dentro”, os membros se relacionam para “fora” — são “elementos de uma unidade territorial elementar”, onde as diferentes gerações se relacionam.

As diferenças de um grupo doméstico são resolvidas na *in sī*, que recebe apenas determinadas pessoas, os *kanhkó* (parentes), demais autorizados e visitantes. O *in jy* (pátio), faz a mediação entre o íntimo e o exterior. Góes (2018) propõe interpretar o conjunto de residências de um grupo doméstico como uma *in* (Casa), onde as habitações ligam-se a residência do *cabeça* e os não pertencentes a *in* são recebidos no *in jy* (pátio). Os dados apresentados por Góes, obtidos em terras indígenas no Paraná, correspondem aos encontrados no Rio Grande do Sul.

É comum entre os *kanhgág* a recepção no *in jy*, local de domínio masculino, onde o *cabeça* recebe os visitantes. Em junho de 2018, na *ēmã sī Fosá* alguns *kanhgág*, residentes na Terra Indígena *Serrinha*, foram visitar o cacique e solicitar autorização para residirem na *ēmã sī*. Logo que eles chegaram eu conversava com

o cacique na entrada da residência, sua esposa e filhas ainda estavam no interior. Chegando, os homens pegaram algumas cadeiras e sentaram-se afastados de mim, em um local mais a frente da casa, enquanto as esposas dos visitantes foram para o interior da residência, com as demais mulheres. Em seguida começou a chover e, mesmo a contragosto, fizeram a reunião com minha presença, na área frontal da casa, pois não poderia ir ao interior, domínio feminino.

Patrícia Carvalho da Rosa (2011), identifica os mesmos padrões em sua etnografia. Aponta para a exterioridade da frente da casa e da intimidade do espaço interno, ou os fundos, da casa:

as conversas sobre namoros e casamentos, realizadas nas casas das interlocutoras, quase sempre foram na cozinha ou no lado da casa onde estão as “fontes de água”. Numa dessas conversas uma das mulheres me disse que os meninos sabem que as meninas estão em “fase de namoro” porque estas passam a circular no “lado da casa que os maridos recebem visitas” (ROSA, 2011, p. 80)

Percebe-se que os espaços são delimitados. A frente da habitação, domínio masculino, o interior e os fundos, feminino. Sempre que visitantes chegam, sua entrada se faz pela porta da frente, enquanto as mulheres mais íntimas da casa entram pela porta que acessa a cozinha, se houver (ROSA, 2011). Patrícia Carvalho da Rosa (2011), assim como Robert Crépeau (2002), percebeu na casa de suas interlocutoras, portas localizadas nas extremidades, leste e oeste, sendo a primeira masculina e a outra feminina.

Na *ẽmã mág Nonohay* (aldeia grande Nonoai, Terra Indígena Nonoai) e nas *ẽmã sĩ Por Fi Ga* e *Fosá*, as aberturas parecem corresponder a disposição da *ẽmã*, com a porta principal diante da “rua”. O que faz que vizinhos de frente, especialmente nas *ẽmã sĩ* fiquem cada um com a porta principal orientada para extremidades opostas, do mesmo modo, essa disposição parece orientar a construção, diferentemente da orientação religiosa, como apontaram Crépeau (2002) e Almeida (2004)<sup>3</sup>.

A residência do *kofá* (velho) constitui entre as habitações próximas, de seus filhos e filhas, um “território social e simbólico de famílias extensas”, onde em cada Casa: “a lealdade aos ‘Chefes das Casas’ cria as condições para o desenvolvimento de relações políticas intra e inter-grupais de caráter faccionalista” (FERNANDES; ALMEIDA; SACCHI, 1999, p. 10-11).

Borba (1908, p. 8-9), descreve a habitação dos kanhgág no século XIX, resalta que naquele espaço viviam entre 50 e 100 pessoas:

Quando encontram local abundante em caça e mel, constroem grandes ranchos, de 25 a 30 metros de extensão, cobertos e cercados com folhas de palmeira, sem nenhuma divisão interna, com uma pequena abertura em cada extremidade, servindo de porta, por onde só pode passar, abaixada, uma pessoa; no centro destes ranchos accendem os fogos para cada família; dormem sobre cascas de arvores, extendidas no solo, com os pés para o lado do fogo, indistinctamente homens, mulheres e creanças”

<sup>3</sup> Entre os kanhgág “católicos” a abertura principal deve ficar à leste, entre os crentes está fica à oeste.

A descrição de Borba configura-se nos termos da *in kanhgág*, sem as atuais “residências” em torno do *cabeça*, onde os grupos familiares separam-se pela existência de diversos fogos. Hoje, as casas, parecem se organizar em torno de um conjunto de residências próximas.

Tradicionalmente, a etnologia têm identificado o padrão da uxorilocalidade, onde o grupo familiar, formado pelo casal e seus filhos, vive junto ao *kákre* (sogro) do homem (FERNANDES, 2003). Segundo Ricardo Cid Fernandes (2003, p. 125), o grupo familiar ao se formar ganhava uma parcela de terra, denominada sítio, destinado a reprodução familiar. O genro, ao casar, deve “dividir os serviços da roça e os produtos da caça, [...] dividir parte de seus ganhos obtidos com a prestação de serviços para agricultores das proximidades e acompanhar o sogro em suas incursões pelas cidades”.

Atualmente, o padrão uxorilocal não parece reproduzir-se em alguns grupos *kanhgág*. Meus interlocutores apresentam formas de residência pós casamento virilocal e uxorilocal. Góes (2018, p. 95), a partir de sua etnografia, afirma que existe uma tendência do grupo familiar residir nas proximidades de algum antecedente e que o tamanho de uma *in* varia a partir da proeminência do casal.

Na *ẽmã Bananeiras*, da *ẽmã mág Nonohay*, vivem próximo a residência do cacique Pénry dois de seus filhos homens casados. Um deles, Almeida, é vice-cacique, o outro, Carlos, segundo afirmam, é político no município de Gramados dos Loureiros-RS. As filhas mulheres vivem em outras terras indígenas ou em cidades. Vizinho a Pénry, vive o *kanhgág* Adélio, muito próximo do cacique, em torno de sua residência vivem seus três filhos homens casados.

Essa formação virilocal também é encontrada em outros lugares. Na *ẽmã sĩ Por Fi Ga*, o casal Gãrfej e Kasỹ fej têm dois filhos homens e duas filhas mulheres, todos casados, das filhas mulheres, uma vive com o esposo na Terra Indígena *Votouro* e a outra na *ẽmã sĩ Topẽ pẽn*. Os filhos homens são vizinhos de sua residência, ficando a habitação dos pais entre a residência dos dois filhos. De outra forma, Gãrfej mudou-se para *Por Fi Ga* para acompanhar os parentes de sua esposa (uxorilocal). Nessa mesma *ẽmã sĩ* vive sua sogra, um irmão e uma irmã de Kasỹ fej.

Voltando ao que caracteriza um casal de *kofá* proeminente. Na *ẽmã mág Nonohay* (aldeia grande), as terras não são mais distribuídas a um novo grupo familiar. O novo casal deve obter por conta própria recursos financeiros para adquirir um espaço para construir sua casa e cultivar sua produção agrícola. O uso coletivo, apontado por Fernandes (2003), tornou-se particular nessa *ẽmã mág*.

A justificativa dada pelos *kanhgág* é que as terras foram distribuídas a determinadas famílias há muito tempo. Com as novas conquistas, como a retomada de espaços que não foram demarcados inicialmente, essas terras foram dadas a casais novos, contudo, o crescimento demográfico e o número de casamentos não é da mesma proporção que a quantidade de terras disponíveis. Dessa forma, cabe as famílias possibilitarem a aquisição de casa e terra para o novo grupo familiar<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Esse fato ocorre na TI Nonoai pelo fato das terras mais próximas das aldeias e estradas – que são atendidas pela energia elétrica –, já estão ocupadas, estando disponíveis (não pertencem a nenhum grupo familiar) as mais distantes dos locais das aldeias.

Nesse sentido, um novo grupo familiar verificará qual dos antecedentes do casal possui mais capacidade de o auxiliar e viverá nas proximidades desse. Os três filhos de Adélio, por exemplo, ganharam do pai ao casar cerca de trinta hectares de terra cada um. A administração dessas ainda cabe a ele, que produz milho, soja e feijão, ele é conhecido por muitos kanhgág e brancos da região e por isso consegue empréstimos em dinheiro e financiamento de carros a partir do empenho de sua “palavra”. Essa capacidade de proporcionar recursos, econômicos e de relações sociais, faz com que seus filhos permaneçam próximos.

O grupo doméstico ao qual o indivíduo “pertence” angaria a si um determinado prestígio, pois será “visto” pelos demais como filho “dê”, suas ações serão julgadas dependendo do *status* do grupo. Fato que pode ser revertido a partir do momento em que, se for homem, passar a ser o *cabeça* de uma *in*, ou seja, possuir filhos e participar do cotidiano com ações que o distanciem do grupo originário.

Um caso ocorrido em janeiro de 2019 exemplifica essa questão. O jovem Che, filho do cacique Pénry, da *êmã mág Nonohay*, em uma festa em uma “bodega” bebia e acompanhava um jogo de cartas. Ele, que apenas realiza apostas em outros jogos, falou para os jogadores que não valia a pena jogar por R\$ 100,00 a partida, afirmando que jogaria caso o valor fosse R\$ 1.000,00 a rodada, e tirou do bolso a quantia de R\$ 12.000,00. Um homem que jogava cartas, falou que a quantia era muito alta e que para ganhar R\$ 1.000,00 trabalhava muito no plantio e colheita de alho. O rapaz, Che, respondeu que possuía terras e por isso não precisava trabalhar e que tinha “nojo” do cheiro do alho.

Os ânimos se exaltaram e os presentes passaram a história para outras pessoas por mensagens no *whatsapp*. A “briga” continuou por mensagens, onde Che teria ameaçado o outro homem, inclusive de queimar sua casa. O homem ofendido é residente na *êmã Pinhalzinho*, *êmã* mais populosa da *êmã mág Nonohay* e que é decisiva quanto à estabilidade do cacique<sup>5</sup>.

O fato gerou uma instabilidade entre os grupos. O cacique, durante uma semana, circulou na *êmã Pinhalzinho* buscando acalmar os ânimos sobre o ocorrido e explicando que o jovem estava “dominado” pela bebida, esforçando-se para desvincular suas ameaças de “seu” grupo. O caso tomou proporções maiores pois a “imagem” a que Che estava ligado, originada em seu grupo doméstico, não correspondiam às suas atitudes que humilharam o outro homem.

Desejando ou não, o jovem levou consigo o grupo ao qual pertence, e seu pai, *cabeça* do grupo teve de retratar-se com os grupos ofendidos, buscando não desestabilizar sua posição de chefia. A herança da *in* foi determinante para a estranheza quanto a ação do jovem, o esforço de retratação por parte do *cabeça* é a prova de que as ações podem determinar mudanças e que a função de cacique não é estável ou desvinculada do corpo social.

Um ponto desse conflito também é recorrente em outras disputas kanhgág: a ameaça ou a queima da casa. Emiliano (2015), relata que um grupo politi-

<sup>5</sup> Durante o século XX, que consolidou a denominação “cacique”, todos que ocuparam a função (que se distingue da figura do “capitão”, criada pelo Serviço de Proteção aos Índios) viviam na *êmã Pinhalzinho*, mais populosa da Terra Indígena Nonoi.

camente oposto ao cacique, da Terra Indígena *Ligeiro*, queimou a casa das lideranças, fato que os levou a acampar fora dos limites da área. Sendo a *in* a “unidade territorial elementar kanhgág”, o ato de queimar a residência de um opositor político simboliza a liquidação daquele. Apresenta para o corpo social a destruição do *lócus* agregador do grupo, não apenas a extinção do espaço de abrigo, mas do conjunto de ideias, da posição e, principalmente, da oposição que faziam aos que compõem o grupo de lideranças ou dos que disputam com eles.

Nên tân, ex- cacique da *êmã sī Por Fi Ga*, relatou que o grupo que o apoiava, percebendo os movimentos para sua destituição, pediu para ele “segurar” a liderança. Em um primeiro momento ele concordou, posteriormente voltou atrás e resolveu entregar o cargo para a “comunidade”. Revelou que um dos principais motivos foi seu filho solteiro, ele temia que os opositores cometessem alguma “maldade” com o rapaz. Solteiro, o jovem fica mais vulnerável a “fofocas” e ações dos opositores. Quando casado o homem raras vezes é acusado de “mexer com alguma mulher”, os kanhgág, na maioria das vezes, atribuem a essa ação um “roubo” que a mulher solteira cometeria, literalmente “roubando o homem casado”<sup>6</sup>. O homem solteiro, diferentemente, pode ser acusado de abusar uma jovem, justa ou injustamente, sofrerá a condena. Temendo uma represaria ao jovem, Nên tân não “segurou” a posição.

A partir desses dados e dando segmento as análises realizadas por Góes (2018), Fernandes, Almeida e Sacchi (1999) e Rosa (2013), a *in* kanhgág pode ser entendida, nos termos de Claude Lévi-Strauss, como uma:

peessoa moral detentora de um domínio, que se perpetua pela transmissão do seu nome, de sua fortuna e de seus títulos em linha real ou fictícia, considerada como legítima somente na condição de que essa continuidade possa se expressar na linguagem do parentesco ou da aliança e, na maioria dos casos, das duas em conjunto (1984, p. 186)

O bem transmitido kanhgág, diferente dos kayapó estudados por Lea (2012), situa-se na ordem simbólica dos comportamentos. Os exemplos acima apresentam uma herança atribuída aos membros de determinado conjunto, comumente chamado de “família”, por pertencer a *in* (Casa), espera-se um “modo” de agir, pode-se ser alvo de injúrias e armadilhas ou ser salvo em momentos críticos. A *in* transmite aos seus membros uma herança e por isso, os novos grupos familiares irão “calcular” a qual das *in* de seus antecedentes é mais proeminente “filiar-se”, pois, como vimos, por mais que a uxrilocalidade seja o padrão tradicional, muitas vezes impera a virilocalidade e, numa como outra, o casal passa a ser visto como pertencente a ela.

Dessa forma, tanto nas *êmã mág*, como nas *êmã sī*, o que constitui uma *in* com várias habitações em sua proximidade é a capacidade relacional, do ponto de vista econômico, das relações sociais e de prestígio do *cabeça* do grupo

<sup>6</sup> Nos relacionamentos conjugais, aquele que comete a traição, em especial o homem, é visto como passivo caso sua relação extraconjugal for com uma *kanhgág* solteira. É comum, as solteiras serem acusadas de tentarem “roubar” o marido das outras. Na inversão, quando ocorre da mulher casada trair, ela é vista como traidora pelo grupo doméstico, o que legitima, em alguns casos, a agressão.

doméstico. A proeminência, nesse sentido, é a capacidade do sogro possibilitar “fartura” de relações e de “coisas” (objetos e alimentos), que ensejem uma independência relativa do grupo familiar. Os indivíduos que congregam nesse espaço “carregam” a herança das ações e posições do *cabeça*, fato que constitui o “modo” como os demais grupos perceberão e aguardarão atitudes desses, qualquer posicionamento muito distinto daquele pode desencadear em desagravo grave.

## **ÊMÃ MÁG (ALDEIA GRANDE), UMA PEQUENA PARCELA DOS ANTIGOS TERRITÓRIOS**

Uma *êmã mág* (“aldeia grande”) é definida como uma terra indígena, que possui várias *êmã* (aldeias), sendo uma delas a “principal”, nomeada como Sede ou Posto. A Sede é o centro político. No período de administração do SPI, todas as reuniões e festas ocorriam nessa *êmã*, é também onde viviam os chefes de posto e foram construídos os grandes armazéns de produtos agrícolas (RETÁNH, novembro de 2018).

Como vimos no início desse artigo, as terras indígenas estão localizadas dentro do território tradicional de habitação kanhgág, contudo, as demarcações representaram o cerceamento do deslocamento dos diversos coletivos pelo antigo território, concentrando grupos inimigos próximos, chefias distintas em uma mesma área e disponibilizando as demais terras para a colonização.

A partir dessa perspectiva, podemos entender uma *êmã mág*, traduzida pelos kanhgág como uma terra indígena, no processo de territorialização imposto pela colonização. Nessa estrutura, a Sede, representaria o centro, que conectaria as demais *êmã* a ela. No entanto, o surgimento de *êmã sã* em áreas distantes da *êmã mág* parecem reconstruir a territorialidade, fundando uma nova *êmã*. No mesmo sentido, as *êmã sã* reorganizam sua espacialidade de um modo muito próximo das *êmã mág*, em território muito pequeno, mas com uma repetição que abordaremos adiante.

As *êmã mág*, como vimos acima é composta por uma *êmã* principal, Sede ou Posto, e por *êmã* periféricas. Possui um cacique que designa capitães para todas as *êmã*. Robert Crépeau (2002), a partir dos dados da Terra Indígena *Xapecó*, constata que o cacique vive na Sede, que representaria o “centro” da *êmã mág*. Na TI Nonoai, o cacique não vive na Sede, mas na *êmã Bananeiras*, que curiosamente, se localiza entre as duas *êmã* mais populosas, o *Posto* e *Pinhalzinho*, ao lado da aldeia *Guarani*. Desse modo, não residindo no “centro” político, o cacique vive entre locais de grande atividade política. De uma forma ou outra, ele centraliza decisões para as demais *êmã* (aldeias).

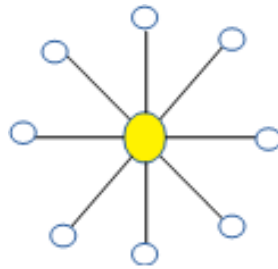


Figura 1 - Plano político de uma ãmã mág

Na figura acima tem-se em um plano abstrato a configuração de uma *ãmã mág*. No centro a *ãmã* principal, dela existem caminhos que levam cada uma das *ãmã* periféricas até ela. O centro aqui é o local de decisões, onde são realizadas festas e rituais. Nas *ãmã* periféricas é comum a existência de locais amplos para as reuniões e festas, geralmente um Centro Cultural ou uma Escola, contudo esses momentos são diretivos e não discutidos, pois o capitão expressará o acordado com o cacique, não possuindo autonomia em decisões políticas<sup>7</sup>.

O espaço territorial de uma *ãmã* (aldeia) é composto por uma ou várias “vilas”, que concentram a maioria das residências, a Escola, o Posto de Saúde e os pequenos comércios. Na TI Nonoai, a *ãmã Posto* é composta por várias pequenas vilas, como a do ‘Posto’, a ‘Vila Alegre’, o ‘Capão Alto’ e outras, o que se reproduz nas demais *ãmã*. Os locais para o cultivo agrícola situam-se geralmente longe desses, onde os *kanhgág* realizam seus ‘acampamentos’, pequenas peças de madeira, sem divisórias e assoalho, onde permanecem durante o período de plantio e colheita, tal como fixam-se para realizar incursões de caça e pescaria nas matas próximas.

Cada uma das *ãmã* possuem um capitão subordinado ao cacique, essa formação também é relatada por agentes do governo e missionários no século XVIII, denominados chefe principal e chefes subordinados (BECKER, 1995). As diversas tentativas de reunir todos os grupos *kanhgág* em um único território causaram problemas para os administradores, uma vez que cada um desses grupos possuía um cacique e a aglomeração de todos em um pequeno espaço territorial, na época muito superior do que as atuais *ãmã mág* (aldeias grandes, terras indígenas), causava conflitos entre eles e entre seus grupos.

O mesmo movimento é identificado atualmente. Muitos grupos domésticos insatisfeitos ou contrários as políticas encabeçadas pelos caciques buscam, ou são expulsos, outros territórios para viver. Alguns optam por juntar-se a parentes distantes em outras *ãmã mág*, outros decidem viver permanentemente nos acampamentos que faziam nos períodos de festividades *fóg* (especialmente a Páscoa e o Natal), que são os mesmos onde seus antepassados faziam em períodos anteriores, seja para realizar pequenas plantações, descansar da viagem realizada a pé das *ãmã mág* para a cidade de Porto Alegre-RS, onde realizavam reuniões com as autoridades e mesmo para comercializar seus artesanatos.

<sup>7</sup> Segundo o cacique Pénry, da TI Nonoai, os capitães são indicações suas. Em 2017 havia falecido o capitão da *ãmã* Pinhalzinho, a população sugeriu a indicação de um parente do falecido, ele relatou que indicou, mas avisou que ele cumpriria ordens dele (cacique) e que a comunidade não poderia ficar ameaçando ele, falando que eles indicaram o mesmo e que, por isso, não deveria aplicar uma condena (punição).

Lucas Cimbaluk (2013), descreve os aspectos de criação da *ẽmã Água Branca*, na Terra Indígena *Apucarana*, no estado do Paraná, a partir de um conflito com as lideranças e a instituição de um cacique independente, não subordinado ao cacique da terra indígena. Nesse caso, o grupo criou uma aldeia, dentro dos limites territoriais, mas não subordinado a liderança maior, o cacique.

A formação das *ẽmã sĩ* (aldeias pequenas) nas cidades de Lajeado, São Leopoldo e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e da aldeia *Água Branca*, descrita por Cimbaluk (2013), apresentam o mesmo padrão, mas a segunda na mesma terra indígena, reivindicando autonomia política, apresenta elementos diferentes daqueles da população que deixou a TI Nonoai. O prestígio e o poder do cacique desta *ẽmã mág*, ajudam a entender esse processo. Vamos agora explorar mais detalhadamente os *vãre*, acampamentos provisórios, que no Rio Grande do Sul, antecedem a criação de uma *ẽmã sĩ*.

## **VÃRE, ACAMPAMENTO EM BUSCA DE UMA ẼMÃ SĨ (ALDEIA PEQUENA)**

Segundo Kimiye Tommasino (1998), os kanhgág, tradicionalmente descritos como caçadores-coletores, também praticavam a agricultura em seus territórios. Realizavam seus alojamentos fixos, *ẽmã* (aldeias), nos campos e faziam os *vãre* (acampamentos) nas “florestas e beiras de rio para se abrigarem nos meses em que caçavam ou pescavam” (p. 67).

Diante da perda territorial, da delimitação espacial e do crescimento de fazendas e cidades nas proximidades das terras indígenas, os kanhgág passaram a comercializar seus artesanatos para os *fóg*. Cestos, casas de passarinho, bolinhas de cipó, esculturas zoomorfas, peneiras, arcos e flechas, viraram artigos de comércio. Os objetos que outrora serviam para caçar porcos do mato e tatu, ou para carregar os peixes obtidos na pesca, hoje são utilizados para arrecadar dinheiro, que é utilizado para a manutenção de suas formas de socialização, para o auxílio a demandas pessoais dos filhos e netos, tal como para a compra de alimentos e roupas (SEVERO, 2015).

O objeto da caça, anteriormente o animal, hoje são os recursos dos *fóg*, e o local, anteriormente as florestas, hoje são as cidades. Atualmente, a ida dos kanhgág para as cidades comercializarem seus artesanatos reproduz a mesma estrutura dos *vãre* realizados nas matas (TOMMASINO, 1998). Em datas específicas, como o Natal, o número de acampamentos cresce, Tommasino (1998) interpreta esse fenômeno a partir da incorporação da importância dessas datas para os kanhgág que, com o contato colonial, foram coagidos e proibidos de realizarem rituais como o *kikikoi*. Dessa maneira, as festas *fóg* também são comemoradas e como essas não obedecem um calendário ecológico, é preciso mudar a lógica da busca por recursos:



Quando dependiam só dos recursos da floresta, a *feira do kiki* era feita nos meses de inverno, quando havia pinhão em abundância e quando as roças de milho estavam maduras. Agora as festas não obedecem ao calendário ecológico de modo que a maior parte dos alimentos têm de ser comprados na cidade. Além disso, os índios gostam de estar bem vestidos e calçados para o baile. Vestir-se com roupas especiais tem raízes na tradição kaingang: Bigg-Wither registrou e ilustrou como eles se cobriam com um manto de penas de aves no século passado. (TOMMASINO, 1998, p. 70)

Nos *vãre*, montados nas cidades exclusivamente para adquirir recursos, reúnem-se distintos grupos domésticos, que organizam-se em distintas barracas, compartilhando um mesmo espaço comum, o pátio. Quando grupos domésticos resolvem deixar a *êmã mág* para permanecer no local esse deixa de ser *vãre*, de caráter provisório, para se constituir como um mecanismo de reivindicação territorial, de uma *êmã sí* (aldeia pequena).

No Rio Grande do Sul, os deslocamentos de grupos domésticos da TI Nonoai para a região metropolitana da capital Porto Alegre-RS iniciaram-se, predominantemente, na década de 1990. A saída da *êmã mág* (aldeia grande) ocorreu por divergências quanto às ações do cacique, acusações de desvio de recursos financeiros, a continuidade de madeiras no interior da terra indígena, assim como perseguições e castigos contra os opositores por parte das lideranças (AQUINO, 2008).

Essas ações fizeram com que Penĩ, que foi cacique por alguns anos e participou do processo de retomada territorial na Terra Indígena Mangueirinha (no Paraná) junto a Ângelo Kretã, fizesse uma denúncia no MPF, em Porto Alegre-RS, sobre a venda de madeiras e os arrendamentos. A primeira ida a capital foi em 1991, onde ficou na casa de João Padilha. Em 1994, Bento, genro de Penĩ passa a viver na casa de passagem do bairro Jari, essa casa, nesse momento passa a ter 6 famílias, encabeçadas pelos genros de Penĩ (AQUINO, 2008, p. 46). Essa formação constitui um *vãre*.

No mesmo período, outro *vãre* é montado no Morro Santana, em Porto Alegre, Rokág, passa aproximadamente dois anos com sua família e retorna para TI Nonoai. Em 1994, o grupo retorna e ocupa novamente o terreno no bairro Agronomia, inicialmente encabeçados por Rokág e Nĩgrê, mas em 2002 já possuía 27 famílias, quando formaram o primeiro grupo de lideranças, sendo Nĩgrê, o cacique e Rokág seu vice (AQUINO, 2008, p. 47-48).

Também em Porto Alegre, um terreno na Vila Safira foi ocupado por três famílias em 1996. Em 1999, outro *vãre* foi montado em São Leopoldo-RS, onde três famílias ocuparam um terreno nas margens do Rio dos Sinos (AQUINO, 2008, p. 49).

No mesmo período surgiram *vãre* nas cidades de Lajeado-RS e Estrela-RS. O grupo de Lajeado-RS também era "originário" de TI Nonoai, enquanto a formação do grupo de Estrela-RS possui uma particularidade em relação aos demais *vãre*, pois nasce de um processo iniciado na cidade de Santa Cruz do Sul.

Todos esses *vãre*, iniciam com a constituição de um grupo doméstico, uma

in (Casa) e aos poucos outras vão somando-se a ela. A partir dos dados de Góes (2018), esse espaço já poderia ser considerado uma *êmã* (aldeia). Aquino (2008), a partir de seus interlocutores, já o nomeia uma *vãre mág* (tendo o mesmo sentido de *êmã*, uma “aldeia”). Contudo, meus interlocutores, em especial os kanhgág da *êmã sī Por Fi Ga* e *Fosá* não consideram esses espaços como “aldeias”, mas “acampamentos”, pois eles são marcados pela instabilidade política, populacional e territorial, uma vez que ocorrem sucessivos deslocamentos, tornado-se *êmã* após uma estabilidade jurídica.

O *vãre* estabelece a mediação entre a saída de uma *êmã* e a conquista de um novo território. Esse local é marcado pelas disputas com os *fóg* e pela demonstração de sinais diacríticos de sua “cultura”, pois nesse momento o que interessa é capturar e amansar os *fóg*. A falta de estabilidade de um *vãre* faz com que os distintos grupos domésticos que o formam evitem divergências, que qualificam como “internas”, pois elas contradizem a imagem que sabem que a maioria dos *fóg* fazem dos “índios”.

No momento em que o *vãre* é formado, objetivando conquistar uma terra, os grupos políticos que o formam buscam parcerias com instituições indigenistas, com universidades, antropólogos e estudantes universitários. Kanhgág de *êmã* próximas são convidados para o local, realizam eventos para apresentar a “cultura” indígena, protestam nas rodovias próximas e, a todo momento, as lideranças fazem discursos fortes, em tom de cobrança, para as autoridades *fóg*.

Buscando a coesão em torno de uma demanda, o *vãre* constitui o oposto do cenário político de uma *êmã mág*, onde os grupos domésticos vivem espalhados pelo território e, assim, mantêm uma distância considerada saudável para a manutenção de uma determinada etiqueta de boa convivência, apesar de possíveis divergências. O *vãre* força essa aproximação e a comunhão momentânea de ideias, essa será reelaborada e reconfigurada na terra conquistada, que dependendo de suas dimensões necessitará a elaboração de um código implícito de conduta.

Diminuindo a intensidade de conflitos “entre” grupos domésticos, os *vãre* aproximam-se das formulações de Turner (1992) sobre as expedições de caça Kayapó. Segundo o autor, a dinâmica das aldeias se constitui da agricultura, tarefa das mulheres, enquanto o acampamento na caça, tarefa masculina. As aldeias seriam o estado de “inércia” da sociedade kayapó e os acampamentos a mobilidade, nesse espaço a necessidade do deslocamento torna o grupo um “todo” mais importante do que as “partes”, diferente das aldeias, onde se diminui os laços comunitários (classes de idade e preparações rituais) em favor dos laços familiares e domésticos (TURNER, 1992, p. 323-324).

Percebo que as formulações de Turner (1992) fazem sentido para a interpretação de um *vãre* kanhgág. No *vãre*, o grupo está exposto ao questionamento dos *fóg* e de outros kanhgág (principalmente aqueles que criticam a formação de territórios nas cidades), nesse cenário as divergências são anuladas, ou parcialmente “maquiadas”, para apresentar coesão ao inimigo comum, os *fóg*. Nas *êmã mág* (aldeias grandes), os kanhgág possuem outros adversários, que convivem cotidianamente em um espaço territorial, nelas o território é estável, o que possi-

bilita o desenvolvimento pleno de suas ações políticas, diferente dos *vãre*, quando essas ações se aglomeram para um único objetivo, voltando a sua plenitude nas *êmã sî* (aldeias pequenas).

## ÊMÃ SÎ (ALDEIAS PEQUENAS): OS TERRITÓRIOS NAS “CIDADES”

As *êmã sî* (“aldeias pequenas”), termo utilizados pelos kanhgág residentes nesses espaços, se constitui por um pequeno espaço territorial<sup>8</sup>, pela existência de duas ou mais *in* (Casa), com um cacique e sem a existência de *êmã* (aldeias) subordinadas. No entanto, mesmo nas *êmã sî* é possível visualizar um local de agregação entre as diferentes *in* que a formam. Geralmente em uma *êmã sî*, assim como em qualquer *êmã*, as *in* estão visualmente separadas uma das outras; o local que reúne todas elas para reuniões, rituais e festas é chamado de Centro Cultural, Casa de Fala entre outros.

Juciane Beatriz Sehn da Silva (2016) apresenta um etno-mapa realizado pelo Projeto de Pesquisa Sociedade Indígena Kaingang na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, da Universidade do Vale do Taquari, que mostra a disposição das residências na *êmã sî* *Tÿ Tãnh*, no município de Estrela-RS.

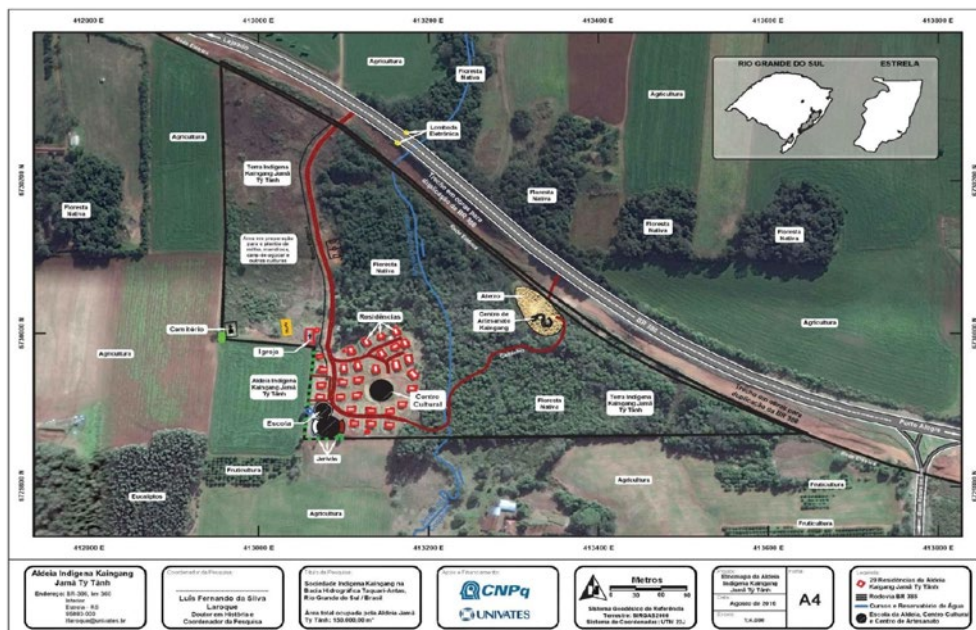


Figura 2 - Mapa da *êmã sî* *Tÿ Tãnh*. Fonte: Silva (2016, p. 125) e Acervo do Projeto de Pesquisa Sociedade Indígena Kaingang na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Rio Grande do Sul/Brasil.

Na figura acima percebemos que as residências estão aglomeradas em torno do Centro Cultural, segundo Silva (2016) os residentes têm origem da união de Manoel Soares com duas mulheres, Eva Rosalina de Melo e Lídia Soares, onde os filhos do “patriarca com Eva Rosalina de Melo, ocupam a parte superior da área

<sup>8</sup> Esses espaços são denominados, especialmente pelos kanhgág residentes na Por Fi Ga de “aldeias pequenas”, *êmã sî*, enquanto classificam as áreas no Planalto de “aldeias grandes”, *êmã mág*. Os kanhgág residentes na TI Nonoai, se referem às “aldeias pequenas” como “acampamentos” (visando, sobretudo, as deslegitimar, ainda que tenham parentes próximos, kanhkó, nelas residindo).

(oeste), enquanto os filhos de Manoel com Lídia Soares, por sua vez, ocupam a parte inferior (leste)" (SILVA, 2016, p. 127).

As *in se* organizam a partir de habitações por parentesco e possuem o *in jy* (pátio), que faz a mediação entre as habitações e com o exterior. O Centro Cultural, representa o local de encontro das diferentes Casas. Nessa *êmã* encontra-se o espaço da casa, o espaço limpo e a floresta: ocorrendo na Casa a socialização dos *kanhkó* (parentes); no espaço limpo a reunião de distintos grupos de parentes; e na floresta o local habitado por animais e espíritos. Esta ainda é cercada pelos *fóg*, das cidades fora desse espaço.

Interessante perceber que a Escola encontra-se fora do círculo, na porção sudoeste, tal como o cemitério a oeste, ambos ficando restritos à sociabilidade *kanhgág*. Crépeau (2002) — estudando o xamanismo *kanhgág* —, identifica os espaços citados acima (casa, espaço limpo e mato) e constata que o "mato", floresta virgem, é onde o *kujá* aspirante entrará em contato com seu *jamgré* (espírito auxiliar), quando esse retorna para sua residência deve deixar os materiais utilizados na floresta. As plantas utilizadas nas curas devem ser obtidas na "floresta fria", pois ela é "muito sombria, quer dizer inabitada e inexplorada do ponto de vista agrícola pelos humanos" (p. 120). De certa forma, pode-se afirmar que o especialista espiritual deixa momentaneamente o espaço central de sociabilidade para buscar no exterior — a "floresta fria", inabitada e inexplorada pelo homem — plantas medicinais para suas curas. Com outros termos, mas no mesmo sentido, é compreensível a Escola em algumas *êmã* (aldeias) situarem-se "fora" do espaço de sociabilidade, pois alguns especialistas devem enfrentar o processo formativo, domesticá-lo e retornar para o "centro" da *êmã*.

Semelhante divisão espacial é encontrada na *êmã sí Por Fi Ga*. Nela os residentes dividem-se entre os originários da TI Nonoai e os da TI Votouro. As habitações estão separadas, o grupo de Votouro se reúne na porção sul (circuladas em vermelho na figura abaixo), enquanto o grupo de Nonoai ocupa o restante. A Escola e o Centro Cultural encontram-se no centro, o espaço de mata encontra-se ao norte, ao sul e a oeste, e a cidade a leste, representada pelo bairro Feitoria, em São Leopoldo-RS.

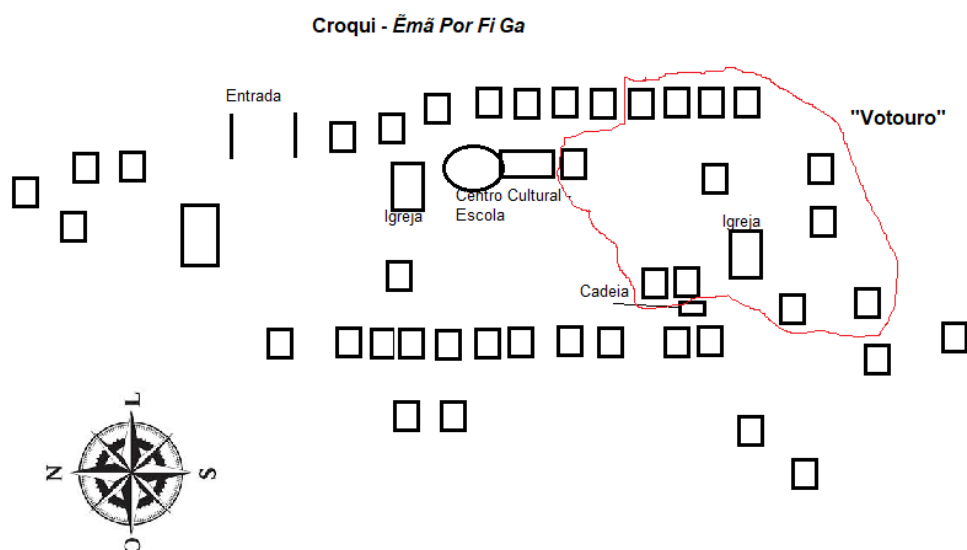


Figura 3: Croqui da *êmã sí Por Fi Ga*, realizado pelo autor

Como descreve Góes (2018), o pátio é o local onde se recebe os membros externos a *in* (Casa). Durante meu trabalho de campo na *Por Fi Ga*, percebi que os kanhgág identificados com o grupo de Nonoai se anunciavam a uma considerável distância da residência de um membro de Votouro ou mesmo falavam de longe o que desejavam, de outra forma, os membros de Votouro entravam nas habitações uns dos outros, compartilhavam alimentos e mesmo dividiam o banheiro de uma habitação, quando alguma delas não possuía.

Em relação à organização espacial das *êmã sī Tỹ Tānh* e *Por Fi Ga* percebe-se algumas semelhanças. Em ambas, as *in* (Casas) estão divididas nas *êmã sī*, o Centro Cultural, espaço onde realizam reuniões está no centro. Mas, diferentemente da *êmã sī Tỹ Tānh*, na *Por Fi Ga*, a Escola se encontra no centro, tal posição pode ser explicada pela oposição política entre o grupo originário de Nonoai e de Votouro, que divide todos os cargos públicos na *êmã*, estando em um local onde “todos possam ver”. Essa disposição permite que em todas as residências se possa observar a Escola e vigiar os funcionários do grupo contrário.

Essa disposição, com uma centralidade do Centro Cultural, não é encontrada em outras *êmã sī*. Na *êmã sī Fág Nhin* e na *Fosá*, o espaço de reuniões não fica geograficamente no centro, mas a mesma divisão entre as *in* (Casas) é encontrada.

Vejamos o croqui da *êmã sī Fág Nhin*:

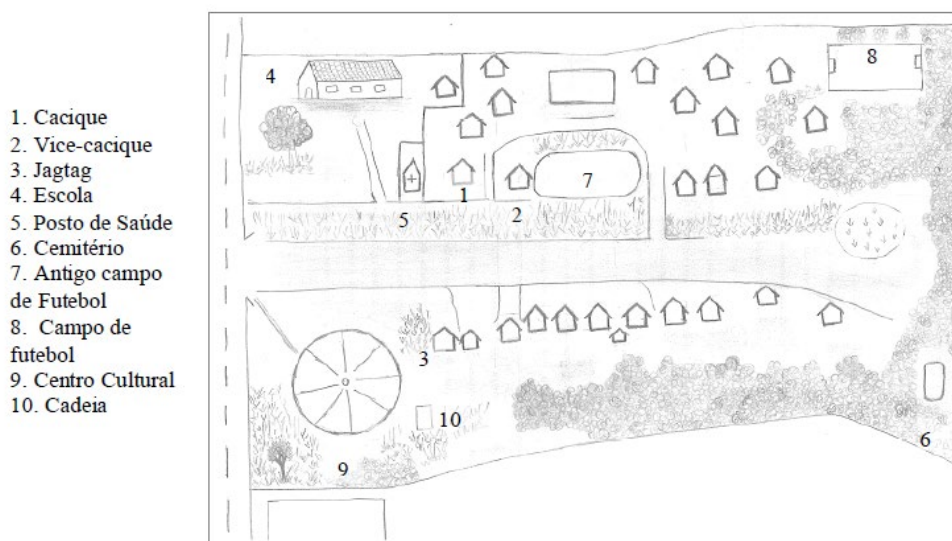


Figura 4: Croqui da *êmã sī Fág Nhin*. Fonte Aquino (2008, p. 55).

O croqui da *êmã sī Fág Nhin*, realizado por Alexandre Magno de Aquino (2008), destoa sensivelmente da *Por Fi Ga*. O Centro Cultural, a Escola e a Cadeia estão afastados, ou fora, da circulação das pessoas, tal como o cemitério. Percebe-se também que o Campo de Futebol, anteriormente no espaço central foi para uma zona mais afastada, processo semelhante ocorreu na *Por Fi Ga*, onde o campo deu lugar para residências. De outra forma, a Escola fora do universo de socialização aldeão aproxima sua disposição da *êmã sī Tỹ Tānh*, se configurando, aparentemente como um outro a ser domesticado, tal como os seres da floresta.

O núcleo residencial, por outro lado, é semelhante as demais *êmã sī*. Se-

gundo Aquino (2008), em uma das fileiras de habitações vive o grupo doméstico do falecido Peni, as filhas vivendo com seus esposos e filhos solteiros em cada residência, enquanto os casados são vizinhos, constituindo uma *in*, então liderado por Jagtag. Em outra fileira de residências está localizada os Fidélis, próximo ao campo de futebol. Próximo a esta, vivem os *indianos* — denominação que classifica os indivíduos cujo um dos progenitores é *fóg* (branco), que também está associado a comportamentos distintos dos *kanhgág pé* (índio verdadeiro) —, de sobrenome Sales. Ainda do “mesmo lado”, vivia o professor bilíngue, próximo à Escola, Zaqueu Kei Claudino (AQUINO, 2008, p. 55-56).

Essa organização espacial incorpora um distanciamento de perspectivas quanto à tradição. De acordo com Aquino (2008, p. 56):

[...] a aldeia Lomba do Pinheiro, organizou-se, de um lado, por meio de certas alianças políticas, visando reconstituir o modelo de “liderança tradicional” – segundo o qual um *pa i mág* junto com os *pa i sī* formam o “conselho” aldeão [...] – e, de outro, por meio de outras alianças políticas, visando o cumprimento do conteúdo do documento que legalizou a ocupação indígena dessa área. Esse contexto deu ensejo a uma disputa faccional entre as lideranças *kanhgág pē*, voltadas para a articulação da “liderança tradicional”, e os “indianos”, voltados para o estabelecimento de uma “democracia” na aldeia e, por isso, para a defesa da associação.

O conjunto formado pelas *in* aglomera pessoas com perspectivas próximas. Essas, de acordo com o contexto de uma determinada decisão, irão reunir-se com outras e disputar a vitória de sua posição. A aproximação poderia ensejar definir uma “facção” política *kanhgág* a partir das *in*. No entanto, diferente dos *Xavante* os residentes próximos não formam blocos homogêneos politicamente. Algumas vezes a ausência de um *kakré* (sogro), faz com que genros de um mesmo grupo doméstico disputem prestígio dentro desse, assim, mesmo formando uma *in* as distintas habitações se põe opostas umas às outras em determinados contextos.

Da mesma forma que as demais *êmã sī*, a *Fosá*, localizada na cidade de Lajeado-RS, na Bacia do Rio Taquari, a disposição espacial é formada por *in*, onde os diferentes grupos políticos, atuantes ou não, estão residindo.

O croqui abaixo foi realizado em novembro de 2018, quando o então cacique Nonohay me pediu para realizar um documento sustentando antropologicamente a necessidade da manutenção do território, uma vez que a prefeitura lhes propunha retirar uma parte e lhe doar, oficialmente, o restante.

A *êmã sī Fosá* possui, aproximadamente, 130 residentes, entre adultos e crianças. Esta possui: uma Escola, com estrutura provisória, pois a área ainda não possui documentação jurídica; um Posto de Saúde, que é uma casa, onde realizam somente vacinas e distribuição de medicação, sem estrutura para atendimentos médicos; um campo de futebol; uma igreja evangélica; uma fonte de água em meio a uma porção de floresta nativa; uma cadeia; e um espaço para agricultura coletiva.

Vejamos o croqui abaixo:

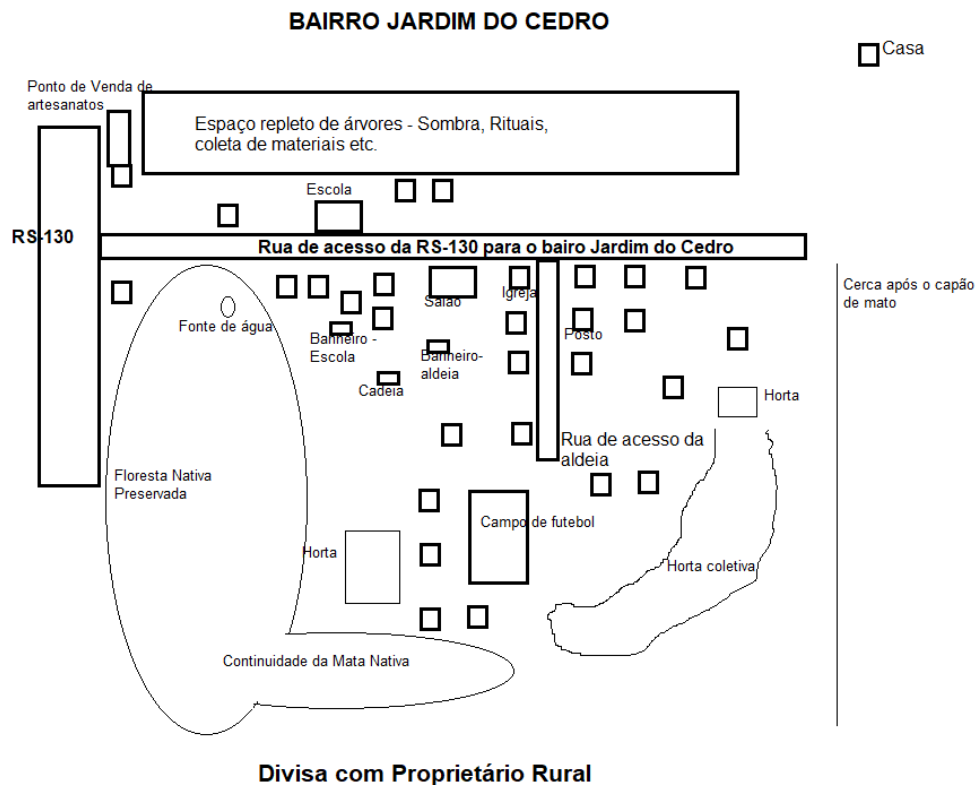


Figura 5: Croqui da *êmã sî Fosá*, realizado pelo autor em novembro de 2018.

As seis habitações que cercam o campo de futebol (duas ao norte, duas ao oeste e duas ao sul) formam a *in* do falecido cacique Nonohay. Ele vivia na habitação a frente da horta e ao lado do campo de futebol. Um de seus genros, Joel, o atual cacique, vive na última habitação da “rua” antes do campo, a oeste.

Na outra “ponta”, em frente a igreja evangélica vive o vice-cacique, Sû. O conselheiro Rétãnh, também evangélico, é tio paterno de Joel e vive próximo ao “Posto de Saúde”. Diferente das demais *êmã sî*, a “origem” ou o posicionamento quanto a tradição não movimentam o cenário político da *Fosá*, uma vez que todos são advindos da TI Nonoai, possuem proximidade de parentesco e costumam exortar aqueles, em especial as lideranças, que destoam do pensamento ou das “ideias”, como dizem.

O Salão de Festas, que representa o Centro Cultural das demais *êmã*, está junto a Escola, não posicionados no centro, mas entre residências e em locais de passagem dos moradores. A Cadeia está junto as habitações, e a igreja está posicionada de modo que seus cultos sejam ouvidos de toda parte. Nessa *êmã* as instituições estão “entre” as *in*, não na posição “central”, mas também não “fora” da circulação de pessoas.

Um destaque é dado para a fonte de água, localizada em meio a uma pequena porção de floresta nativa. As lideranças, com apoio da Pastoral da Terra (ligada à Igreja Católica) e do Comin (ligado à Igreja Luterana), construíram uma estrutura com caixas da água, de modo que abasteça a *êmã sî*. Nesse local foi

realizado o segundo ritual do *Kikikoi*, em abril de 2018, com a presença dos *kujá* Kagnãg e Pó Mág, respectivamente, pai e irmão do falecido e então cacique Nohay.

A não existência prévia de grupos organizados em torno da disputa pela posição de cacique não faz da *Fosá* uma *êmã sĩ* que divirja das demais analisadas aqui. A *êmã sĩ* teve até o momento seis caciques, três dos antecedentes foram expulsos ou formaram novas *êmã*; pode-se afirmar, previamente, que o “ritmo de imposições” ou a falta delas, de um cacique, faz com que o grupo decida lhe retirar da função. Ou seja, os grupos políticos se configuram a partir das iniciativas — ou falta delas — por parte do cacique.

As *êmã sĩ* analisadas reproduzem em nível micro a espacialidade e a organização de uma *êmã mág*, onde as *in* (Casas) representariam as *êmã* periféricas (de uma *êmã mág*) e o Centro Cultural – também chamado de Casa de Fala ou Salão – a posição de *êmã* principal (Sede / Posto). Esse centro irradiaria as decisões para a periferia, as *in*, tornando-se ponto de disputa entre os grupos domésticos.

Essa organização se distingue de uma *êmã* (aldeia) periférica em uma *êmã mág* (aldeia grande), pois nelas o “centro político” se irradia a partir do cacique da terra indígena e não do capitão da *êmã*, que é indicado pela liderança maior. A partir disso, percebemos que uma *êmã*, pertencente a uma *êmã mág*, e uma *êmã sĩ* (aldeia pequena) possuem formas de organização e espacialidades distintas, pois uma *êmã sĩ* reproduz, em uma pequena parcela territorial, a dinâmica de uma *êmã mág*.

O conjunto formado por *êmã sĩ* nas “cidades”<sup>9</sup> ou na “região litorânea” (AQUINO, 2008), não arbitra de forma impositiva umas nas outras. Apesar, das *êmã sĩ* constituírem um “aglomerado político-cerimonial”, como interpreta Aquino, esse “complexo” reúne parentelas das *êmã sĩ* para troca de conselhos para conflitos políticos e reivindicações territoriais, conflitos que envolvam os *fóg* na venda de artesanatos etc., assim como realizam rituais, festas e competições esportivas, onde trocam visitas e hospedagem. Caracteriza-se como um conselho coeso entre si, sem interferência na resolução de disputas políticas.

As *êmã sĩ* também se constituem de uma forma distinta dos *vãre*, pois o espaço permite o estabelecimento das residências por grupos domésticos, configurando a *in*, e a estabilidade política territorial permite a disputa entre esses diferentes grupos por aquilo que entendem como “tradição”, pelos recursos financeiros e cargos públicos e pela tomada de decisões. Quando essas disputas não são resolvidas, os insatisfeitos são expulsos ou procuram novos territórios, formando momentaneamente novos *vãre*.

<sup>9</sup> Em Porto Alegre: Topê pên, Fág Nhin e Rhátéj; em Estrela-RS: Tý Tãnh; em Lajeado-RS: Fosá; em São Leopoldo-RS: Por Fi Ga; em Farroupilha-RS: Pã Nónh Mág e Ka Mág; e, em Tabai-RS: Pó Mág. Em Porto Alegre existem outros acampamentos e sítios ocupados por kanhgág, assim como em Cruzeiro do Sul-RS, próximo à Lajeado-RS.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As quatro categorias analisadas acima representam formas nucleares da sociabilidade kanhgág e apresentam similitudes e afastamentos. Partindo da unidade da *in* (Casa), conjunto formado pelo grupo doméstico, percebe-se que esse espaço aglutina moradores em torno do *kofá*, *cabeça*, que orienta os demais homens do grupo. Diferente de outrora, atualmente a proeminência do *kofá* é o que parece decisivo para a localidade residencial de um novo grupo familiar.

Essa modificação pode ser explicada pela escassez territorial. Pelo fato do acesso as terras estar cada vez mais difícil nas terras indígenas (*êmã mág*), que tiveram seu espaço diminuído pelas frentes de colonização, fazendo com que os recém-casados vivam nas proximidades daqueles onde possam ascender economicamente mais rapidamente. O que em outro contexto concentrava-se entre os pais das mulheres, em consonância com a lógica da tradição cultural. Contudo, esse mesmo padrão se reproduz nas *êmã sî*, o que indica que a capacidade de reprodução doméstica seja um fator preponderante.

As *êmã mág* e as *êmã sî*, formadas por conjuntos de *in*, representam organizações espaciais similares. Em ambas existe, abstratamente, um centro político e as localidades periféricas, nas *êmã mág* outras *êmã* e nas *êmã sî* as *in*, com proporções territoriais muito diferentes, mas com uma estabilidade que permite o exercício de disputas entre os grupos domésticos que a formam. Apresentando, dessa forma, uma continuidade com o “modo” das *êmã mág*, com algumas sutilezas que o contexto lhes exige.

Os *vãre*, situado “entre” as *êmã mág* e *êmã sî*, se opõe a essas, uma vez que a coesão entre grupos faz-se necessária no enfrentamento contra os *fóg*. Especialmente, no entanto, também formam-se a partir das *in*, com barracos delimitados e com a existência do *in jy* (pátio), para a reunião do grupo e o recebimento de visitantes e apoiadores.

O elemento proximidade, constitutivo e articulador da *in*, aproxima a espacialidade kanhgág do sistema segmentar Nuer, do Sudão do Sul, continente africano, estudado por Evans-Pritchard (1980 [1940], p. 487). Entre os Nuer, o reconhecimento de unidade é mais fraco quanto maior o grupo local.

Os contatos em uma unidade espacial menor, facilitam, segundo o autor, as relações cooperativas Nuer, uma vez que as relações diárias constituem as teias de relações que aproximam seus membros. A troca mútua e a presença alinham-se para a elaboração de laços de solidariedade. De outra forma, em grupos maiores, ou distantes, as trocas são de menor intensidade, dificultando a fixação desses laços.

Trocas da mesma natureza ocorrem nas espacialidades kanhgág. É comum parentes se visitarem, os residentes nas *êmã sî* são visitados por residentes nas *êmã mág*, assim como os visitam. Quando ocorre um corte de relacionamento, quando visitas não acontecem mais, os laços de aliança se rompem.

Dessa forma, se constata que a *in* constitui um articulador importante na

coesão dos membros do grupo doméstico, que reunidos em torno daquele que poderá lhe proporcionar mais autonomia (sempre relativa) econômica, lhe devem obediência e apoio. Esse apoio se elabora, com maior evidência, nas disputas políticas, onde o *cabeça* passa a disputar com outros o prestígio em torno da maioria das *in*, e seu prestígio, depende da atuação de seus filhos e filhas, genros e noras que vivem próximos.

Tal apoio retornará aos mesmos em funções na *ẽmã*, como de *pã'i* (capitão, sargento ou major), em cargos de agente de saúde, professor ou agente sanitário, e se manterá a partir da negociação realizada com os outros grupos domésticos da *ẽmã*, pois, segundo os kanhgág, “sempre alguns querem brigar por poder”.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, A. M. **Ën ga uy gën tóg (“Nós conquistamos a nossa terra”):** os Kaingang no litoral do Rio Grande do Sul. 213 f. 2008. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, UNB, Brasília, DF, 2008.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1995.

BORBA, T. M. **Atualidade indígena.** Curitiba: Typ. e Lytrog. Impressora Paranaense, 1908.

CIMBALUK, L. **A criação da aldeia Água Branca na Terra Indígena Apucaraniha: “política interna”, moralidade e cultura.** 2013. 250 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, UFPR, Curitiba, PR, 2013.

CRÉPEAU, R. A prática do xamanismo entre os Kaingang do Brasil Meridional: uma breve comparação com o xamanismo Bororo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 1, nº 18, p. 113-129, jun. 2002.

EMILIANO, Darci. **Revitalização dos saberes e práticas Kaingang sobre as plantas tradicionais como proposta de educação ambiental na Terra Indígena Ligeiro.** 2015. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – PPGEA, FURG, Rio Grande, RS, 2015.

EVANS-PRITCHARD, E.E. Os Nuer do Sul do Sudão. In M. Fortes, Meyer & Evans-Pritchard, Edward (Org.). **Sistemas Políticos Africanos.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. [1940] 1980. p. 469-509.

FERNANDES, R.C.; ALMEIDA, L.K. ; SACCHI, A.C. Casa e Ritual: um estudo sobre os papéis de gênero na construção da sociabilidade Kaingang. In: NAYA Ciudad Virtual de Arqueologia e Antropologia. Argentina: 2000. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/KGD00110.pdf>.

FERNANDES, R. C. **Política e parentesco entre os kaingang:** uma análise etnológica. 2003. 303 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, USP, São Paulo, SP, 2003.

GÓES, P. R. H. **Morfológicas:** um estudo etnológico de padrões socioterritoriais entre os Kaingang (Dialeto Paraná) e os Mbyá (Litoral Sul). 2018. 500 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, UFPR, Curitiba, PR, 2018.

LEA, Vanessa R. **Riquezas intangíveis de Pessoas Partíveis:** Os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A noção de casa. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Minhas palavras.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 185-187.

LÉVI-STRAUSS, C. As organizações dualistas existem?. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural.** São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 135-164.

MABILDE, P. F. A. B. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul.** São Paulo: IBRASA, 1983.

MAYBURY-LEWIS, David. **A sociedade xavante.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora s/a.1984.

ROSA, Patricia C. Viver em “comunidade”: notas sobre a casa como espaço de produção de corpos (d)e parentes kaingang. **Temáticas: revista dos pós-graduandos em ciências sociais**, Campinas, v. 1, n. 42, p. 115-149, 2013.

ROSA, Patricia C. **“Para deixar crescer e existir”**: sobre a produção de corpos e pessoas kaingang. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, UNB, Brasília, DF, 2011.

SEVERO, Diego Fernandes Dias. “Dentro e fora”: os significados do fazer artesanatos entre os kaingang nas cidades . **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 1, n. 7, p. 50-72, 2015.

SILVA, JUCIANE B. S. **O protagonismo Kaingang da Terra Indígena Jamã t̃y t̃anh/Estrela diante do avanço desenvolvimentista de uma frente pioneira**. 2016. 257 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – PPGAD, UNIVATES, Lajeado, RS, 2016.

SIMONIAN, L. **Terra de Possesiros**: um estudo das políticas sobre terras indígenas. 1981. 214 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 1981.

TOMMASINO, Kimiye. Os novos acampamentos (wãre) Kaingang na cidade de Londrina: mudança e persistência numa sociedade Jê. **Revista Mediações**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 66-71, 1998.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 311-338.

WIESEMANN, Ursula Gojtéj. **Kaingang – Português | Português – Kaingang Dicionário**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2002.

Pietra Azevedo<sup>1</sup>

**Artigo livre**

***“A SENHORA É DESTRUIDORA MESMO”:  
ETNOGRAFANDO A SOCIALIZAÇÃO E A  
SOCIABILIDADE ENTRE AS TRAVESTIS NO  
CONTEXTO URBANO MOSSOROENSE<sup>2</sup>***

***“YOU SLEW IT, GIRL”:  
THE SOCIALIZATION  
AND SOCIABILITY AMONG TRAVESTIS IN  
THE URBAN CONTEXT OF MOSSORÓ***

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN

<sup>2</sup> Agradeço as contribuições do Grupo de Trabalho “Relações de gênero, corpo, sexualidade e saúde no nordeste brasileiro” da XVI Semana de Antropologia da UFRN (2018) na qual esse trabalho foi apresentado. É importante pontuar que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

Com expectativa de vida de 35 anos de idade, residindo no país com os maiores índices de mortes motivadas por transfobia no mundo e com a prostituição sendo a principal atividade remunerativa para cerca de 90% das travestis, estas performam suas identidades no Brasil. A partir de uma pesquisa etnográfica realizada com quatro travestis entre julho de 2015 e setembro de 2017, nos moldes da antropologia social com base na observação participante, discutiremos sobre a socialização e a sociabilidade entre as travestis no contexto urbano mossoroense. Nas sinuosidades das relações e trocas sociais encontramos manutenções e rupturas dos modelos que são estendidos através da prostituição e do conflito social que alimentam a hostilidade e a rivalidade entre as travestis. Visualizamos que há espaços para transformações desde os processos de trocas e aprendizagens até os relacionamentos estabelecidos no cotidiano, onde foi possível perceber a emergência de avanços na aceitação familiar e produção de novas referências e na construção de relações amistosas, de solidariedade e apoio mútuo, ainda que incipientes, mas que gradativamente estão modificando esse contexto, produzindo novas formas de interação social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Travesti, Socialização, Sociabilidade, Conflito social.

---

## ABSTRACT

With a life expectancy about 35 years old, living in the country with the highest level in the world of deaths caused by trans-phobia and prostitution being the main paid activity to around 90% of the travestis, they perform their identities in Brazil. Based upon ethnographic research developed with four travestis between July 2015 and September 2017, in conformity with social anthropology derived from a participant observation study, we aim to discuss socialization and sociability among travestis in the urban context of Mossoró. In the sinuosity of the relations and social exchange its possible to find maintenance and breach of the models that are extended through prostitution and the social conflict that feeds hostility and rivalry among travestis. Its seen that there are spaces for the transformations from the processes of exchanges and learning to the relationships laid down in daily life, where was possible to perceive the emergence of advances in familiar acceptance and building new references and friendly relations of solidarity and mutual support, even though in early stages, but that gradually are modifying this context, generating new social integration shapes.

**KEYWORDS:** Travesti, Socialization, Sociability, Social conflict.

*“Um beijo pra quem é de longe  
Um beijo pra quem é daqui  
Um beijão para o meu bonde  
Um beijo pras travestis”  
(Um beijo - Mc Xuxu).*

## 1. “SE JOGA, MONA!”: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Ao realizar uma pesquisa de campo antropológica com quatro travestis, entre junho de 2015 e setembro de 2017, busquei analisar alguns processos de socialização e as redes de sociabilidades entre as travestis na cidade de Mossoró/RN<sup>1</sup>. Este investimento intelectual tem caráter descritivo, analítico, qualitativo e multidimensional, no qual utilizo da etnografia como método e escrita interpretativa, que considera as experiências reais observadas e experienciadas em campo.

Reconhecendo a etnografia como uma descrição densa, que condiz à descrição interpretativa e microscópica da realidade estudada (GEERTZ, 2008), empreguei como técnicas de construção do conhecimento analisado: a comunicação verbal, a observação do comportamento manifesto, o contato via redes sociais e a manutenção de um diário de campo.

No início da pesquisa selecionei quatro travestis<sup>2</sup>, dentre as várias que tinha estabelecido contato, baseando-se no grau de aproximação/empatia e diversidade dos “perfis”. Esta atitude metodológica caracteriza o *locus* como “fragmentado”. A quantidade proposta de interlocutoras foi pensada tendo por base a dificuldade de acompanhar o cotidiano de um número alto de travestis de forma individual. O acompanhamento de seus cotidianos permeou vários lugares, como domicílios delas e meu, festas diversas, teatro, escola, universidade, centro da cidade, entre outros espaços, realizado majoritariamente de forma individual.

Os cotidianos das interlocutoras Ana<sup>3</sup>, Gaby, Karla e Paola se cruzam em

<sup>1</sup> Conhecida como a capital do Oeste Potiguar, tem quase trezentos mil habitantes, sendo considerada a segunda cidade mais populosa do Estado, atrás apenas de Natal, a capital. A economia mossoroense tem como alguns dos seus segmentos a fruticultura irrigada, a indústria extrativa e a indústria salineira, sendo a maior comercializadora de sal do país. A cidade é conhecida principalmente pela festividade junina – Mossoró Cidade Junina –, por ter tido o primeiro voto feminino do país, pela libertação dos escravos antes da Lei Áurea e pela resistência histórica ao bando de Lampião. Mossoró representa, desta forma, uma centralidade frente aos demais municípios interioranos da redondeza.

<sup>2</sup> Vale salientar que a “escolha” foi realizada mutuamente. Pensar as interlocutoras como passivas já é algo obsoleto no fazer antropológico. Desta forma, muito mais que escolhas, a vivência antropológica possibilitou aquilo que Foote Whyte (2005) chamou de princípio de reciprocidade interpessoal, onde as interlocutoras têm papel ativo, inclusive em “aceitar” ou não quem está pesquisando. À exemplo prático: no início da pesquisa eu tinha “selecionado” uma travesti que depois disse não querer mais contribuir com o estudo. Portanto, a “escolha” envolve toda uma complexidade e relações de poder.

<sup>3</sup> Os nomes das interlocutoras adotados nessa etnografia são fictícios pelo fato de serem discutidas questões delicadas sobre suas vivências. Compreendendo o dédalo circunscrito na questão do anonimato e a responsabilidade do autor na escrita exposto por Fonseca (2011) não só preferi não usar os nomes verdadeiros, como também tentei preservá-las ao traçar seus perfis de forma mais genérica.

ínfimos momentos. Já as trajetórias de vida delas têm marcadores comuns. Porém as especificidades também merecem ser assinaladas. Assim, aquilo que afirmo ser a performance identitária das travestis considera o que há de convergência, similitude e câmbio entre as singularidades das interlocutoras da pesquisa, bem como as particularidades que emergem sobre o campo da coletividade e expressam o descentramento da identidade travesti<sup>4</sup>.

Diante dos encontros e desencontros desses achados etnográficos, tento trazer contribuições para literatura da “socialização/sociabilidade travestis”, apontando as rupturas com o contexto da prostituição, as emergentes realidades de aceitação e interação social, o alargamento das redes de sociabilidades e outras formas de resistência sociopolítica e afetiva.

## **2. “A SENHORA É DESTRUIDORA MESMO”: SOCIALIZAÇÃO E SOCIABILIDADE ENTRE AS TRAVESTIS EM MOSSORÓ/RN**

“A senhora é destruidora mesmo” é uma expressão que ficou conhecida através do *reality show* “Glitter: em busca de um sonho” exibido pela TV Diário, na qual travestis, transexuais, transgêneros, *drag queens* e gays participavam de provas concorrendo a um prêmio. “Fala na cara” era uma prova do *reality* que as participantes deveriam debater entre si, dizendo os motivos de sua oponente não ser merecedora de continuar no programa. Um dos embates mais emblemáticos foi entre as concorrentes Rochelly Santrelly e Sangalo. As frases proferidas por ambas viralizaram na internet, e a que estampa o título deste sub-tópico e do artigo, foi dita por Sangalo neste confronto. Mesmo satirizado e com expressões cômicas, esse quadro representa uma temática que perpassa os processos de socialização e as redes de sociabilidades de nós, travestis, isto é, as relações conflituosas e amistosas.

Berger & Luckmann (1973), pensando a socialização, entendem a interação social como experiência fundamental da vida cotidiana expressa pela relação face a face, comunicativa e intersubjetiva entre as pessoas, em um exercício constante de projeções e apreensões mútuas para/com o/a outro/a. E, segundo Goffman (1985), é por meio da socialização que representamos socialmente, e concomitantemente somos visualizados e apreendidos pelos/as outros/as. Já na discussão de estigma, Goffman (1988) pontua que é também através da socialização que as pessoas estigmatizadas tanto se reconhecem quanto percebem os desafios do estigma social que carregam. Logo, os espaços e ambientes de socialização de pessoas com mesmo estigma, são percebidos como lugares oportunos para compartilhar vivências de um “universo” comum.

<sup>4</sup> Sobre essa discussão de performance identitária, tendo por base os textos de Butler (2016) e Hall (2006), elenquei alguns elementos constituintes dessa performatização: a politização da identidade ao buscar resignificar o termo “travesti”, a influência do *pajubá* na produção de uma identidade linguística, a feminilidade construída e reivindicada sistematicamente, a diferenciação de orientação sexual e identidade de gênero na afirmação da identidade travesti frente a alteridade, e a expressão *queer* da travestilidade (Retirado para avaliação cega)



No tocante às travestis interlocutoras, não abordarei acerca das primeiras socializações, ou seja, as trocas e aprendizagens iniciais, que correspondem desde a infância até pouco antes da transição de gênero, época que as interlocutoras se denominavam como “gayzinhas”. Desse modo, o enfoque recai sobre os processos de socialização após a reivindicação da travestilidade, em que o marco principal para as interlocutoras, é o começo da hormonização, ou seja, a ingestão de hormônios femininos acompanhada ou não do uso de bloqueadores de testosterona.

Nesta pesquisa, os processos de socialização entre as travestis correspondem, de forma sucinta, aos percursos de trocas e aprendizagens sobre técnicas de manipulação do corpo e performatização de gênero, tendo em vista a construção de feminilidades que subsidiam suas travestilidades. Segundo Benedetti (2005, p. 131) é “a incorporação do seu feminino que autoriza as travestis a personificar a ambiguidade, a polissemia de suas relações”. Em alguns casos, a socialização entre as travestis também pode referir-se a apreensão de estratégias de sobrevivência em várias esferas da vida social: nas relações familiares, afetivas-sexuais, de trabalho, etc.

É recorrente que as travestis no começo de transição recorram às que possuem mais idade para obter auxílio e instrução na construção das travestilidades, geralmente transpassada pela prostituição (KULICK, 2008; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2005; DUQUE, 2011). Entretanto, nenhuma interlocutora desta pesquisa teve outra travesti como “madrinha/mãe”, o que ocorria eram trocas de informações entre elas e outras travestis de suas localidades, não correspondente ao “amadrinhamento” que os estudos apontam entre travestis novas e velhas no contexto da prostituição.

Ana, interlocutora que conheci em espaços da militância, tinha 27 anos de idade e começou a transição de gênero aos 17 anos, era negra, moradora da periferia e vivenciava uma situação específica de socialização por possuir uma irmã mais nova que também era travesti. Ana tentava não interferir na transição da irmã, para que a mãe não interpretasse sua atitude como incentivo, que culminaria em uma implicância. Mas, segundo ela, era inevitável esta troca entre irmãs que partilhavam de processos de travestilidades. Ana relatou, por exemplo, que elas sempre tomavam hormônios juntas.

Um fator determinante para o tipo de socialização presente nos relatos das interlocutoras, era de não terem sido expulsas de suas casas, pois o contrário as levariam ao contato imediato com a prostituição e a cafetinagem, consequentemente aprendendo as técnicas de travestilidade por intermédio de uma travesti cafetina que se tornaria “madrinha” delas. Segundo Kulick (2008, p. 55) “longe da família [as travestis] acabam travando conhecimentos com travestis mais velhas e experientes, e às vezes com amantes e clientes, pessoas que irão aconselhar e ajudar na tarefa de se aperfeiçoar e de se completar como um ser feminino”.

Poder “transicionar” em casa com “apoio familiar” tem seus limites e negociações, e por mais distante que estivessem da prostituição, esta teria influência

direta nos processos de socialização, pois este universo foi e ainda é o principal *locus* das trocas e aprendizagens das travestis brasileiras, já que cerca de 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil, conforme assegura a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Benedetti (2005, p. 115) argumenta que

os territórios de prostituição constituem um importantíssimo espaço de socialização, aprendizado e troca entre as travestis (...) Há travestis que têm nas zonas de *batalha* o principal (e às vezes o único) ponto de encontro e convívio social. (...) É também nesses lugares que aprendem o *habitus* travesti. Esse é um dos importantes espaços em que as travestis se constroem corporal, subjetiva e socialmente.

Atualmente é possível, como nos casos das interlocutoras, estabelecer uma socialização para além da prostituição travesti e a partir de novas referências. Gaby, que era universitária, prostituta e tinha 31 anos de idade, comentou que aos 17 anos, início de sua transição, tinha uma amiga travesti mais velha, mas “ela por ser a mais velha não ajudou muito. Até tentava, mas era, sei lá, tipo uma pessoa que não tinha acesso à educação e não estava atendida para o avanço da modernidade”. Já Paola, a interlocutora mais nova, com 23 anos de idade, assinava sobre os primeiros anos de sua transição iniciada aos 16, “eu olhava muito na internet, vídeos no YouTube de outras travas. Eu via as dicas assim. Pessoalmente com uma amiga trans eu não tive [orientação]... O primeiro vídeo que vi foi o de Liah Bracho falando de perlutan e tudo, depois disso eu fui me aprofundar no assunto. Depois que comecei [a tomar hormônios] eu trocava muita informação com outras”.

As duas narrativas sinalizam que os processos de travestilidades são modificados historicamente, onde os avanços na modernidade, no tocante ao reconhecimento de direitos da população trans, alargam as possibilidades de socialização. A internet<sup>5</sup>, com sua ampla rede de informações, ganha espaço nas experimentações e aprendizagens das travestis.

No entanto, no seio de possibilidades diversas na construção de referências e trocas, há sempre uma travesti na cidade incorporada como referência no início da transição. Karla, que tinha transicionado aos 13 anos de idade e preferia não contar a idade atual, comentou que “na época eu sempre via a Sarah Linss<sup>6</sup>, que também estava iniciando, porém estava bem à frente de mim no quesito de hormonização, cabelos grandes e tal (...) mas também sempre quando eu via alguma trans eu já me via exatamente daquela forma”. Gaby, que residiu durante muito tempo em outro município, falou que “nesta época [começo da transição] tinha uma na cidade muito feminina, uma mulher. Porém era uma bicha arrogante e que não permitia que nenhuma se aproximasse dela a não ser para esnoabar as mais novas (...) não tentei me aproximar, pois vi como ela tratava as outras, chegando até a humilhar”. Geralmente as travestis referências, conforme os rela-

<sup>5</sup> O ambiente virtual, a partir dos trânsitos entre o *online* e o *offline*, tem sido um *locus* de estudo emergente na antropologia, investigado através da etnografia virtual.

<sup>6</sup> Uma trans bastante conhecida em Mossoró/RN por ter trabalhado como modelo na maior agência do estado.

tos, são “bem menininhas”, isto é, bastante femininas na construção corpórea seja fruto da hormonização ou de procedimentos cirúrgicos, e estas devem expressar principalmente uma “beleza feminina natural sem exageros”<sup>7</sup>. Neste âmbito, Benediti (2005, p. 101) afirma que

a visibilidade social e a inserção cotidiana das travestis [referências] garantem um lugar de legitimidade para os desejos sexuais e de transformação vividos pelas novas *monas*. É uma das únicas referências positivas que elas têm em meio as repressões e proibições a que são submetidas.

Essas travestis que representavam referências de travestilidade influenciavam indiretamente nos processos de socialização, mas elas não necessariamente eram amigas das interlocutoras, como ficou evidente no relato de Gaby. Questionadas sobre as amizades com outras travestis nos primórdios da transição de gênero, as interlocutoras perfilharam:

Ana: “Eu não tinha uma amiga trava muito próxima, algumas indicavam os hormônios, mas eu sempre tinha receio... e algumas também falavam para eu não entrar na prostituição”.

Gaby: “Só tinha uma amiga que já era trava. O resto da turma estava toda em transição e a competição era muito grande (...) no mundo das trans há uma grande competitividade. Tipo a maioria não ajuda a outra, pelo contrário, tenta menosprezar a forma que você se veste, fazem piadas do cabelo quando começamos a deixar crescer”.

Paola: “Eu andava muito com a *Fulana*, a *Beltrana*... mas éramos todas gayzinhas afeminadas... eu conhecia Karla, mas não tinha contato com ela”.

Karla “No início eu só tinha amigas gays (...) no quesito dos hormônios eu apenas escutava de algumas que eu tinha contato, os nomes dos hormônios que elas tomavam, porém sempre tentei me virar sozinha, porque infelizmente nesse mundo sempre tem umas que querem ser melhores que as outras, então às vezes dão alguma dica errada só para fazer o mal (...) só depois que comecei a me hormonizar que tinha e tenho amizade com a *Fulana* que hoje mora na Itália”.

A competitividade, a rivalidade e conseqüentemente o receio já estão presentes desde muito cedo entre as travestis, conforme expressam os relatos, e têm interferência direta tanto nos processos de socialização quanto nas redes de sociabilidades construídas. Simmel (1983) percebe a sociabilidade enquanto forma lúdica de sociação demandada pela interação impulsionada e propositada entre iguais, tendo em vista que tudo que está presente nos indivíduos tem um conteúdo permeado por uma sociação.

Destarte, entendo a sociabilidade enquanto relações sociais fabricadas e estabelecidas simetricamente, ou não, entre pessoas no cotidiano. Já a socialização, compreendo-a como trocas e aprendizagens voluntárias ou não permeadas por relações de poder. No entanto, através da ampliação das redes de sociabilidade tornam-se prováveis mudanças e rupturas nos modos de vida construídos, possibilitando um processo de aprendizagem e assimilação de símbolos, códigos e referências circunscritas nessas redes. Simmel (1983, p. 170) defende que

<sup>7</sup> Sobre os padrões de beleza travesti, Pelúcio (2005) aponta para a contextualização de diferentes formas de construção corporal das travestis em tempos e tempos, na produção de uma estética temporal, contextual e geracional.

visto que na pureza de suas manifestações a sociabilidade não tem propósitos objetivos, nem conteúdo, nem resultados exteriores, ela depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre. Seu alvo não é nada além do sucesso do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele.

Os momentos sociáveis concretos e, por conseguinte, as redes de sociabilidade das travestis, assim como a socialização, já foram bastante restritas à prostituição, conforme apresentado nas etnografias supracitadas sobre travestis. Porém, a realidade pesquisada expõe um alargamento dessas redes.

Mesmo trabalhando sistemática ou pontualmente como prostitutas, todas as interlocutoras mantêm relações próximas e íntimas com familiares, com amigas LGBs (Lésbicas, Gays e Bissexuais) - primordialmente com gays -, com colegas de trabalho e universidade, com os *bofes* (*clientes ou vícios*)<sup>8</sup> e com pessoas cisgêneras<sup>9</sup>-heterossexuais. Esses grupos por vezes se intercalam. A classificação é apenas para visualizarmos a veiculação das travestis sobre vários grupos sociais.

O último grupo merece uma atenção especial por dois motivos: primeiro que os relacionamentos sociais e concomitantemente a amizade entre travestis e homens cis-heterossexuais, que podem ser ou não *bofes*, não é muito comum, mas existe, apesar das problemáticas sociais apontadas por elas. Karla, que trabalhava formalmente em uma clínica hospitalar e, portanto, conhecia muitas pessoas, comentava que “os homens são maliciosos, acham que ter amizade comigo significa ter sexo ou acham que eu vou querer isso, porém, jamais. Prefiro amizade do que um sexo”. Ana, que trabalhou em diversas empresas e era bastante conhecida pelo seu trabalho na militância, apontava que “os *bofes* pedem para ajeitar a amiga *mapôa* prometendo depois ficar com a trava... é essa linha, acredita?”.

O segundo motivo está relacionado à amizade das travestis com as “*mapôas*”, ou seja, as mulheres cis-heterossexuais. Todas as interlocutoras possuíam e se admiram desta relação. Segundo Gaby, que tinha várias amigas da turma do curso de ensino superior, “atualmente é bem mais comum trava amiga de *mapôa*, porque antes não era, viu?!”, essa afirmação é consentida pelas demais interlocutoras. Pelo que pudemos notar, por meio dos relatos e memórias travestis, havia um certo conflito entre elas e as “*rachas*”<sup>10</sup> motivado tanto pelas ridicularizações que as últimas faziam com as primeiras, quanto pelos privilégios das “*mapôas*” na construção de relacionamentos públicos amorosos com homens.

Conforme assinalado anteriormente, desde quando começam a “transicionar”, as travestis já se deparam com os conflitos instauradas para/com suas semelhantes, condicionadas a serem rivais, competitivas e hostis umas com as

<sup>8</sup> “*Bofes*” são homens que travestis se relacionam afetivo-sexualmente. Os *bofes* podem ser “*clientes*” ou “*vícios*”, de forma genérica a diferenciação é que os primeiros são cobrados pelo sexo e os segundos não.

<sup>9</sup> Pessoa cisgênero (CIS) é aquela que se identifica com o gênero designado, a partir da genitália, no seu nascimento.

<sup>10</sup> “*Racha*” também significa mulher. A expressão refere-se a vagina da mulher cis, ou seja, quem tem uma vagina é uma *racha*. “*Racha*” tem se tornado um termo menos usual, por causa do tom depreciativo/sexualizador que pode soar. As travestis usam a palavra geralmente quando estão aborrecidas com alguma mulher. “*Mapôa*” tem ganhado mais espaço no uso cotidiano, embora “*racha*” ainda seja utilizado.

outras, engendrando formas direcionadas de interações sociais. Entendemos “conflito” baseado na compreensão de Simmel sintetizada por Alcântara Júnior (2005), ou seja, não somente no aspecto negativo com a vida social, mas como algo recorrente nas mais variadas interações e relações sociais reproduzidas na sociedade. Citando Simmel, este autor diz que conflito também é uma forma de socição, o que encaixa perfeitamente para pensarmos a sociabilidade enquanto constituída de conflito.

Conversando sobre os conflitos entre travestis, Ana, que tinha se inserido recente na prostituição, falava que “tem que ter cuidado com a própria classe, *bi...* tem muito *truque*. Você sabe que existe aquela *linha bem baixa*, aquelas travestis que batem, travestis que brigam, né?!... As da BR num brincam não viu?!”. Em outra ocasião Karla, que passou por um procedimento cirúrgico que envolvia uma lipoaspiração e um implante de 400 ml de silicone em cada seio, comentava que “existe rivalidade demais, amiga, infelizmente. Algumas se acham superiores porque têm plásticas, porque têm mais dinheiro e não é assim não, até porque estamos no mesmo barco”. Em diálogo com Gaby, que já se prostituiu no Sudeste para conseguir dinheiro e colocar suas próteses de silicone nos seios, questionei:

pesquisadora: “Trava não costuma ser amiga de trava?”

Gaby: “(gargalhada) raramente isso acontece, bicha. 90% das travas mantém amizade uma com a outra por puro interesse”

pesquisadora: “Sério? Por quê?”

Gaby: “Infelizmente. Não sei se isso é uma regra ou questão de caráter”.

Em conversa via WhatsApp<sup>11</sup> com Paola, que além de cabeleireira é prostituta, ela me contextualizou esmiuçadamente sua análise sobre a rivalidade e violência entre as travestis:

Existe muita rivalidade. É raro uma ser amiga da outra de verdade. Elas priorizam muito a beleza, porque elas (a maioria) criaram tipo um rótulo de quem é mais bonita é quem tem que ser respeitada, que quem faz mais programa é quem manda, muitas vezes quem ousa ser mais bonita e bater mais porta (fazer programa) do que a que já tinha esse título, elas partem pra cima, cortam cabelo, batem e etc. Quando não matam, né!? Com coisas bem fúteis elas criam rivalidades. Principalmente nesse meio de prostituição, mas existe sem ser nesse meio também. Conforme elas vão fazendo sua transição, mudando suas características elas acham que isso também [a rivalidade] é necessário pra ser uma travesti. Não são todas, claro. E hoje em dia muitas estão mudando sua forma de pensar, é como se nós tivéssemos criado uma cultura própria que para ser travesti tem que ser violenta, tem que correr riscos, tem que querer ser melhor que a outra, enfim... É um mundo muito cheio de rivalidade, onde você não pode ter dinheiro ou ser mais bonita que as outras senão você terá inimigas gratuitamente. Esse é o lado ruim de nossa classe. Mas aos poucos elas estão mudando essa realidade, muitas estão vendo que isso não é necessário, muitas estão enxergando o mundo além da prostituição (não que seja algo ruim), mas não é a única opção para as travestis como muitas pensam. Mas tem umas que não são assim, sabe!? Não tô generalizando.

<sup>11</sup> A utilização das conversas via redes sociais surge no campo na medida que fui percebendo a importância dos relatos das interlocutoras nessas plataformas digitais. O uso da “etnografia virtual” é complementar ao contato direto da pesquisa de campo.

Em paralelo a este relato, acompanhei durante a observação participante diversas situações de embates e tensões – até mesmo entre algumas interlocutoras – que expressam a rivalidade construída e naturalizada entre as travestis. Notei isso nos vários lugares que estive com elas (centro comercial, bares, festas, universidade, etc.), em ocasiões de encontro com outras travestis. Um dos motivos apontados por elas é o fato de Mossoró “ser pequena”, e como diria Ana, que aproveitava esse cenário para fazer *strep-tease* virtual em troca de dinheiro, “é muita trava para pouco *bofe* que curte, aí acaba gerando atrito entre elas”. Por outro lado, as falas das demais indicam uma motivação comum para esses conflitos, ou seja, a prostituição e suas condições precárias.

A prostituição no Brasil ainda não é regulamentada pelo Ministério do Trabalho. Questões como rufianismo, exploração sexual, condições precárias de trabalho, etc. são problemas presentes no cotidiano de uma prostituta no país. O Projeto de Lei Gabriela Leite do deputado federal Jean Wyllys (PSOL) elaborado em parceria com a Rede Brasileira de Prostitutas propõe alterações no Código Penal com intuito de reverter as condições atuais desse trabalho. É no contexto da prostituição que há os maiores índices de mortes das travestis. A *Transgender Europe* aponta para um total de 2.264 homicídios à transexuais, travestis e transgêneros, baseados em uma pesquisa sobre 68 países em todo o mundo entre 01 de janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2016, o Brasil é o primeiro do *ranking* com 900 homicídios.<sup>12</sup>

“*Aquela linha bem baixa*”<sup>13</sup>, frase que Ana traz em sua fala, é associada diretamente às travestis que se prostituem – nas BR’s (Rodovias Federais)<sup>14</sup> principalmente –, que são cercadas de vulnerabilidade e coerção social e acabam se envolvendo com vícios, tráfico de drogas, roubos e violência, levando, em muitos casos, à morte ou prisão delas. A “beleza” motiva a rivalidade porque a travesti mais bela é a que vai “*dominar a pista*” ou “*bater portas*”, isto é, vai ser mais desejada pelos “*bofes*” vai lucrar mais com a sua beleza na prostituição, que culmina em aquisição financeira e mais modificações estéticas, conforme Paola reflete.

A violência é fruto de condições precárias e de insegurança de um trabalho coagido sobre pessoas cujas trajetórias de vida são marcadas por espaços de sujeição, discriminação e exclusão social. Numa perspectiva michaudiana (2001), a violência das travestis também pode ser encarada como uma transgressão das regras, da ordem normativa que culturalmente as marginalizam. Nesta lógica, Girard (2008, p. 45) dirá que “a violência demasiadamente contida sempre acaba por se alastrar ao redor; infeliz daquele que estiver a seu alcance neste momento”, assim a violência também pode ser compreendida como uma válvula de escape para as travestis. Portanto, a dita rivalidade entre as travestis deve ser contextualizada e problematizada na medida que as condições de vida de uma travesti são estritamente carimbadas por uma sociedade eminentemente transfóbica. Segundo Pelúcio (2009, p. 239)

<sup>12</sup> Disponível em: <http://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>

<sup>13</sup> Esta expressão significa quando alguém tem atitudes totalmente desaprovadas socialmente.

<sup>14</sup> As BR’s, com todas as problemáticas acerca do fato de serem lugares de grande vulnerabilidade, também podem ser interpretadas como um *pedaço* (MAGNANI, 1996), já que esta é uma “categoria que descreve uma particular forma de sociabilidade e apropriação do espaço” (p.14).

como pessoas que são constituídas por experiências marginais, as travestis desenvolvem respostas imaginativas para lidar com as recorrentes interpelações. Constroem uma imagem de perigo em torno de si; articulam uma rede de proteção que vai da casa à rua e, ainda que esta não evite que tenham fins trágicos, lhes proporciona meios de trânsito e defesa.

As relações sociais estabelecidas entre travestis nos diversos cotidianos sofrem interferências desse processo sociopolítico de marginalização. Desta forma, é necessário entender tal como Goffman (1988, p. 26) que “o indivíduo estigmatizado pode responder antecipadamente através de uma capa defensiva” oscilando entre o retraimento e a agressividade, que é correspondente à ideia de aversão de Alcântara Júnior (2005), que a compreende como uma forma elementar de conflito que representa um tipo de proteção social.

As reações aos estigmas se contextualizam a partir da sociedade que nós, travestis, nos inserimos. Assim como as mulheres cis são refém de um sistema patriarcal, machista, sexista e heteronormativo que as põem inconscientemente em rivalidade entre si, o mesmo pode ser dito com as travestis. Os contextos sociais e políticos de mulheres cis e trans por vezes se distanciam, por outras se aproximam. A noção de sororidade, ou seja, a união, amizade e empoderamento coletivo das mulheres, pode ser encarada como forma de resistência tanto das mulheres cis quanto das travestis, frente a um sistema que impõe uma rivalidade mútua e que molda drasticamente as redes de sociabilidade construídas.

Baseado na afirmação de Simmel (1983, p. 173) que “a sociabilidade demanda o mais puro, o mais transparente, o mais eventualmente atraente tipo de interação, a interação entre iguais”, as travestis em meio a todo esse universo conflituoso das relações sociais, sobretudo com suas semelhantes, ainda conseguem promover interações cotidianas amistosas com outras travestis. “As Bratz” é um grupo de travestis amigas, residentes em Mossoró, que costumavam sempre sair juntas para os espaços de lazer da noite mossoroense. “As Macabras” é um outro grupo de amigas que possui travestis que cultivam amizade recíproca.

Nesta perspectiva, e apesar dos relatos repletos de desconfianças, todas as interlocutoras possuíam amizades com outras travestis. Gaby tinha três amigas, apesar de nenhuma morar em Mossoró. Karla possuía a mesma quantidade, sendo que apenas uma delas residia no município, que é Paola. Ela, por sinal, dizia que “de trava mesmo, só Karla que eu considero amiga mesmo e que posso contar”. Ana também tinha quatro amigas travestis, incluindo sua irmã. O fato de Ana ser militante do movimento trans na cidade a aproxima de várias travestis da localidade, o que torna mais ampla sua gama de relações dentro do grupo, embora na própria militância exista espaço tanto para o fortalecimento do apreço, quanto do tensionamento.

De forma geral, foi possível perceber a emergência de avanços na construção de relações amistosas, de solidariedade e de apoio mútuo, ainda que incipientes e restritos. Porém, gradativamente este cenário social está modificando o estabelecimento das interações sociais cotidianas entre travestis.

Nas sinuosidades dos procesos de socialização e das redes de sociabilidade das travestis, encontramos manutenções e rupturas de modelos que são estendidos através da prostituição e do conflito social. Porém, há espaços para transformações, desde os processos de trocas e aprendizagens, até os relacionamentos estabelecidos no cotidiano, produzindo novas formas de interação em uma sociedade que insiste em abjetar a travestilidade.

### **3. “UM BEIJO PRAS TRAVESTIS”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

“Um beijo pras travestis” faz parte do refrão da música “Um beijo” da cantora travesti Mc Xuxu que tenta expor a solidariedade e a empatia para/com as travestis. Assim como Mc Xuxu, as travestis interlocutoras da pesquisa, ainda que atravessadas por coerções produtoras de hostilidade e conflitos, elaboram fissuras nos processos de trocas e interações sociais cotidianas.

Mesmo que os estigmas sociais ainda percorram demasiadamente suas performances e a hetero(cis)normatividade continue a regular e controlar discursivamente seus corpos, as travestis produzem novos modos de vida e estratégias de sobrevivências nas resistências cotidianas frente a violência e a prostituição precária que são submergidas. Isso possibilita reconhecer e contextualizar toda a complexidade envolvendo os processos de socialização e as redes de sociabilidade. Neste sentido, as expressões identitárias sustentam-se e se propagam no âmago dessas interações complexas entre as travestis, cujos encontros e desencontros geram intercâmbios socioculturais e relações sociopolíticas conflituosas e provocadoras de mudança.

Pensando alguns processos de socialização a partir do início da transição de gênero das travestis, foi possível visualizar as projeções e apreensões mútuas, bem como os compartilhamentos entre elas, cujo interesse das trocas era excepcionalmente sobre as técnicas de manipulação do corpo, as indicações e usos de hormônios, assim como as maneiras de formulação de estratégias de sobrevivência.

Um diferencial que a pesquisa apresentou, tendo por base os estudos antropológicos clássicos com travestis brasileiras, é a ruptura com o “amadrinhamento”, por parte de travestis mais velhas com as mais novas, que assumia papel fundamental na socialização das travestis que estavam inseridas no contexto da prostituição. Essa interrupção está atrelada a aceitação familiar das travestis pesquisadas, que baseado no fato de não terem sido expulsas de casa, algo que contemporaneamente continua a acontecer, acessaram e construíram novas formas de socialização e sociabilidade. A internet também é um marco importante nessa expansão das formas de obter informações sobre os processos de travestilidade.

As redes de sociabilidade das travestis no contexto urbano mossoroense são transcorridas pela competitividade, rivalidade e pelo receio para/com outras



travestis, onde a hostilidade e as relações conflituosas são construídas e naturalizadas em um cotidiano repleto de assujeitamento, discriminação e exclusão social. A prostituição continua sendo um vetor chave nessa reflexão, pois as condições precárias que a prostituição é vivida, reforçam a vulnerabilidade, a coerção social e a violência que conseqüentemente se refletem na conflituosidade dessas redes.

Assim como a socialização, a sociabilidade entre as interlocutoras também cessa a centralidade dos espaços de prostituição como principais mediadores das relações sociais. Contrariamente e em forma de resistência há um alargamento dessas redes, onde as travestis se veiculam aos mais diversos grupos sociais, e não somente aqueles presos à prostituição, em detrimento da ocupação de outros espaços sociais e de poder, como a universidade. Em paralelo, a rivalidade socioculturalmente construída entre pessoas do gênero feminino, que atinge também as travestis, sofre pequenas fissuras na produção da sororidade entre *amapôas* e travestis.

Esta etnografia travesti, portanto, possibilitou ver a emergência de cisões, no estabelecimento das interações e trocas sociais, com a produção de confiança, de respeito às singularidades dos processos de travestilidade de cada uma e de solidariedade entre as travestis nas suas resistências cotidianas, onde todas caminham para serem “destruidoras mesmo”.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALCÂNTARA JÚNIOR, José O. Georg Simmel e o conflito social. Caderno Pós Ciências Sociais – São Luís, v.2, n.3, jan./jun. 2005.

Retirado para avaliação cega

BENEDETTI, Marcos Renato. Toda Feita: o corpo e o gênero das Travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BERGER, Peter. & LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade subjetiva. In. A construção social da realidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

DUQUE, Tiago. Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. Teoria e Cultura, v. 2, n. 1 e 2, 2011.

FOOTE WHYTE, W. "Sobre a evolução de Sociedade de Esquina". In. Sociedade de Esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GEERTZ, Clifford. Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIRARD, René. O sacrifício. In: A violência e o sagrado. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GOFFMAN, Erving. A representação do "eu" na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MAGNANI, J. Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C. & TORRES, L. de L. (Orgs.). Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996.

MICHAUD, Yves. A Violência. São Paulo: Editora Ática, 2001.

PELÚCIO, Larissa. Abjeção e Desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. Cadernos pagu (25), julho-dezembro de 2005, pp. 217-248.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de Sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). Georg Simmel: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. P. 165-181.

Alexandre G. Navarro<sup>1</sup>  
Anna C. Roosevelt<sup>2</sup>  
Gustavo P. Wagner<sup>3</sup>

## Ensaio

### **O PAPEL DO ATLÂNTICO NO POVOAMENTO INDÍGENA DA AMÉRICA DO SUL**

### **THE ROLE OF THE ATLANTIC IN SOUTH AMERICA'S INDIGENOUS PEOPLE**

---

<sup>1</sup> Professor Associado II da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenador do Laboratório de Arqueologia (LARQ), docente do Departamento de História (DEHIS) e do Programa de Pós-Graduação em História Conexões Atlânticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural (PPGDS) do Museu Paraense Emílio Goeldi. Bolsista de Produtividade do CNPq (Processo 308271/2018-1)

<sup>2</sup> Professora Titular do Departamento de Antropologia, University of Illinois, Chicago

<sup>3</sup> Professor do Bacharelado em Arqueologia DAA-ICH-UFPel, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, PPGAnt-UFPel

## RESUMO

O oceano Atlântico teve um papel fundamental no desenvolvimento da vida humana nas terras baixas da América do Sul. Definindo paisagens dinâmicas, a oscilação do nível das águas ao longo de milênios propiciou a exploração de recursos aquáticos, por exemplo, pelos grupos sambaquieiros, influenciando, inclusive, a extensão da ocupação dos seus territórios. Estas mesmas águas formaram estuários onde se estabeleceram sociedades complexas como a Marajoara, ou ainda inspiraram povos ceramistas a habitarem regiões alagadiças para construir aldeias sobre palafitas. Este ensaio faz uma breve incursão sobre a importância da costa atlântica para as ocupações indígenas na longa duração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atlântico – Indígenas – Longa duração

---

## ABSTRACT

The Atlantic Ocean played a fundamental role in the development of human life in the South American lowlands and defined dynamic landscapes. The fluctuation of the water level over millennia has allowed the exploration of aquatic resources, for example, by the shellmounds groups, influencing even the extent of the occupation of their territories. These same waters formed estuaries where complex societies such as the Marajoara were established, or even inspired pottery peoples to inhabit floodplain regions to build villages on stilts. This essay briefly explores the importance of the Atlantic coast for long-term indigenous occupations.

**KEYWORDS:** Atlantic Ocean – Indigenous People – Long term

Este ensaio tem como objetivo discutir a antiguidade e a diversidade das sociedades indígenas que ocuparam a costa atlântica da América do Sul. A sequência cronológica da ocupação humana ao longo desse vasto e complexo território remonta há pelo menos 13 mil anos (cf. ROOSEVELT; DOUGLAS; BROWN, 2002). A intensa relação com a ecologia dos ecossistemas fluviomarinhos que atuam nesta vasta região, como o El Niño e La Niña, além do manejo de espécies e exploração de recursos, propiciaram uma miríade de adaptações humanas que definiram a paisagem em tempos pré-coloniais e cuja herança ainda se pode observar em toda a faixa costeira (BALÉE, 1994; BALÉE; POSEY, 1989; BARONE VISIGALLI, 2014; BARONE VISIGALLI; ROOSEVELT, 2010). Nesse sentido, as frentes de povoamento iniciais (13.000-9.000 AP) desenvolveram um padrão de subsistência de amplo espectro explorando principalmente a calha do rio Amazonas e elaboraram um complexo conjunto simbólico de comunicação plasmado na arte rupestre (DAVIS, 2014; PEREIRA, 2003; PROUS; FOGAÇA, 1999; ROOSEVELT et al. 2009). Roosevelt (1996, 1999) e Roosevelt et al. (2002) obtiveram 56 datas radiocarbônicas a partir de vestígios de plantas carbonizadas e 6 datas TL (Luminescência) e OSL (Luminescência Ópticamente Estimulada) em líticos e sedimentos na Caverna da Pedra Pintada, revelando a idade de 13.180 a 11.880 anos calibrados de ocupação humana, cujas datas ainda permanecem as mais antigas para este sítio. Alguns sítios, inclusive, compõem observatórios astronômicos. As medições arqueoastronômicas de Davis (2011, 2014, 2016) e Davis et al. (2017), bem como seus cálculos de computador e mapeamento de teodolito, demonstraram que a Caverna da Pedra Pintada foi um antigo observatório solar, o mais antigo já conhecido. Sítios de ocupações pleistocênicas com presença de fauna extinta também ocorreram no extremo Sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, mas sobretudo no Uruguai e Argentina (SUÁREZ, 2015, 2017, 2018; SUÁREZ; PINERO; BARCELÓ, 2017; POUHEY VIDAL; WAGNER, 2020). No Pampa as ocupações foram marcadas pela diversidade dos contextos culturais onde as tecnologias bifaciais deram forma a conjuntos líticos singulares (DIAS, 2004, 2007). No Sul do Brasil a lógica do povoamento caçador coletor parece ter se orientado pelo aproveitamento das calhas fluviais, as quais permitiram a capilarização das ocupações originalmente em abrigos, de onde um sistema de adensamento populacional e domínio territorial se estabeleceu (DIAS, 2012a; DIAS; BUENO, 2013). Na Amazônia, durante o Arcaico (6.000-7.000 AP), os grupos humanos começaram a praticar a pesca intensiva e a modelar a paisagem, construindo montículos de conchas (sambaquis), cuja função ainda continua em acirrado debate arqueológico (IMAZIO da SILVEIRA; SCHAAN, 2005; ROOSEVELT 1995; WILLIAMS 1992; PUGLIESE, 2018; NEVES e HECKENBERGER, 2019). A produção de alimentos é hoje tema de consenso e antiguidade de esporos de arroz selvagem (*Oryza sp.*), cassava (*Manihot esculenta*), amendoim (*Arachis hypogaea*) e pimenta (*Capsicum sp.*) indica cultivos já disseminados na calha do Alto Madeira, há 5 mil anos, sugerindo uma origem ainda mais antiga (HILBERT et al., 2017; NEVES et al. 2020). Vestígios de ossos de peixe e carapaças de tartarugas, por exemplo, além de esqueletos, indi-

cam que esses concheiros foram tanto habitações humanas como cemitérios. Estes sítios estão presentes em praticamente toda a costa da América do Sul, sendo que a maioria se concentra no Sul do Brasil (WAGNER 2012, 2014a; RICKEN et al., 2016). Os maiores e mais volumosos sambaquis estão localizados no litoral de Santa Catarina e Paraná (GASPAR, 1999; GASPAR et al. 2008; BROCHIER, 2009). Nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, o início da exploração intensiva de moluscos se deu um pouco mais cedo, já na entrada do Holoceno (CALIPPO, 2004, 2011; FIGU- TI; PLENS; DEBLASIS, 2013). Contudo, a presença de sambaquis na costa não parece ter se dado antes do sétimo milênio (GASPAR et al. 2008; WAGNER et al. 2011). Não há dúvidas que foi durante o Holoceno Médio que as paisagens costeiras foram significadas e marcadas por monumentos funerários, nos quais os festins funerários ditaram a tônica de eventos que paulatinamente incrementaram, tanto as estratigrafias quanto a visibilidade dos sítios (FISH et al. 2000; BROCHIER, 2009; KLÖKLER et al., 2010; KLÖKLER, 2014, 2016). No Uruguay as ocupações costeiras parecem estar muito ligadas à exploração dos ambientes lagunares e lacustres e remontam a estratégias altamente especializadas iniciadas, igualmente, no Holoceno Médio (VILLAMARZO, 2007). Contudo, sítios os concheiros uruguaios parecem ter sido construídos tardiamente, a exemplo do extremo Sul do Brasil, não antes do quarto milênio (VILLAMARZO, 2017; WAGNER, 2009). Os trabalhos arqueológicos mais atualizados sugerem que o litoral patagônico passou por um processo transicional onde a adaptação ao modo de vida marinho se deu a partir do sexto milênio (FAVIER-DUBOIS, 2012). Durante o Formativo (3000-2000 AP) a horticultura de milho e mandioca parece ter se desenvolvido na Amazônia e no Orinoco (CRUXENT; ROUSE 1958-1959; OLIVER, 2008, 2014; ROOSEVELT, 2013, 2016; SANOJA, 1979; SANOJA; VARGAS; ARENAS, 1995). Os grupos indígenas do nordeste da América do Sul e o baixo Amazonas desenvolveram uma elaborada cerâmica caracterizada pelo uso de flanges, pintura vermelha e apliques zoomorfos (ROOSEVELT, 1980, 1997). No entanto, é no período tardio pré-colonial, durante as Tradições Polícroma (1000-1300 AP) e Inciso-Ponteadada (1000-500 AP), que a costa central Atlântica experimenta seu mais complexo desenvolvimento humano: o surgimento das sociedades Marajoara e de Santarém, ambas no baixo Amazonas, modificam permanentemente a paisagem atlântica. A primeira cultura constrói grandes montículos e diques na ilha do Marajó para a captação de água da chuva e talvez para o aprisionamento de peixes na foz do Amazonas. A cerâmica que produziram, caracterizada pela sofisticação artística, é considerada uma das mais elaboradas do continente americano. Outrossim, a cultura de Santarém construiu grandes aldeias deixando sua marca literalmente no solo: as terras pretas de índio, que permanecem extremamente férteis até hoje em dia. Nesse mesmo período, sociedades que viveram sobre palafitas no estuário maranhense também deixaram suas marcas na costa atlântica construindo aldeias suspensas em troncos de árvores e explorando esse rico bioma mesclado de água doce e salgada (NAVARRO, 2018a; NAVARRO, 2018b). Foi a partir da análise anatômica dessas madeiras que Gonçalves et al. (2021) demonstraram que estas pertencem

ao gênero *Handroanthus sp.*, indicando, deste modo, que (1) essas sociedades preferiram madeiras resistentes para a construção das aldeias e (2) estavam manejando estas árvores. Pedras verdes confeccionadas em nefrita indicam as esferas de interação dos povos das palafitas com o baixo Amazonas e possivelmente com as Antilhas e Caribe (NAVARRO et al. 2017; NAVARRO e PROUS, 2020). Hoje, a arqueologia na Amazônia evidencia a grande circulação de povos que interagem nesta imensa paisagem que a cada novo dia revela novas descobertas. Ainda durante esse período, no extremo sul do Brasil e na costa atlântica do Uruguai, grupos indígenas também modificavam a paisagem construindo montículos para habitação permanente e para enterrar seus mortos, os chamados Cerritos (MILHEIRA, 2021). Na Pré-História tardia, algumas das culturas da Tradição Inciso-Ponteada construíram montículos, calçadas e campos elevados para o cultivo de milho e mandioca em grandes áreas das planícies aluviais do delta da costa nordeste do Atlântico (ROSTAIN, 2008; VERSTEEG, 2008). Por fim, durante o contato com os europeus, ocorreram movimentos populacionais e mudanças culturais significativas, alterando para sempre a ocupação indígena da área. Nesse período, toda a costa atlântica brasileira estava ocupada por grupos do tronco linguístico Tupi-Guarani, considerados os senhores do litoral (BROCHADO, 1984; MILHEIRA; WAGNER, 2014). A costa atlântica desempenhou um papel fundamental na expansão de um destes grupos e no deslocamento de algumas populações existentes. Os Tupi percorreram todo o litoral brasileiro até o sudeste do Brasil, onde encontraram os Guarani, que chegaram ao litoral por uma rota diferente (BROCHADO, 1984; DIAS, 2012b; WAGNER, 2014b), resultando em confrontos. Ao longo da costa nordeste da América do Sul, grupos Karib e Arawak se expandiram e se confrontaram (WHITEHEAD, 1997, 1989), embora os Warao do delta do Orinoco, que viviam em palafitas, resistiram firmemente frente à invasão europeia (ROOSEVELT, 2019). Portanto, a costa Atlântica há milênios vem presenciando e influenciando o desenvolvimento humano numa complexa e duradoura relação ecológica. Desse modo, a região da costa Atlântica vem presenciando e influenciando o desenvolvimento humano numa complexa e contínua relação ecológica há milênios. Este dossiê convida à reflexão por parte de cientistas interessados e que atuam diretamente com a história de longa duração das ocupações humanas da região costeira Atlântica da América do Sul.

## REFERÊNCIAS

- BALÉE, W. *Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany-the historical ecology of plant domestication by an Amazonian people*. Nova York, Columbia University Press, 1994.
- BALÉE, W.; POSEY, D. (Eds.). *Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies*. *Advances in Economy Botany*, n. 9, p. 30-62, 1989.
- BARONE, E. V. *Colocataires d'Amazonie: hommes, animaux et plantes de part et d'autre de l'Atlantique*. Caiena: Ibis Rouge, 2014.
- BARONE VISIGALLI, E.; ROOSEVELT, A. C. (Eds.) *Amaz'homme: Sciences de l'Homme Sciences de la Nature en Amazonie*. Caiena: Ibis Rouge, 2010.
- BROCHADO, J. P. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Tese (Doutorado em Anthropologia). Department of Anthropology, University of Illinois at Urbana, Champaign, Illinois, Estados Unidos, 1984.
- BROCHIER, L. *Controles Geoarqueológicos e Modelos Morfoestratigráficos: Implicações para o Estudo das Ocupações Pré-Históricas na Costa Sul – Sudeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Arqueologia), MAE, USP, São Paulo, 2009.
- CALIPPO, F. *Os sambaquis submersos de Cananéia: um estudo de caso de arqueologia subaquática*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), MAE, USP, São Paulo, 2004.
- CALIPPO, F. *Sociedade Sambaqueira, Comunidades Marítimas*. *Revista de Arqueologia*. 24(1), 82-101p, 2010
- CRUXENT, J. M.; ROUSE, I. *An Archaeological Chronology of Venezuela*. 2 vols. *Social Science Monograph VI*. Washington, D.C.: Pan American Union, 1958-1959.
- DAVIS, C. S. *Rock Art and Archaeoastronomy Research at Monte Alegre do Para, Brazil: New Art Discoveries*. *Amazônica* 3(1) 174-191, 2011.
- DAVIS, C. S. *The Archaeoastronomy of Terminal Pleistocene Rock Art on the Amazon River at Monte Alegre, Para, Brazil*. Tese de Doutorado em Antropologia, University Of Illinois at Chicago, Chicago, Estados Unidos, 2014.
- DAVIS, C. S. *Solar-Aligned Pictographs at the Paleoindian Site of Painel do Pilao along the Lower Amazon River at Monte Alegre, Brazil*. *PLOS ONE* 11(12): e 0167692.doi:10.1371/journal.pone.0167692, 2016.
- DAVIS, C. S.; ROOSEVELT, A. C.; Barnett, W.; COSTA, M. Lima da. *Paleoindian solar and stellar pictographic trail in the Monte Alegre hills of Brazil: Implications for pioneering new landscapes*. *Journal of Anthropology and Archaeology* 5 (2): 1-17, 2017.
- DIAS, A. *Diversificar para poblar: el contexto arqueológico brasileño em la transición Pleistoceno-Holoceno*. *Complutum*, 15:249-263, 2004.
- DIAS, A. *Da tipologia à tecnologia: reflexões sobre a variabilidade das indústrias líticas da Tradição Umbu*. In: Bueno, L.; Isnardis, A. (orgs.). *Das Pedras aos Homens: Tecnologia Lítica na Arqueologia Brasileira*. Belo Horizonte, Argentum Editora, 2007, 33-66p.
- DIAS, A. *Hunter-gatherer occupation of south Brazilian Atlantic Forest: paleoenvironment and archaeology*. *Quaternary International* 256: 12-18, 2012a.



DIAS, A. Arqueologia Guarani: territorialidade e cultura material. In: MORALES, W.; MOI, F. *Tempos Ancestrais*. São Paulo: Annablume, 2012b, 119-158p.

DIAS, A. S.; BUENO, L. The initial colonization of South America Eastern Lowlands: Brazilian archaeology contributions to settlement of Americas models. In: Graf, K.; Ketron, C.; Waters, M. (eds.). *Paleoamerican Odyssey*. College Station, Texas A&M University, pp. 339-357, 2013.

GASPAR, M. D. Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro. In: TENÓRIO, C. M. (Ed.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999, 159-170p.

GASPAR, Maria Dulce; DEBLASIS, Paulo; FISH, Suzanne; FISH, Paul. Sambaqui (Shell Mound) Societies of Coastal Brazil. In: SILVERMAN, Helaine.; ISBEL, William. (eds.). (Org.). *Handbook of South América Archaeology*. 1ed. Lisboa: Springer, 2008, p. 319-335.

GONÇALVES, T. A. P.; NAVARRO, A. G.; NIGOSKI, S.; OLIVEIRA, J. S. The trees of the Water People: Archaeological Waterlogged Wood Identification and Near-Infrared Analysis in Eastern Amazonia. *Wood Science and Technology*, v. 55, p. 1-21, 2021.

HILBERT, L.; NEVES, E.; PUGLIESE, F.; WHITNEY, B.; SHOCK, M.; VEASEY, E.; ZIMPEL, C.; IRIARTE, J. Evidence for mid-Holocene rice domestication in the Americas. *Nature Ecology & Evolution*, v. 1, 1693-1698p., 2017.

IMAZIO DA SILVEIRA, M.; SCHAAN, D. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. *Revista de Arqueologia*, vol. 18, p. 67-80, 2005.

KLÖKLER, D.; VILLAGRÁN, X.; GIANNINI, P.; PEIXOTO, S.; DEBLASIS, P. Juntos na Costa: zooarqueologia e geoarqueologia de sambaquis do litoral sul catarinense. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 20, 53-75p., 2010.

KLÖKLER, D. A Ritually Constructed Shell Mound: Feasting at the Jabuticabeira II Site. In: ROKSANDIC, M.; SOUZA, S.; EGGERS, S.; BURCELL, M.; KLOKLER, D. (Org.) *The cultural dynamics of shell middens and shell mounds: A worldwide perspective*. University of New Mexico Press, 2014, 151-162p.

KLÖKLER, D. Animal para Toda Obra: Fauna Ritual em Sambaquis. *Habitus*, 14(1), p. 21-34, 2016.

MILHEIRA, R; WAGNER, G. Arqueologia Guarani no litoral Sul do Brasil. *Curitiba: Appris*, 2014, 290p.

MILHEIRA, R. Visibilidade, comunicação e movimento entre os cerriteiros na paisagem aquática da laguna dos Patos, Sul do Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 16, p. 1-18, 2021.

NAVARRO, A. G. New evidence for late first-millennium AD stilt-house settlements in Eastern Amazonia. *ANTIQUITY*, v. 92, p. 1586-1603, 2018a.

NAVARRO, Alexandre G. Morando no meio dos rios e lagos: mapeamento e análise cerâmica de quatro estearias do Maranhão. *REVISTA DE ARQUEOLOGIA (SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA)*, v. 31, p. 73-103, 2018b.

NAVARRO, Alexandre G. *Civilização Lacustre do Maranhão*. Arqueologia e História Indígena da Baixada Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2019.

NAVARRO, Alexandre G.; PROUS, André. Os muiraquitãs das estearias do Lago Cajari depositados no Museu Nacional (RJ). *REVISTA DE ARQUEOLOGIA (SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA)*, v. 33, p. 66-91, 2020.

NAVARRO, Alexandre G.; COSTA, Marcondes L.; SILVA, Abrahão S. N. F.; ANGELICA, Rômulo S.; RODRIGUES, Suyanne S. ; GOUVEIA NETO, João C. O muiraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: estudo arqueológico, mineralógico e simbólico. *BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS*, v. 12, p. 869-894.

NEVES, Eduardo G.; HECKENBERGER, Michael J. The Call of the Wild: Rethinking Food Production in Ancient Amazonia. *Annual Review of Anthropology*, v. 48, p. 371-388, 2019.

NEVES, Eduardo G.; WATLING, Jennifer; ALMEIDA, Fernando Ozorio de. A arqueologia do alto Madeira no contexto arqueológico da Amazônia. *BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. SÉRIE CIÊNCIAS HUMANAS*, v. 15, p. e20190081, 2020.

OLIVER, J. R. The Archaeology of Agriculture in Ancient Amazonia. In SILVERMAN, H.; ISBELL, W. (Eds.). *The Handbook of South American Archaeology*, p. 185-216. New York: Springer, 2008.

OLIVER, J. R. Nuevos aportes a la arqueología del sitio de Saladero, bajo Orinoco, Venezuela. In ROSTAIN, S. (Ed.). *Antes de Orellana. Actes del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*, p. 97-112, 2014.

PEREIRA, E. S. *Arte rupestre na Amazônia - Pará*. São Paulo: UNESP, 2003.

POUEY VIDAL, V.; WAGNER, G. Os sítios paleoíndios na localidade arqueológica Touro Passo: uma síntese do Propa (1972-1978) e os estudos geoarqueológicos recentes. *Memorare*, 7(3), p. 100-120, 2020.

POUEY VIDAL, V.; WAGNER, G. (Re) Pensando as Correlações Regionais: As Formações Pleistocênicas Touro Passo - Oeste do Rio Grande do Sul / Sopas - Norte do Uruguai. In COLVERO, R.; CEOLIN, L.; FERREIRA, E. (Orgs.). *Relações de Fronteira e Interdisciplinaridades*, 6. São Borja: UNIPAMPA, 2021, v. 6, p. 50-74.

PROUS, A.; FOGAÇA, E. Archaeology of the Pleistocene-Holocene Boundary in Brazil. *Quaternary International*, vol. 53, n. 54, p. 21-41, 1999.

PUGLIESE, F. *História Indígena Profunda no Sambaqui Monte Castelo*. Unpublished PhD Thesis, MAE-USP, 374p, 2018.

RICKEN, C; HERBERTS, A.; WAGNER, G.; MALABARBA, L. Coastal Hunter-Gatherers Fishing from the Site RS-AS-01, Arroio do Sal, Rio Grande do Sul, Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, v.72, p.209-224, 2016.

ROOSEVELT, A. C. *Parmana: Prehistoric Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco*. Studies in Archaeology. New York: Academic Press, 1980.

ROOSEVELT, A. C. Early pottery in the Amazon: Twenty Years of Scholarly Obscurity. In *The Emergence of Pottery: Technology and Innovation in Ancient Societies*, p. 115-131. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1995.

ROOSEVELT, A. C.; COSTA, M. L.; MACHADO, C. Lopes; MICHAB, M.; MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FEATHERS, J.; BARNETT, W.; SILVEIRA, M. I.; HENDERSON, A.; SILVA, J.; CHERNOFF, B.; REESE, D.; HOLMAN, J. A.; TOTH, N.; SCHICK, K. Paleoindian cave dwellers in the Amazon: The peopling of the Americas. *Science* 272: 373-384, 1996.

ROOSEVELT, Anna C. *Excavations at Corozaal, Venezuela: Stratigraphy and Ceramic Seriation*. New Haven: Yale University Publications in Anthropology, n. 83, 1997.

ROOSEVELT, A. C. Dating the rock art at Monte Alegre, Brazil. In: STRECKER, M. A.;

- BAHN, P. Dating and the Earliest Rock Art, p. 35-40. Oxford: Oxbow Books, 1999.
- ROOSEVELT, A. C.; DOUGLAS, J. E.; BROWN, L. J. Migrations and Adaptations of the First Americans. Clovis and Pre-Clovis Viewed from South America. In JABLONSKI, N. (Ed.). *The First Americans: The Pleistocene Colonization of the New World*, p. 159-236. *Memoirs of the California Academy of Science* n. 27. Berkeley: University of California Press and San Francisco: the California Academy of Sciences, 2002.
- ROOSEVELT, A. C. Amazonia and the Anthropocene: 13,000 Years of Human Influence in a Rainforest. *The Anthropocene* vol. 4, p. 69-87, 2013
- ROOSEVELT, A. C. Method and theory of early farming: The Orinoco and Caribbean coasts of South America. *Earth Science Research* vol. 6, n. 1, p. 1-42. Toronto: Canadian Center for Science and Education, 2016.
- ROOSEVELT, A. C. The Warao: A Stilt-Village Culture of the Orinoco Delta. In NAVARRO, A. G. (Org.). *Civilização lacustre da Baixada Maranhense: da Pré-história dos campos inundáveis aos dias atuais*, p. 231-296. São Luís: EDUFMA, 2019.
- ROSTAIN, S. The Archaeology of Guianas: An Overview. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. (Ed.). *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, p. 279-302, 2008.
- SANOJA, M. Las culturas formativas del oriente de Venezuela: la tradición Barrancas del bajo Orinoco. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1979.
- SANOJA, M.; VARGAS ARENA, I. Economía política de la antigua sociedade apropiadora del noreste de Venezuela. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1995.
- SUÁREZ, R. S. The Paleoamerican Occupation of the Plains of Uruguay: technology, adaptations and mobility. *PaleoAmerica*, 1 (1): 88-104, 2015.
- SUÁREZ, R. S. The human colonization of the southeast Plains of South America: climatic conditions, technological innovations and the peopling of Uruguay and South of Brazil. *Quaternary International* 431:181-193, 2017.
- SUÁREZ, R. S. The Peopling of Southeastern South America: Cultural Diversity, Paleoenvironmental Conditions and Lithic Technology Organization during the Pleistocene-Holocene transition. IN: ROBINSIN, E. & SELLET, F. *Studies in Human Ecology and Adaptation* 9. Springer, 281-300pp, 2018.
- VEERSTEG, A. H. Barrancoid and Arauquinoid Mound Builders in Coastal Suriname. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. (Ed.). *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, p. 279-302, 2008.
- VILLAMARZO, E. Recursos Costeros y Emergencia de Complejidad: análisis arqueomalacológico del Sitio La Esmeralda (Rocha, Uruguay). *Taller de Arqueología, UDELAR*, 210p, 2007.
- VILLAMARZO, E. Las lagunas costeras y su rol en la ocupación de las tierras bajas: el caso de Laguna de Rocha. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 15, n. 28, 38-58p, 2017.
- WAGNER, G. P. A evolução paleogeográfica e a ocupação dos sambaquis no litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. In: BAUERMANN, S.; RIBEIRO, A.; SCHERER, C. (Eds.). *Quaternário do Rio Grande do Sul, integrando conhecimentos*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2009, p.243-254.
- WAGNER, G. Escavações no sítio LII-29, Sambaqui de Sereia do Mar. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 2, p.104-119, 2012.

WAGNER, G. P. The Origins of the Brazilian Sambaquis (Shellmounds): From a Historical Perspective. *Cadernos do Lapaarq (UFPEL)*, v. 11, p. 210-220, 2014.

WAGNER, G. P. O povoamento Guarani do litoral norte do Rio Grande do Sul e suas relações com os demais ocupantes da região. In: MILHEIRA, R; WAGNER, G. *Arqueologia Guarani no litoral Sul do Brasil*. Curitiba: Appris, 2014b, p.39-62.

WAGNER, G.; HILBERT, K.; BANDEIRA, D.; TENORIO, M. C.; OKUMURA, M. Sambaquis (Shell Mounds) Of The Brazilian Coast. *Quaternary International*, 239, 51-60, 2011.

WILLIAMNS, D. El Arcaico en el noroeste de Guyana y os comienzos de la horticultura. In MEGGERS, B. *Prehistoria Sudamericana*. Washington D.C.: Taraxacum, 1992.

WHITEHEAD, N. The Ancient Amerindian Polities of the Lower Orinoco, Amazon and Guiana Coast. A Preliminary Analysis of their Passage from Antiquity to Extinction. In *Proceedings of the Wenner-Gren International Conference*, 109, 1989.

WHITEHEAD, N. (Ed.). Introduction to The Discoverie of the Large, Rich, Bewtiful Empyre of Guiana by Sir Walter Raleigh. The American Exploration and Travel Series. Norman: University of Oklahoma Press, 1997.

Felipe Antônio Honorato<sup>1</sup>

## Resenha

**OLIVEIRA, JOÃO PACHECO DE; SANTOS,  
RITA DE CÁSSIA MELO (ORGS.). DE  
ACERVOS COLONIAIS AOS MUSEUS  
INDÍGENAS: FORMAS DE PROTAGONISMO  
E DE CONSTRUÇÃO DA ILUSÃO MUSEAL.  
JOÃO PESSOA: EDITORA UFPB, 2019.**

---

<sup>1</sup> Doutorando em Mudança Social e Participação Política (USP), mestre em Estudos Culturais (USP) e bacharel em Gestão de Políticas Públicas (USP); especialista em gestão de políticas públicas de gênero e raça pela Universidade de Brasília (UnB).

## 1. INTRODUÇÃO

No fim do ano de 2018, o presidente da França, Emmanuel Macron, recebeu um relatório encomendado pelo próprio governo francês, que defendia a devolução de diversas peças de arte obtidas de forma irregular ao continente africano (VICENTE, 2018). Na Bélgica, no mesmo período, o antigo Museu Real da África Central (também chamado de Tervuren), agora Africa Museum, reabria com uma nova configuração, sob uma justificativa que rendeu comentários irônicos do apresentador sul-africano Trevor Noah: frente aos crescentes debates sobre a repatriação de peças de arte africana obtidas durante o colonialismo para o continente de origem, a administração do museu escolheu reformar o museu, manter a exposição original e explicar aos visitantes o contexto histórico de obtenção da coleção - “So in Belgium, instead of given the art back, They gonna keep all of it, and then just tell all museum visitors that all of the art is stolen”<sup>1</sup> disse o apresentador do programa de televisão estadunidense “The daily show with Trevor Noah” sobre a escolha do museu de Bruxelas.

Em cerca de um século, a museologia viveu momentos antagônicos: durante o século XIX, imperavam, no mundo da ciência, teorias racistas desenvolvidas principalmente pela antropologia e pela biologia; era o momento, também, de processos de formação nacional, como a chamada “Conquista do deserto”, descrita por Andrea Roca no livro e que se refere a ocupação dos Pampas e da Patagônia argentina, um deserto de populações brancas, mas lar de muitas populações originárias; neste período, os “museus constituíram [...] lugares privilegiados onde as nações em formação se tornavam materialmente acessíveis (ANDERSON, 2009)”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 07); neste contexto, tivemos o ápice dos museus coloniais, lugares que funcionavam como gabinetes de curiosidades alinhados aos ideários nacionais, onde os grupos dominantes armazenavam artigos dos ditos diferentes, apresentando estas coleções sempre de forma descontextualizada e estes grupos sempre cristalizados em um período fora do tempo presente – mais uma vez citando as idéias de Andrea Roca, locais formados tendo como pressuposto uma correlação desigual de poder e conhecimento. A virada do século XX para o XXI viu nascer, e com força, um movimento inverso: Um aumento significativo do número de museus ocorreu, em contraste aos poucos museus nacionais ou de história natural criados durante os séculos XIX e XX, sendo que boa parte destes foram criados ou então são agora dirigidos pelos grupos antes exotizados pelo colonialismo e a mentalidade colonial, e servem como forma de afirmação e reivindicação de suas narrativas e lugar na história. Os velhos museus coloniais e suas perspectivas começaram a ser contestados, movimento do qual faz parte o relatório do governo francês – ainda que muitos defendam que este seja nada mais que uma estratégia diplomática – e a reforma de Tervuren; mas, e agora, o que fazer com estes museus? Destruí-los?

<sup>1</sup> THE DAILY SHOW WITH TREVOR NOAH. The Debate Over Europe’s Stolen African Art. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fOlmXQihow8>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

Coexisti-los com os novos museus? Trazer pluralidade de narrativas aos antigos museus coloniais? São estas questões que o livro “De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal” discute, olhando especificamente para as populações indígenas e a presença de seus artefatos em museus etnológicos. Isto porque, segundo os organizadores, “museus continuam a deter um importante papel pedagógico em relação aos processos de objetificação que existiram e continuarão a existir”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 23).

João Pacheco de Oliveira, professor titular do Museu Nacional (UFRJ), e Rita Cássia de Melo Santos, doutora em antropologia social pelo Museu Nacional e docente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, são os organizadores desta obra que, como contam na introdução do livro, surgiu a partir de um evento realizado no Museu Nacional:

“A proposta de formulação desta coletânea, teve suas primeiras elaborações em 2009 motivadas pela realização do seminário “Experiências indígenas com museus e centros culturais” no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Organizado em cinco sessões, que ocuparam dois dias de atividades (15 e 17 de setembro de 2009), o seminário foi coordenado por João Pacheco de Oliveira e resultou de uma articulação entre a Secretaria de Identidade e diversidade Cultural (SID), o Ministério da Cultura e o Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional [...]”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 15)

São 441 páginas divididas em três capítulos: I – Os pressupostos metodológicos, II – Os museus etnográficos como espaço político: ressignificações e possibilidades, e III – As experiências de museus indígenas em face dos desafios contemporâneos.

## 2. OS CAPÍTULOS E SEUS ARTIGOS

### 2.1. “I – Os pressupostos metodológicos”

O primeiro capítulo, “Os pressupostos metodológicos”, se inicia com uma tradução de um artigo de Johannes Fabian, intitulado “O outro revisitado: considerações críticas”. Nele, o antropólogo apresenta sua hipótese para o surgimento do conceito de outro dentro da antropologia e seus desdobramentos nos tempos contemporâneos. Para Fabian, o termo “outro” surgiu no começo dos anos 1960, tendo seu uso sido inaugurado por John Beattie no título de seu livro “Outras culturas” (1964) (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 30). Outro era um denominador do que o antropólogo germânico chamou de “outridade exótica”, termo generalizante para tudo que o pensamento colonial encarava como “ex-óptico” - os povos ditos primitivos, de matriz cultural não-ocidental e que agora não poderiam ser chamados pelos antigos termos, já que o processo

de descolonização estava em curso e o pensamento decolonial, assim como o pan-africanismo, militavam para uma substituição dos velhos termos racistas. Johannes Fabian atenta o leitor para a contradição que esta visão de “outro” leva o estudo etnográfico: a etnografia exige coetaneidade – é preciso observar, interagir com o “outro” para que se realize um estudo etnográfico; no entanto, na hora da elaboração do estudo por parte do etnógrafo, o “outro” é sempre colocado em um lugar distinto, atrasado, inferior do de quem escreve. Esta negação da coetaneidade levaria, então, a um discurso alocrônico: “a presença empírica do outro se torna sua ausência teórica”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 36).

Para Johannes Fabian isso não seria algo que ocorre por acaso ou coincidência: as práticas de produção do conhecimento refletem as relações de poder e “criar o outro” seria uma forma do ocidente e do ocidental de se autoafirmarem. Por isso, para Fabian, a forma de acabar com esta contradição que marca a etnografia seria “atribuir presença àqueles dos quais, quando muito, só se fala in absentia” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 39).

O outro artigo que compõe este capítulo é “Cannibal tours, glass boxes e a política da interpretação”, de Michael Ames, professor emérito da Universidade da Colúmbia Britânica falecido em 2006. Nele, Ames aborda o quão importante pode ser o papel da museologia para uma mudança de paradigma na antropologia e uma consequente dissolução do conceito de “outro”: “o que os museus fazem afetaria drasticamente o resto da antropologia”, pois “as pessoas aprendem muito mais antropologia nos museus do que nas universidades”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 52). Segundo autor, a maioria das críticas que se dirigem aos museus pelo fato deles reterem para si o material e a história dos “outros”. Concordando com o defendido por Fabian, Michael Ames sustenta que “os que controlam a história são os que delas se beneficiam”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 52) - os estereótipos, por exemplo, muitas vezes funcionam como formas de controle social. Por isso, há de ser crítico e promover mudanças no velho modelo de museus coloniais; no entanto, nem tudo deve ser jogado fora – é preciso se considerar a ideia de palimpsesto: várias camadas se sobrepondo, mas nenhuma apaga totalmente a outra; desta forma, deve-se rejeitar “a tese relativista de que os museus devem permitir apenas que os constituents falem; auto representação não é a única representação adequada. Os museus e os antropólogos podem continuar a falar sobre os outros, embora, naturalmente, não mais por eles”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 62).

Por que esta crítica aos antigos museus coloniais seria essencial, segundo o autor? Para que estes povos vistos como “outros” se vejam livres de interpretações hegemônicas e possam contar sua própria história – citando Clifford Geertz, “ampliar a possibilidade de um discurso inteligível entre pessoas diferentes uma das outras sem relação a interesses, perspectivas, riqueza e poder”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 63).



## 2.2. “II – Os museus etnográficos como espaço político: ressignificações e possibilidades”

Com a criação e a intensificação do imperialismo capitalista colonial durante o século XIX, aumentou também a presença europeia na Oceania. Com este advento, algumas cidades acabaram se tornando ponto de paragem no longo trajeto entre o Pacífico Sul e o continente europeu – Sidney, na Austrália, e o Rio de Janeiro são dois exemplos disto. Foi a partir do século XIX, também, que europeus e russos introduziram, na Oceania, armas de fogo. Estas armas de fogo serviram de comburente para a chamada “Guerras dos Mosquetes”, conflitos inter-tribais travados ao longo das décadas iniciais do século XIX que acabaram por impulsionar o comércio de cabeças tatuadas embalsamadas de reis-chefes neozelandeses. Itens de cobiça, então, no acervo de colecionadores e gabinetes de curiosidades, as cabeças tatuadas embalsamadas entre os Maoris neozelandeses são objetos do mundo sagrado-espiritual; as tatuagens possuem significados e são índices de distinção, de hierarquia. No entanto, a crescente presença europeia na região criou um comércio em torno destas cabeças: “mokomokai” era o termo utilizado para se referir à produção de cabeças tatuadas embalsamadas pelas populações autóctones para suprir a crescente demanda não-indígena. Neste contexto que envolve as relações coloniais e uma série de situações inusitadas, chegam, em 1817, duas cabeças tatuadas embalsamadas de reis-chefes neozelandeses ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. É justamente este fato que o pesquisador Edmundo Pereira discute no artigo “Dois reis neozelandeses: notas sobre objetificação museal, remanescentes humanos e formação do império (Brasil – mares do sul, século XIX)”.

Completam o capítulo os artigos “Dos “selvagens românticos” aos “povos primeiros”. A herança primitivista nos museus e na antropologia”, onde Benoît de L’Estoile discute a evolução do mito do bom selvagem, ou seja, povos da natureza que ficaram cristalizados em um tempo passado, a “povos primeiros”, “povos que mantiveram uma relação sagrada com a natureza, uma parte esquecida de nós reinventada” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 72), problematizando o trabalho de importantes figuras, como Sebastião Salgado e Claude Lévi-Strauss, e museus etnográficos, como o Museu do Quai Branly; “Devolver aos indígenas seu lugar na história argentina: tempos, temporalidades e histórias no Museu Etnográfico da cidade de Buenos Aires”, de Andrea Roca, discute como o processo de curadoria pode transformar um museu enquadrado no ideário nacional argentino, como é o Museu Etnográfico da cidade de Buenos Aires, em um local de problematização dos velhos estereótipos sobre as populações indígenas argentinas; “A construção de uma “tradição de glória”: técnicas expositivas e práticas discursivas dos frades Capuchinos no Museu dos Índios da Amazônia (Assis, Itália)”, da pesquisadora Cláudia Mura, discute como, para criar um discurso triunfal sobre o trabalho extensionista dos frades Capuchinos na Amazônia, o Museu dos Índios da Amazônia acaba por exotizar estas populações e seus objetos ali presentes,

perpetuando práticas que nem no universo museal, e nem na igreja católica, são bem vistas hoje em dia; e “Arte africana, de novo: trânsito entre “etnografia” e “arte” em Angola, onde Nuno Porto discute como o trabalho do Museu do Dundo e de José Redinha, por muito tempo seu diretor, serviram para que, posteriormente, a Angola neocolonial e independente politicamente definisse o que seriam suas artes canônicas e como esse processo de criação do canônico, em muitos pontos, serviu a interesses privados e políticos, e causou um novo processo de colonização dentro do país, colocando as “artes do leste” em posição especial frente aos demais tipos de arte produzidas em Angola.

### **2.3. “III – As experiências de museus indígenas em face dos desafios contemporâneos”**

O terceiro e último capítulo do livro se inicia com um artigo que ressalta o papel essencial que a arquitetura tem na construção de museus que prezem por dar protagonismo aos povos representados dentro de suas coleções.

Intitulado “Etnografia e arquitetura” e escrito por Alban Bensa, o artigo descreve uma história ocorrida na Nova Caledônia. Este arquipélago melanésio foi ocupado pela França em 1853. Seu território era, então, habitado por uma população autóctone que, em sua maioria, tinha como principal atividade a horticultura. Os franceses implementaram lá um sistema de ocupação, exploração e espoliação que se baseou no confinamento da população originária em 10% do território que originalmente habitavam, além do desenvolvimento da exploração de níquel e da pecuária. Além disto tudo, nesta nova dinâmica econômica, importaram mão de obra estrangeira, marginalizando totalmente estas populações autóctones na sociedade colonial, que receberam o pejorativo nome de Kanak.

Em 1984, após quase um século e meio de dominação colonial, um movimento político e social que demanda a reversão da segregação imposta pelos franceses eclode. Tal movimento, que assumiu para si o termo Kanak como sua marca de identidade, é liderado por Jean-Marie Tjibaou, um ex-padre que agora fazia parte da Frente de Libertação Nacional Kanak Socialista (FLNKS).

O colonialismo francês impôs aos Kanak um forte processo de aculturação, perpetrado, dentre outras práticas, através da catequização, proibição das práticas religiosas tradicionais e obrigatoriedade do uso do francês, em detrimento das línguas locais. Por isso, Tjibaou acreditava que “A cultura, segundo ele, não podia senão se integrar no futuro identitário do seu povo e não ser abandonada pelo caminho como uma roupa velha fora de moda”(OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 233). Assim sendo, Jean-Marie Tjibaou queria que um grandioso símbolo que lembrasse a presença Kanak na Nova Caledônia, bem como afirmasse a riqueza cultural deste povo e servisse também como espaço de diálogo cultural fosse erguido em Nouméa, capital do território francês e cidade que concentra a maior

parte da população europeia do arquipélago.

O líder Kanak falecendo em 1989, mas, como resultado de sua luta, foi erguido em Nouméa, tendo sido inaugurado em maio de 1998, o Centro Cultural Jean-Marie Tjibaou. O centro cultural teve seu projeto arquitetônico desenvolvido pelo italiano Renzo Piano. O artigo focaliza o processo de concepção e concretização do edifício pelo arquiteto, que, a todo tempo, se preocupou em contar com a colaboração dos Kanak no trabalho e fazer com que o Centro Cultural, para longe de um lugar que alimentasse o olhar exotizante do europeu, que tanto mal fez aos povos autóctones da Nova Caledônia, respeitasse as crenças e costumes do Kanak e a eles fosse acolhedor.

Em “Uma visita a casa do imperador: sobre o trabalho de cooperação entre museus e source communities”, Claudia Augustat, Obadias Batista Garcia, Wolfgang Kapfhammer e Ranulfo de Oliveira falam especialmente sobre a visita de dois índios Sateré-mawé da área indígena Andirá-marau, no Baixo Amazonas, ao Museum für Völkerkunde, em Viena, capital austríaca, no ano de 2012. O relato tem por objetivo ressaltar como a cooperação entre museus etnológicos e as denominadas source communities, ou seja, as comunidades de onde se originam as peças que compõem as coleções dos museus pode ser algo prolífero, pois ambas as partes são possuidoras de conhecimentos específicos sobre as peças, bem como de histórias e saberes que as cercam, e, portanto, um trabalho conjunto e em condição de equidade entre instituições museais e essas comunidades levaria a uma compreensão mais profunda das coisas.

A coleção africana do Museu Nacional, em 2011 contava com, mais ou menos, 700 objetos. A partir de 2013 ocorre uma reforma da chamada “Sala África” do MN, objetivando a valorização e a divulgação da coleção africana do museu. A reforma não abrangeu apenas os limites físicos do MN, ela transbordou suas paredes e incluiu, também, a realização de uma exposição temporária com peças originais da coleção africana na Baixada Fluminense, região periférica e historicamente desprivilegiada de ações e equipamentos culturais, e a produção de material acadêmico sobre história e cultura africana. Este processo fora encabeçado por Mariza de Carvalho Soares e é justamente ele que a autora esmiúça no artigo “A descolonização das coleções coloniais: relato de uma experiência de curadoria com a coleção africana do museu nacional”, o penúltimo deste terceiro capítulo do livro.

Fazem parte deste capítulo também os artigos “O Museu Rondon e os povos indígenas em Mato Grosso”, de Maria Fátima Machado, que apresenta como o Museu Rondon, da Universidade Federal do Mato Grosso, acabou por se tornar um local de resistência e diálogo em meio a um ambiente hostil ao índio e sua cultura como representa o estado do centro-oeste brasileiro que o abriga – antes com a colonização, hoje com o agronegócio: “Museu Rondon, que é reconhecido por boa parte deles como um espaço de interlocução, de debates a respeito das suas próprias questões” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 274); “Índios em comum: a pan-identidade do National Museum of the American Indian “contra

o outro””, de Leonardo Bertolossi, que discute como as populações indígenas são os verdadeiros protagonistas neste museu estadunidense, sendo a voz principal em todos seus aspectos: do projeto arquitetônico, até a administração; “Coleções etnográficas, povos indígenas e repatriação virtual: novas questões, velhos debates”, onde o pesquisador Renato Athias discute o processo que ele nomeia como “repatriamento virtual”, ou seja, a formação de coleções e museus virtuais que permitam que as diferentes comunidades indígenas tenham contato com artigos originários de seus povos que estão espalhadas mundo afora; e “Descolonizando a ilusão museal – etnografia de uma proposta expositiva”, de João Pacheco de Oliveira e Rita de Cássia Melo Santos, que fala da experiência do antropólogo na montagem de uma exposição que trouxesse novas perspectivas sobre os povos indígenas nordestinos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo (Org.). **De acervos coloniais aos museus indígenas:** formas de protagonismo e de construção da ilusão museal. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

THE DAILY SHOW WITH TREVOR NOAH. The Debate Over Europe's Stolen African Art. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fOImXQihow8>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

VICENTE, Alex. Devolução de tesouros africanos coloca em alerta os museus etnográficos. El País em Português, Paris, 14 dez. 2018, Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/14/cultura/1544801008\\_489541.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/14/cultura/1544801008_489541.html)>. Acesso em: 6 abr. 2020.